



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63, de 01 de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 154, de 19 de outubro de 2016, da Decisão Normativa TCU nº 156, de 30 de novembro de 2016 e da Portaria - TCU Nº 59 de 19 de janeiro de 2017.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

RELATÓRIO DE GESTÃO

ELABORAÇÃO: Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento

Equipe: PRÓ-REITOR:	Prof. Dr. Francisco Horácio Pereira de Oliveira
PRÓ- REITOR ADJUNTO:	Prof. Dr. Claudio Eduardo Lana
PESQUISADOR INSTITUCIONAL:	João Francisco Daniel
ECONOMISTA:	Djalma Teixeira Bastos Júnior
ADMINISTRADORA:	Greiciele Macedo Moraes
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO:	Geisa Rafaela Sousa Amancio
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO:	Paulo Sérgio de Oliveira
RECEPCIONISTA:	Vanessa Rangel dos Santos Rodrigues

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Prof.^a Cláudia Aparecida Marliére de Lima

Reitora

Prof. Hermínio Arias Nalini Júnior

Vice-Reitor

Iracilene Carvalho Ferreira

Chefe de Gabinete

Débora Walter dos Reis

Assessora Técnica da Reitoria

Gislaine Santana

Pró-Reitora de Administração

Camélia Vaz Penna

Pró-Reitora de Assuntos Comunitários e Estudantis

Sabrina Magalhaes Rocha

Pró-Reitora Adjunta de Assuntos Comunitários e Estudantis

Prof. Marcos Eduardo Carvalho Goncalves Knupp

Pró-Reitor de Extensão

Prof. Wilson Pereira de Oliveira

Pró-Reitor Adjunto de Extensão

Prof.^a Tania Rossi Garbin

Pró-Reitora de Graduação

Ângela Dematos

Pró-Reitora Adjunta de Graduação

Prof. Sergio Francisco de Aquino

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof.^a Vanessa Carla Furtado Mosqueira

Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Francisco Horácio Pereira de Oliveira

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Prof. Claudio Eduardo Lana

Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento

Gracilene Maria de Carvalho

Coordenadora Executiva Sistema de Bibliotecas

Raquel Leite Braz
Coordenadora do Núcleo de Apoio Pedagógico

Abelard Ramos Fernandes
Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação

José Augusto Nunes Nogueira
Prefeito Universitário

Eduardo Curtiss dos Santos
Diretor de Orçamento e Finanças

José da Silva Gomes
Coordenador de Gestão de Pessoas

Vicente Evangelista de Oliveira
Coordenador de Logística e Segurança

UNIDADES ACADÊMICAS

CAMPUS OURO PRETO

Centro de Educação Aberta e a Distância - CEAD

Diretor: Prof. Helton Cristian de Paula

Vice-Diretora: Prof. Wellington Tavares

Centro Desportivo da UFOP - CEDUFOP

Diretor: Prof. Heber Eustáquio de Paula

Escola de Direito, Turismo e Museologia - EDTM/UFOP

Diretor: Prof. Bruno Camilloto Arantes

Vice-Diretor: Prof. Leandro Benedini Brusadin

Escola de Farmácia

Diretor: Prof^ª Andrea Grabe Guimarães

Vice-Diretora: Prof^ª. Maria Elisabete da Silva Barros

Escola de Minas

Diretor: Prof. Prof. Issamu Endo

Vice-Diretor: Prof. José Geraldo Arantes de Azevedo Brito

Escola de Medicina

Diretor: Prof. Márcio Antônio Moreira Galvão

Vice-Diretor: Prof. George Luiz Lins Machado Coelho

Escola de Nutrição

Diretor: Profa. Cláudia Aparecida Marlière de Lima

Vice-Diretor: Prof. Uelinton Manoel Pinto / Patrícia Aparecida Pimenta Pereira

Instituto de Ciências Exatas e Biológicas

Diretora: Raquel do Pilar Machado

Vice-Diretor: Fernando Luiz Pereira de Oliveira

Instituto de Filosofia, Arte e Cultura – IFAC

Diretor: Prof. Guilherme Paoliello / Prof. César Maia Buscácio

Vice-Diretor: Prof. José Luiz Furtado / Prof. Guilherme Paoliello

CAMPUS MARIANA

Instituto de Ciências Humanas e Sociais - ICHS

Diretora: Profa. Margarete Diniz

Vice-Diretor: Prof. Marco Antônio Melo Franco

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA

Diretor: Prof. José Artur dos Santos Ferreira/ Prof. José Benedito Donadon Leal

Vice-Diretora: Prof^ª. Juçara Gorski Brittes / Prof. Harrison Bachion Ceribeli

CAMPUS JOÃO MONLEVADE**Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas - ICEA**Diretor: Prof^a Anliy Natsuyo Nashimoto Sargeant

Vice-Diretor: Prof. Carlos Henrique Nogueira de Resende Barbosa

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACI – Assessoria de Comunicação Institucional
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BIC – Bolsa Iniciação Científica
CAINT - Coordenadoria de Assuntos Internacionais
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCA – Centro de Ciência Animal
CCF - Coordenadoria de Contabilidade e Finanças
CCI – Coordenadoria de Comunicação Institucional
CCONT - Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União
CEAD – Centro de Educação Aberta e a Distância
CECANE - Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar
CEDUFOP - Centro Desportivo da Universidade Federal de Ouro Preto
CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais
CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CETEC – Centro de Inovação e Tecnologia
CGAB – Chefia de Gabinete
CGP – Coordenadoria de Gestão de Pessoas
CGU-PAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CIED – Coordenadoria Institucional de Educação a Distância
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COF - Coordenadoria de Contabilidade e Finanças
COMFOR - Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação
CLR - Comissão de Legislação e Recursos
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
CCTs - Convenções Coletivas Trabalhistas
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CRAS - Centros de Referência de Assistência Social
CSF - Ciência Sem Fronteiras
CUNI – Conselho Universitário
DEALI – Departamento de Alimentos
DEAMB – Departamento de Engenharia Ambiental
DEARQ – Departamento de Arquitetura e Urbanismo
DEART – Departamento de Artes Cênicas
DEBIO – Departamento de Biologia
DECAT – Departamento de Controle e Automação e Técnicas Fundamentais
DECBI - Departamento de Ciências Biológicas
DECEA - Departamento de Ciências Exatas e Aplicadas
DECEG - Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais
DECIV - Departamento de Engenharia Civil
DECOM – Departamento de Comunicação
DECSI - Departamento de Computação e Sistemas de Informação
DECISO - Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social
DEDIR – Departamento de Direito
DEEDU – Departamento de Educação
DEENP – Departamento de Engenharia de Produção ICEA
DEEST - Departamento de Estatística
DEETE – Departamento de Educação e Tecnologia
DEFAR – Departamento de Farmácia

DEFIL – Departamento de Filosofia
DEFIS – Departamento de Física
DEGEO – Departamento de Geologia
DEGEP – Departamento de Gestão Pública
DEHIS – Departamento de História
DELET – Departamento de Letras
DEMAT – Departamento de Matemática
DEMET – Departamento de Metalurgia
DEMIN – Departamento de Engenharia de Minas
DEMUL – Departamento de Museologia
DEMUS – Departamento de Música
DENCS - Departamento de Nutrição Clínica e Social
DEPRO – Departamento de Engenharia de Produção EM
DEQUI – Departamento de Química
DETUR – Departamento de Turismo
DINTER - Programa de Doutorado Interinstitucional
DOF – Diretoria de Orçamento e Finanças
DPVAT - Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
EAD – Educação a Distância
EDTM – Escola de Direito Turismo e Museologia
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão)
FAOP – Fundação de Arte de Ouro Preto
FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FEOP – Fundação Educativa Ouro Preto
FG – Fundação Gorceix
FIEMG – Federação das Indústrias de Minas Gerais
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FORPROF - Núcleo de Estudo sobre Formação e Profissão docente
GECON – Gerência de Convênios e Contratos
GLPI – Gestão Livre de Parque de Informática
GLTA - Grêmio Literário Tristão de Ataíde
GRUPAD - Grupo Permanente de Processo Administrativo Disciplinar
GT – Grupos de Trabalho
HU – Hospital Universitário
ICEA - Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas
ICEB – Instituto de Ciências Exatas e Biológicas
ICHS – Instituto de Ciências Humanas e Sociais
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICSA – Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas
IFAC – Instituto de Filosofia, Artes e Cultura
IFES – Institutos Federais de Educação Superior
IFMG - Instituto Federal de Minas Gerais
INEP – Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa
INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos
INPC – Índice Nacional de Preço ao Consumidor
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAPAC - Laboratório Piloto de Análises Clínicas
LOA – Lei Orçamentária Anual
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

MCT – Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas
MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC – Ministério da Educação
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAJOP - Núcleo de Assistência Jurídica e Laboratório Jurídico
NAPNEE - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais
NEI – Núcleo de Educação Inclusiva
NEPEL - Núcleo de Estudos Potentia Educatia Libertas
NITE – Núcleo de Inovação Tecnológica e Empreendedorismo
NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação
NUPEB – Núcleo de Pesquisas e Ciências Biológicas
OCC – Orçamento, Custeio e Capital
OCI – Órgão de Controle Interno
ONG's – Organizações não governamentais
PAMCS - Proposta para Aquisição de Materiais e Contratação de Serviços
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCCTAE - Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PDSE - Programa de Doutorado-Sanduiche no Exterior
PDTI – Plano de Desenvolvimento Governança de Tecnologia da Informação
PET - Programa de Educação Tutorial
PGRCC - Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil
PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIP – Programa de Iniciação a Pesquisa
PIVIC - Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica
PJU - Procuradoria Jurídica
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa Política Nacional e Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica
PNE – Plano Nacional de Educação
PONAFOR - Política Nacional e Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica
PPA – Plano Plurianual
PPP - Plano de Providências Permanente
PRACE - Pró-reitoria de Assuntos Comunitários Estudantis
PRECAM - Prefeitura do Campus
PROAD – Pró-reitoria de Administração
PROBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica
PROEX – Pró – reitoria de Extensão
PROEXT - Programa de Apoio à Extensão Universitária
PROGRAD – Pró-reitoria de Graduação
PROMET - Programa Especial para alunos do curso de Engenharia Metalúrgica e de Materiais
PROMIN – Programa Especifico para Alunos do Curso de Engenharia de Minas
PROMISAES - Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
PROPLAD – Pró- reitoria de Planejamento e Desenvolvimento
PROPP – Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
RECAM – Restaurante do Campus
REDEMAT - Rede Temática em Engenharia de Materiais
REMOP – Restaurante da Escola de Minas de Ouro Preto
RENAFORM - Rede Nacional de Formação Continuada de Professores
REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SCA – Sistema de Controle Acadêmico
SEB – Secretaria de Educação Básica
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SESu - Secretaria de Educação Superior
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SIMPOED – Simpósio de Formação e Profissão Docente
SISBIN – Sistema de Bibliotecas
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SOC - Secretaria de Órgãos Colegiados
SOF - Secretaria do Orçamento Federal
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
SRV - Sistema de Requisição de Veículos
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
TAEs - Técnicos Administrativos em Educação
TI – Tecnologia da Informação
TILS – Tradução e Interpretação Língua de Sinais
UBC - Unidade Básica de Custeio
UEMG – Universidade Estadual de Minas Gerais
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UJ – Unidade Jurisdicionada
UNESP – Universidade Estadual de São Paulo
UNIFAL – Universidade Federal de Alfenas
UPC – Unidade Prestadora de Conta

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DADOS IDENTIFICADORES DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	3
QUADRO 2 - NORMAS E REGULAMENTOS DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA INSTITUIÇÃO	4
QUADRO 3 - MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	8
QUADRO 4 - MACROPROCESSOS DE APOIO	10
QUADRO 5 - PLANO ESTRATÉGICO – 2013-2015, ESTENDIDO A 2016 – PARA O CUMPRIMENTO DO PDI DA UFOP / 2011-2015	17
QUADRO 6 - CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO QUANTO À ECONOMICIDADE, EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE	26
QUADRO 7 - CLASSIFICAÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO (TCU) QUANTO À ECONOMICIDADE, EFICÁCIA, EFICIÊNCIA E EFETIVIDADE	30
QUADRO 8 – AÇÃO 20GK RELACIONADA A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UFOP – OFSS	31
QUADRO 9 – AÇÃO 20RK RELACIONADA A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UFOP – OFSS	36
QUADRO 10 – AÇÃO 4002 RELACIONADA A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UFOP – OFSS	40
QUADRO 11 - EXECUÇÃO FÍSICA DA AÇÃO 4002	43
QUADRO 12 – AÇÃO 8282 RELACIONADA A PROGRAMA TEMÁTICO DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UFOP – OFSS	44
QUADRO 13 – INDICADORES UFOP	46
QUADRO 14 - AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA DO EXERCÍCIO - RESTOS A PAGAR – OFSS	48
QUADRO 15 - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	50
QUADRO 16 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	52
QUADRO 17 - RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS	53
QUADRO 18 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NAS MODALIDADES DE CONVÊNIO, CONTRATOS DE REPASSE E INSTRUMENTOS CONGÊNERES	54
QUADRO 19 – PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS	55
QUADRO 20 – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DA UFOP - 2016	56
QUADRO 21 – DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	60
QUADRO 22 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA	61
QUADRO 23 - CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS EXERCÍCIO 2016	72
QUADRO 24 - UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	72
QUADRO 25 - CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	73
QUADRO 26 - VALORES PARA CÁLCULO DE INDICADORES NO ANO DE 2016	75
QUADRO 27 - SÉRIE HISTÓRICA DOS INDICADORES DE DESEMPENHO 2011-2016	78
QUADRO 28 - IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO	79
QUADRO 29 - DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO EM RAZÃO DE TERMO DE PARCERIA	80
QUADRO 30 - DADOS AGREGADOS DOS TERMOS DE PARCERIA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	80
QUADRO 31 - COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DAS PARCERIAS (ART . 11, § 1º DA LEI Nº 9.790/99)	80
QUADRO 32 - DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO	81
QUADRO 33 - DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES PACTUADOS COM A ENTIDADE PARCEIRA	81
QUADRO 34 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ	93
QUADRO 35 - DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA	93
QUADRO 36 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ	94
QUADRO 37 – QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES	96
QUADRO 38 – CUSTO ADICIONAL COM PESSOAL	98
QUADRO 39 – RELAÇÃO DE PROCESSOS INSTAURADOS EM 2016	100
QUADRO 40 – ROTATIVIDADE DE SERVIDORES	102
QUADRO 41 – INDICADORES INSTITUCIONAIS	105
QUADRO 42 – DESCRIÇÃO DA FROTA	107
QUADRO 43 – MÉDIA DE QUILOMETROS RODADOS	107
QUADRO 44 – MÉDIA DE IDADE DA FROTA DE VEÍCULOS	107
QUADRO 45 – MÉDIA DE QUILOMETROS RODADOS	108
QUADRO 46 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	109
QUADRO 47 – IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL	110
QUADRO 48 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ	119
QUADRO 49- DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS	129
QUADRO 50 – IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS	130
QUADRO 51 – CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2016	134
QUADRO 52 – ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL	140
QUADRO 53 – DEMONSTRATIVO DAS PRINCIPAIS RECEITAS	152

QUADRO 54 – DEMONSTRATIVO RECEITAS DA UFOP	154
QUADRO 55 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS RECEBIDOS POR DESCENTRALIZAÇÕES.....	156
QUADRO 56 – DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE CUMPRIMENTO	166
QUADRO 57 – QUANTITATIVO DE RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	189
QUADRO 58 – DESPESAS COM PUBLICIDADE	191
QUADRO 59 – CURSOS QUE OFERECEM A DISCIPLINA DE LIBRAS.....	193
QUADRO 60– METAS E AÇÕES DO PDI 2012-2016 PRIORIZADAS PELO SETOR PARA O ANO DE 2016	205
QUADRO 61– METAS E AÇÕES PRIORIZADAS PELO SETOR PARA O ANO DE 2017	212
QUADRO 62 - ALTERAÇÕES E REFORMAS CURRICULARES SOLICITADAS E ANALISADAS EM 2016	225
QUADRO 63 – ESTÁGIOS OFERTADOS.....	229
QUADRO 64- CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM 2016.....	235
QUADRO 65 - DOCENTES ENVOLVIDOS COM APÓS-GRADUAÇÃO EM 2016	236
QUADRO 66 - DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS EM 2016	237
QUADRO 67 - AVALIAÇÃO CAPES NO TRIÊNIO OU NOTA DA RECOMENDAÇÃO.....	238
QUADRO 68 – CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU OFERECIDOS EM 2016	241
QUADRO 69 – NÚMERO DE PATENTES	243
QUADRO 70 - NÚMERO DE DOCENTES DOUTORES E DE PESQUISADORES BOLSISTAS DO CNPQ	245
QUADRO 71- PROJETOS FAPEMIG – NÃO CADASTRADOS NO CNPQ APROVADOS EM 2016.....	245
QUADRO 72 - PROJETOS CNPQ – CADASTRADOS NO CNPQ EM 2016	247
QUADRO 73 - PROJETOS INSTITUCIONAIS	248
QUADRO 74 - RESUMO DOS PROJETOS POR AGÊNCIA DE FOMENTO.....	248
QUADRO 75 - ALUNOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA POR ÁREA E ÓRGÃO DE FOMENTO (INCLUINDO VOLUNTÁRIOS E SUBSTITUIÇÕES)	253
QUADRO 76 - ALUNOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA POR DEPARTAMENTO (EM %),	254
QUADRO 77 - NÚMERO DE BOLSAS/FINALIDADE E O NÚMERO DE ALUNOS BENEFICIADOS/ÓRGÃO FINANCIADOR DE ACORDO COM A POLÍTICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO ADOTADAS EM 2016.....	255
QUADRO 78 - AÇÕES E METAS PROPP	256
QUADRO 79– INDICADORES INSTITUCIONAIS	263
QUADRO 80– DISPENSA DE LICITAÇÃO.....	276
QUADRO 81– INDICADORES DE DESEMPENHO.....	281
QUADRO 82– CAPACITAÇÕES.....	288
QUADRO 83– PENSIONISTAS	294
QUADRO 84 - RELAÇÃO DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS COM A CONTRATAÇÃO DE FUNDAÇÕES DE APOIO	354
QUADRO 85 – FUNDAÇÃO GORCEIX	357

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ORGANOGRAMA FUNCIONAL	7
FIGURA 2 – FLUXOGRAMA GERAL DE ELABORAÇÃO DO PDI UFOP 2016-2025	18
FIGURA 3 - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PARA ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	22
FIGURA 4 - MECANISMO DE INTERAÇÃO ENTRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA INSTITUIÇÃO E SUAS AÇÕES	23
FIGURA 5 – DEMONSTRATIVO DO COMPORTAMENTO DA RECEITA NOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	57
FIGURA 6 - DEMONSTRATIVO DO COMPORTAMENTO DAS RECEITAS PATRIMONIAIS	59
FIGURA 7 - EVOLUÇÃO DE CONTRATAÇÃO PÓS REUNI	95
FIGURA 8 - EVOLUÇÃO ANUAL DOS CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU DA UFOP	240
FIGURA 9 – EVOLUÇÃO ANUAL DOS CURSOS E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU DA UFOP EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE DOCENTES DOUTORES	240
FIGURA 10 - PUBLICAÇÕES DE DOCENTES UFOP	241
FIGURA 11 - ARTIGOS, TRABALHOS COMPLETOS EM CONGRESSOS E LIVROS/CAPÍTULOS DE LIVROS DE DOCENTES X PROFESSORES DOUTORES DA UFOP DE 2007 A 2016, BASE LATTES/CNPQ	242
FIGURA 12 - NÚMERO DE PEDIDOS DE PATENTES E PROGRAMAS DE COMPUTADOR DEPOSITADAS NOS ÚLTIMOS ANOS	242
FIGURA 13 - EVOLUÇÃO ANUAL DO NÚMERO DE GRUPOS DE PESQUISA DO CNPQ	243
FIGURA 14 - GRUPOS DE PESQUISA DO CNPQ POR GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO	244
FIGURA 15 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO MÉDIO DE PROFESSORES DOUTORES POR GRUPO DE PESQUISA CNPQ	245
FIGURA 16 – EVOLUÇÃO ANUAL DOS VALORES APROVADOS PELOS DOCENTES/PESQUISADORES, INCLUINDO OS PROJETOS INSTITUCIONAIS NAS AGÊNCIAS DE FOMENTO	249
FIGURA 17- NÚMERO DE PROJETOS DE DOCENTES/PESQUISADORES POR ANO	249
FIGURA 18 - VALORES DE PROJETOS DE DOCENTES/PESQUISADORES POR ANO	250
FIGURA 19 - NÚMERO DE PROJETOS DE DOCENTES/PESQUISADORES POR DEPARTAMENTO EM 2016	250
FIGURA 20 - VALORES DE PROJETOS DE DOCENTES/PESQUISADORES POR DEPARTAMENTO EM 2016	251
FIGURA 21 - RAZÃO ENTRE O NÚMERO DE PROJETOS APROVADOS PELA FAPEMIG E CNPQ PELO NÚMERO DE DOCENTES DOUTORES POR DEPARTAMENTO NO ANO DE 2016	251
FIGURA 22- DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS PRO PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	253
FIGURA 23- EVOLUÇÃO ANUAL DO NÚMERO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	253
FIGURA 24- ALUNOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA POR ÓRGÃO DE FOMENTO (INCLUINDO SUBSTITUIÇÕES E VOLUNTÁRIOS)	254
FIGURA 25 - EVOLUÇÃO DO REGISTRO DE DIPLOMAS	269
FIGURA 26 – BALANÇO FINANCEIRO UFOP 2016	271
FIGURA 27 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO UFOP 2016	272
FIGURA 28 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO UFOP 2016 – PAG. 2	273
FIGURA 29 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO UFOP 2016 – PAG. 3	274
FIGURA 30 – BALANÇO PATRIMONIAL	275
FIGURA 31 – BALANÇO PATRIMONIAL	276

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - RESULTADO DOS INDICADORES PRIMÁRIOS – DECISÃO TCU Nº 408/2002.....	76
TABELA 2 - RESULTADO DOS INDICADORES DA DECISÃO TCU Nº 408/2002.....	76
TABELA 3- BOLSAS IMPLEMENTADAS PELA PROGRAD - 2016	195
TABELA 4 – VAGAS OFERTADAS, INSCRITOS E CANDIDATOS POR VAGA NO SISU NO 1º SEMESTRE LETIVO DE 2016	196
TABELA 5 – VAGAS OFERTADAS, INSCRITOS E CANDIDATOS POR VAGA POR MEIO DE PROCESSO SELETIVO INTERNO NO 1º SEMESTRE LETIVO DE 2016.....	197
TABELA 6 – VAGAS OFERTADAS, INSCRITOS E CANDIDATOS POR VAGA NO SISU 2º SEMESTRE LETIVO DE 2016.....	198
TABELA 7 – OCUPAÇÃO DE VAGAS RESIDUAIS NO 1º SEMESTRE LETIVO DE 2016	199
TABELA 8 – OCUPAÇÃO DE VAGAS RESIDUAIS NO 2º SEMESTRE LETIVO DE 2016	200
TABELA 9 – ALUNOS INGRESSANTES, MATRICULADOS E CONCLUÍNTES.....	200
TABELA 10 - DESEMPENHO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: CONCEITO DE CURSO (CC); CONCEITO ENADE E CONCEITO PRELIMINAR DE CURSO (CPC)	202
TABELA 11 - TAXA DE RETENÇÃO NAS DISCIPLINAS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO NO PRIMEIRO SEMESTRE LETIVO DE 2016 E TAXA DE RETENÇÃO NAS DISCIPLINAS OFERECIDAS PELOS DEPARTAMENTOS.....	217
TABELA 12 - ATIVIDADES DO PROGRAMA SALA ABERTA EM 2016.....	222
TABELA 13 - ATIVIDADES DO PROGRAMA SALA ABERTA, RELATIVAS À REFORMA DAS LICENCIATURAS (REDE DE TROCAS DAS LICENCIATURAS DA UFOP: DISCUTINDO DIRETRIZES NA TESSITURA DE NOVAS POSSIBILIDADES).....	223
TABELA 14 - GRUPOS DE PESQUISA CADASTRADOS NO CNPQ POR ÁREA DO CONHECIMENTO	244
TABELA 15- ALUNOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA POR ÓRGÃO DE FOMENTO (INCLUINDO VOLUNTÁRIOS E SUBSTITUIÇÕES)	252

SUMÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	ii
UNIDADES ACADÊMICAS	iv
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	vi
LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE FIGURAS	xii
LISTA DE TABELAS	xiii
1. APRESENTAÇÃO	1
2. VISÃO GERAL	3
2.1 Identificação da unidade prestadora de contas	3
2.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade	3
2.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou entidade	4
2.4 Ambiente de atuação	5
2.5 Organograma Funcional	7
2.6 Macroprocessos finalísticos	8
2.7 Macroprocessos de apoio	10
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	15
3.1 Planejamento Organizacional	15
3.1.1 Descrição Sintética dos objetivos do exercício	15
3.1.2 Principais Ações	18
3.1.3 Estágio de implementação do planejamento estratégico	21
3.1.4 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	24
3.2 Formas e Instrumentos de Monitoramento da Execução e dos Resultados dos Planos	25
3.3 Desempenho Orçamentário	31
3.3.1 Execução física das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	31
3.3.2 Ações não previstas na loa do exercício – restos a pagar não processados – OFSS	48
3.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	50
3.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores	52
3.4 Execução Descentralizada	53
3.4.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	53
3.4.2 Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos	53
3.4.3 Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores	54
3.4.4 Visão gerencial da análise das contas prestadas	55
3.4.5 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos	55
3.5 Informações sobre a realização das receitas	56
3.5.1 Visão Geral das Receitas diretamente arrecadadas pela UFOP	56
3.5.2 Forma de arrecadação	57
3.5.3 Receita prevista e arrecadada	57
3.5.4 Comportamento da receita ao longo do exercício e em comparação com exercícios anteriores e principais fatores que impactaram as receitas	57
3.5.5 Desempenho de arrecadação de receitas patrimoniais	59
3.6 Informações sobre a execução das despesas	60
3.6.1 Alterações significativas ocorridas no exercício	64
3.6.2 Outras informações relevantes	69
3.7 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo b e cartões de pagamento do governo federal	72
3.7.1 Concessão de Suprimento de Fundos	72
3.7.2 Utilização de Suprimento de Fundos	72
3.7.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos	73
3.8 Desempenho operacional	75

3.8.1	Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União	75
3.8.2	Resultado dos Indicadores de Desempenho das IFES	76
3.8.3	Análise dos resultados dos Indicadores de Desempenho da Universidade Federal de Ouro Preto. 77	
3.9	Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos	79
3.9.1	Acompanhamento das ações e dos resultados relacionados a termos de parceria regidos pela Lei 9.790/1999.....	79
3.9.2	Valores Repassados em Razão de Termos de Parceria Firmados	80
3.9.3	Estrutura de Acompanhamento dos Resultados dos Termos de Parceria Firmados.....	80
3.9.4	Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria.....	81
4.	GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	83
4.1	Descrição das estruturas de governança	83
4.1.1	Os Conselhos Superiores da UFOP	83
4.1.2	Conselho de Curadores - CONC.....	83
4.1.3	Conselho Universitário - CUNI.....	84
4.1.4	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE.....	85
4.1.5	Conselhos Departamentais e Colegiados de Curso	86
4.1.6	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI.....	87
4.1.7	Comitê Permanente de Moradia Estudantil – COPEME.....	87
4.2	Atuação da unidade de auditoria interna	88
4.3	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	89
4.4	Gestão de riscos e controles internos	90
5.	AREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	93
5.1	Gestão de pessoas	93
5.1.1	Estrutura de pessoal da unidade	93
5.1.2	Qualificação e capacitação da Força de Trabalho	96
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	98
5.1.4	Irregularidades na área de pessoal	100
5.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	100
5.1.6	Riscos identificados na gestão de pessoas.....	102
5.1.7	Indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos.....	103
5.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura	107
5.2.1	Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros.....	107
5.2.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	109
5.2.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	109
5.2.2.2	Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional	110
5.2.3	Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União	119
5.2.4	Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ	128
5.2.5	Bens Imóveis Locados de Terceiros	129
5.2.6	Descrição dos Imóveis Locados de Terceiro.....	130
6.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	141
6.1	Canais de acesso ao cidadão	141
6.2	Carta de serviço ao cidadão	141
6.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos – usuários.....	141
6.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	141
6.6	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	142
6.7	Atividades permanentes	143
6.7.1	Ações de recepção do estudante com deficiência	143
6.7.2	Ações institucionais.....	144
6.7.3	Ações de acessibilidade instrumental: produção de materiais e uso de tecnologias.....	144
6.7.4	Ações de acessibilidade linguística e comunicacional	145

6.7.5	Ações pedagógicas.....	146
7.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	147
7.1	Desempenho financeiro do exercício	147
7.2	Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior	148
7.2.1	Políticas, instrumentos e fontes de recurso para o ensino, à pesquisa e à extensão.....	148
7.2.2	Principal fonte de Recursos da UFOP	150
7.2.3	Captação de receitas próprias	151
7.2.4	Visão Geral das Receitas diretamente arrecadadas pela UFOP.....	154
7.2.5	Demonstração dos recursos captados e dos resultados	156
7.3	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	162
7.3.1	Descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil.....	162
7.3.2	Informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício	162
7.3.3	Tratamento contábil da depreciação	163
7.4	Informação sobre apuração de custos no âmbito da unidade	164
8.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	166
8.1	Tratamento de determinações e recomendações do tcu.....	166
8.2	Tratamento de recomendações do órgão de controle interno	189
8.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao erário.....	189
8.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da lei 8.666/1993.....	189
8.5	Revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	190
8.4	Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	191
8.5	Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do decreto 5.626/2005.....	193
9.	ANEXOS E APÊNDICES	194
9.1	APÊNDICE 1: Relatório de Atividades Pró-reitoria de Graduação.....	194
9.1.1	Pró- Reitoria de Graduação	194
9.1.1.1	Indicadores	194
9.1.1.2	Bolsas concedidas pela PROGRAD aos alunos de graduação	194
9.1.1.3	Número de inscritos e vagas oferecidas nos processos seletivos de 2016.....	196
9.1.1.4	- Número de alunos ingressantes, matriculados e concluintes por curso em 2016.....	200
9.1.1.5	Desempenho dos cursos em avaliações externas do Ministério da Educação: Conceito de Curso, conceito ENADE e Conceito Preliminar de Curso	202
9.1.2	Estratégias acadêmicas - Plano de Ações para cumprimento do PDI	205
9.1.3	Indicadores Institucionais	216
9.1.4	Outras Informações Relevantes	222
9.2	APÊNDICE 2: Relatório de Atividades Pró-reitoria de Pós-graduação	231
9.2.1	Pró-Reitoria de Pós-Graduação	231
9.2.2	Estratégias de atuação.....	234
9.2.3	Números da Pós-Graduação em 2016.....	235
9.2.4	Publicações	241
9.2.5	Número de Patentes	242
9.2.6	Pesquisa	243
9.2.7	Pesquisadores bolsistas do CNPq	245
9.2.8	Projetos de Pesquisa	245
9.2.9	Metas e ações PROPP 2016.....	256
9.2.10	Indicadores	263
9.2.11	Outras Informações Relevantes	269
9.2.11.1	Setor de Registro Acadêmico	269

93 ANEXO: Demonstrações Contábeis	268
OUTROS ITENS DE INFORMAÇÃO	274
10. RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA	274
10.1 Introdução.....	274
10.2 Descrições das Ações de Auditoria Interna.....	275
10.3 Descrição dos trabalhos de auditoria interna realizados sem previsão no PAINT	284
10.4 Relação dos trabalhos de auditoria previstos não realizados ou não concluídos	284
10.5 Avaliação dos controles internos administrativos da UFOP.....	284
10.6 Fatos relevantes de natureza administrativa ou organizacional com impacto sobre a auditoria interna.....	286
10.7 Ações de desenvolvimento institucional e de capacitação previstas para o fortalecimento da auditoria interna na entidade	288
10.8 Quantidade de recomendações emitidas e implementadas no exercício, bem como as viscendas e as não implementadas.....	288
10.9 Descrição dos benefícios decorrentes da atuação da unidade da auditoria interna ao longo do exercício.	327
10.10 Parecer da Auditoria Interna.....	328
11. PARECER DO COLEGIADO.....	341
12. RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU AREA DE CORREIÇÃO.....	344
13. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE	348
13.1 Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal	348
13.2 Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões	349
13.3 Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas	350
13.4 Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento.....	351
13.5 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial	352
13.6 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.....	352
14. INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958/1994	354

1. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) apresenta, de forma transparente e precisa, as ações e atividades da instituição no ano de 2016, assim como seus indicadores.

Este documento é resultado do empenho coletivo dos diversos setores acadêmicos e administrativos que compõem a instituição e está organizado nas seguintes seções: elementos pré-textuais, apresentação, visão geral da unidade, planejamento organizacional e resultados, governança, gestão de riscos e controles internos, áreas especiais da gestão, relacionamento com a sociedade, desempenho financeiro e informações contábeis, conformidade com a gestão de demandas de órgãos de controle, outros itens de informação e, por fim, informações suplementares.

O relatório foi elaborado em conformidade com as orientações e disposições, aplicáveis às Instituições de Ensino Superior (IES), estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), sendo elas: Instrução Normativa TCU nº 63, de 01 de setembro de 2010, da Decisão Normativa TCU nº 154, de 19 de outubro de 2016, da Decisão Normativa TCU nº 156, de 30 de novembro de 2016 e da Portaria - TCU Nº 59 de 19 de janeiro de 2017.

Estruturado de acordo com as orientações supracitadas, o objetivo deste documento é fornecer informações consolidadas, não apenas aos órgãos de fiscalização, mas para toda a sociedade, de forma que se construa uma visão completa do funcionamento da instituição em 2016.

Nesta perspectiva, as principais realizações da universidade no ano relacionam-se às atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, assim como a medidas de controle e aplicação eficiente de recursos.

A política de distribuição de bolsas aos alunos dos cursos de graduação e pós-graduação tem um papel importante na melhoria da formação dos alunos. No âmbito da graduação destacam-se as bolsas de monitoria, incentivo à inovação pedagógica (Pró-ativa), iniciação à docência, educação tutorial, mobilidade acadêmica nacional, mobilidade acadêmica internacional, iniciação científica, extensão, participação em eventos, organização de eventos e excursões curriculares. Como mostra o presente relatório, essas bolsas são oriundas de recursos próprios, em sua grande maioria, e de órgãos que apoiam tais iniciativas, como MEC, CNPq, FAPEMIG, Fundação Gorceix e Banco Santander, e foram captadas a partir da participação em editais específicos. No âmbito da pós-graduação, a instituição oferta um conjunto significativo de bolsas de mestrado e doutorado, com recursos próprios, que visam, prioritariamente, apoiar os Programas de pós-graduação mais recentes, que têm dificuldade para captar novas bolsas junto aos órgãos de fomento, assim como fortalecer os Programas para que melhorem seus indicadores. Essas bolsas, junto com aquelas captadas junto aos diversos órgãos de fomento, proporcionaram melhores condições para consolidação dos Programas e fixação dos estudantes.

Na pesquisa, destaca-se a ampliação dos recursos para apoiar os pesquisadores, por meio de edital público da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPP), amparado pela Resolução CEPE 5.705, que regulamenta a concessão do Auxílio Financeiro ao Pesquisador. Parte desse auxílio foi direcionada ao apoio de grupos emergentes de pesquisa, que são embriões de novos Programas de pós-graduação. Outra importante ação na pesquisa foi a concessão de auxílio financeiro ao estudante para permitir sua participação em eventos científicos e missões acadêmicas, e favorecer o intercâmbio de conhecimento entre instituições e grupos de pesquisa.

No que tange à internacionalização, destaca-se o aumento no número de acordos com instituições estrangeiras e consequente aumento no número de alunos estrangeiros, assim como aumento no número de alunos em mobilidade internacional; a regulamentação do aproveitamento de créditos cursados no exterior, com inserção da mobilidade no histórico escolar; a oferta de quatro disciplinas em inglês; a criação da comissão permanente de internacionalização; a adesão ao Erasmus+, o maior programa de internacionalização em andamento no mundo; a instalação da sede da Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAINT) no campus Ouro Preto, promovendo uma maior aproximação com a comunidade acadêmica; a alimentação do bando de dados da *Times Higher Education* e inclusão da UFOP entre as 50 maiores universidades da América Latina. Além

dessas ações, destaca-se a implementação da Mobilidade Internacional para Técnicos em Assuntos Educacionais, implementado na Universidade do Algarve, que permitiu a um conjunto de servidores selecionados por Edital específico da CAINT conhecer novos processos de trabalho e, assim, contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento das atividades realizadas na UFOP.

Em termos de inovação tecnológica, destacam-se, por meio do Núcleo de Inovação Tecnológica e Empreendedorismo (NITE), a ampliação do número de transferências de tecnologias para a sociedade e o recebimento, pela UFOP, de royalties decorrentes de uma das transferências.

Na graduação destacam-se a criação do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), aprovado como elemento integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); a implantação da assessoria técnico-pedagógica para a construção de projetos pedagógicos e realização de alterações curriculares; a implantação da plataforma Moodle para cursos de graduação presenciais, de forma a apoiar os docentes na criação e desenvolvimento dos seus cursos, ampliando os espaços de interação entre docentes e alunos; fortalecimento do Programa Sala Aberta, que amplia os espaços de diálogos e propicia a reflexão permanente sobre os desafios da docência; e lançamento do projeto Sou Mais UFOP, com a divulgação em vídeo dos cursos de graduação da instituição.

Na pós-graduação destacam-se o início de mais três Programas de pós-graduação, com a criação dos cursos de mestrado em Economia Aplicada, mestrado profissional em Instrumentação, Controle e Automação de Processos em Mineração, em parceria com o Instituto Tecnológico Vale e a criação do curso de doutorado multicêntrico em Química; a aprovação do Programa de Pós-graduação em Direito, com início programado para março de 2017; a destinação, por meio da Resolução CUNI 1885, de 24 novas vagas docentes específicas para fortalecer o ensino e a pesquisa de cada um dos Programas acadêmicos e a concessão, com respaldo nessa mesma Resolução, de cotas de professores substitutos a cada departamento acadêmico para promover a capacitação docente ao nível de doutorado e, assim, melhorar o percentual de titulação ao nível de doutorado dos docentes da instituição, atualmente em 74%.

Na extensão destacam-se a realização do VII Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), com a participação de mais de 4 mil pessoas, um número recorde para os eventos da área; a implementação do projeto Campus Aberto, estimulando o diálogo entre as comunidades acadêmica, marianense e ouro-pretana; a implantação do Observatório Interinstitucional da Tragédia de Mariana - Rio Doce, para integrar as atividades de extensão, pesquisa e ensino propostas às comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem de Rejeitos de Fundão, da Samarco Mineradora; instalação da Pró-reitoria de Extensão (PROEX) no campus Ouro Preto, promovendo maior integração do setor com a comunidade; e a realização do Festival de Inverno de Ouro Preto e Mariana, mesmo em um cenário sem apoio financeiro externo.

Com relação às atividades de planejamento estratégico e organizacional, no ano de 2016, destacam-se a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFOP para o período 2016-2025 e a criação da CEPE 7.000, que trata da regulamentação da participação dos docentes, técnico-administrativos e discentes em projetos com suporte das Fundações de Apoio. Esta Resolução contribui, também, para aumentar a captação de recursos por meio das prestações de serviços de seus servidores, além de regulamentar os percentuais de ressarcimento pelo uso do patrimônio da UFOP. O PDI foi construído com um caráter plural e participativo, que envolveu toda a comunidade acadêmica. Por meio de seminários, discussões e consultas públicas desenvolveu-se um documento claro e com metas e objetivos dinâmicos e bem definidos. No escopo do planejamento e execução orçamentária, apresenta-se a relação entre a previsão e a execução das principais rubricas do orçamento do exercício, assim como as conexões do orçamento com os objetivos do Plano Plurianual do Governo Federal (PPA). As maiores dificuldades encontradas associam-se à falta e à liberação tardia de recursos. Esse atraso levou ao andamento lento de muitas atividades e postergou a finalização de alguns projetos e atividades. Deste modo, alguns esforços foram empreendidos com a utilização de novas estratégias, destacando-se a ordenação das prioridades dos gastos por meio da implementação do Plano de Gestão e Plano Anual de Ações, que estabeleceu metodologia de distribuição de recursos e mecanismos de controle de teto orçamentário para os setores da UFOP.

2. VISÃO GERAL

2.1 Identificação da Unidade Prestadora de Contas

Quadro 1 - Dados identificadores da unidade prestadora de contas

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código S IORG: 473
Identificação da Unidade Prestadora de Contas			
Denominação completa: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto			
Denominação abreviada: UFOP			
Código S IORG: 473	Código LOA: 26277	Código S IAFI: 154046	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fundação do Poder Executivo			
Principal Atividade: Ensino, Pesquisa e Extensão			Código CNAE: 8531-7
Telefones/Fax de contato:	(031) 3559-1218	(031) 3559-1228	
Endereço eletrônico: reitoria@ufop.br			
Página da Internet: http://www.ufop.br			
Endereço Postal: Rua Diogo de Vasconcelos, 122, Pilar, Ouro Preto, MG. CEP: 35.400 -000.			

Fonte: PROPLAD

2.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Universidade Federal de Ouro Preto, no ano de 2016, iniciou o processo de revisão e elaboração do seu novo estatuto, no entanto este ainda não foi finalizado. Assim, considerando o disposto em seu atual estatuto, a UFOP apresenta como “finalidades” os seguintes pontos:

- i. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- ii. Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- iii. Incentivar o trabalho de pesquisa e de investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e à criação e à difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- iv. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- v. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- vi. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- vii. Promover a extensão, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas nesta Instituição.

No exercício de sua autonomia constitucional, é assegurado à Universidade Federal de Ouro Preto:

- i. Criar, expandir, modificar e extinguir Cursos;
- ii. Ampliar e diminuir vagas;

- iii. Elaborar a programação dos Cursos e fixar os currículos, observadas as normas gerais pertinentes;
- iv. Estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividade de extensão;
- v. Decidir sobre planos de carreira docente, bem como contratar e dispensar professores, dentro dos recursos orçamentários disponíveis e respeitada a legislação pertinente;
- vi. Propor quadro e regulamento próprios de pessoal docente e técnico-administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendida as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;
- vii. Elaborar e reformar o presente Estatuto, bem como o Regimento Geral, em consonância com as normas gerais atinentes;
- viii. Conferir graus, títulos e diplomas, que, uma vez registrados, terão validade nacional;
- ix. Firmar contratos, acordos e convênios;
- x. Aprovar e executar planos, programas e projetos de investimento referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com recursos alocados pelo Poder Público;
- xi. Elaborar os orçamentos anuais e plurianuais;
- xii. Adotar regime financeiro e contábil próprio que atenda à peculiaridade de organização e funcionamento;
- xiii. Efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem financeira e patrimonial necessárias ao desempenho das atividades próprias;
- xiv. Realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;
- xv. Receber, anualmente, do Orçamento Geral da União, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento, conforme constitucionalmente estabelecido e legalmente distribuído.

2.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou entidade

O Quadro 2 apresenta as normas de criação, alteração e funcionamento da instituição.

Quadro 2 - Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da instituição

Normas relacionadas à Unidade Prestadora de Contas	
Normas de criação e alteração da Unidade Prestadora de Contas	
Decreto-Lei nº 778, de 21/08/1969	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Prestadora de Contas	
Estatuto da Universidade Federal de Ouro Preto, publicado em 11 de novembro de 1997 e Regimento Geral da Universidade Federal de Ouro Preto, publicado em 10 de setembro de 1998	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Prestadora de Contas	
<ul style="list-style-type: none"> • <u>Normas Gerais para os Programas de Iniciação Científica da UFOP</u> • Manual do Aluno • <u>Edital PROEX – 2014 - Fluxo Contínuo</u> 	
Demais normativos da graduação, pesquisa e extensão estão disponibilizados na página da UFOP: www.ufop.br	
Manual de Processo Administrativo Disciplinar	
Demais normativos referentes a pessoal estão disponibilizados na página da UFOP: www.ufop.br	
Portaria nº 478, de 05 de novembro de 2008 - Organograma	
Resolução CUNI nº 1.115, de 14 de junho de 2010 - PDI	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Prestadora de Contas	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Prestadora de Contas	
Código SIAFI	Nome
154046	Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Gestões relacionadas à Unidade Prestadora de Contas	
Código SIAFI	Nome
15263	Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
154046	15263

Fonte: PROPLAD

2.4 Ambiente de atuação

A Universidade Federal de Ouro Preto foi instituída como Fundação de Direito Público em 21 de agosto de 1969, incorporando duas instituições de ensino superior centenárias: a Escola de Farmácia (1839) e a Escola de Minas (1876). Conciliando tradição e modernidade, a Universidade Federal de Ouro Preto expandiu-se com a criação de unidades acadêmicas e com a implantação de cursos. A adesão da UFOP ao REUNI, com base no Plano de Reestruturação e Expansão aprovado pelo Conselho Universitário no dia 14 de dezembro de 2007, provocou impactos globais na Instituição em diversas perspectivas. Atualmente a UFOP possui 3 campi, distribuídos em 3 municípios: Campus Ouro Preto; Campus Mariana e Campus João Monlevade constituídos por:

I. Campus Ouro Preto

- a. Campus Morro do Cruzeiro: com unidades acadêmicas Escola de Farmácia; Escola de Minas; Escola de Nutrição; Escola de Medicina; Escola de Direito, Turismo e Museologia; Instituto de Ciências Exatas e Biológicas; Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (Cursos Artes Cênicas e Música); Centro de Ensino a Distância; e Unidade Isolada - Centro Desportivo da UFOP;
- b. Campus Centro Histórico: com a Reitoria; Museu Ciência e Técnica; Museu da Escola de Farmácia; Instituto de Filosofia Artes e Cultura (curso Filosofia); Restaurante Universitário Ouro Preto (REMOP).

II. Campus Mariana

- a. Instituto de Ciências Humanas e Sociais;
- b. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas.

III. Campus João Monlevade: Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas

No campus Morro do Cruzeiro, além das unidades acadêmicas, conta com um Centro de Convergência, onde estão alojadas as Pró-Reitorias, com exceção da PROEX que está alojada no prédio da Comunicação Institucional e da PROPP que está alojada no prédio do ICEB enquanto aguardam a reforma do primeiro andar do prédio do Centro de Convergência, dentre demais setores administrativos da UFOP; Centro de Vivência, abrigando o Restaurante do Campus (RECAM) lojas e bancos, dentre outros prédios como o setor de serviços que comporta a Prefeitura Universitária, Coordenadoria de Patrimônio, Almoxarifado Central e Divisão de Transportes. Possui também um Centro de Saúde e Centro de Cirurgia Ambulatorial (em fase de finalização da obra); as instalações do CEDUFOP com Ginásio de práticas poliesportivas, piscina, campo de futebol além de outras estruturas como subestação elétrica de outras em fase de finalização as obras. Também estão em fase final as obras de adaptação dos novos espaços localizados no primeiro andar do prédio do Centro de Convergência, que abrigará setores administrativos. Acrescenta-se ainda, diversas instalações como o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), localizado no ICEB, além dos prédios e alojamentos de moradia estudantil. No início de 2013, foi criada a Escola de Medicina, no campus Morro do Cruzeiro, responsável por sediar o curso de Medicina. O curso, que surgiu em 2007 e funcionava junto com o Departamento de Farmácia, agora tem prédio próprio. Outra conquista foi a implantação da graduação em Museologia, primeira de Minas Gerais. Suas atividades são realizadas também no Morro do Cruzeiro.

O desenvolvimento da Universidade também é refletido pelas atividades de pesquisa e pós-graduação. A política de capacitação de professores, a criação de cursos de pós-graduação e a montagem de diversos laboratórios financiados por órgãos como CNPq, FINEP e FAPEMIG são os principais indicadores. Através do Núcleo de Pesquisa em Ciências Biológicas (NUPEB), agora com novo prédio, agrega professores de três unidades para pesquisa e ensino em pós-graduação

(classificado com conceito 6 pela CAPES) sendo que a UFOP está inserida na Rede Genoma do Estado de Minas Gerais. Contempla também o Centro de Ciência Animal – CCA com estrutura de canil, criadouro de ratos e camundongos e laboratórios de experimentação. Uma das importantes parcerias firmadas pela UFOP acontece por meio da Rede Temática em Engenharia de Materiais (REDEMAT), que integra a UFOP à Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e ao Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC) e oferece cursos de pós- graduação stricto sensu (mestrado e doutorado).

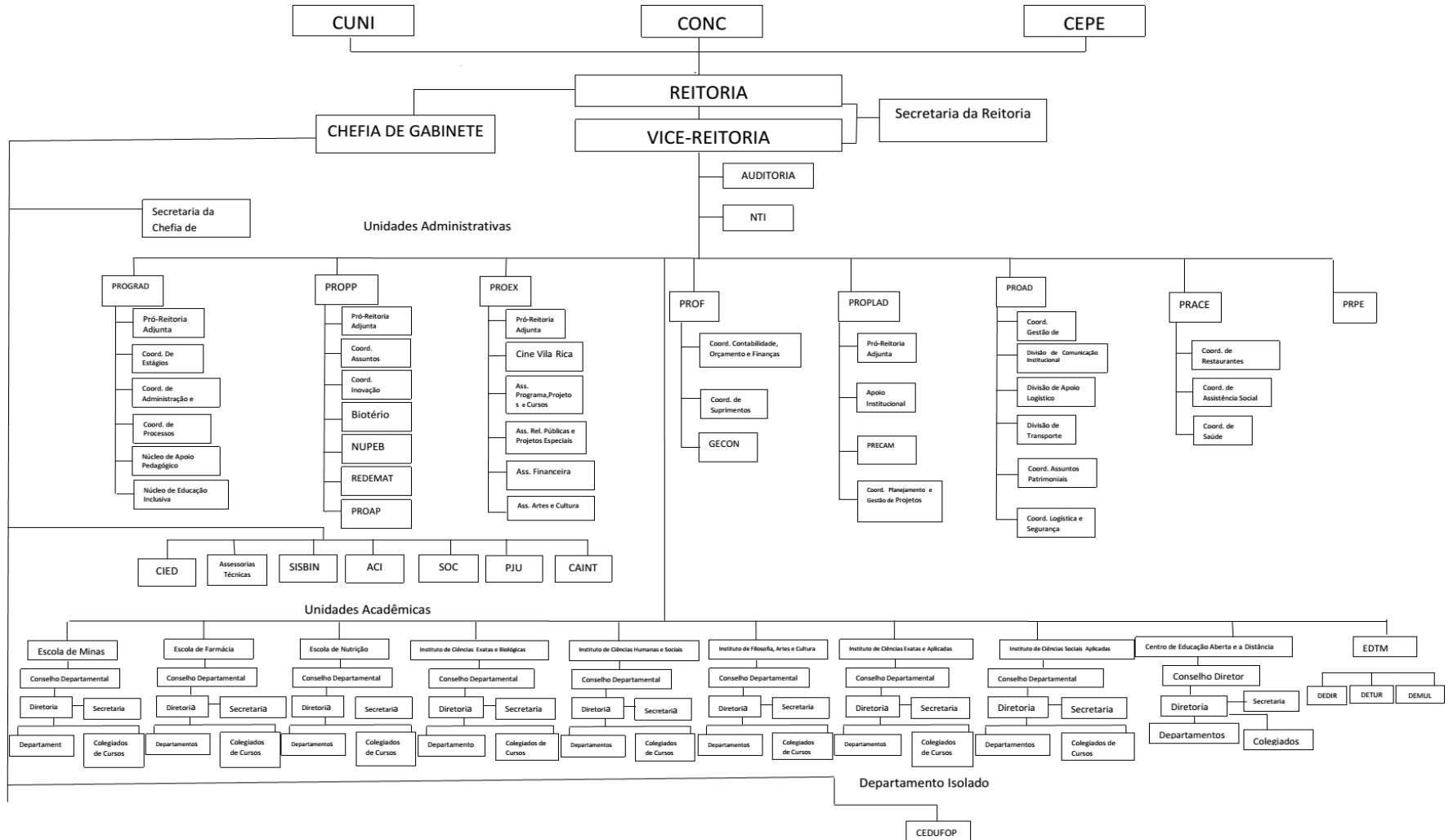
A comunidade ouro-pretana também é contemplada com projetos como o Laboratório Piloto de Análises Clínicas, que atende gratuitamente 60 pessoas por dia, realizando mais de quatro mil exames por mês. Nos últimos anos, a UFOP realiza projetos destinados a transformá-la, dando-lhe autonomia e independência, e contribuindo para o desenvolvimento econômico de Ouro Preto, Mariana e região. Com o Centro de Artes e Convenções, espaço de eventos que funciona no antigo Parque Metalúrgico da Escola de Mias, a UFOP vem contribuindo para multiplicar a força econômica do turismo em Ouro Preto. Orientado para a cultura, a ciência e a educação, o Centro de Artes e Convenções recebe seminários, espetáculos e shows nacionais e internacionais. A UFOP busca trazer o século XXI a uma cidade com mais de 300 anos. A proposta de preservação reafirma-se através de projetos como a Oficina de Cantaria, que recupera importantes monumentos históricos, e o Fórum das Artes, que promove a reflexão sobre artes e patrimônio. O Museu de Ciência e Técnica, o Museu de Farmácia e o Observatório Astronômico são importantes centros de conservação da memória e da cultura que guardam um legado de conhecimento para a sociedade.

A Universidade Federal de Ouro Preto atende, por meio da ação 20RK - Funcionamento das Universidades Federais, uma de suas principais finalidades que é a formação de profissionais em nível superior. Nesta ação estão alocados os recursos destinados às principais ações de gestão institucional, voltadas para a manutenção e funcionamento da instituição e para o custeio das ações desenvolvidas no âmbito da graduação, pós- graduação, ensino, pesquisa e extensão. Diante da abrangência da destinação, faz-se necessário a abordagem sucinta da atual estrutura institucional.

Os recursos da Ação 20RK são para garantir a manutenção e funcionamento da estrutura da instituição. Entretanto registra-se que os impactos decorrentes do processo de expansão e desenvolvimento da instituição repercutiram fortemente nas despesas de custeio de modo que os créditos consignados são insuficientes para garantir todas as demandas em sua plenitude de maneira a garantir que a instituição possa cumprir sua missão com a qualidade que a sociedade espera. A insuficiência leva a gestão a um esforço constante de articulação junto ao mantenedor para a complementação de recursos. Registra-se a necessidade de revisão dos indicadores utilizados pela ANDIFES para a composição da matriz orçamentária da UFOP.

25 Organograma Funcional

Figura 1 - Organograma funcional



Fonte: PROPLAD

2.6 Macroprocessos Finalísticos

Quadro 3 - Macroprocessos Finalísticos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO				
A universidade Federal de Ouro Preto tem como missão “Produzir, sistematizar e socializar o saber científico, tecnológico e cultural, visando à formação e à participação do ser humano no exercício profissional, com solidariedade, ética e reflexão crítica, buscando sempre a construção de uma sociedade mais justa, soberana e democrática.”				
PROCESO	OBJETIVOS	PRODUTOS	PRINCIPAIS BENEFICIÁRIOS/CLIENTES	PRINCIPAIS PARCEIROS
Formação de Pessoas	Formar pessoas nas diferentes áreas do conhecimento, aptas para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira	Professores, Engenheiros, Farmacêuticos, Biólogos, Médicos, Advogados, Jornalistas, Historiadores, Filósofos, Artistas, Músicos, etc.	- Sociedade em geral, - Empresas privadas de diferentes setores da economia - Serviço Público	INTERNOS: Os setores acadêmicos e Administrativos da UFOP EXTERNOS: MEC, CAPES, CNPq, FAPEMIG, INEP, MCT e outros.
Produção do conhecimento	Incentivar o trabalho de pesquisa e de investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e à criação e à difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.	Novas tecnologias, artigos científicos, patentes, produção artística e cultural	- Sociedade em geral, - Empresas privadas de diferentes setores da economia - Serviço Público	
Socialização do saber	Estabelecer o diálogo entre a Universidade e a Sociedade por meio da troca entre saberes acadêmico e popular, de forma sistematizada com a finalidade de propiciar a democratização do conhecimento e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.	Conservação do patrimônio cultural, renovação de práticas culturais	Sociedade em geral	
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD				
A Pró-Reitoria de Graduação da UFOP (PROGRAD/UFOP) é o órgão responsável pela proposição, implementação e fiscalização das políticas de ensino de graduação da universidade em parceria com as Unidades Acadêmicas, Colegiados de Cursos e Departamentos Acadêmicos, dentre outros.				
PROCESO	OBJETIVOS	PRODUTOS	PRINCIPAIS BENEFICIÁRIOS/CLIENTES	PRINCIPAIS PARCEIROS
Desenvolver Política de Ensino de Graduação	Orientar, apoiar, acompanhar e avaliar a elaboração, implantação e execução dos Projetos Pedagógicos dos cursos de Graduação	- Projetos Pedagógicos dos cursos - Normas para o ensino de graduação - Programas de Ensino (monitoria e pró-ativa)	- Docentes - Alunos da Graduação da UFOP	INTERNOS: - Colegiados de cursos de Graduação; - Comitê de Atividades Acadêmicas EXTERNO: MEC
Realizar o controle acadêmico	Realizar e controlar os registros acadêmicos, a emissão de diplomas, certificados, declarações e atestados e outros relativos às atividades de ensino de graduação.	- Alunos matriculados - Histórico escolar - Diplomas	Alunos de Graduação da UFOP	INTERNOS: - Colegiados de Cursos de Graduação; - Departamentos; - Núcleo de Tecnologia da Informação EXTERNO: MEC
Regulamentar Estágio	Estabelecer normas e procedimentos de estágios, bem como mediar a relação entre a Universidade e o mundo do trabalho.	Convênios firmados entre a Universidade e as Instituições concedentes de estágio.	Alunos de Graduação da UFOP	INTERNOS: - Colegiados de curso de Graduação; - Assessoria de Comunicação Social EXTERNOS: - Empresas públicas e privadas ligadas à indústria, comércio e prestação de serviços; - Órgãos públicos; - ONGs, etc.
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROPP				
A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPP é a instância responsável em assessorar a Administração da Universidade nos assuntos relativos à Pesquisa Científica e Tecnológica, e à Pós-Graduação. A PROPP procura estimular e fomentar as atividades de pesquisas e elege como uma de suas principais prioridades a criação e consolidação de Programas de Pós-Graduação na UFOP. Seus objetivos são: a busca da qualificação acadêmico-científica e a inserção nacional e internacional dos programas stricto sensu da UFOP; a qualificação de seu corpo docente; a produção qualificada do				

conhecimento científico e tecnológico; a expressiva interação com o setor produtivo para transferência de tecnologia e conhecimento; incentivo a utilização multiusuária da infraestrutura disponível visando a sua otimização, racionalização e flexibilização. A missão da PROPP é desenvolver ações estratégicas de apoio à pesquisa e aos programas de pós-graduação já recomendados pela CAPES e em fase de consolidação, bem como ao incentivo ao surgimento de novos programas de pós-graduação stricto sensu, de redes e núcleos de pesquisa, em sintonia com as políticas nacionais e alicerçadas em bases sólidas e coerentes.				
PROC ESSO	OBJETIVOS	PRODUTOS	PRINCIPAIS BENEFICIÁRIOS/CLIENTES	PRINCIPAIS PARCEIROS
Desenvolver políticas para o Ensino de Pós-graduação	Propor diretrizes para o ensino de pós-graduação no âmbito da UFOP e desenvolver políticas para estimular a implantação de cursos de doutorado nos programas de pós-graduação, bem como estimular a criação de novos programas de pós-graduação stricto sensu.	- Programas de Mestrado e Doutorado - Cursos de Especialização - Estágio Docência - Diplomas e Certificados	- Sociedade - Discentes - Instituições de Ensino - Empresas Privadas, Públicas, etc.	INTERNOS: - Departamentos; - Unidades Acadêmicas; - PROPLAD; EXTERNOS: - CAPES; - FAPEMIG; - CNPq; - Fundação Gorceix; - Empresas
Qualificar o corpo Docente e Técnico Administrativo	- Incrementar a qualificação dos docentes da UFOP e sua participação nos programas de pós-graduação, por meio de cursos de doutorado e de estágio pós-doutoral no Brasil e exterior. - Apoiar docentes e técnicos administrativos no processo de qualificação.	- Docentes com titulação de doutor - Técnico Administrativo com titulação de Mestrado e Doutorado	- Docentes - Técnico Administrativo	INTERNOS: - PROAD; - Departamentos; - Unidades Acadêmicas EXTERNOS: CAPES, CNPq e FAPEMIG
Desenvolver estratégias de apoio à pesquisa científica e tecnológica	Estimular as atividades de pesquisa no âmbito da UFOP, integrando docentes, discentes, da pós-graduação e da graduação, bem como os técnicos administrativos, de forma a criar um ambiente propício à investigação científica e à produção de conhecimento, a busca do conhecimento, capaz de gerar desenvolvimento	- Projetos de Pesquisa - Artigos científicos - Patentes - Inovações tecnológicas - Inovações artísticas e culturais	- Sociedade em geral - Discentes Empresas privadas e públicas	INTERNOS: Programas de Pós-graduação; - Unidades Acadêmicas; - Departamentos; - DOF; - PROPLAD EXTERNOS: - CAPES; - FAPEMIG; CNPQ; - MCT, etc.
PRO-REITORIA DE EXTENSÃO - PRO Ex				
A Pró-Reitoria de Extensão é responsável pela integração do desenvolvimento científico à vida cotidiana da Sociedade, mas ao mesmo tempo levanta elementos desta realidade para serem investigados e debatidos na academia, em um trabalho constante de alimentação conjunta do conhecimento popular e o científico.				
PROC ESSO	OBJETIVOS	PRODUTOS	PRINCIPAIS BENEFICIÁRIOS/CLIENTES	PRINCIPAIS PARCEIROS
Gestão da Extensão	Desenvolver políticas para o estabelecimento de diálogo entre a Universidade e a Sociedade, sistematizando e fomentando as ações extensionistas.	- Cursos - Programas - Projetos - Serviços	- Discentes - Sociedade	INTERNOS: -Departamentos; - Unidades Acadêmicas; - PROGRAD; - PROPLAD; - PROF EXTERNOS: - MEC; - FAPEMIG; - Prefeituras
Gestão da Cultura	Contribuir para a produção, desenvolvimento e preservação da cultura e da memória	- Acervos; - Cursos; - Exposições; - Festivais; - Oficinas; - Peças teatrais; - Programas e Projetos culturais	- Sociedade - Discentes - Órgãos e Empresas do setor Cultural	INTERNOS: -Departamentos; - Unidades Acadêmicas; - PROGRAD; - PROPLAD; - PROF; EXTERNOS: - MEC; - FAPEMIG; - Minc; - Prefeituras
Gestão da difusão da tecnologia e inovação	- Apoiar e fortalecer o uso de novas tecnologias e geração de novos produtos e processos pelo setor produtivo da sociedade e promover ações de interiorização, difusão de tecnologia e divulgação e popularização da ciência.	- Cursos - Programas - Projetos - Eventos	- Sociedade - Discentes - Empresas públicas e privadas	INTERNOS: -Departamentos; - Unidades Acadêmicas; - PROGRAD; - PROPLAD; - PROF EXTERNOS: - MEC; - FAPEMIG; - Empresas; - Prefeituras

Fonte: PROPLAD

2.7 Macroprocessos de Apoio

Quadro 4 - Macroprocessos de Apoio

MACROPROCESSO				
PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS - PRACE				
<p>A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – PRACE é a instância responsável por coordenar e acompanhar as ações na execução das políticas públicas da UFOP, que se dá através do trabalho de ação comunitário, visando à promoção de um ambiente adequado para o desenvolvimento das atividades dos segmentos sociais que compõem a Universidade.</p> <p>Seu objetivo é dar condições para que comunidade universitária tenha acesso a projetos e programas que visem garantir a permanência com sucesso e êxito dos segmentos que compõem a universidade.</p> <p>A missão da PRACE é garantir o bem estar psicossocial de toda comunidade ufopiana.</p>				
PROCESSO	OBJETIVOS	PRODUTOS	PRINCIPAIS BENEFICIÁRIOS / CLIENTES	PRINCIPAIS PARCEIROS
Garantir condições de permanência dos estudantes	Possibilitar aos estudantes em vulnerabilidade econômica condições de permanência, de forma que eles possam realizar seus cursos de graduação.	- Bolsa Alimentação; - Bolsa Permanência; - Bolsa Transporte; - Bolsa de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico; - Moradia Estudantil.	- Discentes	- Fundação Gorceix;
Desenvolver ações de apoio psicossocial aos estudantes	- Oferecer orientação, informações e assistência à comunidade ufopiana. - Diagnosticar as causas das dificuldades encontradas pelo aluno com baixo rendimento e construir estratégias de recuperação - Buscar o equilíbrio psicológico e emocional da comunidade ufopiana. - Dar oportunidade de acesso à Universidade à comunidade acadêmica e à sociedade em geral.	- Programa de Acompanhamento Acadêmico; - Programa de recepção de calouros; - Projeto Longe de casa; - Projeto ponto de encontro; - Projetos: Encontro em Matemática, Pré-vestibular, Rumo à Universidade, Reciclando vidas, Inclusão digital; - Sessões de Massoterapia; - Aulas de Yoga e Aikido; - Cursos diversos	- Discentes - Docentes - TAs - Sociedade em geral	- Escolas públicas municipais e estaduais; - Prefeituras
Promover ações de apoio à saúde	Melhorar a qualidade de vida da comunidade universitária, promovendo a melhoria da saúde, auto estima, relação interpessoal e o bem estar social.	- Programa Travessia - Projeto ConTATO - Projeto Qual é a sua - Projeto Conviver - Projeto Atenção à Mulher Estudante	- Discentes - Docentes - TAs - Sociedade em geral	INTERNOS: - ACI; - PROEx; - NAJOP EXTERNOS: - Fundação Gorceix; - Prefeitura Municipal de Ouro Preto; - Sistema Único de Saúde
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO - PROAD				
<p>A Pró-Reitoria de Administração – PROAD é a instância responsável pela gestão de recursos humanos, vigilância, portaria, limpeza, jardinagem, transporte, comunicação institucional (malote), protocolo (autuação de processos), arquivo central, disciplinar (PADs e Sindicâncias), patrimônio, saúde ocupacional e segurança no trabalho, além de contratos de serviços de recepção e serviços gerais.</p>				

Seu objetivo é prover condições básicas para o desenvolvimento pleno das atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de alimentar os sistemas do Governo Federal. A missão da PROAD é garantir condições humanas e de infraestrutura para as atividades finalísticas da Universidade.				
PROCESSO	OBJETIVOS	PRODUTOS	PRINCIPAIS B ENEFICIÁRIOS/CLIENTES	PRINCIPAIS PARCEIROS
Gestão de Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> - Planejar, executar e avaliar as ações de administração e desenvolvimento de recursos humanos. - Coordenar, executar e instruir processos administrativos, relativos a provimento/vacância de cargos públicos e contratos temporários na UFOP, nomeação, aposentadoria, e xoneração e pensão, bem como controle de cargos efetivos. - Apoiar a capacitação e qualificação dos servidores 	<ul style="list-style-type: none"> - Concursos Públicos; - Processos físicos de registros funcionais; - Plano de capacitação e qualificação; - Sistemática de avaliação dos servidores; - Progressões em carreiras ; - Pagamento de Pessoas (salários, proventos e pensões); - Atendimento aos servidores; - Contratações temporárias; - Correição disciplinar; - Saúde do trabalhador; - Relações no trabalho; - Capacitação e Qualificação do Servidor 	<ul style="list-style-type: none"> - Docentes - Técnicos - Administrativos 	<ul style="list-style-type: none"> - SGA/MPOG - NTI/UFOP - SERPRO
Gestão Patrimonial	Planejar, e xecutar e avaliar as ações de administração dos bens móveis e imóveis.	<ul style="list-style-type: none"> - Processo de registro e classificação de bens adquiridos - Processo de recolhimento de bens inservíveis - Processo de acompanhamento de leilões e doações de bens - Processo de inventário anual - Processo de formalização de transferências e baixas - Registro e controle de imóveis 	<ul style="list-style-type: none"> - Docentes - Técnicos - Administrativos 	<ul style="list-style-type: none"> - SPU/MG - CGU/MG
Gestão da Comunicação Institucional e de Documentos	Administrar os processos relacionados à comunicação interna e arquivamento e desarquivamento de documentos.	<ul style="list-style-type: none"> - Protocolo e autuação em Processos Administrativos - Distribuição de documentos - Catalogação, conservação e guarda de documentos - Gestão de informação - Digitalização de acervo 	<ul style="list-style-type: none"> - Docentes - Técnicos - Administrativos 	<ul style="list-style-type: none"> - Arquivo Nacional
Gestão da Logística, Segurança e Transporte	Planejar, avaliar, implantar, acompanhar toda e qualquer medida de cunho administrativo e diretivo relacionados à logística, segurança e transporte.	<ul style="list-style-type: none"> - Operacionalização de uso de veículos para realização de excursões curriculares - Gerenciamento do uso da frota de veículos - Manutenção veicular preventiva e corretiva - Profissionais treinados e capacitados 	<ul style="list-style-type: none"> - Docentes - Técnicos - Administrativos - Discentes 	<ul style="list-style-type: none"> SLTI/MPOG

		constantemente para atender as diferentes demandas		
Atualização e lançamento de registros	- SIAPE; - SISAC; - SPIUNet; - SIASS; - Minha UFOP; - SIMEC; - SCDP	- Sistemas atualizados - Relatórios - Plano de Providências - Solicitações de Auditorias	- Docentes - Técnicos Administrativos	
PRO-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DES ENVOLVIMENTO - PROPLAD				
A Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento é um órgão de assessoria direta à Reitoria e aos Conselhos Superiores da Universidade Federal de Ouro Preto, que tem por finalidade planejar, coordenar, fomentar e acompanhar o desenvolvimento Institucional. Assim, é competência da PROPLAD: estabelecer políticas de planejamento, avaliação institucional, gestão orçamentária e patrimonial, coordenar a elaboração e a execução do Planejamento Estratégico da UFOP.				
PROCESSO	OBJETIVOS	PRODUTOS	PRINCIPAIS BENEFICIÁRIOS/CLIENTES	PRINCIPAIS PARCEIROS
Coordenar e Acompanhar o Planejamento Institucional	Garantir as condições para o cumprimento das metas institucionais e acompanhar as ações desenvolvidas pelas unidades e setores administrativos, criando memória da condução do Planejamento na UFOP e gerando dados para a prestação de contas anual.	- Relatório de Gestão; - Indicadores TCU/ CGU; - Relatórios das atividades e ações de Planejamento; - Novos Cursos; - Mais vagas; - Estrutura física adequada	Administração Superior da UFOP Comunidade Acadêmica Sociedade	INTERNOS: Unidades Acadêmicas e Setores Administrativos. EXTERNOS: Ministério da Educação, TCU / CGU / MG
Coordenar e Acompanhar o Planejamento Orçamentário	Compatibilizar as necessidades acadêmicas com os recursos orçamentários disponíveis e ter o controle sobre as despesas e receitas da UFOP, com vistas à proposição de melhores políticas financeiras para a Instituição de forma a tornar a distribuição dos recursos mais justa, eficiente e transparente.	- Infraestrutura adequada (equipamentos e material) - Distribuição dos recursos financeiros a partir dos resultados apresentados nos Indicadores de Desempenho	Administração Superior da UFOP Unidades Acadêmicas	INTERNOS: Unidades Acadêmicas e Setores Administrativos. EXTERNOS: Ministério da Educação e TCU / CGU
Planejar a ocupação do espaço territorial físico da UFOP	Criar condições para o crescimento sustentável da UFOP, através da elaboração e implementação do Plano Diretor e do plano de Gestão Ambiental da UFOP.	- Plano Diretor da UFOP - Plano de Gestão Ambiental da UFOP	Unidades Acadêmicas e Setores Administrativos.	INTERNOS: Setores Administrativos e Administração Geral. EXTERNOS: PMOP e IPHAN
Coordenação e Acompanhamento das ações de Avaliação Institucional na UFOP	Criar memória da expansão e desenvolvimento dos cursos da UFOP, através do fornecimento de dados fidedignos e alimentar os sistemas internos e externos com dados sobre a avaliação dos cursos da UFOP. E, responder à sociedade e ao governo sobre os gastos públicos com a educação, dando retorno positivo do investimento feito no ensino e na formação e na estrutura física moderna e adequada.	- Cursos Novos Avaliados e Aprovados (com nota igual ou superior a 4); - Cursos Reconhecidos (com nota igual ou superior a 4) - Cursos com Renovação do Reconhecimento (com nota igual ou superior a 4)	Ministério Educação Administração Superior da UFOP Unidades Acadêmicas e Setores Administrativos Sociedade	INTERNOS: Unidades Acadêmicas, Setores Administrativos e Administração Geral. EXTERNOS: Ministério da Educação
Dar apoio e suporte às	Promover o crescimento da estrutura física da	- Projetos elaborados; - Obras;	Administração Superior da	INTERNOS: Unidades

ações corretivas de manutenção e reparo, bem como reforma e fiscalização de equipamentos, obras e projetos.	Instituição de acordo com a necessidade e dentro da capacidade planejada Dar clareza e transparência às ações da fiscalização de obras e processos licitatórios na UFOP.	- Reformas ; - Relatórios Internos do andamento das obras e reformas e das licitações	UFOP Unidades Acadêmicas e Setores Administrativos.	Acadêmicas, Setores Administrativos e Administração Geral. EXTERNOS: Ministério da Educação
---	--	---	--	--

DIRETORIA ORÇAMENTO E FINANÇAS - PROF

A Diretoria de Orçamento e Finanças – PROF é a instância responsável pela gestão orçamentária, financeira, de suprimentos de bens de capital e consumo, de contratação de serviços, de convênios e pela confecção e o apoio nas prestações de contas em que a UFOP figura como con venente. Seus objetivos são melhorar o processo de gestão orçamentária e financeira, aumentar o nível de satisfação dos nossos cliente s, automatizar adequadamente os seus procedimentos para permitir a implantação de centros de custo e capacitar os nossos clientes nos procedimentos essenciais. A missão da PROF é a gestão dos recursos orçamentários e financeiros de forma ética, eficiente e transparente.

PROCESSO	OBJETIVOS	PRODUTOS	PRINCIPAIS B ENEFICIÁRIOS/CLIENTES	PRINCIPAIS PARCEIROS
Gerenciamento e controle da Execução Orçamentária e Financeira e Gestão da Arrecadação	- Obter eficiência e eficácia na alocação de créditos orçamentários - Atender os procedimentos de elaboração orçamentária do governo federal - Garantir a boa aplicação dos recursos	- Despesa ordenada; - Execução de empenhos; - Realização de pagamentos; - Controle e execução de recursos; - Prestação de Contas	- Setores Administrativos - Coordenadores de Projetos - Fornecedores de produtos de serviços para Universidade	- SESu; - CAPES; - Fundações de Apoio; - Empresas Privadas
Gerenciamento de Contratos e Convênios	- Apoiar e orientar a elaboração de convênios - Acompanhar a execução e o recebimento de recursos dos convênios, contratos e termos de cooperação celebrados pela Universidade - Controlar e manter a transparência dos instrumentos celebrados	- Análise e Aprovação das Prestação de Contas - Controle dos Contratos e Convênios	Comunidade Acadêmica	- Fundações de Apoio; - Empresas Privadas
Gestão do processo licitatório para a contratação de serviços e obras e compra de materiais permanentes e de consumo	- Manter o funcionamento da Instituição	- Bens ; - Serviços; - Obras; - Realizações de importação	Setores Acadêmicos e Administrativos da UFOP	

NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI

O NTI é a instância diretamente vinculada à Reitoria que tem como responsabilidades principais gerenciar, monitorar e disponibilizar os recursos de Tecnologia da Informação (TI) e telefonia, garantindo a disponibilidade dos serviços para a comunidade universitária, em apoio às atividades acadêmicas e administrativas. Seus objetivos são: contribuir para racionalizar os processos de tomada de decisão, por disponibilizar as informações e potencializar a comunicação, por meio do uso de redes de computadores e serviços; otimizar a infraestrutura e os recursos de TI para propiciar à comunidade acadêmica e administrativa um atendimento com maior agilidade, qualidade e satisfação do usuário; buscar soluções para automatização dos processos administrativos e acadêmicos da instituição, na busca pela melhoria da performance

institucional; garantir o alinhamento estratégico do núcleo com as diretrizes da instituição. A missão do NTI é prover soluções tecnológicas que atendam às demandas da instituição e aos processos de tomada de decisão. Como instância estratégica para a instituição, tem como missão atuar ativamente no desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.				
PROCESSO	OBJETIVOS	PRODUTOS	PRINCIPAIS BENEFICIÁRIOS / CLIENTES	PRINCIPAIS PARCEIROS
Gestão da Tecnologia da Informação	<ul style="list-style-type: none"> - Racionalizar os processos de tomada de decisão, disponibilizando as informações e potencializando a comunicação, por meio do uso de redes de computadores e serviços - Otimizar a infraestrutura e os recursos de TI para propiciar à comunidade acadêmica e administrativa um atendimento com maior agilidade, qualidade e satisfação do usuário; buscando soluções para automatização dos processos administrativos e acadêmicos da instituição, na busca pela melhoria da performance institucional com a garantia do alinhamento estratégico do núcleo com as diretrizes da instituição. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso dos campi à rede mundial - Sistemas acadêmicos e administrativos informatizados - Compartilhamento da informação - Divulgação de serviços, programas e projetos 	<ul style="list-style-type: none"> - Comunidade Acadêmica - Sociedade 	<p>INTERNOS: PROPLAD, PROAD</p> <p>EXTERNO: Empresas de telefonia</p>
MACROPROCESSO				
SISTEMA DE BIBLIOTECAS E DE INFORMAÇÃO - SISBIN				
O SISBIN é o órgão responsável pela organização, crescimento e disseminação do conhecimento registrado, reunindo, organizando e tornando acessível à comunidade Acadêmica da UFOP o conhecimento cultural, científico e tecnológico, coordenando técnica e administrativamente as bibliotecas da Instituição.				
PROCESSO	OBJETIVOS	PRODUTOS	PRINCIPAIS BENEFICIÁRIOS/CLIENTES	PRINCIPAIS PARCEIROS
Gestão da Informação	Sistematizar ações no âmbito da Universidade para garantir a preservação, divulgação e acesso às informações necessárias para as ações de ensino, pesquisa e extensão	Acervo bibliográfico de Catálogos de Informações	- Discentes; -Docentes; - Técnicos Administrativos; - Sociedade	INTERNOS: PROPLAD; Bibliotecas Setoriais EXTERNOS: Distribuidoras de livros

Fonte: PROPLAD

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento Organizacional

As Universidades além de desempenhar o papel decisivo no sentido de suprir as necessidades por técnicas e conhecimentos crescentemente aprimorados e por mão de obra cada vez mais qualificada devem, também, criar valores éticos e morais compromissados com o bem estar coletivo de uma sociedade democrática.

Considerando o papel da UFOP na execução das políticas públicas e os objetivos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional, foram estabelecidas como principais estratégias: (i) melhorar o desempenho acadêmico de seus estudantes; (ii) melhorar a sua taxa de sucesso (diplomados/ingressantes). Para isto, está inovando com a elaboração do "Plano de Ação Acadêmica dos Cursos de Graduação da UFOP"; investiu na formação de seus docentes para ter professores de alto nível e também em seus programas de pesquisa e pós-graduação contribuindo para formação de docentes para atuarem em todos os níveis da educação deste país e na formação de profissionais pós-graduados e pesquisadores em todas as áreas do conhecimento.

Outra estratégia adotada foi fortalecimento da assistência estudantil, visando, principalmente, à permanência de estudantes em vulnerabilidade econômica. A reformulação dos critérios socioeconômicos permitiu o atendimento de um número maior de alunos. Desse modo, buscou-se atender as expectativas da sociedade, não somente incluindo os jovens na Educação Superior, mas incluindo com qualidade, dando suporte para que os seus sonhos não se frustrem por falta de condições de permanência. (Falar da criação das novas moradias em Mariana e em Ouro Preto e as bolsas pagas aos alunos de João Monlevade)

Há também o recente impulso pela cooperação e internacionalização educacional, que levamos à percepção de resultados imediatos, como o desenvolvimento da capacidade técnica e crítica dos participantes e a geração de conhecimento de alto nível, mas também de questões que demandam atenção pontual, como a reestruturação dos currículos dos cursos oferecidos pela UFOP ao encontro da flexibilização acadêmica para aproveitamento de componentes curriculares cursados no exterior.

E, ainda, as seguintes orientações gerais: consonância dos procedimentos com a legislação vigente, aperfeiçoamento constante dos procedimentos relativos à execução orçamentária e financeira, transparência e institucionalização nas decisões de liberação de recursos, de acordo com o que foi planejado, considerando-se os fatores relacionados à recursos humanos, principalmente a reposição do quadro frente às aposentadorias, pois muitos cargos estão em extinção, sendo a terceirização o caminho encontrado para atender a demanda, mas há que se levar em conta o grande impacto que essa prática tem no orçamento, o que leva à necessidade de construção de instrumento de dimensionamento e controle da utilização de serviços e mão de obra terceirizados.

3.1.1 Descrição Sintética dos objetivos do exercício

As diretrizes estratégicas que norteiam à Instituição na criação de práticas para o cumprimento de sua missão são estabelecidas pelo seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O último PDI UFOP contemplava o período 2011-2015, no entanto para o ano de 2016 foram mantidas suas ações, visto que o novo documento estava em processo de elaboração no período de outubro de 2015 a novembro de 2016.

O documento final do PDI 2016-2025 foi finalizado e aprovado em novembro de 2016, estabelece e reestrutura a missão da universidade:

“Produzir e disseminar o conhecimento científico, tecnológico, social, cultural, patrimonial e ambiental, contribuindo para a formação do sujeito como profissional ético, crítico - reflexivo, criativo, empreende dor, humanista e agente de

mudança na construção de uma sociedade justa, desenvolvida socioeconomicamente, soberana e democrática. (UFOP,2016)

No período de 2016, concomitante ao processo de elaboração do novo PDI 2016-2025, foi dada ênfase as ações do planejamento do ano anterior no que não foi possível executar, portanto, adotou-se os objetivos e macroprocessos finalísticos estabelecidos no PDI 2011-2015, priorizando as metas relacionadas à: “modernização, flexibilização e diversificação dos projetos pedagógicos, adoção de novas metodologias para avaliação institucional, os macroprocessos relacionados à formação de pessoas e a produção de conhecimento, com destaque para a consolidação da pós-graduação e da pesquisa e o macroprocesso”.

Ao estabelecer esse critério, a UFOP buscou agir sobre as metas e objetivos que foram passíveis de serem alcançados, dando continuidade aos projetos e ações estabelecidas em 2015, até que o novo planejamento fosse finalizado. A manutenção das diretrizes foram entendidas como estratégias para o cumprimento da Missão institucional por meio dos seus macroprocessos finalísticos e foram distribuídas entre as estratégias acadêmicas, organizacionais e ambientais, como observado no Quadro 05.

Quadro 5 - Plano Estratégico – 2013-2015, estendido a 2016 – para o cumprimento do PDI da UFOP / 2011-2015

PLANO ESTRATÉGICO - 2013-2015 PARA CUMPRIMENTO DO PDI DA UFOP / 2011 - 2015									
MACROPROCESSO I - FORMAÇÃO DE PESSOAS									
Nº	METAS PRIORIZADAS	ESTRATÉGIAS ACADÊMICAS PRIORIZADAS	ESTRATÉGIAS AMBIENTAIS PRIORIZADAS	ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS PRIORIZADAS	SETORES RESPONSÁVEIS	SETORES PARCEIROS			
1	Modernização, flexibilização e diversificação dos projetos pedagógicos dos cursos de Graduação e Pós-Graduação).	Fomentar a discussão, a formulação e a implementação do projeto pedagógico institucional (PPI).	Elaboração e implementação de Plano de Gestão Ambiental nos campi da UFOP	Implementação de governança eletrônica	PROGRAD, PROPP e PROEX	PROPLAD (PRECAM), PROAD, NTI, PRACE, SISBIN e CAINT			
		Ampliação do uso da Tecnologia da Informação (TI) com o ferramenta de Apoio Acadêmico	Implementação de sistema integrado de segurança nos campi	Estabelecimento de ações de capacitação e treinamento específicas por área de atuação dos servidores docentes e TAE's					
		Valorização da Docência	Funcionamento dos Restaurantes Universitários no período de férias acadêmicas	Desenvolvimento de estratégias para a fixação e permanência de servidores docentes e TAE's na UFOP					
		Estímulo às parcerias dos grupos de pesquisa da UFOP com a sociedade, com foco em inovação, sustentabilidade e EMPREENDEDORISMO	Adoção de política de ambientação institucional (Ampliação e consolidação dos programas institucionais de prevenção e combate ao fumo, álcool, drogas e outras substâncias psicoativas)	Aperfeiçoamento do modelo de gestão acadêmica na UFOP					
			Elaboração de plano diretor de ocupação da área física dos campi e demais imóveis da instituição	Incentivo à participação de servidores em cursos de graduação e de pós-graduação da UFOP e de outras IES					
			Aperfeiçoamento e ampliação da prestação de serviços nas bibliotecas	Implementação do sistema de Avaliação de Desempenho na UFOP					
2	Implementação de metodologias de avaliação institucional	Estabelecer mecanismos de avaliação, à luz do SINAES, para a elaboração de diagnósticos quantitativos e qualitativos da Instituição.		Reavaliação do quadro de TAE's e de docentes e dimensionamento das necessidades de pessoal próprio e terceirizado	PROGRAD, PROPP e PROEX	PROPLAD, PRACE, PROAD e CPA			
MACROPROCESSO II - PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO									
Nº	METAS PRIORIZADAS	ESTRATÉGIAS ACADÊMICAS PRIORIZADAS	ESTRATÉGIAS AMBIENTAIS PRIORIZADAS	ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS PRIORIZADAS	SETORES RESPONSÁVEIS	SETORES PARCEIROS			
3	Apoio ao crescimento e à consolidação da pós-graduação e da pesquisa	Incentivo à Produção Científica, Tecnológica e Cultural qualificada	Consolidação da (CCI e da) Editora da UFOP	Implementação de governança eletrônica	PROGRAD, PROPP e PROEX	PROPLAD (PRECAM), PROAD, NTI, PRACE, CCI, SISBIN e CAINT			
		Maior Visibilidade das atividades de pesquisa e de pós-graduação da UFOP	Elaboração de plano diretor de ocupação da área física dos campi e demais imóveis da instituição	Estabelecimento de ações de capacitação e treinamento específicas por área de atuação dos servidores docentes e TAE's					
		Apoiar os programas / cursos de pós-graduação na definição de um planejamento estratégico trienal, utilizando como base a política de pós-graduação da UFOP e os documentos de áreas da CAPES.	Aperfeiçoamento e ampliação da prestação de serviços nas bibliotecas	Desenvolvimento de estratégias para a fixação e permanência de servidores docentes e TAE's na UFOP					
		Ampliação do uso da Tecnologia da Informação (TI) com o ferramenta de Apoio Acadêmico		Aperfeiçoamento do modelo de gestão acadêmica na UFOP					
		Valorização da Docência		Incentivo à participação de servidores em cursos de graduação e de pós-graduação da UFOP e de outras IES					
		Estímulo às parcerias dos grupos de pesquisa da UFOP com a sociedade, com foco em inovação, sustentabilidade e EMPREENDEDORISMO		Implementação do sistema de Avaliação de Desempenho na UFOP					
		Reavaliação do quadro de TAE's e de docentes e dimensionamento das necessidades de pessoal próprio e terceirizado	Revisão do estatuto, do organograma e da metodologia de gestão da UFOP						
MACROPROCESSO III - SOCIALIZAÇÃO DO SABER									
Nº	METAS PRIORIZADAS	ESTRATÉGIAS ACADÊMICAS PRIORIZADAS	ESTRATÉGIAS AMBIENTAIS PRIORIZADAS	ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS PRIORIZADAS	SETORES RESPONSÁVEIS	SETORES PARCEIROS			
4	Consolidação e Ampliação da Extensão	Incentivar a criação de programas interdisciplinares	Elaboração de plano diretor de ocupação da área física dos campi e demais imóveis da instituição	Incentivo à comunidade acadêmica para a prática desportiva nas instalações da UFOP	PROGRAD, PROPP e PROEX	PRACE, PROPLAD (PRECAM), PROAD, NTI, CAINT, CCI e CEDUFOP			
		Ampliar interfaces entre pesquisa e as ações da extensão	Aperfeiçoamento e ampliação da prestação de serviços nas bibliotecas	Implementação de governança eletrônica					
		Ampliar a divulgação do que é produzido na UFOP em ensino, pesquisa, extensão e inovação para maior visibilidade institucional		Estabelecimento de ações de capacitação e treinamento específicas por área de atuação dos servidores docentes e TAE's					
		Ampliação do uso da Tecnologia da Informação (TI) com o ferramenta de Apoio Acadêmico		Desenvolvimento de estratégias para a fixação e permanência de servidores docentes e TAE's na UFOP					
		Valorização da Docência		Aperfeiçoamento do modelo de gestão acadêmica na UFOP					
		Estímulo às parcerias dos grupos de pesquisa da UFOP com a sociedade, com foco em inovação, sustentabilidade e EMPREENDEDORISMO		Incentivo à participação de servidores em cursos de graduação e de pós-graduação da UFOP e de outras IES					
				Implementação do sistema de Avaliação de Desempenho na UFOP			Reavaliação do quadro de TAE's e de docentes e dimensionamento das necessidades de pessoal próprio e terceirizado		
				Revisão do estatuto, do organograma e da metodologia de gestão da UFOP					

Fonte: PROPLAD

Outra iniciativa estratégica da instituição no ano foi dar continuidade à elaboração da estrutura do plano de gestão e a implementação do centro de custos, cuja estruturação permite a integração entre os objetivos estratégicos definidos no PDI e a Matriz Orçamentária estabelecida na Lei de Orçamento Anual – LOA. Para o ano de 2016, os Macroprocessos e Macroprogramas estabelecidos no PDI UFOP 2011-2015 foram mantidos. O centro de custos da instituição evoluiu, sendo integrado a ele as cotas de transporte pré estabelecidas para as unidades acadêmicas e administrativas, em que os diretores receberam autonomia para realizar a distribuição.

3.1.2 Principais Ações

a. Planejamento e Gestão

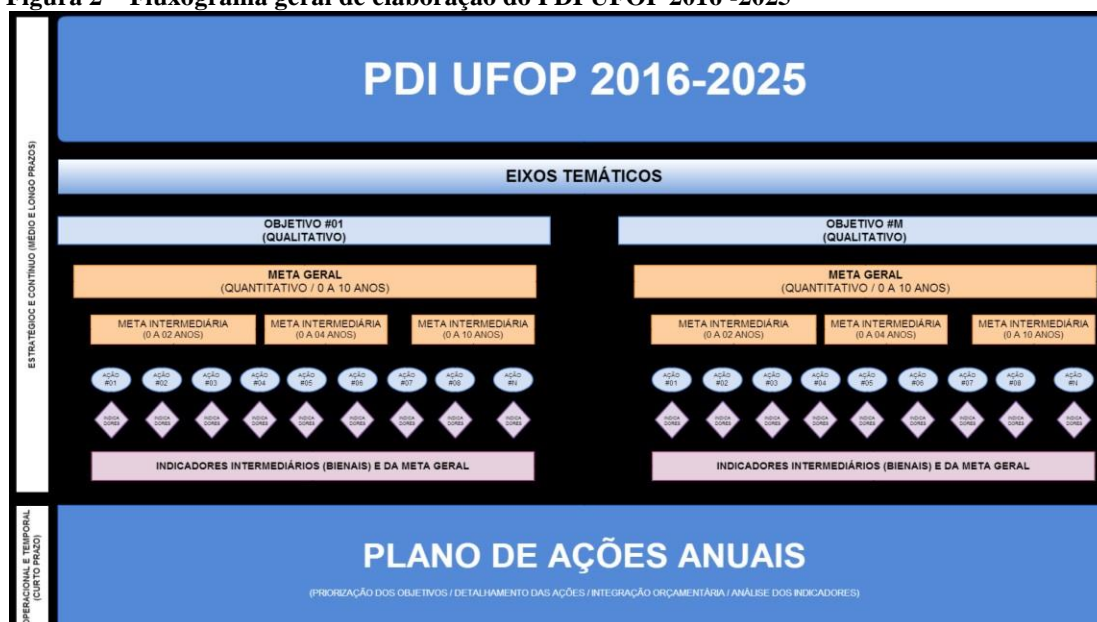
O ano de 2016 as instituições federais de ensino sofreram alguns cortes e instabilidade na liberação de recursos, nesta perspectiva a UFOP adotou algumas ações para mitigar os impactos sobre o funcionamento da instituição com o objetivo de conter os gastos e melhorar aplicação dos recursos, sendo elas: cotas de transportes, passagens e diárias e incorporadas ao centro de custos de cada unidade administrativa e acadêmica. Mesmo com a necessidade de alguns avanços e adaptações, bem como a implantação de tetos orçamentários para outras rubricas, em fase de elaboração, o sistema contribuiu para identificar e controlar alguns gargalos na universidade.

A implantação dos centros de custos para as unidades acadêmicas e administrativas, por meio de critérios para a distribuição de cota de recursos para material de consumo, bem como cotas de recursos de capital para investimentos em equipamentos, obras e reformas de pequeno porte fortaleceu a integração da universidade. A metodologia possibilitou uma maior participação e autonomia das unidades no processo decisório, no qual a definição das prioridades de forma descentralizada proporcionou uma melhor aplicação dos recursos.

Outra ação de destaque foi à elaboração e aprovação da Resolução CEPE 7.000, que regulamenta a participação de docentes, servidores técnico-administrativos e discentes em projetos com suporte das Fundações de Apoio, o que permitirá maior segurança, clareza e agilidade na gestão dos projetos de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços.

Também nesse ano, foi finalizado o novo PDI 2016-2025 que abarca uma nova metodologia e organização das ações, metas e indicadores. O principal objetivo foi melhorar os processos de controle, acompanhamento e avaliação do planejamento institucional, assim a estrutura básica foi modificada adotando um novo fluxo de práticas, como demonstra a Figura 2, com objetivos, metas, metas intermediárias, ações e indicadores.

Figura 2 – Fluxograma geral de elaboração do PDI UFOP 2016 -2025



Fonte: PROPLAD/ UFOP

Espera-se que a nova estrutura promova, não apenas a elaboração de planos de ação mais eficientes e com acompanhamento mais claro e substancial, como também a integração orçamentária com centros de custos da instituição, para acompanhamento dos indicadores. A nova estrutura proposta para o PDI UFOP 2016-2025 estabelece que os objetivos devam ser quantificados por meio de metas e metas intermediárias, sendo que essa última tem periodicidade bienal. Essa estruturação do novo PDI UFOP permitirá um melhor controle e avaliação dos resultados e dos planos priorizados nos próximos 10 anos.

b. Políticas de Fomento ao Ensino, Pesquisa e Extensão

Pesquisa e Pós - Graduação: Foram concedidas 68 bolsas de Mestrado, 13 bolsas de Doutorado, 170 bolsas de iniciação científica, 228 docentes beneficiados com o auxílio a pesquisador. Entre os fatores que contribuíram para o fortalecimento da pesquisa e da pós- graduação e, conseqüentemente, o cumprimento da meta estabelecida nessa ação, cita-se a manutenção das bolsas financiadas com recursos da UFOP e a manutenção do programa "Auxílio ao Pesquisador". Os fatores que dificultaram foram os desafios e incertezas provenientes da situação econômica do país e as dificuldades orçamentárias da universidade, o que influenciou diretamente nas atividades da pesquisa e da pós-graduação.

Extensão: A Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Ouro Preto realizou no ano de 2016 um total de 272 ações somando as propostas submetidas por docentes e técnicos administrativos em educação e as atividades organizadas pela própria equipe interna. Na Assessoria de Programas, Projetos e Cursos totalizaram 232 ações entre elas 32 programas, 185 projetos e 15 cursos. A Assessoria de Arte e Cultura fomentou 34 ações, sendo sete programas e 27 projetos. Além das atividades acompanhadas pelas assessorias e avaliadas pelos dois comitês de extensão, a Proex também foi responsável por outras seis: a meta foi superada em 13,33%, o que mostra a maior participação da comunidade acadêmica nos editais e outras ações de fomentos promovidas pela Proex ao longo do ano. Parte desse aumento, deve-se à quase integralidade de funcionamento da Universidade em 2016 com pouco mais de um mês de paralização das atividades. Outro fator positivo é a tendência já sinalizada no ano anterior com o maior envolvimento de docentes ainda em reflexo do crescimento da Universidade com o Plano de Expansão das Universidades – Reuni. Os editais de fomento de 2016 passaram por alterações definidas nos comitês de extensão, o que permitiu a facilitação do trâmite dos processos e resolução de pendências. Também foi montado um núcleo para a divulgação dos projetos de extensão, com três bolsistas do curso do Jornalismo da UFOP, que fez com que as atividades tivessem maior visibilidade, chamando mais atenção para o tema e mobilizando a maior participação. Entre as dificuldades encontradas no desenvolvimento das atividades continuam a insegurança orçamentária, a falta de alinhamento com as instituições parceiras, a dificuldade da diversificação no uso de recursos, estrutura física inadequada, pessoal insuficiente e defasagem na organização dos processos. O ano de 2016 iniciou-se com o lançamento dos editais de fomento para o recebimento de propostas que poderiam ter o aporte de recursos no formato de bolsas, entretanto, os mesmos foram divulgados sem a definição naquele momento da disponibilidade financeira para tal. Além disso, o valor manteve-se o mesmo do ano de 2015, que já fora menor que o definido para 2014. A disponibilidade dos recursos para outros fins, que não bolsa acadêmica, também é necessária já que algumas ações demandam materiais de consumo, transporte e outros serviços. A mudança da Proex para o prédio da Coordenadoria de Comunicação Institucional no final do ano de 2015 foi extremamente benéfica com a melhoria das condições e a maior proximidade com as demais atividades acadêmicas. Porém, o espaço ocupado é provisório e não apresenta as condições necessárias para a realidade atual e projeção futura das atividades da Pró-Reitoria. Da mesma forma, o número de servidores é insuficiente além da instabilidade verificada durante o ano com afastamentos temporários de quatro dos oito servidores do setor,

sendo dois deles cedidos provisoriamente. O crescimento da UFOP e as mudanças sociais têm demandado também a alteração nos processos e procedimentos da Proex o que está previsto como uma das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFOP – PDI.

Graduação: Com a realização dos diferentes Programas como Monitoria, Pró-Ativa, Tutoria, Auxílio à Participação e Organização de eventos, todos conduzidos pela Prograd foi possível, especialmente, diversificar e ampliar as experiências curriculares dos estudantes por meio: do incentivo à realização de atividades de pesquisa, do apoio pedagógico, da realização de atividades práticas, da inovação pedagógica, da organização de atividades culturais e científicas e da participação em eventos. Interferiu negativamente na realização das atividades propostas a paralisação das aulas devido às greves e às ocupações, que dificultaram a execução correta de alguma dessas atividades.

c. Políticas de Assistência Estudantil

No que diz respeito às políticas de assistência estudantil alguns fatores contribuíram para seu melhor funcionamento no ano, como: reformulação da classificação socioeconômica nas categorias A, B, C e D; qualidade da equipe técnica; e programa informatizado. Porém, alguns fatores que dificultaram um melhor alcance das metas, sendo eles: o quadro de pessoal reduzido diante da necessidade de realização da avaliação socioeconômica dificultou o sucesso da finalização dos processos, isso gerou a necessidade de adoção de contratos por prestação de serviço, impactando negativamente a qualidade das avaliações.

Os principais resultados obtidos nesta temática foram: a distribuição igualitária e transparente dos programas. Por meio do “Programa Incluir” foi possível a execução de várias ações, dentre elas: disponibilização de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para estudantes e docentes surdos; disponibilização de Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para eventos e ações; acompanhamento pedagógico individualizado aos estudantes; reuniões com docentes e coordenações de curso para discussão de casos e apresentação de estratégias/sugestões para o trabalho com os alunos com deficiência; ampliação de materiais para estudantes com baixa visão; produção de material em áudio; adequação de material em braille para estudantes cegos; empréstimos de tecnologias assistidas, tais como: computador com leitor de telas, ampliador eletrônico portátil e gravador de voz para estudantes e servidores da UFOP; disponibilização de monitores para trabalhar com alunos com acompanhados pelo NEI ou realizar atividades direcionadas às necessidades com tais alunos; promoção de cursos e eventos para estudantes, servidores e comunidade em geral; participação em concursos com presença de candidatos com deficiência; acompanhamento de servidores com deficiência na UFOP; reuniões de orientação com setores onde tem a presença de servidores com deficiência; disponibilização de livros, áudio-livros e DVDs para estudantes e servidores com ou sem deficiência; promoção de ações para sensibilização e promoção de conhecimento a respeito de acessibilidade e inclusão; inclusão nas moradias estudantis; projeto de divulgação institucional.

Ainda em relação às políticas de “Assistência Estudantil” destacam-se algumas atividades realizadas no ano, como as políticas de assistência médica, odontológica, pré-escolar, transporte e alimentação. Nesta perspectiva, os resultados alcançados foram:

- Ressarcimento de todas as solicitações demandadas pelos servidores dentro dos prazos definidos condicionado à demanda do servidor, não houve fatores que contribuíram ou dificultaram a ação;
- Exames Periódicos: 200 servidores com exames periódicos integralmente realizados. Fatores que contribuíram: Utilização interna do LAPAC facilitando os exames laboratoriais; número de servidores próximo ao serviço de atendimento dos exames periódicos; definição de um único médico na UFOP como referência para os exames periódicos; flexibilidade dos horários de atendimento do médico de referência fatores

que dificultaram: Início da realização dos exames periódicos apenas em julho/2016 contratação exames complementares, ocorridas em outubro/2016; servidores que realizaram parte dos exames e não finalizaram o processo; servidores que marcaram e desmarcaram horários e não compareceram; servidores que aceitaram fazer os exames via sistema, mas não realizaram os exames nos laboratórios e clínicas conveniadas;

- Atendimento de todos os servidores que faziam jus e solicitaram o benefício da assistência pré-escolar para os seus dependentes Condicionado à demanda do servidor, não houve fatores que contribuíssem ou dificultaram a ação;
- Atendimento de todos os servidores que faziam jus e solicitaram benefício do auxílio transporte Condicionado à demanda do servidor, não houve fatores que contribuíssem ou dificultaram a ação;
- Atendimento de todos os servidores que faziam jus ao benefício do Auxílio Alimentação Condicionado ao número de servidores, não houve fatores que contribuíssem ou dificultaram a ação.

d. Políticas de Capacitação

O projeto de capacitação profissional visa o desenvolvimento na carreira do servidor técnico-administrativo em educação e o atendimento aos interesses institucionais, por conseguinte os resultados obtidos apresentam-se como:

- 372 Servidores TAEs e docentes de todas as unidades acadêmicas e administrativas capacitados, em várias áreas do conhecimento, em atividades técnicas e operacionais.
- Mais 55 servidores TAEs e docentes contemplados com o programa de qualificação.
- 122 servidores capacitados pelos programas "Sala Aberta" e "Rede de Licenciaturas".

Essas ações de capacitação e qualificação proporcionam aos Servidores oportunidades de desenvolvimento de pessoal e profissional, motivando-os e valorizando-os. Destaca-se algumas ações que contribuíssem para o bom desempenho das políticas de capacitação como o apoio dos próprios setores da instituição, a colaboração voluntária de vários servidores que atuam como ministrantes de treinamentos possibilitaram a capacitação de um maior número de servidores. Mesmo com a participação de toda a comunidade, a instituição passou por algumas descritas a seguir:

- A necessidade de um bolsista para colaborar temporariamente as atividades de atualização de rotinas, como o lançamento de dados referentes aos processos relativos à capacitação/qualificação no sistema Minha UFOP e planilhas internas de controle;
- O apontamento de alguns servidores TAE's tem apontado conflitos com suas chefias imediatas devido à participação nas ações de capacitação;
- A greve que comprometeu a participação dos docentes nas atividades do programa Sala Aberta e da Rede de trocas das Licenciaturas.

3.1.3 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O cumprimento das ações do PDI 2011-2015, estendido para 2016, estão especificadas no Quadro 5 de metas e ações prioritizadas no planejamento estratégico da instituição, observa-se

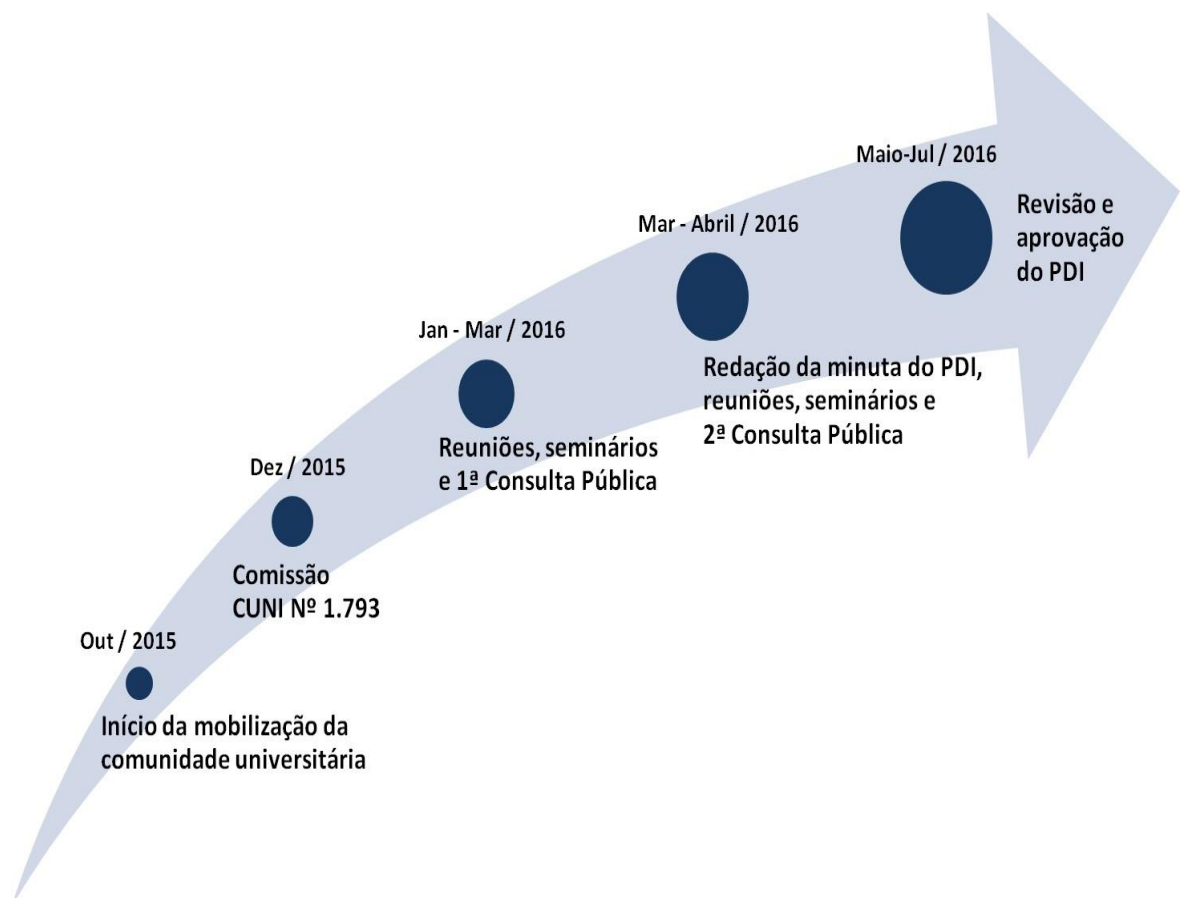
pequenas alterações em relação ao planejamento do ano de 2016. Visto que este foi marcado pelo processo de elaboração do planejamento estratégico da UFOP para os próximos 10 anos.

Destaca-se que o processo de construção do novo PDI foi democrático e contou com a participação de toda a comunidade acadêmica, através de reuniões, consultas públicas e seminários. Tudo para garantir que o planejamento estratégico para os próximos anos retratasse de fato a realidade e as demandas da UFOP. Dentre as diretrizes estabelecidas buscou-se objetivos e metas que assegurassem melhorias nos sistemas e nos indicadores da instituição. Aqueles objetivos que foram parcialmente ou não alcançados dentro prazo estabelecido do antigo PDI foram revisados, e se pertinentes foram mantidos para novo 2016-2025.

As atividades de elaboração do PDI UFOP 2016-2025 foram iniciadas em outubro de 2015 e finalizadas em setembro de 2016. O novo planejamento estratégico tem por objetivo orientar uma gestão participativa, planejada, sustentável e com o compromisso de integrar e aprimorar continuamente as atividades de ensino, pesquisa, extensão e estímulo à inovação da instituição.

Neste sentido, o PDI UFOP 2016-2025 foi construído com os fundamentos de planejamento, com a colaboração entre estudantes e servidores, para conhecer e identificar as forças, oportunidades, fraquezas, ameaças e, assim, definir as estratégias e o rumo da instituição. A Figura 3 demonstra o cronograma de atividades do processo de elaboração do planejamento estratégico.

Figura 3 - Cronograma de atividades para elaboração do planejamento estratégico



Fonte: PROPLAD/ UFOP

Haja vista as discussões e reuniões o planejamento da instituição foi estruturado em 12 eixos temáticos, a saber:

- Assistência estudantil
- Avaliação institucional
- Comunicação institucional
- Ensino de graduação
- Ensino de pós-graduação
- Extensão
- Governança de tecnologia da informação
- Infraestrutura e desenvolvimento institucional
- Inovação
- Internacionalização
- Pesquisa
- Políticas de gestão de pessoas

Assim, dentro desses eixos foram estabelecidos objetivos, metas e ações a serem executadas nos próximos anos. As diretrizes do planejamento estratégico foram aprovadas em setembro de 2016 pela Resolução Cuni Nº 1845, respeitando a visão e os valores da instituição. O planejamento foi construído para interligar o PDI ao planejamento e execução orçamentária, a avaliação institucional e ao relatório de gestão buscando a eficiência e eficácias dos nossos indicadores, como demonstrado na Figura 4.

Figura 4 - Mecanismo de interação entre o planejamento estratégico da instituição e suas ações



Fonte: PROPLAD/ UFOP

Por fim, encerramos o exercício de 2016 dando continuidade às ações previstas e não finalizadas no ano de 2015 e em fase de implementação e divulgação do novo planejamento estratégico para que toda a comunidade acadêmica e as unidades administrativas tomassem ciência e se conscientizassem da importância da participação no planejamento da UFOP. As atividades

previstas no documento serão acompanhadas pela Comissão Permanente de Execução, Revisão e Acompanhamento do PDI UFOP 2016-2025 (COPERA) com as seguintes atribuições:

- Divulgar o PDI UFOP 2016-2025 para a comunidade universitária;
- Articular e gerir ações de implementação do PDI UFOP 2016-2025;
- Integrar os Planos Anuais de Ação, em todos os níveis setoriais da Instituição, com o PDI UFOP 2016-2025;
- Integrar o PDI UFOP 2016-2025 com o planejamento orçamentário anual;
- Monitorar e avaliar anualmente o alcance dos indicadores do PDI UFOP 2016-2025;
- Fornecer a avaliação do PDI UFOP 2016-2025 para composição do Relatório de Gestão;
- Dar publicidade dos resultados da avaliação do PDI UFOP 2016-2025 à comunidade universitária;
- Revisar o PDI UFOP 2016-2025 com a participação da comunidade universitária, a cada dois anos.

3.14 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Diante da competência institucional, descrita pela Constituição Federal em seu Art. 207, que destaca a autonomia das universidades quanto a decisões de cunho acadêmico-administrativo, de gestão financeira, patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A aprovação dos planos de desenvolvimento institucional, pelas resoluções CUNI nº 1.115, de 14 de junho de 2010 e CUNI Nº 1845 de 20 de setembro de 2016 se estabelece que a universidade a partir de suas finalidades e missão pautar-se nos seguintes princípios:

- Autonomia;
- Compromisso, inclusão e responsabilidade social;
- Criatividade;
- Democracia, liberdade e respeito;
- Democratização do ensino e pluralização do conhecimento;
- Eficiência, qualidade e excelência;
- Equidade;
- Indissociabilidade;
- Integração e interdisciplinaridade;
- Parcerias;
- Preservação do patrimônio artístico, histórico e cultural;
- Saúde e qualidade de vida;
- Sustentabilidade;
- Transparência.

A visão da instituição orienta-se nos seguintes termos: “ser uma universidade de excelência e reconhecida pela produção e integração acadêmica, científica, tecnológica e cultural comprometida com o desenvolvimento humano e socioeconômico do país”, assim almeja-se a manutenção e o aperfeiçoamento dos indicadores do sistema de ensino superior de modo a manter-se como uma das principais instituições de ensino, pesquisa e extensão, comprometida com o desenvolvimento social do País.

As atividades desenvolvidas pela UFOP no ano de 2016 vinculam-se principalmente aos programas temáticos 2032, 2030 e 2119 que tratam da educação superior, da educação básica e da gestão e manutenção do Ministério da Educação respectivamente. O principal objetivo desses programas é garantir e promover o funcionamento das atividades relacionadas ao ensino básico e superior dentro das instituições.

No âmbito do programa “2032 - Educação Superior”, buscou-se a adequação das iniciativas institucionais de fomento aos objetivos da Ação, alinhando ainda as metas PDI da UFOP às

políticas institucionais de fomento previstas do plano plurianual de ações, segregando as atividades de funcionamento e manutenção das iniciativas de apoio e fomento. Portanto o orçamento da ação “20GK” foi direcionada, em 2016, principalmente às ações de graduação, Pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão. Essas atividades são decorrentes de ações planejadas na forma de programas e projetos, que podem também ser executados na forma de atividades como eventos, cursos, e trabalhos com a comunidade interna e externa.

O programa “2030” auxiliou a universidade na formação e capacitação de gestores e educadores do ensino básico, impactando positivamente na qualidade do ensino nos seus níveis iniciais. Por fim, as ações relacionadas ao programa “2109”, permitiram, dentre outras coisas, o pagamento do pessoal e principalmente a capacitação dos nossos servidores.

3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

O monitoramento tem por objetivo subsidiar os gestores com informações mais simples e tempestivas sobre as operações e os efeitos das decisões estratégicas sobre o sucesso e o funcionamento da instituição. Os instrumentos de acompanhamento e monitoramento utilizados pela UFOP expressam o comportamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Além de fornecer dados que permitem uma melhor adequação do planejamento financeiro orçamentário para o ano de 2017.

Assim dentre os meios utilizados para o monitoramento e acompanhamento das ações destaca-se os indicadores de desempenho organizacional, subsidiados pelos relatórios dos sistemas internos de gestão e pelos sistemas de controle do governo federal. Dentre eles estão os indicadores de desempenho quanto à economicidade, eficácia, eficiência e efetividade descritos no Quadro 6 e os indicadores do TCU, indicados no Quadro 7. Além de relatórios anuais dos setores que permitem um acompanhamento de quais ações foram alcançadas e quais os problemas pontuais de cada unidade acadêmica e/ou administrativa.

Quadro 6 - Classificação dos indicadores de desempenho quanto à economicidade, eficácia, eficiência e efetividade

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO		
INDICADORES DE DESEMPENHO		
Acompanhamento: Anual	Estratégias Ambientais	
Ações Estratégicas	Indicadores	Tipo de Indicador
Elaborar projeto paisagístico completando as áreas dos campi e realizar sua implantação.	Projeto Paisagístico aprovado % de áreas atendidas pelo projeto paisagístico = Áreas atendidas pelo projeto paisagístico / Total de Áreas dos campi x 100	Eficácia
Implementar as sugestões/solicitações da Polícia Militar de Ouro Preto com relação ao Morro do Cruzeiro: (1 - instalação de sistema de vigilância eletrônica nos acessos ao campus; 2 - Instalação de ponto de apoio da PM no campus)	% de câmeras instaladas = N° de câmeras instaladas / Total de câmeras previstas para instalação x 100 % Unidades atendidas = N° de unidades atendidas pelo sistema / Total de Unidades por campi da UFOP x 100 % público participantes das ações= público participantes das ações / Total de público alvo x 100	Eficácia
Melhorar o sistema de iluminação dos campi da UFOP (1 - Morro do Cruzeiro; 2 - Demais campi)	% áreas iluminadas = M² de áreas iluminadas / Total M² de áreas com programação p. iluminação x 100	
Rever a política de contratação de pessoal terceirizado para o setor de Vigilância da UFOP	Atas das Reunião e a Política de Contratação definida	
Implantação do sistema de controle de acesso aos prédios da UFOP e de vigilância eletrônica nas áreas internas, em caso de aprovação (Incluso no Item acima)	% de entradas e saídas controladas = N° de portarias com catracas / Total de portarias existentes por campi da UFOP	
Estabelecer/rever normas de controle patrimonial nas unidades acadêmicas e administrativas	% de itens patrimoniais controlados = n° de itens controlados / Total de itens patrimoniais da UFOP x 100	
Manutenção dos rus. que estarão fechados e atendimento em tempo hábil às unidades que estarão em funcionamento	% período em manutenção dos Rus. no ano= N° de dias que os Rus. permaneceram fechados / 360 dias x 100	Eficiência
Adoção de sistema de virtualização da Editora	Sistema de Virtualização	
Fortalecer o sistema de impressão por demanda (Gráfica e Editora)	% de aumento da demanda = N° de impressões por demanda atual/ N° histórico de impressões por demanda x 100	Eficiência
Implantar a TV por internet (CCI)	TV em Funcionamento	Efetividade
Melhorar o Sistema de Apoio à Comunicação Integrada (CCI, Gráfica e Editora)	% processos melhorados= N° de processos revisados/Total de processos x 100	Eficiência e Eficácia
Equipar a TV e a Rádio UFOP Educativa para transmissão ao vivo e transmissões externas	% de Recursos orçamentários para investimento na TV e Rádio = Recursos orçamentário programados / Total de recursos destinados ao departamento x 100 (Verificar junto ao grupo como funciona)	Eficiência
Fazer levantamento de áreas possíveis de ocupação no campus	% áreas desocupadas = M² de áreas sem destinação específica/ Total em M² de áreas existentes	
Elaborar e executar projeto de sinalização com identidade visual da UFOP	% de sinalizadores instalados= N° de sinalizadores instalados / Total de sinalizadores planejados x 100 % Unidades atendidas = N° de unidades atendidas / Total de unidades x 100	Eficácia
Executar projeto de adequação à acessibilidade das áreas externas dos campi	% de adequações efetivadas= N° de adequações realizadas / N° de adequações catalogadas	
Ampliar quadro de horários de atendimentos das bibliotecas, setor de carteiras e secretaria do sistema	% de bibliotecas com horários ampliados = N° de bibliotecas com horários ampliados / Total de Bibliotecas x 100	
Investimento em pessoal / Ampliação do quadro funcional	% contratação = N° de servidores contratados / Total de vagas a preencher x 100 % de capacitações realizadas = N° de capacitações realizadas / Total de capacitações planejadas x 100	
Contratação de mais bibliotecários para elevar os indicadores exigidos pelo Ministério da Educação	% contratação = N° de servidores contratados / Total de vagas a preencher x 100 % de capacitações realizadas = N° de capacitações realizadas / Total de capacitações planejadas x 100	
Aprovação do Programa de Capacitação continuada	% de servidores capacitados (bibliotecas) = N° de servidores capacitados (bibliotecas) / Total de servidores das bibliotecas x 100	

Investimento em acervo	% aumento de acervo = N° de exemplares adquiridos / Total de acervo existente x 100	Eficiência e Economicidade
	% de equipamentos adquiridos = N° de equipamentos adquiridos / N° total de equipamentos x 100	
	% de equipamentos com manutenções em dia = N° de equipamentos com manutenções em dia / N° total de equipamentos do setor x 100	
Acompanhamento: Anual	Estratégias Acadêmicas	
Ações Estratégicas	Indicadores	Tipo de Indicador
Elaborar o projeto Pedagógico Institucional (PPI)	Projeto Pedagógico Elaborado	Efetividade
Desenvolver ferramenta de apoio pedagógico	N° de usuários atendidos pela ferramenta % de unidades atendidas pelo sistema = N° de Unidades Atendidas / Total de Unidades acadêmicas da UFOP x 100	Eficácia
Incentivar a produção de material didático para os cursos de graduação	N° de Materiais Produzidos % de cursos que utilizam o material produzido = N° de cursos que utilizam o material / Total de cursos x 100	
Implementar o Projeto de Formação e acompanhamento pedagógico para os docentes da UFOP	% de docentes atendidos pelo projeto = N° de docentes atendidos pelo projeto / Total de docentes x 100	
Incrementar a qualificação dos docentes da UFOP e sua participação nos programas de pós-graduação, por meio de cursos de doutorado e de estágio pós-doutoral no Brasil e no exterior.	% de docentes com doutorado = N° de docentes doutores / Total de docentes x 100 % de docentes com pós doutorado = N° de docentes c/ pós doutorado / Total de docentes x 100	
Ampliar e melhorar as condições para realização do trabalho pedagógico	% melhorias realizadas = N° de melhorias efetivadas / Total de melhorias Catalogadas x 100	
Estimular as atividades de pesquisa e extensão	% de aumento de projetos desenvolvidos = N° de novos projetos desenvolvidos / Total de projetos ano anterior x 100 % de alunos envolvidos nos projetos = N° de alunos participantes de projetos por curso / Total de alunos do curso x 100	Eficácia
Fortalecer a atuação da incubadora da UFOP dentro do contexto acadêmico	% Empresas graduadas pela incubadora = N° de empresas grad. / Total de empresas x 100	
Promover políticas institucionais de estímulo à proteção do conhecimento gerado no âmbito da instituição	% de patentes registradas = N° de patentes reg. E protegidas / Total de patentes à registrar x 100 % de pesquisas com geração de patentes = N° de pesquisas com patentes / Total de pesquisas realizadas x 100	
Apoiar os programas que visam à internacionalização.	% de programas apoiados = N° de programas apoiados / Total de programas existentes x 100	Eficácia
Desenvolver ferramentas de avaliação e diagnósticos institucionais quali e quantitativamente	% de avaliações concretizadas = N° de avaliações realizadas / Total de Avaliações programadas x 100 % de unidades avaliadas = N° de unidades avaliadas / Total de unidades x 100	Eficiência e Eficácia
Aumentar o número de publicações científicas	% de aumento de publicações ano = N° atual de publicações ano / Total de publicações ano anterior x 100	Eficácia e Efetividade
Consolidar e ampliar o PIP	% aumento de alunos atendidos = N° atual de alunos atendidos / N° de alunos atendidos ano anterior x 100	
Melhorar a política de apoio à publicação com prioridade aos periódicos internacionais Qualis A	% de publicações em Periód. Intern. Qualis A = N° de publicações Periód. Qualis A / Total de publicações x 100 % de artigos apoiados com publicações periód. Qualis A = N° artigos apoiados com publicações periód. Qualis A / Total de artigos apoiados x 100	
Aumentar a participação de docentes em evento nacionais e internacionais	% aumento da participação de docentes em eventos = N° atual de docentes em congressos / Total de docentes no ano anterior com participação em eventos x 100	Eficácia e Efetividade
Aumentar a participação de discentes da pós graduação stricto sensu em congressos nacionais e internacionais	% aumento da participação de discentes em congressos = N° atual de discentes em congressos / Total de discentes no ano anterior com participação em congressos x 100	
Ampliar o número de Bolsas de doutorado com recursos da UFOP	% de aumento de bolsas p/ doutorado = N° de bolsas concedidas no ano / N° de bolsas concedidas no ano anterior x 100	
Melhorar as condições de permanência para os discentes de pós-graduação não contemplados com bolsa de pesquisa.	% de discentes da PG apoiados = N° de discentes apoiados / N° de discentes sem bolsas x 100	
Melhorar as condições gerenciais da PROPP e dos PPGs		

Ampliar o acervo das bibliotecas ligadas aos PPGS	% aumento do acervo dos PPGs = N° de aquisições efetuadas / Acervo Total das PPGs x 100	
Viabilizar a manutenção das bolsas de apoio à servidores e docentes na realização de curso de pós-graduação fora da UFOP.	% de docentes contemplados com bolsas= N° de docentes contemplados com bolsas / Total de docentes que pleitearam bolsas % de servidores contemplados com bolsas= N° de servidores contemplados com bolsas / Total de servidores que pleitearam bolsas	Eficácia e Efetividade
Orientar os programas de pós-graduação na definição e regulamentação de regras e critérios para credenciamento e descredenciamento de docentes permanentes de mestrado e doutorado e para absorção de novos doutores.	% de programas orientados = N° de programas orientados / Total de Programas x 100	
Fomentar interfaces entre a pesquisa e as atividades de extensão.		
Incentivar a participação de pós-graduandos em estágio-sanduíche no exterior	% de participação de pós graduandos em estágio no exterior = N° de pós graduandos estagiando no exterior / Total de pós graduandos x 100	
Ampliar a captação de recursos junta as agências de fomento	% de aumento de recursos = Recursos ano atual / Recursos ano anterior x 100	Economicidade
Criar e incentivar programas interdisciplinares	% de programas interdisciplinares criados = N° de programas interdisciplinares criados / N° de programas interdisciplinares existentes x 100	Eficácia e Efetividade
Criar programas que envolvam atividades de pesquisa e extensão integradamente	% de programas de pesquisa e extensão criados = N° de programas de pesquisa e extensão criados / N° de programas de pesquisa e extensão ano anterior x 100	
Instituir programa de avaliação da extensão	% de atividades de extensão avaliadas = N° atividades de extensão avaliadas / Total de atividades de extensão x 100	
Investir em meios de divulgação para as ações acadêmicas da UFOP	% de unidades acadêm. Atendidas pelos meios de divulgação = N° unidades acadêm. Atendidas pelos meios de divulgação / Total de unidades acadêmicas x 100	
Acompanhar e controlar a implantação do sistema da PROEX	% de etapas de implantação concluídas = N° de etapas concluídas/ Total de etapas de implantação x 100	
Incentivar a inserção dos docentes nas ações de extensão	% de docentes com participação em extensão = N° de docentes inseridos na extensão / Total de docentes x 100	
Pleitear parcerias com o MINC, MEC e outras instituições para inserção da extensão em programas de inovação em sustentabilidade e empreendedorismo	% de parcerias efetuadas = N° de parcerias consolidadas /Total de parcerias pleiteadas x 100	
Ampliar as ações de internacionalização	% aumento de ações de internacionalização = N° de ações de internacionalização / Total de ações ano anterior x 100	
Trabalhar junto ao Plano de Internacionalização do FORPROEX Nacional	% aumento de intercâmbios = N° de intercâmbios no ano / N° de intercâmbios ano anterior x 100	
Desenvolver ações permanentes para o festival de inverno.		
Elaborar programa único de cultura e arte para participar de editais do MINC	% de participações nos editais do MINC = N° de participações no MINC atual/ N° de participações no MINC ano anterior x 100	
Alocar um espaço próprio para a PROEX	Espaço alocado	
Mapear e melhorar os processos administrativos da PROEX	% de mapeamento da Unidade = N° de atividades mapeadas/ Total de atividades a serem mapeadas x 100	
Implantar Centro de extensão em João Monlevade	Centro de Extensão	
Viabilizar a integração do centro de extensão de Mariana: ICHS e ICESA	% de projetos extencionistas realizados pelo ICESA e ICHS conjuntamente = N° de projetos extencionistas realizados conjuntamente / N° de projetos do ICESA + ICHS x 100	
Acompanhamento: Anual	Estratégias Organizacionais	
Ações Estratégicas	Indicadores	Tipo de indicador
Desenvolver Programa de Avaliação de Desempenho de TAE	Programa de avaliação de desempenho aprovado % TAE avaliados pelo programa= N° de TAE avaliados pelo programa / Total de TAE x 100	Eficácia
Atualizar o Programa de Capacitação TAE (resolução CUNI 810)	% de capacitações realizadas = N° de capacitações realizadas /Total de capacitações programadas x 100 % TAEs capacitados = N° de TAEs capacitados pelo programa / Total de TAEs x 100	
Implementar a Programa de Incentivo à Qualificação dos TAEs (graduação e pós-graduação)	% de servidores contemplados com o programa de incentivo a qualif. = N° de servidores contemplados / Total de Servidores x 100	
Incentivar a qualificação dos docentes e sua participação nos prog. de pós-graduação	% de docentes doutores = N° de docentes doutores / Total de docentes da UFOP x 100 % docentes com estágio pós doutoral = N° de docentes com estágio pós doutoral / Total de docentes	

	x 100	
Criar projetos de cunho sociocultural e esportivo	$\% \text{ de eventos realizados} = \text{N}^\circ \text{ de eventos realizados} / \text{Total de eventos projetados} \times 100$	Efetividade
Criar programas de saúde preventiva que estimulem a prática de atividades esportivas no campus.	$\% \text{ de programas efetivos} = \text{N}^\circ \text{ de programas implantados} / \text{Total de programas criados} \times 100$	
Convocar assembleia estatuinte com participação paritária dos três segmentos (técnico, docente e discente)	$\% \text{ de alterações aprovadas} = \text{N}^\circ \text{ de ações aprovadas} / \text{Total de ações propostas} \times 100$	Eficiência e Eficácia
Implantar política de Descentralização Orçamentária	Proposta orçamentária aprovada	

Fonte: PROPLAD/ UFOP

Quadro 7 - Classificação dos indicadores de desempenho (TCU) quanto à economicidade, eficácia, eficiência e efetividade

INDICADORES DE DESEMPENHO														
Periodicidade de Acompanhamento:	Semestral													
Descrição do Indicador	Classificação do Indicador	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Custo Corrente/Aluno Equivalente (Sem HU)	Eficiência e Economicidade	7.608,91	8.103,45	10.498,22	10.549,95	12.503,10	9.754,14	12.586,53	12.792,28	16.011,35	17.630,13	17.677,75	18.575,70	17.044,80
Aluno Tempo Integral/Professor	Eficiência	10,99	11,78	9,14	9,58	10,33	11,82	9,92	9,58	8,70	8,64	11,25	11,48	11,28
Aluno Tempo Integral/Funcionário	Eficiência	6,38	6,56	6,05	6,73	7,25	9,17	6,73	6,19	5,27	5,25	6,99	7,22	7,39
Funcionário/Professor	Eficiência	1,72	1,80	1,51	1,42	1,42	1,29	1,47	1,55	1,65	1,64	1,61	1,59	1,53
Grau de Participação Estudantil (GPE)	Eficácia	0,88	0,84	0,77	0,81	0,83	1,03	0,83	0,66	0,59	0,52	0,79	0,79	0,78
Grau de Envolvimento em Pós-Graduação	Eficácia	0,07	0,07	0,08	0,09	0,09	0,11	0,10	0,09	0,09	0,08	0,08	0,09	0,11
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	Eficácia	3,70	3,70	3,62	3,75	3,76	3,76	3,76	3,71	3,75	4,07	4,00	4,00	4,91
Qualificação do Corpo Docente	Eficácia	3,72	3,82	3,85	3,92	3,94	3,90	3,95	4,23	4,11	4,22	4,38	4,43	4,49
*Número de Diplomados	Efetividade	783	763	664	718	851	1.024	899	777	876	943	1.354	1.358	1.347
*Número Total de Alunos Ingressantes	Efetividade	1015	1025	988	1031	1.183	1.201	1.107	1.163	1.385	1.801	2.716	2.867	3.047
*Taxa de Sucesso na Graduação	Efetividade	77,14%	74,44%	67,21%	69,64%	71,94%	85,26%	81,21%	66,81%	63,25%	52,36%	49,85%	47,37%	49,36%

Fonte:PROPLAD/UFOP

Nota: O acompanhamento também é feito por curso.

3.3 Desempenho Orçamentário

Assim com as demais Instituições Federais de Ensino Superior, os recursos orçamentários para custear o funcionamento e a consolidação da UFOP provêm do Orçamento Fiscal do Governo Federal. O presente item possui o objetivo de informar sobre a programação e execução do orçamento da UFOP em 2016, demonstrando a relação entre a previsão e a execução das principais rubricas do orçamento do exercício, assim como as conexões do orçamento da UFOP com os objetivos do Plano Plurianual do Governo Federal – PPA. Serão descritas também as dificuldades enfrentadas na execução do orçamento e os reflexos no cumprimento de seus objetivos. Esforços foram empreendidos com a utilização de novas estratégias, destacando a ordenação das prioridades dos gastos por meio da implementação do Plano de Gestão e Plano Anual de Ações, que estabeleceu metodologia de distribuição de recursos e mecanismos de controle de teto orçamentário para os setores da UFOP. Destaca-se também a sistematização e seletividade das compras e compromissos a pactuar numa visão sustentável que permitiu uma melhora substancial na aplicação dos recursos públicos, trabalho esse feito a custo, evidentemente, da mudança de paradigma na cultura organizacional da instituição. A Universidade, como se vê, mobilizou-se no sentido de protagonizar uma nova experiência de executar um orçamento abaixo das suas necessidades básicas, superando-se quanto a sua responsabilidade no processo de desenvolvimento do estado e do país sem perder as linhas prioritárias gestadas especificamente para o fortalecimento da Instituição no próximo período.

3.3.1 Execução física das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

A UFOP é responsável pela execução das ações orçamentárias abaixo relacionadas, as quais se vinculam a Programa Temático do PPA, sendo que não estão serão tratadas ações vinculadas a Programas de Operações Especiais e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

- 20GK: Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.
- 20RK: Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior.
- 4002: Assistência ao Estudante de Ensino Superior.
- 8282: Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior.

Os quadros a seguir dispõem sobre as dimensões física e financeira da execução dessas ações orçamentárias, considerando, inclusive, os valores executados a título de restos a pagar de ações ainda vigentes no orçamento de 2016:

Quadro 8 – Ação 20 GK Relacionada a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UFOP – OFSS

Identificação da Ação	
Responsabilidade e da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial
Código	20GK Tipo: Atividade
Título	Fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão.
Iniciativa	Apoiar programa ou projeto educacional, de pesquisa científica-tecnológica, de educação tutorial, de formação e aperfeiçoamento na área de saúde, e de extensão universitária promovido; evento científico e cultural promovido; bem como iniciativa de fomento às ações de graduação, pós - graduação, ensino, pesquisa e extensão promovida com recursos desta ação orçamentária.

Objetivo	Desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão na graduação e na pós-graduação; implementação de ações educativas e culturais; realização de cursos de formação e qualificação de recursos humanos; desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento com a participação de profissionais de área de saúde, inclusive supervisores, tutores e preceptores; Incentivo e promoção de ações de integração ensino-serviço-comunidade, em cenários de aprendizagem vinculados ao SUS; Apoio à implantação de novas diretrizes curriculares de cursos de graduação no âmbito das IES públicas; promoção de congressos, seminários e simpósios científicos e culturais; e demais atividades inerentes às ações de ensino, pesquisa e extensão. Apoio à melhoria da infraestrutura de ensino, de pesquisa e de extensão; à aquisição de insumos para laboratórios; à melhoria das condições de funcionamento de cursos e bibliotecas; à promoção e participação em eventos científicos; à edição de obras científicas e educacionais; e apoio à permanência de estudantes e pesquisadores em missão de estudo no exterior. Apoio a iniciativas que visem à consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a vivência social e comunitária e a integração entre a Instituição de Ensino Superior e a comunidade. Formação de grupos tutoriais de alunos visando a otimizar seu potencial acadêmico e promover a integração entre a atividade acadêmica com a futura atividade profissional, melhorando as condições de ensino-aprendizagem.					
	Código: 0803					
Programa	Educação de qualidade para todos					
	Código: 2080			Tipo: Programa Temático		
Unidade Orçamentária	26277 – Universidade Federal de Ouro Preto					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC (X) Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
9.255.716,00	8.988.081,00	8.284.768,37	6.393.592,55	6.393.592,55	0,00	1.891.175,82
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Pre vista	Reprogramada (*)	Realizada	
Quantidade de iniciativas apoiadas no desenvolvimento de programas e projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão universitária e de atendimento à comunidade.		Iniciativa Apoiada	300	300	1.351	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
805.422,76	727.294,69	18.076,48	Quantidade de iniciativas apoiadas no desenvolvimento de programas e projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão universitária e de atendimento à comunidade.		Iniciativa Apoiada	0

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise situacional

Os créditos alocados na Ação 20GK são destinados a apoiar iniciativas voltadas ao desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão universitária e para atendimentos à comunidade por meio de ações que visam propiciar ao aluno universitário a

indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a consolidação do conhecimento com a prática, por meio de atividades que viabilizem a vivência social e a integração entre a UFOP e a comunidade, tais como: implementação de ações educativas e culturais, manutenção e estímulo às atividades de extensão universitária e demais atividades inerentes às ações de ensino, pesquisa; formação de grupos tutoriais, compostos por alunos dos cursos de graduação, pós-graduação, mestrados ou doutorandos; promoção de congressos, seminários e simpósios científicos e culturais, além de outras atividades necessárias ao desenvolvimento dos projetos em questão. Na elaboração da PLOA 2016 buscou-se a adequação das iniciativas institucionais de fomento aos objetivos da Ação, alinhando ainda as metas do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da UFOP às suas políticas institucionais de fomento à atividades acadêmicas, segregando e concentrando as despesas destinadas à manutenção e funcionamento nas Ações 20RK e 8282. Portanto o orçamento da Ação 20GK 2016 pautou-se pela destinação de recursos às Ações UFOP desenvolvidas no âmbito das Pró-Reitorias Acadêmicas. Essas atividades são decorrentes de ações planejadas na forma de programas e projetos, que podem também ser executados na forma de atividades como eventos, cursos, e trabalhos com a comunidade interna e externa.

Análise Crítica

Os créditos alocados na Ação 20GK receberam dotação inicial de R\$ 9.255.716,00 sendo: R\$ 5.507.945,00 em custeio na fonte de recursos do tesouro 0112 no PO 0000; R\$ 3.488.051,00 em custeio na fonte 0250 de receita própria no PO 0000; R\$ 9.720,00 em investimento fonte 0112 destinados ao projeto Inglês sem fronteiras; R\$ 250.000,00 em investimento na fonte 0250 de receita própria. Importante salientar que os créditos de receita própria só podem ser utilizados se houver arrecadação correspondente. Do total de créditos aportados na Ação foram empenhados 89,51%. Os créditos não empenhados totalizam R\$ 703.312,63 sendo: R\$ 555.246,20 na fonte 0250; R\$ 137.394,39 da fonte 0112; R\$ 9.720,00 em investimento na fonte 0112 e R\$ 771,45 em investimento na fonte 0250. Registra-se que a partir de 2016 a SPO efetuou mudança na sistemática de controle de limites orçamentários.

Até 2015 o controle era realizado pela "conta contábil" 823200100 - Limite Orçamentário a utilizar, de maneira que a mesma era desdobrada em várias subcontas, "conta-corrente", destinadas ao controle individualizado de limites pertencentes a cada grupo de natureza da despesa - GND (custeio e capital) e sua respectiva fonte de recursos. A partir de 2016 todas as contas correntes foram incorporadas em uma única conta com o objetivo de dar maior flexibilidade às necessidades de empenho da Unidade Gestora. Neste aspecto a mudança é considerada positiva. Entretanto o controle dos limites por grupo e por fonte ficaram mais difíceis de acompanhar, cabendo controle fora do SIAFI. Portanto, embora não houvesse contingenciamento de recursos na ação, registra-se que os créditos não empenhados devem-se à necessidade de utilização de limites para empenhamento em outra ação orçamentária. Registra-se ainda que parte dos recursos não empenhados referem-se aos créditos da fonte 0250 que não tiveram arrecadação correspondente para sua utilização integral. Por fim, registra-se que R\$ 267.635,00 foram cancelados, por determinação da SPO/MEC, conforme Decreto nº 8.859 de 26 de setembro de 2016, para fins acerto de saldo invertido na conta contábil 622120101, resultando em dotação final de R\$ 8.988.081,00.

No que se refere à execução física, a meta inicialmente estimada para o exercício de 2016 foi de 300 iniciativas apoiadas abrangendo as ações desenvolvidas no âmbito das Pró-Reitorias Acadêmicas. Salienta-se que em 2015 foi realizada uma readequação na lógica de alocação de recursos até então adotada. Entretanto a referida readequação não estava concluída na época da elaboração do PLOA 2016 de forma que só foram consideradas as metas das iniciativas na extensão e parte das metas da pós-graduação. Assim foi necessário reprogramar a meta ao longo o exercício uma vez que os produtos das iniciativas apoiadas no âmbito da graduação, pesquisa e pós-graduação não foram consideradas.

Salienta-se que a reprogramação só foi efetivada no Módulo "Acompanhamento das Ações Orçamentárias" quando da abertura do sistema em janeiro de 2017, o qual só permitiu o lançamento do físico executado. Desta forma, as metas foram ajustadas com base no físico executado da seguinte forma:

No âmbito da Extensão, foram realizadas um total de 272 ações somando as propostas submetidas por docentes e técnicos administrativos em educação e as atividades organizadas pela própria equipe interna da pró-reitoria, superando o volume de ações do ano anterior, onde se observa um crescimento da ordem de 20,3% em relação ao físico executado no ano anterior (226).

No âmbito da Pesquisa e Pós-Graduação foram realizados 479 apoios com destaque para 228 (duzentos e vinte e oito) projetos no edital de auxílio financeiro ao pesquisador da PROPP, 170 bolsas de iniciação científica além de apoio a várias outras iniciativas nos cursos de mestrado e doutorados dos programas de pós-graduação da UFOP.

No âmbito da Graduação foram concedidos apoio à 600 iniciativas sendo 502 projetos do programa de monitoria, 79 projetos no programa Pró-Ativa, 17 projetos de tutoria, além do programa auxílio a participação em evento (1) e programa de auxílio à realização de eventos (1). Ao total registra-se 1.351 (um mil, trezentos e cinquenta e um) iniciativas apoiadas, atingindo 450,33% do estimado, superando de forma significativa as metas estabelecidas. Registra-se portanto que esse percentual deve-se à readequação promovida no físico executado pois não foi possível reprogramar a meta em tempo hábil. Não obstante, a meta física prevista foi então plenamente atendida e superada conforme dados apresentados.

Dentre os fatores que contribuíram para a execução da ação podemos destacar:

No âmbito da Extensão, a participação dos novos servidores em novas ações; a ampliação dos programas de extensão decorrentes da expansão e crescimento institucional com a implantação do REUNI; o aumento do incentivo ao desenvolvimento de novos projetos e ações de extensão a partir de editais induzidos de fluxo contínuo; a ampliação da divulgação das ações da Pró-Reitoria de Extensão para as comunidades interna e externa por meio da produção de vídeos curtos sobre as atividades em curso, o uso das redes sociais tanto no registro do executado quanto no alerta para os fluxos de submissão de propostas e outras oportunidades de participação e a maior interlocução com os meios de comunicação institucionais (Assessoria de Imprensa, Rádio UFOP Educativa e TV UFOP); a ampliação do Sistema de Gestão da Extensão também para propostas da área de cultura e arte; o acompanhamento, via sistema, desde a sua submissão, aprovação pela chefia departamental/setorial e análise pelos Comitês de Programas, Projetos e Cursos e de Cultura e Arte, reduzindo o trâmite de papéis e, por consequência, evitando perdas causadas por extravio de documento e demais atrasos inerentes aos procedimentos manuais.

No âmbito da Pesquisa e Pós Graduação destaca-se a aprovação da Resolução CEPE 5.705 que regulamenta a concessão do Auxílio Financeiro a Pesquisador no âmbito da UFOP e pela iniciativa de apoio aos projetos de pesquisa, por meio de Edital PROPP que destinou R\$ 750.000,00 em recursos provenientes de arrecadação própria, alavancando o fomento às atividades de pesquisa e inovação tecnológica no âmbito da UFOP; a consolidação do Programa de Iniciação à Pesquisa - PIP/UFOP que tem como principais metas contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa e reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação; concessão de bolsas aos programas de Mestrado e Doutorado proporcionando condições para consolidação dos cursos e fixação dos alunos; concessão de auxílio financeiro ao estudante para participação em eventos científicos favorecendo o intercâmbio de conhecimento entre instituições e grupos de pesquisa.

No âmbito da Graduação, destaca-se a redefinição da destinação dos recursos da Ação 20GK, garantindo a adequação do aporte orçamentário às ações desenvolvidas no âmbito da Pró-Reitoria de Graduação em conformidade com a destinação dos recursos para as ações de fomento ao ensino, o que permitiu melhor organização e clareza para de cada iniciativa apoiada e, conseqüentemente, para a reprogramação da meta física e dos indicadores e seus respectivos produtos em cada

iniciativa promovida pela PROGRAD, contribuindo drasticamente para o aumento da meta física da Ação.

Dentre os fatores que dificultaram a execução ressalta-se que o ano de 2016 foi marcado por fatores externos e internos que impactaram para que o desempenho não fosse ainda melhor. A Universidade passou por períodos de greves sucessivas com interrupção das atividades dos servidores em 2015, gerando demanda reprimida, e também em 2016 afetando as atividades administrativas e acadêmicas, causando forte impacto no desenvolvimento das ações previstas.

Outro fator que dificulta a execução das metas é a insuficiência de disponibilidade orçamentária para implementação e execução dos planos de trabalho dos projetos uma vez que estes demandam despesas com concessão de bolsas, despesas de locomoção e material de consumo, muitas vezes de difícil aquisição dadas às particularidades do processo de compras, em face da demanda crescente das atividades de pesquisa e extensão.

O contingenciamento de recursos é o fator mais prejudicial para o apoio às iniciativas considerando que a sistemática é operacionalizada por meio de editais onde, obrigatoriamente, deve-se informar a disponibilidade orçamentária. O planejamento de execução dos projetos é pautado em seus respectivos planos de trabalho e cronograma de execução. O corte orçamentário prejudica todo o mecanismo, causando incertezas e insatisfação dos coordenadores e de todas as pessoas envolvidas em cada projeto, sobretudo prejudicando o processo de compras para suprimento aos projetos. O corte nos recursos do PROAP pela CAPES e o conseqüente atraso na descentralização é outro fator que impactou a execução da ação, comprometendo o custeio da Pós- Graduação, fato que aumentou a pressão sobre o orçamento da UFOP. A aprovação de novos Programas de Pós-Graduação na UFOP no último triênio é outro fator que contribuiu para o crescimento da demanda de bolsas de pós-graduação na UFOP, uma vez que as agências de financiamento (FAPEMIG, CAPES e CNPq) não oferecem bolsas em número suficiente para contemplar todos os estudantes que delas necessitam, fazendo com que a instituição disponha de maiores aportes nos programas de assistência estudantil e para implementação de bolsas nos programas. Ressalta-se que 90% dos recursos da matriz OCC são provenientes dos indicadores da graduação.

Os resultados estão relacionados com a peculiaridade de cada ação/iniciativa acadêmica desenvolvida pelas Pró-Reitorias. A indução para a existência de mais programas de extensão na Instituição deve-se à política de incentivo para que os projetos tenham uma maior articulação entre si e, por consequência, produzam resultados mais efetivos e perenes nas comunidades onde a UFOP atua. Diante do exposto, o desempenho é avaliado como satisfatório, embora novas estratégias estejam em elaboração para a garantia de atingimento de um novo patamar em 2017, compreendida como possível diante da potencialização das estratégias já firmadas e da busca de maior articulação com as Unidades e Departamentos da Instituição.

Quando se faz necessário seguir o ciclo padrão do fluxo da execução físico- financeira do orçamento (ter orçamento, licitar, contratar, ter limite de empenho, empenhar, receber os bens/serviços, liquidar, receber o repasse de financeiro e pagar), particularmente se houver necessidade de licitação, o resultado natural é a inscrição em restos a pagar, assegurada, porém, a execução orçamentária, que representa o objetivo da gestão em cada exercício orçamentário. As despesas empenhadas cujos saldos ao final do exercício financeiro ainda não tenham cumprido o percurso da despesa pública, qual seja a liquidação e o do pagamento recebem o tratamento previsto no Decreto 93.872/86, modificado pelo Decreto 7.654/11, no qual são inscritos como restos a pagar processados e não processados, respectivamente. Os restos a pagar não processados do exercício que foram inscritos referem-se a empenhos destinados ao pagamento de bolsas dos projetos apoiados no conjunto da pró-reitorias acadêmicas.

Como o calendário acadêmico está desajustado por ocasião das sucessivas greves, o cronograma de pagamento das bolsas também ficou alterado. Acrescenta-se ainda a falta de repasses financeiros no fim do exercício para processamento e respectivo pagamento das bolsas. Em relação aos restos a pagar de exercícios anteriores também possuem a mesma explicação o item anterior. A gestão financeira da Universidade não sofre impactos no exercício em decorrência de pagamentos de restos a pagar de exercícios anteriores, pois o controle é realizado por empenho e respectiva fonte de recurso, cabendo à SPO o repasse remessa tempestiva dos recursos quando da sua liquidação. É comum a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro na UFOP, assim como nas demais universidades federais que realizam projetos plurianuais financiados pelos diversos órgãos públicos.

Quadro 9 – Ação 20RK Relacionada a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UFOP – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	20RK		Tipo: Atividade			
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior					
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da rede federal de educação superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e e xtensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.					
Objetivo	Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Superior, além de definir, elaborar, implantar e desenvolver cursos e programas de formação educacional na modalidade de educação a distância; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico, veículos, equipamentos e redes; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.					
	Código: 0841					
Programa	Educação de qualidade para todos					
	Código: 2080		Tipo: Programa Temático			
Unidade Orçamentária	26277 – Universidade Federal de Ouro Preto					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC (X) Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
41.186.858,00	42.686.858,00	42.019.951,79	37.508.546,44	37.333.729,10	174.817,34	4.511.405,35
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta			Reprogramada (*)	Realizada
		Pre vista				
Quantidade de estudantes matriculados no nos cursos presenciais de graduação e pós-graduação stricto sensu.	Estudante Matriculado	13.016			13.016	12.491
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
2.207.991,09	2.022.971,74	45.161,50	Quantidade de estudantes matriculados nos cursos presenciais de graduação e pós-graduação stricto sensu.	Estudante Matriculado	0

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Situacional

A Ação 20RK tem a finalidade de assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Portanto nesta ação estão alocados os recursos destinados às principais atividades que objetivam garantir o funcionamento da instituição, das quais podemos destacar a manutenção predial de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto caracterizadas como ampliação/reforma/adaptação e aquisição/reposição de materiais estocáveis, inclusive aos destinados à manutenção predial, além de garantir os recursos para aquisição de insumos para a realização dos cursos regulares de graduação e pós-graduação e atividades de apoio. Destinam-se ainda à cobertura de gastos da Unidade Básica de Custeio - UBC dentre os quais se destacam as despesas com a contratação de mão de obra terceirizada, energia elétrica, água e esgoto, telefonia, internet dentre outros gastos necessários ao funcionamento da UFOP.

Registra-se que os impactos decorrentes do processo de expansão e contínuo desenvolvimento da instituição repercutiram fortemente nas despesas de custeio nos últimos anos, de modo que os créditos consignados na matriz OCC são insuficientes para garantir todas as demandas em sua plenitude de maneira que a instituição possa cumprir sua missão com a qualidade que a sociedade espera. A insuficiência leva a gestão a um esforço constante de articulação junto ao mantenedor para a complementação de recursos para que as despesas correntes sejam suportadas. Registra-se ainda a necessidade de revisão dos indicadores utilizados pela ANDIFES para a composição da Matriz Orçamentária da UFOP (Matriz Outros Custeio e Capital – OCC), sobretudo no que diz respeito à Unidade Básica de Custeio – UBC, elemento que compõe esta matriz, tendo em vista que este componente concentra as naturezas de despesa que sofreram aumentos significativos nos últimos anos em razão do cenário econômico, com destaque para a energia elétrica e locação de mão de obra. Registra-se, por fim, que a UFOP é uma instituição centenária com vários prédios tombados pelo patrimônio cultural e que demandam altos custos de manutenção. Acrescente-se a localização geográfica da cidade sede cuja topografia de difícil acesso dificulta o atendimento das demandas relacionadas à acessibilidade no entorno desses prédios, fato que demanda vultuosos investimentos.

Análise Crítica

Os créditos alocados na Ação 20RK receberam aporte inicial de R\$ 41.186.858,00 sendo: R\$ 32.811.029,00, em custeio, fonte 0112000000 no PO – 0000; R\$ 8.164.468,00, em custeio, fonte 011200000 no PO 0001 - REUNI/Consolidação; R\$ 211.361,00 em custeio na fonte 025000000/receita própria. No tocante à execução orçamentária, a ação foi executada, principalmente, na medida da liberação do limite de empenho autorizado pelo Ministério da Educação – MEC. O ano teve início com a Lei de Orçamento Anual – LOA aprovada, mas com forte contingenciamento de recursos conforme disposto no Decreto 8.670 de 12 de fevereiro de 2016 cujo teor já demonstrava o ajuste fiscal nas despesas públicas. Em 29 de fevereiro de 2016, a Andifes publica o Ofício Circular nº 005/2016 informando a liberação de 80% do limite de empenho de custeio e 40% do limite de empenho de capital para 2016. Em 1º de março de 2016 o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG publicou a Portaria 67 que tratou de

estabelecer limites de empenho para os ministérios, indicando um rol de despesas que seriam limitadas. Tendo em vista as mudanças e incertezas no plano governamental acerca do processo de impedimento da Presidência da República os limites de empenho para as unidades vinculadas ao MEC só foram publicados em 10 de agosto de 2016 por meio do Ofício-Circular nº 11/2016-GAB/SE/MEC no qual fixava limites de R\$ 20.643.723,00 para utilização até dezembro de 2016. Entretanto a despesa fixada para as despesas era de R\$ 27.435.769,15 e, como os limites foram fixados somente em agosto, a administração superior precisou se mobilizar para solicitar a ampliação de limites junto à SESu, pleito que só foi atendido na véspera do encerramento do exercício. Os créditos previstos na Matriz OCC da UFOP já se apresentavam deficitários frente às despesas fixas da instituição, fato que, aliado ao contingenciamento e cortes ocorridos nos últimos anos, acarretou no adiamento na realização de várias despesas imprescindíveis ao funcionamento da instituição, situação que levou a Universidade a solicitar complementação de recursos junto à SESu.

Em reunião realizada na ANDIFES, o MEC sinalizou que não havia mais possibilidade de liberação de créditos adicionais para atendimento das necessidades apresentadas, mas que, entretanto, seria possível atender ao pleito de alterações orçamentárias uma vez que os créditos de investimento contingenciados não seriam liberados. Desta forma procedeu-se à solicitação de alteração orçamentária com pedido de remanejamento de R\$ 1.500.000,00 alocados em investimento na Ação 8282 para custeio na Ação 20RK, totalizando a dotação final em R\$ 42.686.858,00. Embora o pleito de remanejamento de créditos tenha sido atendido, os limites não foram liberados na íntegra e somente liberados nos últimos dias do exercício. Ao fim foram empenhados 98,43% dos créditos liberados sendo que os créditos não empenhados referem-se aos limites que não foram liberados.

Em relação à meta física, cabe ressaltar que não há como vincular diretamente a execução orçamentário- financeira dessa ação com a meta física prevista, uma vez que a quantidade de estudantes matriculados não está estritamente relacionada ao aporte de recurso alocado na ação. Sendo assim, toma-se como base um cálculo proporcional entre o número de estudantes matriculados e o montante de recursos alocados na ação, por meio de dotação ou por inscrição em restos a pagar. Em 2016 a UFOP alcançou a marca de 12.491 alunos matriculados nos cursos presenciais (graduação, mestrado e doutorado), sendo 95,96% da meta física prevista na LOA (13.016 alunos). Comparativamente ao exercício de 2015 verifica-se o aumento de 780 alunos, ou seja, 6,66 % no número de estudantes matriculados, número considerado expressivo. Destaca-se ainda que a variação positiva é decorrente de acertos na política de ocupação de vagas promovida pela Pró-Reitoria de Graduação, corrigindo discrepâncias geradas pela transição do modelo vestibular para o modelo Sisu ocorrida em 2013.

Dentre os fatores que contribuíram para a execução orçamentária da ação podemos destacar: liberação de 100% do limite orçamentário da "dotação inicial de custeio a utilizar" no conjunto das ações orçamentária, sendo 80% liberados em março de 2016, fato que favoreceu o planejamento de ações de compras e contratações; implementação do Sistema de Gestão Orçamentária, ainda que parcial (somente para material de consumo), favorecendo o controle de gastos por teto orçamentário; aprovação pelo CUNI da metodologia de distribuição de recursos para unidades acadêmicas; edição e publicação do Plano de Gestão e do Plano anual de Ações por meio da Portaria conjunta PROPLAD-DOF nº 001 de 28 de março de 2016; atuação da DOF junto à PROPLAD para promover a adequação da lógica de alocação de recursos em conformidade à destinação dos recursos das Ações Orçamentárias que compõem a Matriz OCC da UFOP; suporte técnico realizado aos setores demandantes com vistas a promover subsídios para o planejamento setorial; revisão contínua das despesas, contratos e demais procedimentos administrativos com vistas à otimização da eficiência no gasto.

Dentre os fatores que dificultaram a execução da ação destacam-se: incertezas no cenário político nacional em razão das mudanças ocorridas na presidência da república e respectivas

mudanças nos ministérios; falta de tempestividade no repasse de recursos financeiros; greve dos técnicos e docentes de 2015 que gerou enorme demanda reprimida para 2016; greve de servidores em 2016, próximo ao encerramento do exercício, com paralisação das atividades acadêmicas e administrativas no âmbito da UFOP, sobretudo na Coordenadoria de Suprimentos, causando forte impacto nos serviços prestados pelo setor.

Dentre os principais resultados obtidos podemos destacar a cobertura integral das despesas fixas previstas para a ação no exercício. Esta conjuntura deve-se a dois fatores: Complementação de recursos por Termo de Execução Descentralizada, que será detalhado no tópico 6.2 e pela implementação de medidas caracterizadas como “Boas Práticas de Gestão” que reduziram sobremaneira a pressão dos gastos frente ao orçamento disponível. Destacam-se:

1 - Implantação da Ação UFOP "Transporte Consciente" - como a Universidade Federal de Ouro Preto está localizada no interior do Estado, há grande demanda de deslocamento para a capital, localizada a cerca de 100 km da sede, e deslocamentos ao aeroporto, localizado a cerca de 150 km de distância da sede. Esses deslocamentos ocorriam de forma não otimizada, com vários carros saindo para o mesmo destino em horários muito próximos. Tal medida implicou no estabelecimento de rotas para deslocamento em vans e micro-ônibus pré-definidos, conforme a demanda, reduzindo sensivelmente o número de veículos em deslocamento para o mesmo destino, implicando em economia de gastos com combustível, diária e depreciação da frota;

2 - Implantação de "novo modelo para serviços de impressão" - esta medida implicou em mudança conceitual no modelo de suprimento de serviços de cópias xerográficas associado ao suprimento de impressoras para impressão local nos setores. Anteriormente a instituição realizava a contratação de empresas para o suprimento de serviços de xerox aos setores administrativos e acadêmicos. Também mantinha o suprimento de impressoras aos diversos setores. Após levantamento realizado, identificou-se cerca de 120 modelos de impressoras diferentes ativas na instituição, fator que dificultava a gestão da manutenção dessas máquinas que se tornavam obsoletas rapidamente com consequentes perdas de estoque de tonners. Após estudos realizados foi possível especificar a contratação de empresa para locação de máquinas multifuncionais (escaneamento, impressão, funcionamento em rede, gerenciamento de impressões, estabelecimento de cotas, etc.). Esta empresa é responsável pela locação e manutenção das máquinas além de se responsabilizar pelo suprimento de tonners, ficando a UFOP responsável apenas pelo papel. Assim foi possível suprimir o serviço de cópias xerográficas e reduzir gastos com aquisição e manutenção de impressoras além de eliminar a perda de tonners;

3 - Ajustes na "política de concessão de bolsas" - a partir da revisão das normas institucionais, foi possível segregar programas de assistência estudantil dos programas de fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão. Neste formato o aluno somente poderá concorrer a 01 (uma) bolsa de fomento (mérito acadêmico: ex: monitoria, iniciação científica, etc.) que poderá ser acumulada com 01 (uma) bolsa do programa de assistência estudantil da instituição. Esta medida permitiu a implantação do controle de bolsista por meio de sistema informatizado, eliminando acúmulos indevidos de bolsa e, portanto, distribuir melhor os recursos entre os alunos;

4 - "Realocação de funcionários terceirizados" - inibiu novas contratações mesmo com a inauguração de novos prédios, bem como redução nos postos de trabalho em contratos de limpeza, recepção, motoristas, produção de refeições, etc., com economia anual estimada em R\$ 500.000,00;

5 - "Implantação da tecnologia VOIP para serviços de telecomunicações" - a rede de telefonia da UFOP é muito antiga (PABX com cerca de 30 anos) e não permite a ampliação de novas linhas, além de apresentar problemas frequentes, sendo que alguns equipamentos já não

possuem peças de reposição. A implementação desta medida permitiu uma ampliação no número de ramais sem impactar os gastos com ligações interurbanas e com custo zero para ligações entre setores internos;

6 - "Revisão de contratos" - como a instituição passou por recente processo de expansão, houve um crescimento acelerado de gastos com diversos tipos de insumos. A revisão visa estabelecer indicadores de desempenho operacional para os contratos que permitirá avaliar a eficiência na utilização de insumos na instituição além permitir quantificar as necessidades com associação aos processos correlatos.

Em relação aos valores inscritos em restos a pagar não processados, importa destacar que quando se faz necessário seguir o ciclo padrão do fluxo da execução físico- financeira do orçamento (ter orçamento, licitar, contratar, ter limite de empenho, empenhar, receber os bens/serviços, liquidar, receber o repasse de financeiro e pagar), particularmente se houver necessidade de licitação, o resultado natural é a inscrição em restos a pagar, assegurada, porém, a execução orçamentária, que representa o objetivo da gestão em cada exercício orçamentário.

As despesas empenhadas cujos saldos ao final do exercício financeiro ainda não tenham cumprido o percurso da despesa pública, qual seja a liquidação e o do pagamento recebem o tratamento previsto no Decreto 93.872/86, modificado pelo Decreto 7.654/11, no qual são inscritos como restos a pagar processados e não processados, respectivamente. Os processados, em sua maioria, correspondem aos contratos de serviços terceirizados cujo serviço já foi prestado, mas o pagamento ainda está em trâmite.

Acrescenta-se que em 2016 os repasses de financeiro referente às despesas liquidadas foram insuficientes para o pagamento tempestivo das despesas. Em relação a diferença entre a meta financeira prevista e executada, explica-se pela dificuldade no cumprimento da programação financeira, por parte da SPO/MEC, no repasse de financeiro referente as despesas liquidadas, fato que acarretou em inscrição de restos a pagar processados da ordem de R\$ 174.817,34. Como os limites de empenho foram liberados na véspera do encerramento do exercício, não houve tempo hábil para a liquidação de todas as despesas, ocasionando a inscrição de R\$ 4.511.405,35 em restos a pagar não processados. Os RP não processados correspondem, em sua maioria, obras, sendo as demais despesas com terceirização, bolsas e pagamento de fornecedores de bens e serviços diversos de prestados no mês de dezembro, além de recursos de projetos contratados junto às Fundações de Apoio com os recursos descentralizados recebidos dos ministérios e demais órgãos e que visam à execução de ações de ensino, pesquisa, extensão ou desenvolvimento institucional.

A liquidação da despesa é realizada como previsto na legislação, não obstante, há casos em que o financiador não realiza o repasse financeiro se não houver a liquidação da parcela correspondente no SIAFI. A gestão financeira da Universidade não sofre impactos no exercício em decorrência de pagamentos de restos a pagar de exercícios anteriores, pois o controle é realizado por empenho e respectiva fonte de recurso, cabendo a cada financiador a remessa tempestiva dos recursos. É comum a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro na UFOP, assim como nas demais universidades federais que realizam projetos plurianuais financiados pelos diversos órgãos públicos.

Quadro 10 – Ação 4002 Relacionada a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UFOP – OFSS

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial
Código	4002 Tipo: Atividade

Título	Assistência ao estudante de Ensino Superior.					
Iniciativa	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.					
Objetivo	Contribuir para a democratização do ensino superior, por meio de ações que possibilitem o ingresso, a permanência e o sucesso dos estudantes, considerando as especificidades de cada população tais como: do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e pessoas com deficiência. Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, inclusive para estudantes estrangeiros, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante de ensino superior.					
	Código: 0841					
Programa	Educação de qualidade para todos					
	Código: 2080		Tipo: Programa Temático			
Unidade Orçamentária	26277 – Universidade Federal de Ouro Preto					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC (X) Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
9.999.794,00	9.999.794,00	9.906.809,36	7.952.345,83	7.952.345,83	0,00	1.954.463,53
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Pre vista	Reprogramada (*)	Realizada	
Quantidade de benefícios concedidos a alunos carentes matriculados em cursos de graduação que são assistidos nas ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis.		Benefício Concedido	63.444	63.444	56.194	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
942.592,52	931.733,83	10.637,69	Quantidade de benefícios concedidos a alunos carentes matriculados em cursos de graduação que são assistidos nas ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis.		Benefício Concedido	0

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Situacional

Na ação “4002 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior” estão alocados os créditos orçamentários provenientes do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, cuja destinação

prevê o apoio à permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior, conforme Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010. O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão, bem como a ampliação do acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da concessão de bolsas de estudos para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior na elevação da qualidade acadêmica.

O PNAES prevê o financiamento da assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. Na organização e planejamento da expansão da UFOP, REUNI, foi dedicado um grande cuidado no dimensionamento dos recursos necessários para a garantia da Política de Assistência Estudantil da instituição. No projeto foram previstas ações e políticas por meio da criação de Programas de Assistência Estudantil regulamentados pela Resolução CUNI 1.380 que define a natureza e finalidade, os princípios fundamentais, objetivos, condições de habilitação, além da classificação que estratifica os pleiteantes em categorias de avaliação socioeconômica. Foram criados os seguintes programas: Programa Bolsa-Alimentação; Programa Bolsa-Permanência; Programa Bolsa-Transporte, bem como expansão dos programas de assistência à saúde e acompanhamento psicológico.

A Pró-Reitoria Especial de Assuntos Comunitários e Estudantis - PRACE da UFOP é o órgão responsável conduzir as políticas institucionais de assistência estudantil visando proporcionar as condições de acesso e permanência aos estudantes e também aos técnicos administrativos e docentes da Instituição, garantindo assim o bem estar psicossocial de toda comunidade ufopiana. Registra-se que a UFOP, em seus campi sede, está localizada na cidade de Ouro Preto, no interior do Estado de Minas Gerais. É uma cidade histórica, turística e de relevo montanhoso. Fatores como moradia e mobilidade urbana são tidos como aspectos que impactam sobremaneira o custo de permanência. Como os créditos provenientes do PNAES são insuficientes para abranger todas as necessidades, fato que torna necessária a complementação de recursos para a garantia das políticas de assistência estudantil da UFOP.

Também estão alocados nessa ação os recursos provenientes do Programa "Incluir" do Ministério da Educação. Entretanto registra-se que na PLOA 2016 o aporte para o programa foi alocado utilizando-se os limites da Matriz OCC. O Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) propõe ações que para a garantia do acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior (Ifes). O Incluir tem como principal objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Ifes, os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. Os núcleos melhoram o acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas. O NEI – Núcleo de Educação Inclusiva é um órgão vinculado à Pró Reitoria de Graduação que visa oferecer alternativas à permanência dos alunos e servidores da UFOP com necessidades especiais. O NEI tem o propósito de assumir ações que contribuam para que o aluno com necessidades educacionais especiais possa exercer o seu direito de cidadania, visando à construção de uma sociedade em que a diversidade seja aceita com naturalidade. É com essa proposta que o NEI busca desenvolver e viabilizar a inserção desses alunos na sociedade. Dispõe de laboratórios de inclusão e acessibilidade nas Unidades Acadêmicas dos campi da UFOP e conta com profissionais e monitores para o desenvolvimento de suas atividades.

Análise crítica

Os créditos alocados na Ação 4002 receberam aporte de R\$ 9.999.794,00 sendo: R\$ 7.873.148,00 em custeio na fonte 0100 no PO 0003 - Auxílio Financeiro - Assistência Estudantil; R\$ 2.000.000,00 em custeio na fonte 0100 no PO 0000 - Despesas diversas/material de consumo destinado a aquisição de gêneros; R\$ 126.646,00 em investimento no PO 0001 - viver sem limite Programa Incluir. Registra-se que no PLOA 2016 o aporte ao incluir, ao contrário dos anos anteriores, não foi concedido dotação ao Incluir pelo MEC, cabendo a UFOP definir o montante aportado ao programa com créditos oriundos da Ação 4002. Foram empenhados 99,07%, sendo que o valor não empenhado, R\$ 92.984,64 refere-se aos créditos de investimento do Programa Incluir que não tiveram liberação de limites na sua totalidade. Registra-se ainda alterações entre os POs 000 e 003 em razão de adequações nas políticas de concessão de assistência estudantil e das necessidades de realização das despesas programadas para esta ação.

Essa ação caracteriza-se por oferecer incentivos aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica para que permaneçam na universidade e concluam seus cursos. Desse modo, para apurar a meta física realizada em 2016, tomou-se como base de cálculo o produto da ação, o benefício concedido, assim como o aluno assistido estimada em 63.444. Em relação ao físico executado foram concedido 56.194 que representa 88,57% da meta inicial. A discrepância entre o previsto e o executado deve-se à dois fatores principais sendo: reformulação da classificação socioeconômica nas categorias A, B, C e D, reduzindo significativamente a possibilidade de fraude no processo de avaliação; metodologia utilizado para o cálculo da meta, que vem sofrendo alterações desde 2013, onde naquele ano o produto era "aluno assistido". A partir de orientações emitidas pelo FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil e pela SPO/MEC sobre a metodologia de cálculo da meta, foram realizadas adequações na programação da meta, que resultaram na execução física conforme quadro demonstrativo a seguir:

Quadro 11 - Execução física da Ação 4002

Ação	Descrição	Indicador	Meta prevista para 2016	Tipos de benefícios concedidos	Físico executado De 01/01/2016 a 31/12/2016
4002	Assistência ao estudante de Ensino Superior	Benefício Concedido	63.443	Bolsa Alimentação	27138
				Bolsa Permanência	24707
				Bolsa Transporte	2881
				Auxílio Moradia (João Monlevade)	1090
				Incentivo	377
4002	Programa Incluir	Acessibilidade Promovida	1		1
Total			63.444		56.194

Fonte: Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis

As despesas empenhadas cujos saldos ao final do exercício financeiro ainda não tenham cumprido o percurso da despesa pública, qual seja a liquidação e o do pagamento recebem o tratamento previsto no Decreto 93.872/86, modificado pelo Decreto 7.654/11, no qual são inscritos como restos a pagar processados e não processados, respectivamente. Os restos a pagar não

processados do exercício que foram inscritos referem-se a empenhos destinados ao pagamento de bolsas referente aos benefícios concedidos no âmbito dos programas de Assistência Estudantil da UFOP, bem como aquisição de gêneros alimentícios para os RUs. Como houve contingenciamento de recursos, foram necessárias várias intervenções junto à Sesu para que os créditos fossem liberados, fato que ocorreu bem próximo ao encerramento do exercício.

Após o empenhamento dos créditos, boa parte do material de consumo (gêneros alimentícios) adquiridos ainda não haviam sido entregues, fazendo-se necessário a inscrição dos créditos em restos a pagar. Como o calendário acadêmico está desajustado por ocasião das sucessivas greves, o cronograma de pagamento das bolsas também ficou alterado. Acrescenta-se ainda a falta de repasses financeiros no fim do exercício para processamento e respectivo pagamento das bolsas. Em relação aos restos a pagar de exercícios anteriores também possuem a mesma explicação o item anterior. Tão logo as empresas entregaram o objeto contratado foi entregue, procedeu-se ao pagamento. Apenas o valor de R\$ 10.637,09 foi cancelado por falta de entrega do bem contratado pela empresa, aplicada as devidas sanções cabíveis. A gestão financeira da Universidade não sofre impactos no exercício em decorrência de pagamentos de restos a pagar de exercícios anteriores, pois o controle é realizado por empenho e respectiva fonte de recurso, cabendo à SPO/MEC o repasse tempestivo dos recursos quando da sua liquidação. É comum a permanência de RP Processados e Não Processados por mais de um exercício financeiro na UFOP, assim como nas demais universidades federais que realizam projetos plurianuais financiados pelos diversos órgãos públicos. Destaca-se que os recursos que foram executados através de inscrição em restos a pagar são necessários para o cumprimento dos objetivos.

Quadro 12 – Ação 8282 Relacionada a Programa Temático do PPA de Responsabilidade da UFOP – OFSS

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial
Código	8282 Tipo: Atividade
Título	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da rede federal de educação superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.
Objetivo	Apoio ou execução de planos de reestruturação e expansão na Rede Federal de Ensino Superior que visem ao aumento do número de vagas e à redução da evasão por meio da adequação e da modernização da estrutura física das instituições; da aquisição de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos mobiliários e laboratórios; da locação de imóveis, veículos e máquinas necessários para a reestruturação; da execução de obras, incluindo reforma, construção, materiais e serviços; do atendimento das necessidades de custeio inerentes ao processo de reestruturação, considerando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor; e da modernização tecnológica de laboratórios visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.
	Código: 0841
Programa	Educação de qualidade para todos
	Código: 2080 Tipo: Programa Temático
Unidade Orçamentária	26277 – Universidade Federal de Ouro Preto

Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input checked="" type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras			
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
12.052.078,00	11.160.067,00	7.685.091,60	2.291.449,83	1.995.870,78	295.579,05	5.393.641,77
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Pre vista	Reprogramada (*)	Realizada	
Quantidade de projeto (curso) viabilizado com a implantação do plano de reestruturação e expansão da UFOP		Projeto Viabilizado	47	47	46	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
3.304.570,76	2.802.086,04	136.066,42	Quantidade de projeto (curso) viabilizado com a implantação do plano de reestruturação e expansão da UFOP		Projeto Viabilizado	0

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Situacional

A Ação 8282 – Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - é destinada ao apoio dos planos de reestruturação e expansão das universidades federais, visando o aumento do número de vagas, redução da evasão, o pleno aproveitamento da estrutura instalada, assim como a adequação e modernização da estrutura física das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. No orçamento para exercício de 2016, os créditos alocados nesta ação tiveram como objetivo básico garantir os recursos de capital necessários à consolidação do processo de expansão ocorrido no 2008-2012, que viabilizou a expansão de novas vagas nos cursos já existentes bem como na criação de novos cursos criados para suprir a demanda social pelo acesso à formação superior dentro do contexto geopolítico em que a UFOP está inserida. Neste sentido, o REUNI, buscou a melhoria dos indicadores para atingir a meta prevista no Plano Nacional de Educação - PNE de incluir pelo menos 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos no Sistema de Ensino Superior.

Impactos globais da expansão

A adesão da UFOP ao REUNI, com base no Plano de Reestruturação e Expansão aprovado pelo Conselho Universitário no dia 14 de dezembro de 2007, provocou impactos globais na Instituição em diversas perspectivas conforme indicadores apresentados no quadro a seguir:

Quadro 13 – Indicadores UFOP

INDICADORES	2007	2016	CRESCIMENTO
Docentes efetivos	536	870	62,31%
Técnicos administrativos em educação (taes)	763	812	6,42%
Funcionários terceirizados	154	683	343,51%
Alunos matriculados em curso de graduação presencial	4.986	11.489	130,43%
Alunos matriculados em programas de mestrado	497	1.406	182,9%
Alunos matriculados em programas de doutorado	95	350	268,42%
Cursos de graduação (presencial)	24	46	91,7%
Cursos de mestrado	15	29	93,30%
Cursos de doutorado	5	13	160%

Fonte: Relatórios de Gestão (UFOP); Censo da Educação Superior (INEP), Site UFOP em números

Acrescenta-se ainda: das vagas anuais criadas 222,6% são para o período noturno; criação de 22 novos cursos de graduação, passando de 24 cursos para 46; criação de 02 novas unidades acadêmicas, nas cidades de Mariana e João Monlevade (Mariana: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - abriga os cursos de Administração, Ciências Econômicas, Comunicação Social e Serviço Social; João Monlevade: Transformação do Departamento de Ciências Exatas e Aplicadas em Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas, com a incorporação de dois novos cursos: Engenharia Elétrica e Engenharia de Computação); acréscimo de 27.865m² de obras novas, readaptações, ampliações e adequações de instalações físicas; acréscimo de 43 mil m² de obras de infraestrutura; acréscimo ao quadro de pessoal efetivo de 311 docentes e 49 servidores técnico-administrativos em educação. Registra-se que, em que pese o aumento de vagas de técnico-administrativos, o aumento no quadro geral foi de apenas 6,42%. Este fato deve-se a extinção de cargos de nível de apoio que, com a aposentadoria, foram gradativamente sendo substituídos por funcionários terceirizados.

Análise crítica

Os créditos alocados na Ação receberam aporte inicial de R\$ 12.052.078,00 sendo: R\$ 8.823.403,00 em capital na fonte 0112 no PO 0000 – REUNI/despesas diversas (incluindo R\$ 64.859,00 referente ao PDU internacional); R\$ 3.228.675,00 em capital na fonte 0112 no PO 0001 – Mais Médicos. O ano teve início com a Lei de Orçamento Anual – LOA aprovada, mas com forte contingenciamento de recursos conforme disposto no Decreto 8.670 de 12 de fevereiro de 2016 cujo teor já demonstrava o ajuste fiscal nas despesas públicas. Em 29 de fevereiro de 2016, a Andifes publica o Ofício Circular nº 005/2016 informando a liberação de 40% do limite de empenho de capital para 2016, fato que mobilizou a administração a envidar esforços junto à SESu para a

liberação dos limites contingenciados, pleito que só foi atendido, parcialmente, na véspera do encerramento do exercício.

Os créditos de capital previstos na Matriz OCC da UFOP já se apresentavam deficitários frente às necessidades de realização de obras de infraestrutura, reformas e adaptações das instalações existentes além de investimentos para renovação do parque tecnológico da instituição, acarretando em dificuldades no estabelecimento de prioridades e consequente adiamento das decisões. Em reunião realizada na ANDIFES o MEC sinalizou que não havia mais possibilidade de liberação de créditos adicionais para atendimento das necessidades apresentadas, mas que, entretanto, seria possível atender ao pleito de alterações orçamentárias uma vez que os créditos de investimento contingenciados não seriam liberados.

Desta forma procedeu-se à solicitação de alteração orçamentária com pedido de remanejamento de R\$ 1.500.000,00 alocados em investimento na Ação 8282 para custeio na Ação 20RK. A partir de gestão realizada pelo Ministro da Educação junto ao MPOG, a Ação recebeu créditos adicionais de custeio no valor de R\$ 607.989,00, totalizando a dotação final em R\$ 42.686.858,00. Em que pese a dotação de créditos adicionais, ressalta-se que os limites correspondentes não foram liberados. Atendendo a determinações da SPO, procedeu-se ao bloqueio dos créditos alocados no PO 0001 – Mais Médicos. Ao fim foram empenhados R\$ 7.685.091,60, que correspondem 63,76% da dotação inicial sendo que os créditos não empenhados referem-se aos limites que não foram liberados. Contudo registra-se que os limites liberados foram empenhados na íntegra.

Em relação à meta física, a Ação 8282 teve como produto o indicador "projeto viabilizado" onde a meta inicialmente estabelecida contemplava 47 cursos, sendo os atuais 46 cursos de graduação alcançados pela expansão mais 1 curso de Medicina a ser implantado na cidade de Ipatinga. Em razão da necessidade de repactuação junto ao MEC acerca da viabilidade de implantação deste curso bem como pelo bloqueio da dotação determinado pela SPO/MEC, a meta foi reprogramada para 46 cursos. As metas definidas no projeto REUNI estão sendo rigorosamente acompanhados através de seus indicadores quantitativos e qualitativos em todas as dimensões propostas. Além disso, outros resultados foram alcançados com os recursos alocados na ação, proporcionando o aproveitamento e melhorias da estrutura anteriormente instalada bem como a adequação e modernização da estrutura acadêmica, com a modernização dos laboratórios, salas de aula dentre outras melhorias na estrutura física da instituição em geral com obras de reforma, novas construções, aquisição de equipamentos, materiais e serviços, e as necessidades de manutenção identificadas.

Ao elaborar seu plano de reestruturação e expansão, a estratégia utilizada pela Administração Central da UFOP à frente do projeto à época foi a de promover diversas reuniões e articulações com os setores da instituição, nas quais foram divulgados os objetivos, bem como discutidas e detalhadas as ações decorrentes, além dos recursos previstos distribuídos de forma parametrizada conforme diretrizes do programa. Outra estratégia foi constituir comissões para garantir a agilidade e objetividade das diversas frentes de trabalho. Entretanto observa-se que o projeto inicial do REUNI não contemplou impactos decorrentes da consolidação em sua plenitude, considerando que o aumento da estrutura acadêmica e estrutural da instituição resultaram em processos mais complexos e elaborados de gestão que, por sua vez, geram impactos financeiros em várias dimensões, dentre os quais se destacam as despesas com energia elétrica, locação de mão de obra para serviços de manutenção predial, recepção, limpeza e outros serviços de apoio, insumos para funcionamento de laboratórios, gastos com tecnologia da informação, dentre outros recursos necessários para se atingir o padrão de qualidade ansiado pela sociedade. Assim, não se almeja uma expansão apenas quantitativa, mas também qualitativa.

Um dos grandes focos que se pretende estabelecer em nossa Instituição é o pacto pela Educação Superior de qualidade com compromisso social, em que os agentes envolvidos

(patrimônio humano) que contribuam para a formação de pessoas mais solidárias, mais fraternas e comprometidas com o desenvolvimento de nosso país. Entende-se que nossa instituição necessita de adequação em aportes de recurso para investimentos e custeios, além de vagas de docentes e técnicos necessários à consolidação ocorrida no período de expansão (2008-2012). Conseqüentemente, os valores incorporados ao orçamento de nossa Instituição após esta adequação, permitirão colocar a UFOP na vanguarda das IFES, como uma Instituição tradicional, moderna e compromissada com os desafios do seu tempo.

Dentre os fatores que contribuíram para a execução da ação pode mos destacar: reativação das deliberações da "Comissão de Orçamento e Contas" do Conselho Universitário – CUNI, onde foram apresentadas as necessidades de investimento e definida a ordem de prioridade de aplicação dos recursos disponíveis; as articulações da administração superior junto à SESu para liberação de limites de empenho.

Dentre os fatores que dificultaram a execução da ação destacamos: o forte contingenciamento de recursos de capital no início do ano (60%), dificultando sobremaneira a tomada de decisão, o planejamento de licitações e a definição de obras prioritárias; liberação tardia, próximo ao encerramento do exercício, de limites de empenho de capital; acúmulo de serviço no setor responsável pelas licitações decorrente das sucessivas greves e da expansão institucional; paralisação 90% das atividades administrativas e acadêmicas em decorrência da greve dos técnico- administrativos e docentes em data próxima ao encerramento do exercício; necessidades de informatização e automação dos processos administrativos; atrasos nos repasses de recursos financeiros à UFOP.

Como **principais resultados obtidos**, podemos destacar: adequação, manutenção e modernização da infraestrutura física da instituição, ainda que deficitária, por meio de obras, incluindo reforma, ampliação e adaptação; aquisição e/ou reposição de novos equipamentos.

Os recursos que foram executados através de inscrição em restos a pagar são necessários para o cumprimento dos objetos contratados. Até o encerramento do exercício, uma grande parte do material permanente adquirido ainda não havia sido entregue e boa parte das medições das obras contratadas ainda não haviam sido executadas ou ainda sob análise pelos setores competentes. Desta forma, as boa parte das despesas não foram apropriadas e liquidadas em 2016. Em relação às obras, foram empenhados recursos com base em uma estimativa de execução até março de 2017. Isto foi feito para que não houvesse a possibilidade de interrupção da execução por falta de pagamento, pois normalmente os recursos de investimento não são liberados no início do ano.

3.3.2 Ações não previstas na loa do exercício – restos a pagar não processados – OFSS

Quadro 14 - Ações não Pre vistas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Código	20RJ	Tipo: Atividade
Título	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica.	
Iniciativa	Fortalecer a formação e a valorização dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e da aprendizagem ao longo da vida.	

Objetivo		Incentivo e promoção da formação inicial e continuada para a Educação Básica nas modalidades presencial e a distância; desenvolvimento de programas, cursos, pesquisas, estudos, projetos, avaliações, mobilidade nacional e internacional de profissionais do magistério e de estudantes de nível superior, por meio de apoio técnico, pedagógico e financeiro, inclusive ao sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, visando à melhoria da qualidade do ensino, considerando programas específicos para população indígena, do campo e quilombola; a formação para a docência intercultural; o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana; o atendimento educacional especializado; a educação de jovens e adultos; a educação em direitos humanos; a sustentabilidade socioambiental; as relações étnico-raciais e de gênero; a diversidade sexual; e a política da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.			
		Código: 0597			
Programa		Educação Básica			
		Código: 2030 Tipo: Programa Temático			
Unidade Orçamentária		26277 – Universidade Federal de Ouro Preto			
Ação Prioritária		(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC (X) Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
527.000,00	527.000,00	0,00	Quantidade de projeto apoiado da Educação Básica com a oferta de cursos à distância.	Projeto Apoiado	1
Código		20RJ Tipo: Atividade			
Título		Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica.			
Iniciativa		Fortalecer a formação e a valorização dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e da aprendizagem ao longo da vida.			
Objetivo		Incentivo e promoção da formação inicial e continuada para a Educação Básica nas modalidades presencial e a distância; desenvolvimento de programas, cursos, pesquisas, estudos, projetos, avaliações, mobilidade nacional e internacional de profissionais do magistério e de estudantes de nível superior, por meio de apoio técnico, pedagógico e financeiro, inclusive ao sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, visando à melhoria da qualidade do ensino, considerando programas específicos para população indígena, do campo e quilombola; a formação para a docência intercultural; o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana; o atendimento educacional especializado; a educação de jovens e adultos; a educação em direitos humanos; a sustentabilidade socioambiental; as relações étnico-raciais e de gênero; a diversidade sexual; e a política da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.			
		Código: 0597			
Programa		Educação Básica			
		Código: 2030 Tipo: Programa Temático			
Unidade Orçamentária		26277 – Universidade Federal de Ouro Preto			
Ação Prioritária		(X) Sim () Não Caso positivo: () PAC (X) Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado

527.000,00	527.000,00	0,00	Quantidade de projeto apoiado da Educação Básica com a oferta de cursos à distância.	Projeto Apoiado	1
------------	------------	------	--	-----------------	---

Fonte: Tesouro Gerencial

A ação “20RJ - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica” do programa “2030 - Educação Básica” contemplou os recursos alocados pelas Secretarias do Ministério da Educação, a saber, Secretaria de Educação Básica-SEB e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI para a Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública-RENAFORM, instituída pela Portaria nº 1.328/2011, que tem por finalidade apoiar as ações de formação continuada de profissionais do magistério da educação básica pública, em atendimento às demandas de formação continuada. O Comitê Gestor Institucional - CONFOR é responsável, no âmbito da Instituição de Ensino Superior, por assegurar a indução, a articulação, a coordenação e a organização de programas e ações de formação continuada dos profissionais do magistério da educação básica, bem como pela gestão e execução dos recursos recebidos. O Comitê Gestor Institucional atua na articulação interna das coordenações dos programas de formação e dos cursos, configurando um espaço de diálogo para a distribuição dos recursos alocados na Matriz Orçamentária. O MEC, em articulação com o Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente do Estado de Minas Gerais-FORPROF-MG e as universidades localizadas em Minas Gerais, indica quais cursos, quantas vagas e qual valor a ser destinado ao custeio de cada um deles. A oferta dos cursos deve ser coerente com as diretrizes disponibilizadas no Catálogo de Cursos do PDE Interativo. Cada projeto de curso contém um plano de trabalho onde são detalhados os objetivos e metas físicas a serem alcançadas bem como o dimensionamento financeiro para execução do projeto em face aos parâmetros estabelecidos pelas secretarias e pelo valor alocado na Matriz Orçamentária da ação.

Os restos a pagar não processados inscritos na ação em 1º de janeiro de 2016 totalizaram o montante de R\$ 507.000,00 e correspondem aos projetos contratados junto à Fundação de Apoio, sendo: R\$ 123.000,00 referente a execução da terceira etapa do "curso de Especialização em Gestão Escolar no âmbito do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica", cujo empenho fora emitido em 07 de novembro de 2014 no valor de R\$ 316.800,00, de modo que o valor remanescente em 2016 refere-se a parcela do cronograma ainda não executada; R\$ 404.000,00 referente a execução do "Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC", gerido pela UFOP no na região Sul de Minas Gerais, cujo empenho fora emitido em 03 de novembro de 2015. A inscrição dos valores em restos a pagar processados deve-se ao trâmite estabelecido pelas Secretarias SEB e SECADI para a aprovação dos projetos dos cursos. Foram realizadas várias reuniões pelo Comitê Gestor Institucional/UFOP para aprovação dos cursos no âmbito institucional. Em seguida as propostas foram submetidas à aprovação final das secretarias, fator que culminou com a finalização dos processos já próximos ao encerramento do exercício e conseqüentemente em inscrição dos saldos em restos a pagar. Salienta-se que os valores referentes a restos a pagar ampara-se no Artigo 68, do Decreto nº 93.872/1986, alterado pelo Decreto nº 7.654, de 23 de dezembro de 2011, sendo que os restos a pagar não processados, inscritos no exercício de 2014 ficam válidos até 30/06/2016, não tendo sido verificado impacto algum decorrente dos pagamentos dos empenhos inscritos nessa situação.

3.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Quadro 15 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil

Código SIAFI		Denominação			
21.311.04.00		CONTAS A PA GA R CREDORES NACIONAIS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/ CPF)	Saldo final em 2014	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final em 2015
154046	16.907.746/0001-13	3.658.692,23	0,00	754.487,87	3.605.673,35

Fonte: Tesouro Gerenc ial

Análise Crítica

Em dezembro de 2010, Diretoria de Orçamento e Finanças da UFOP recebeu Auto de Infração emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais cujo objeto trata de débitos de natureza tributária de ICMS incidentes sobre serviços de fornecimento de energia elétrica no período de 2005 a 2009. O referido Auto de Infração foi encaminhado pela Diretoria à época em janeiro de 2011 à procuradoria jurídica para conhecimento e parecer sobre o débito em questão e manifestação sobre providências cabíveis. O processo foi remetido ao contencioso da AGU em Belo Horizonte. Após juntada de documentação por este órgão, o processo foi restituído à Procuradoria Federal junto à UFOP para parecer. O processo demonstrou que a UFOP havia impetrado Mandado de Segurança Individual em 2001 na qual solicitava concessão de liminar para impedimento de cobrança do ICMS nas contas de energia elétrica da UFOP mediante reconhecimento da imunidade da impetrante presumida pelo art. 150, VI, *a*, da Constituição Federal. A liminar foi concedida em 2002 onde fora emitida sentença determinando à Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG a suspensão da cobrança do ICMS nas contas da UFOP. O estado recorreu da decisão em apelação em segunda instância, revertendo a decisão de primeira instância. O processo transitou em julgado e dado baixa definitiva às origens.

Em abril de 2014 o processo foi remetido à Diretoria de Orçamento e Finanças com despacho da Procuradoria Jurídica no qual orienta que o processo já havia transitado em julgado e que a execução do julgado caberia à CEMIG. Em 03/09/2014 a UFOP foi notificada da decisão por meio do ofício emitido pela Administração Fazendária do Estado de Minas Gerais, com Peça Fiscal em anexo, na qual retira a CEMIG do polo passivo da obrigação e intima a UFOP a colher os valores incidentes não recolhidos no período de apuração, acrescidos de multa e correção monetária. Mediante análise da disponibilidade orçamentária para o pagamento, identificou-se que a dotação orçamentária em custeio era insuficiente para apropriar as despesas apresentadas no exercício, sendo necessário o registro do passivo financeiro no SIAFI. Para suprir a necessidade orçamentária constatada, foi solicitado crédito suplementar à SESu por meio de Ofício da Reitoria, de maneira que o pleito não foi atendido. Como a UFOP depende da Certidão Negativa de Débitos do Estado, decidiu-se pelo parcelamento da dívida. Conforme disposto na macrofunção SIAFI

02.11.40 sobre procedimentos para reconhecimento do passivo, foi aberto processo contendo as seguintes informações: importância a pagar; dados do credor (nome, CPF ou CNPJ e endereço); data de vencimento do compromisso; causa da inobservância do empenho; relatório da despesa ocorrida; documentação que originou tal situação; termo de reconhecimento de dívida, elaborado pelo ordenador de despesa. Após adoção destes procedimentos, procedeu-se ao lançamento na conta contábil 21211.11.00 - passivos financeiros. O processo foi remetido à assessoria técnica da Reitoria para adoção das medidas cabíveis. Registra-se que os valores pagos desde o princípio do parcelamento não foram baixados da conta em razão de desconhecimento acerca do procedimento a ser adotado na situação tendo em vista que as parcelas são corrigidas mensalmente e pelo fato do pagamento não gerar baixa automática pelo critério de partidas dobradas. Registra-se ainda que o valor atual da dívida atualizada em 13.02.2017 é de R\$ 2.553.636,18. Por fim ressalta-se que os valores pagos serão registrados e os pagamentos futuros serão registrados manualmente na conta contábil mensalmente quando do efetivo pagamento da parcela vincenda.

3.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 16 – Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2016	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/16	
	(a)	(b)	(c)	(d) = (a-b-c)	
2013	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00
2014	174.770,42	149.217,43	25.552,99	0,00	0,00
2015	2.567.621,84	2.565.730,71	1.891,13	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2016	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/16
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i) = (e-g-h)
2012	276.604,06	484,00	484,00	276.120,06	0,00
2013	159.378,51	3.284,62	3.284,62	131.662,54	24.431,35
2014	837.408,96	323.157,88	323.157,88	159.949,80	354.301,28
2015	11.802.533,88	9.959.154,63	9.959.154,63	92.266,13	1.751.113,12

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Crítica

A existência, no SIAFI, de valores referentes a restos a pagar ampara-se no Artigo 68, do Decreto nº 93.872/1986, alterado pelo Decreto nº 7.654, de 23 de dezembro de 2011, sendo que os restos a pagar não processados, inscritos no exercício de 2014 ficam válidos até 30/06/2016, não tendo sido verificado impacto algum decorrente dos pagamentos dos empenhos inscritos nessa situação. A permanência de restos a pagar há mais de um exercício financeiro deve-se, prioritariamente, à contratação de obras, ainda em execução ou com pendências para a última medição e consequente entrega definitiva da obra, e a contratos prolongados cujos saldos remanescentes ficam inscritos até a entrega do objeto para respectiva liquidação e pagamento. Registra-se também a demora dos fornecedores na prestação dos serviços ou da entrega dos bens empenhados. Ressalta-se que a estratégia adotada pela UFOP é a de liquidação imediato após a prestação do serviço ou do recebimento do material para respectivo pagamento.

A análise dos dados dos quadros sintetiza a realidade da execução orçamentária em qualquer IFES com orçamento do porte da UFOP. Quando se faz necessário seguir o ciclo padrão do fluxo da execução físico-financeira do orçamento (ter orçamento, licitar, contratar, ter limite de empenho, empenhar, receber os bens/serviços, liquidar, receber o repasse de financeiro e pagar), particularmente se houver necessidade de licitação, o resultado natural é a inscrição em restos a pagar, assegurada, porém, a execução orçamentária, que termina sendo o objetivo de qualquer gestor público em cada exercício orçamentário. As sucessivas greves de 2011, 2012, 2014, 2015 e

2016 prejudicaram não só o desenvolvimento das atividades finalísticas, mas também as atividades de apoio. Por exemplo, o setor responsável pelas compras ficou com o serviço acumulado no final do exercício, deslocando boa parte da execução para o exercício seguinte, somado às dificuldades já salientadas na análise 3.3.8 (Análise crítica da realização da despesa).

Outro evento negativo que prejudica a execução dos restos a pagar é o grande número de inadimplência por parte dos fornecedores acarretando em perda de recursos da nossa Instituição, visto que não é possível alterar o empenho para outro credor e o recurso é devolvido para o concedente, sem a possibilidade de que a verba seja alocada novamente para a Instituição. Salienta-se que a UFOP tem aplicado com rigor as penalidades cabíveis aos casos de descumprimento previstos em lei. Por fim informamos que estabelecemos procedimentos de acompanhamento das compras (acompanhamento do pós compra) e execução de contratos para diminuir este problema. Entretanto o mesmo apenas seria resolvido se o recurso dos empenhos cancelados fossem reabertos no exercício seguinte para que a instituição alcance o objeto contratado. A Coordenadoria de Contabilidade e Finanças da UFOP tem realizado um trabalho periódico, intenso e sistemático, no acompanhamento da execução dos restos a pagar de exercícios anteriores, junto às áreas demandantes da UFOP, visando à execução dos mesmos, conforme evidenciado no quadro acima, haja vista o baixo volume de saldo a pagar.

3.4 Execução Descentralizada

No item execução descentralizada a instituição trata, essencialmente, das entrega de recursos a órgãos e entidades, públicas ou privadas por meio de transferência voluntária (convênios e instrumentos congêneres), bem como aos Estados, Distrito Federal, Municípios e consórcios públicos em decorrência de delegação para a execução de ações de responsabilidade exclusiva da UPC. Os quadros abaixo contemplam todas as características pertinentes a descentralização.

3.4.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A GECON – Gerência de Contratos e Convênios é o setor da UFOP responsável pela análise das prestações de contas dos recursos descentralizados.

A equipe da GECON para análise das prestações de contas é composta de dois servidores (um contador e um técnico em contabilidade), o que não é suficiente para a crescente demanda de transferências realizadas. Com isso a análise tempestiva das contas recebidas fica prejudicada. O pessoal envolvido carece, também, de capacitação continuada, frente as alterações na legislação e no SICONV.

A GECON tem buscado orientar os coordenadores institucionais, os fiscais e os ordenadores de despesas dos projetos, no sentido de fazer-se cumprir os objetivos propostos nos planos de trabalho dos projetos, bem como em seu plano de aplicação dos recursos.

Foi requisitado ao Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI/UFOP o desenvolvimento de um sistema de gerenciamento dos projetos e convênios, o qual possibilitará um melhor acompanhamento das prestações de contas.

3.4.2 Visão gerencial dos instrumentos de transferência e dos montantes transferidos

O quadro abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos últimos três exercícios, sendo que os valores devem se referir à totalidade e não somente aos instrumentos celebrados em cada exercício.

Quadro 17 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Universidade Federal de Ouro Preto					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio		2	1	2.007.644	1.104.839	2.659.116
Contrato de repasse						
Termo de Parceria			1	504.796	394.433	394.433
Totais		2	2	2.512.440	1.499.272	3.053.550

Fonte: Gecon

Análise Crítica

No ano de 2016 não foi celebrado nenhum convênio com transferência de recursos desta Universidade. Os valores de Convênio repassados no exercício de 2016 referem-se, principalmente, ao convênio para “Produção e distribuição de conteúdos educativos – Rádio e TV Educativa UFOP” (R\$ 1.179.947,00) celebrado no final do ano de 2015 com a Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto, fundação de apoio desta Universidade, cujo repasse referente àquele ano, no valor de R\$ 178.779,90, somente foi concretizado em 2016.

Os demais valores de Convênio referem-se a quatro Convênios para Internato Médico Hospitalar celebrados com hospitais próximos aos campi da UFOP, imprescindíveis ao bom andamento do Curso de Medicina desta instituição.

A diferença de valores de Convênios repassados nos anos 2015 e 2016 deve-se, além do repasse em atraso supracitado, ao término, em 31/03/2015, da vigência do instrumento cujo objeto era a execução do “Projeto Acadêmico e de Desenvolvimento Institucional para o Sistema de Comunicação Integrada na UFOP”.

O Termo de Parceria celebrado em 2014, com vigência até 31/07/2017, refere-se à Gestão compartilhada do Centro de Artes e Convenções da UFOP, com maiores detalhes apresentados em quadro próprio deste Relatório.

3.4.3 Visão gerencial da prestação de contas dos recursos pelos recebedores

Quadro 18 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.

Unidade Concedente					
Nome: Universidade Federal de Ouro Preto					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	...
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	0		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	0		
Exercícios	Contas NÃO	Quantidade	3		

anteriores	Prestadas	Montante Repassado	371.649,18		
------------	-----------	--------------------	------------	--	--

Fonte: Gecon

Análise Crítica

Nenhuma prestação de contas de Convênios teve seu prazo de entrega vencido em 2016. Os convênios que findaram em 2015 tiveram suas prestações de contas finais entregues naquele mesmo ano.

Em 2016, durante a realização de levantamento de dados correção de informações prestadas à CGU e TCU em Relatórios anteriores e para ajuste de procedimentos internos da Gerência de Contratos e Convênios – Gecon, órgão desta Universidade responsável pela análise das prestações de contas, foram detectadas que três prestações de contas finais referentes a exercícios anteriores ainda não haviam sido recebidas. A Gecon já tomou providências de cobrança das mesmas estabelecendo prazo para que o conveniente as apresente.

3.4.4 Visão gerencial da análise das contas prestadas

No ano de 2016 nenhuma prestação de contas de Convênios foi apresentada à Gecon.

3.4.5 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Quadro 19 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Universidade Federal de Ouro Preto					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios					13
Contratos de repasse					

Fonte: Gecon

Análise crítica:

As prestações de contas com análise em atraso contemplam as que estão com os coordenadores e ordenadores de despesas dos projetos; as que estão com as fundações de apoio para manifestação acerca das impropriedades/irregularidades encontradas; as que estão nas instâncias superiores da UFOP para aprovação e as que estão em análise/reanálise na Gerência de Contratos e Convênios - Gecon desta Universidade.

Os quadros referentes a quantidade de prestações de contas analisadas ou não, apresenta uma visão apenas sobre as prestações de contas finais, de convênios já encerrados, não demonstrando a necessidade de análise de prestações parciais destes e dos demais convênios. A GECON não possui pessoal suficiente, e devidamente capacitado, para análise tempestiva das prestações de contas parciais e finais.

As análises efetuadas pela GECON consideram apenas as partes contábeis/financeiras e de cumprimento do objeto; não sendo, por falta de recursos humanos, efetuada uma análise crítica das prestações de contas.

Salienta-se que a GECON está passando por uma reestruturação. Após a expansão do REUNI (2007-2012), a UFOP entrou numa fase de consolidação do crescimento. Os processos se

tornaram mais complexos, tornando necessário uma modernização da estrutura administrativa. Neste contexto a Diretoria de Orçamento e Finanças, a qual a Gerência está vinculada, constituiu uma comissão para a elaboração de seu "Regimento Interno", que contemplará a missão, visão, valores, objetivos estratégicos, além da redefinição de sua estrutura organizacional com atribuições e competências. Até 08 de outubro de 2015 a equipe de trabalho da GECON era composta de apenas 3 (três) servidores sendo 2 (dois) exclusivamente para análise das prestações de contas. A equipe atual é de 5 (cinco) servidores com uma sexta vaga em processo de contratação. Ainda no decurso de 2015 a GECON mudou suas instalações para um local mais amplo (sala da chefia independente, sala de arquivo, pia) e melhor aparelhado (mais mesas, cadeiras, melhores computadores, geladeira, micro-ondas, etc) resultando num melhor ambiente de trabalho e aumento de produtividade.

Foi demandado ao Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI/UFOP o desenvolvimento de um sistema (módulo de sistema integrado aos demais sistemas já existentes no Portal "Minha UFOP") para a gestão de projetos e convênios, semelhante ao SIPAC da UFRN. Neste sistema será possível cadastrar o projeto com seu respectivo Plano de Trabalho, a fonte de recursos, cronogramas de execução e pagamento, prestação de contas além de contemplar a gestão eletrônica dos documentos decorrentes. A implementação deste sistema possibilitará um acompanhamento mais eficaz dos projetos.

Está em elaboração pela GECON o "Manual de Prestação de Contas", a ser utilizado pelas fundações de apoio e demais convenientes na execução dos projetos que envolvem a UFOP.

O sítio eletrônico da GECON ainda está em fase de construção, com previsão de conclusão para o final de abril de 2017. Pretende-se com este sítio, além de apontar os sítios das fundações de apoio, dar transparência quanto aos Contratos e Convênios celebrados, valores envolvidos, prestações de contas recebidas, analisadas e aprovadas.

A celebração de convênios com entidades privadas sem fins lucrativos, seja com fundação de apoio ou outras entidades, tem possibilitado melhor execução das atividades propostas e muitas vezes finalísticas da Universidade, notadamente com relação aos convênios para realização do Internato Médico Hospitalar, o qual seria inviável sem a celebração destes instrumentos, em uma instituição sem Hospital Universitário.

3.5 Informações sobre a realização das receitas

3.5.1 Visão Geral das Receitas diretamente arrecadadas pela UFOP

Para demonstrar a composição das receitas da UFOP, as quais são arrecadadas por GRU e compõem a fonte de receitas próprias no orçamento da Unidade, apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo do rol de receitas da instituição e valores arrecadados em 2016:

Quadro 20 – Demonstrativo das receitas da UFOP - 2016

Cód. GRU	DES CRIÇÃO	Total - R\$	%
28804	Ta xa de uso de imóveis	297.320,78	7,94%
28815	Receita da industria editorial e gráfica	13.183,00	0,35%
28830	Serviços administrativos	542.527,61	14,48%
28832	Serviços educacionais	31.270,00	0,83%
28835	Serviços recreativos e culturais	279.300,00	7,46%
28837	Serviços de hospedagem e alimentação	1.710.938,92	45,67%
28838	Serviços de estudos e pesquisas	515.673,99	13,76%
28849	Serviços danos causados patrimonio publico	345,73	0,01%
28852	Outras restituições	2.235,04	0,06%
28867	Multas e juros previstos em contratos	330,05	0,01%
28883	Ta xa de inscrição em concurso publico	351.438,28	9,38%
28927	Ta xa registro de diplomas	50,00	0,00%

28929	Taxa confecção diplomas	1.745,00	0,05%
Total		3.746.358,40	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Observa-se que, do total de recursos arrecadados, 45,67% são provenientes de serviços de fornecimento de refeições nos RUs da UFOP; 14,48% referente a serviços administrativos; 13,7% provenientes de serviços de estudos e pesquisas em conformidade com a Resolução CEPE 4600; 7,94% são provenientes das receitas patrimoniais; 7,46% referente a serviços recreativos e culturais. Os demais serviços geraram arrecadação inexpressiva. No tocante a taxa de inscrição em concursos, a arrecadação representou 9,38% do total da arrecadação.

3.5.2 Forma de arrecadação

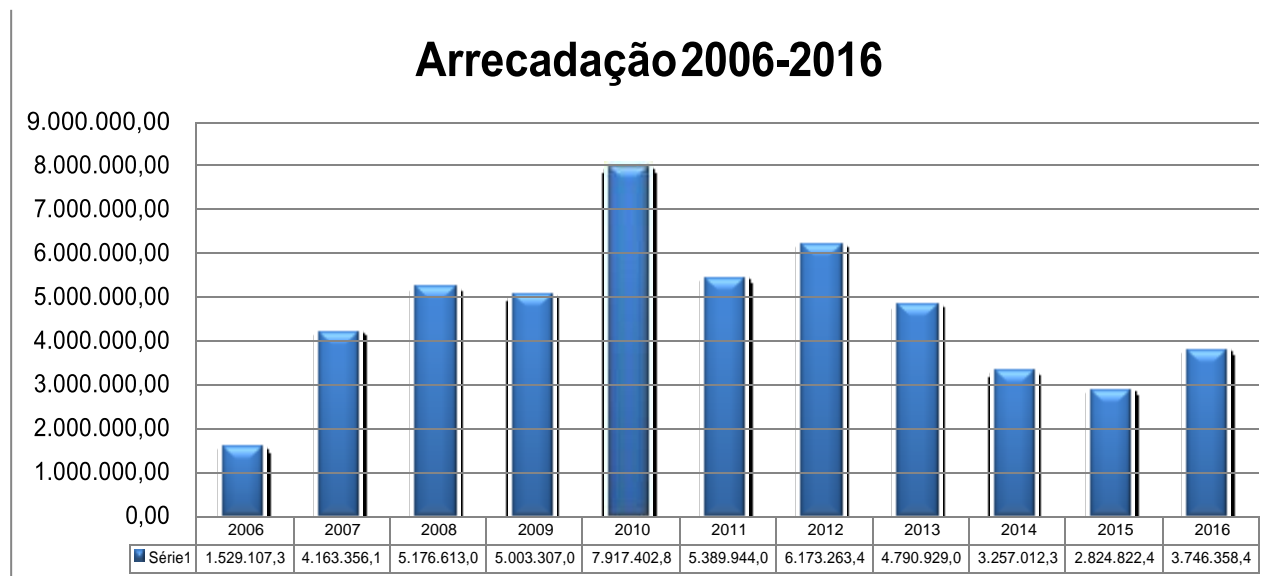
A GRU é o documento utilizado pelas unidades do Governo Federal para a arrecadação de suas receitas, exceto para aquelas arrecadadas por DARF e GPS, via rede bancária ou diretamente no SIAFI quando o recolhedor for Unidade Gestora (UG). É utilizada para as receitas arrecadadas via rede bancária pelo contribuinte externo, e destina-se a substituir a modalidade de depósito direto na CTU - Conta Única da União. A GRU pode ser gerada em duas modalidades: GRU simples, gerada diretamente no site do Tesouro Nacional, e GRU cobrança, gerada a partir de aplicativos de geração desenvolvidos pela própria instituição. Atualmente são geradas GRU cobrança apenas para a arrecadação da taxa de inscrição em concursos públicos. Estão sendo desenvolvidas pelo Núcleo de Tecnologia da Informação da UFOP novas aplicações para geração de GRU cobrança para todas as receitas dos serviços prestados pela instituição para fins de controle apurado das receitas.

3.5.3 Receita prevista e arrecadada

Até 2013 a estimativa de arrecadação era realizada diretamente pela Secretaria do Orçamento Federal – SOF com intermédio da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC – SPO/MEC. A partir de 2014, a SOF instituiu procedimentos para incluir as unidades orçamentárias no processo de estimativa mediante acompanhamento da arrecadação por meio do módulo de "Acompanhamento da Receita" no SIMEC. Para a LOA 2016 os créditos foram incluídos no orçamento da UFOP com base na estimativa realizada no montante de R\$ 3.949.412,00, na Ação 20GK – Fomento as ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão, fonte 250 – receitas próprias distribuídos em custeio e capital. Ressalta-se que a utilização dos créditos orçamentários decorrentes da arrecadação de receitas próprias dependem da efetiva arrecadação e respectivo repasse dos limites de empenho. Na aplicação desses limites a UFOP prioriza a realização de despesas com auxílio financeiro a pesquisador e demais despesas gerais de manutenção das atividades da Universidade. No total foram arrecadados em 2016 o montante de R\$ 3.746.358,40, valor que representa 94,85% do previsto. Contudo registra-se que a SPO só liberou limites no montante de R\$ 3.551.262,42 ficando R\$ 195.095,65 a serem liberados em 2017 por excesso de arrecadação. Por fim registra-se o aumento de 32,62% em relação ao arrecadado em 2015. Esse aumento se justifica pelos seguintes fatores: aumento no valor cobrado pelas refeições dos RUs, pagamento de taxa de concurso público, devolução de saldo remanescente de projetos pelas Fundações de Apoio.

3.5.4 Comportamento da receita ao longo do exercício e em comparação com exercícios anteriores e principais fatores que impactaram as receitas

Figura 5– Demonstrativo do comportamento da Receita nos exercícios anteriores



Fonte: Tesouro Gerencial

O comportamento da receita ao longo do período 2006-2016 passou por várias mudanças e oscilações. Faz-se necessário a análise dos principais fatores que influenciaram esse comportamento destacando cada período:

- **Até 2005:** Receita inexpressiva, uma vez que boa parte da arrecadação proveniente de serviços de estudos e pesquisa era realizada pelas Fundações de Apoio da UFOP. A arrecadação do Processo Seletivo (Vestibular) também era arrecadada pela Fundação de Apoio que fazia a gestão administrativa, logística e financeira do processo; Arrecadação de taxas de serviços administrativos realizada em espécie diretamente na DOF e registrada em talonários de arrecadação. Periodicamente, após certo volume arrecadado, recolhia-se o valor arrecadado por meio de depósito direto na conta única da União;

- **2006:** Implantação da GRU simples com geração a partir do site do Tesouro Nacional;

- **2007:** Por determinação de Acórdão do TCU, as Fundações de Apoio foram obrigadas a transferir os saldos decorrentes da prestação de serviços de estudos e pesquisas na execução de projetos que eram administrados pelas fundações, conforme previsto pela Resolução CEPE 2845. Esses saldos foram recolhidos via GRU. A partir de então os valores decorrentes do ressarcimento e retribuição previstos na Resolução passaram a ser recolhidos mensalmente pelas Fundações via GRU; Transferência da arrecadação do vestibular para caixa único (GRU). Anteriormente os recursos eram arrecadados em conta da FEOP e posteriormente em conta da UFOP na Caixa. Os saldos foram resgatados e recolhidos à conta única via GRU; Início do processo de expansão do REUNI que aumentou o número de vagas disponibilizadas e, conseqüentemente, aumento do número de inscritos nos processo seletivos;

- **2010:** Ano marcado pelo último vestibular realizado pela UFOP. Registra-se que neste ano houve um recorde de inscrições, sobretudo no curso de Medicina, acentuando a arrecadação neste exercício. Registra-se que a UFOP realizava duas entradas por ano, ou seja, dois processos seletivos; 2010 também foi marcado por um grande número de concursos de docentes e técnicos administrativos realizados em razão do REUNI, registrando recorde de arrecadação.

- **2011/2012:** Fim da cobrança da taxa de matrícula por determinação de súmula vinculante do STF; fim da cobrança da taxa de diploma.

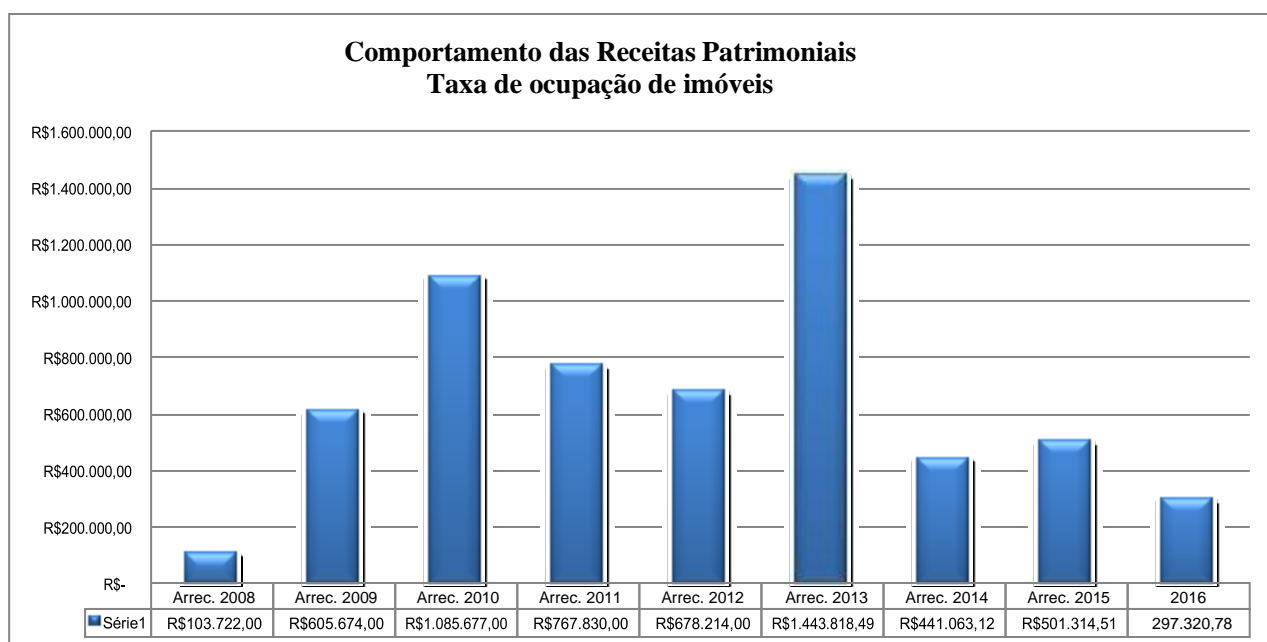
Diante do histórico apresentado, registra-se que a arrecadação na UFOP só começou a se efetivar via GRU após sua implantação em 2006 e, portanto, verifica-se baixo volume de crédito orçamentário de receita própria alocados na LOA. A partir da implantação da GRU a UFOP começou a registrar superávit de arrecadação em relação ao crédito orçamentário alocado na matriz OCC. Desta forma houve necessidade de transferir o excedente para o exercício posterior para que os valores arrecadados estivessem disponíveis no início do exercício posterior. Entretanto este procedimento não é mais permitido pela STN. OBS: órgãos públicos federais - regime de caixa para

receitas, ou seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas.

3.5.5 Desempenho de arrecadação de receitas patrimoniais

As receitas patrimoniais passaram por várias oscilações nos últimos anos, como demonstra a Figura 6. Essas variações foram ocasionadas por diversos fatores, dos quais se podem destacar a abertura de novos espaços para exploração de serviços de fornecimento de refeições e cantinas nos novos prédios construídos em função do REUNI. Outro fator que influenciou positivamente a arrecadação no exercício de 2010 foi a locação do prédio da Antiga Estação Ferroviária, incorporada ao patrimônio da UFOP, para realização do projeto “Trem da Vale”. O pagamento desta locação não foi realizado nos anos de 2011 e 2012, sendo efetivamente realizado com multas, juros e correções em 2013, fator que impactou a receita neste exercício. Entretanto o projeto se encerrou de forma que a UFOP não dispõe mais dessa receita. Outros fatores relacionados aos contratos de concessão de uso de imóveis influenciaram o comportamento das receitas sem grande relevância. A queda em 2016 deve-se a problemas relacionados aos contratos de cessão onerosa com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, cuja licitação encontra-se em andamento.

Figura 6 - Demonstrativo do comportamento das receitas patrimoniais



Fonte: Tesouro Gerencial

3.6 Informações sobre a execução das despesas

No exercício de 2016 a realização das despesas sofreram alterações significativas que se devem a vários fatores e ocorreram em níveis diferenciados em cada grupo de despesas e serão detalhadas por grupo de despesa. Nos Quadros 19 e 20 observa-se o detalhamento da execução das despesas.

Quadro 21 – Despesas Totais por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	32.145.613,35	8,22%	32.218.769,86	8,85%	22.608.375,27	6,05%	26.391.775,57	7,54%
a) Convite	65.682,30	0,20%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
b) Tomada de Preços	1.716.163,48	5,34%	221.769,78	0,69%	0,00	0,00%	221.769,78	0,84%
c) Concorrência	3.466.750,48	10,78%	7.355.090,92	22,83%	1.427.500,58	6,31%	5.636.952,92	21,36%
d) Pregão	26.897.017,09	83,67%	24.641.909,16	76,48%	21.180.874,69	93,69%	20.533.052,87	77,80%
e) Concurso	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
f) Consulta	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2. Contratações Diretas (h+i)	20.803.837,03	5,32%	18.840.236,70	5,17%	16.294.452,10	4,36%	12.847.798,53	3,67%
h) Dispensa	17.978.379,60	86,42%	17.820.505,82	94,59%	14.753.963,39	90,55%	12.151.636,09	94,58%
i) Inexigibilidade	2.825.457,43	13,58%	1.019.730,88	5,41%	1.540.488,71	9,45%	696.162,44	5,42%
3. Regime de Execução Especial	59.277,78	0,02%	28.779,39	0,01%	59.277,78	0,02%	28.779,39	0,01%
j) Suprimento de Fundos	59.277,78	100,00%	28.779,39	100,00%	59.277,78	100,00%	28.779,39	100,00%

4. Pagamento de Pessoal (k+l)	315.737.808,34	80,74%	291.183.013,84	79,96%	315.668.457,50	84,52%	291.171.359,62	83,24%
k) Pagamento em Folha	315.282.410,02	99,86%	290.698.325,17	99,83%	315.213.059,18	99,86%	290.687.907,95	99,83%
l) Diárias	455.398,32	0,14%	484.688,67	0,17%	455.398,32	0,14%	483.451,67	0,17%
5. Outros	22.293.938,50	5,70%	21.895.082,97	6,01%	18.849.392,10	5,05%	19.356.013,93	5,53%
6. Total das Despesas acima (1+2+3+4 +5)	391.040.475,00	100,00%	364.165.882,76	100,00%	373.479.954,75	100,00%	349.795.727,04	100,00%
7. Total das Despesas da UFOP	391.040.475,00	100	364.165.882,76	100	373.479.954,75	100	349.795.727,04	100

Fonte: Tesouro Gerencial

O fator preponderante em relação às alterações evidenciadas nos quadros remetem ao fato de que, no relatório de 2015 só foram contabilizadas as despesas realizadas com "créditos originários", sendo que para o relatório de 2016 estão contabilizados também as despesas realizadas com "créditos provenientes das descentralizações". Outro fator que influencia as alterações decorrem dos reflexos da política de ajuste fiscal promovido pelo governo federal abrangendo as Despesas Correntes e Despesas de Capital e ainda Despesas de Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios, além dos reflexos decorrentes das alterações orçamentárias. Essas alterações foram realizadas por meio de solicitações efetuadas junto à Secretaria de Educação Superior - SESu, devidamente registradas no SIOP, da qual resultaram em remanejamento de créditos de capital, em função do contingenciamento, para créditos de custeio destinados a cobertura de Despesas Correntes. Registra-se, entretanto, que os créditos remanejados tiveram liberação parcial de limites de utilização. Como as alterações de remanejamento não representaram acréscimo de créditos ao orçamento, não houve efeito positivo com relação ao financiamento de ações importantes no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão bem como na manutenção e funcionamento da instituição uma vez que os recursos foram destinados à cobertura de despesas fixas.

Quadro 22 – Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal	293.062.569,79	272.303.387,55	293.062.569,79	272.303.387,55	0,00	10.298,62	293.062.569,79	272.303.387,55
11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	183.097.240,61	175.246.430,82	183.097.240,61	175.246.430,82	0,00	0,00	183.097.240,61	175.246.430,82

01 – Aposent. RPPS, Reser. Remuner e Refor.Militar	51.320.009,67	43.801.389,93	51.320.009,67	43.801.389,93	0,00	0,00	51.319.890,92	43.801.271,33
13 – Obrigações Patronais - OP. Intra-Orçamentárias	35.885.075,44	34.344.019,81	35.885.075,44	34.344.019,81	0,00	0,00	35.885.075,44	34.344.019,81
Demais elementos do grupo	22.760.244,07	18.911.546,99	22.760.244,07	18.901.248,37	0,00	10.298,62	22.760.244,07	18.901.248,37
3. Outras Despesas Correntes	90.543.507,78	80.68.9847,47	78.916.011,47	72.574.650,36	11.627.496,31	8.115.197,11	78.741.194,13	71.013.610,31
37 - Locações de Mão de Obra	25.224.533,47	21.302.600,86	22.680.758,62	21.129.894,87	2.543.774,85	172.705,99	22.680.758,62	21.129.640,59
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	13.257.832,25	15.172.622,05	10.521.541,30	13.500.051,11	2.736.290,95	1.672.570,94	10.521.541,30	13.499.991,11
39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	11.598.823,38	12.929.890,21	8.746.551,14	7.846.021,33	2.852.272,24	5.083.868,88	8.745.682,91	7.416.894,07
46 - Auxílio Alimentação	9.436.990,15	7.489.940,46	9.436.990,15	7.489.940,46	0,00	0,00	9.436.990,15	7.489.940,46
30 - Material de Consumo	8.289.617,59	5.205.500,37	5.898.694,90	4.667.075,33	2.390.922,69	538.425,04	5.897.395,70	4.029.839,20
49 - Auxílio Transporte	4.771.135,19	4.807.639,46	4.771.135,19	4.807.639,46	0,00	0,00	4.771.135,19	4.807.639,46
Demais elementos do grupo	17.964.575,75	13.781.654,06	16.860.340,17	13.134.027,80	1.104.235,58	647.626,26	16.687.690,26	12.639.665,42
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos	7.434.397,43	11.172.647,74	1.971.888,63	7.495.609,59	5.462.508,80	3.677.038,15	1.676.309,58	6.489.146,40
51 - Obras e Instalações	5.248.596,26	7.549.828,40	1.546.253,54	6.187.043,64	3.702.342,72	1.362.784,76	1.427.500,58	5.831.690,40

52 – Equipamento e Material Permanente	1.806.412,98	3.111.718,50	393.300,54	836.087,22	1.413.112,44	2.275.631,28	216.474,45	412.742,77
Demais elementos do grupo	379.388,19	511.100,84	32.334,55	472.478,73	347.053,64	38.622,11	32.334,55	244.713,23

Fonte: Tesouro Gerencial

3.6.1 Alterações significativas ocorridas no exercício

As alterações serão detalhadas por grupo de despesas a seguir:

No grupo "Despesas de Pessoal", as despesas realizadas totalizaram R\$ 293.062.569,00, que representam um aumento da ordem de 7,6% em relação ao exercício 2015. Esse crescimento é devido em função da entrada de novos servidores, docentes e técnicos, no quadro da instituição bem como progressões estabelecidas pelos planos de cargos e salários dos servidores técnicos administrativos e docentes sendo que os Encargos Patronais e Benefícios acompanham linearmente esse crescimento. Também houve aumento sensível nas despesas com pessoal inativo decorrente da aposentadoria de servidores.

No grupo "Outras Despesas Correntes" as despesas totalizaram R\$ 90.543.507,00 que representam aumento de 12,21% em relação a 2015, sendo que as alterações mais significativas ocorreram nas seguintes despesas:

Locação de Mão de Obra - as despesas realizadas totalizam R\$ 25.224.533,00 e representam aumento da ordem de 18,41% em relação a 2015. Além da contabilização da execução dos recursos realizados por descentralização, a razão do aumento dessa despesa com créditos originários é decorrente da utilização, em 2016, de recursos do exercício para pagamento das despesas referentes ao mês de dezembro de 2015 uma vez que o crédito foi insuficiente para a cobertura de todas as despesas naquele ano. Outro fator que influenciou significativamente o aumento de gastos foram as Convenções Coletivas Trabalhistas - CCTs, que atualizaram o piso salarial de várias categorias de ocupações, além de outras conquistas sindicais em algumas categorias, como o adicional de insalubridade para funcionários da limpeza que trabalham na limpeza de banheiros, adicional de periculosidade de vigilância armada, causando impacto direto nos gastos. Registra-se que em 2015 foram promovidos ajustes nos contratos que resultaram em redução nos postos de trabalhos contratados da ordem de 8%. Em contrapartida, ressalta-se que a extinção de cargos de nível de apoio e consequente aposentadoria dos cargos atualmente ocupados bem como a inauguração das novas instalações previstas no projeto de expansão e outras instalações pactuadas com a SESu resultaram em demandas crescentes de aumento de postos de trabalho, provocando um crescimento vegetativo natural além da pressão nos gastos sobre essa despesa;

Auxílio Financeiro a Estudante - as despesas com auxílio financeiro a estudante abrangem três grandes eixos na UFOP, sendo os programas institucionais de assistência estudantil, os programas de mérito acadêmico e programas de desenvolvimento institucional, que totalizaram em 2016 o montante de R\$ 13.257.832,25 e representam uma redução de 12,62 % em relação a 2015. A redução se justifica sob dois aspectos principais: a redução da disponibilidade de recursos e ajustes na política de concessão de bolsas por critério socioeconômico, evitando fraudes no processo. Embora seja a segunda despesa em ordem de grandeza, a maior parcela da despesa é realizada com recursos provenientes do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, destinados à assistência estudantil. O nível de gastos com Auxílio Financeiro a Estudantes se justifica pelo ingresso de mais alunos conforme pactuado na expansão do REUNI. Acrescenta-se que, em decorrência do processo seletivo via Sisu - Sistema de Seleção Unificado do MEC, houve aumento significativo no percentual de estudantes carentes que, em função das "ações afirmativas" do Governo Federal como as políticas de cotas, que vem ampliando consideravelmente o acesso ao ensino superior para camadas socioeconômicas mais vulneráveis que, conseqüentemente, aumentam as necessidades de recursos para garantir a permanência desses alunos e conter os índices de evasão. Ressalta-se que a concessão de bolsas na UFOP se dá somente para alunos com vínculo com a instituição;

Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica - as despesas realizadas totalizam R\$ 11.598.823,38 e representam uma redução da ordem de 10,3 % em relação a 2015. Em que pese a contabilização dos recursos realizados por descentralização, a redução se justifica pela queda na execução de vários serviços não realizados em 2016 em função de fatores como a indisponibilidade de recursos para realização de eventos e pela implementação de medidas que visaram a mudança na estratégia de suprimento de vários serviços como impressão de documentos, telefonia, transporte, dentre outros. O contingenciamento de recursos aliado às greves dos técnicos administrativos que paralisou os setores administrativos da UFOP em 2015 e 2016 acarretou em deslocamento de parte do cronograma de execução, fato que culminou no empenhamento próximo ao encerramento do exercício, deslocando a liquidação e respectivo pagamento para 2017. Registra-se que as despesas do grupo agregam os principais serviços fundamentais e necessários ao funcionamento da instituição e que há um crescimento natural dos gastos com serviços em face ao crescimento institucional provocado pela expansão do REUNI e do processo inflacionário que atinge a país;

Material de Consumo - as despesas realizadas totalizam R\$ 8.289.617,59 e representam aumento da ordem de 59,25% em relação a 2015. Além da contabilização dos recursos realizados por descentralização, estão contabilizadas as aquisições de material de consumo para o Laboratório Piloto de Análises Clínicas – LAPAC, com recursos proveniente de convênios para realização de exames periódicos e convênio com Ministério da Saúde para realização de exames laboratoriais. Acrescenta-se o processo inflacionário que vem exercendo significativa pressão sobre os preços das mercadorias. A diferença entre a despesa empenhada em relação à despesa liquidada e paga deve-se ao contingenciamento de recursos aliado as greves dos técnicos administrativos que paralisou os setores administrativos da UFOP em 2015 e 2016 acarretou em deslocamento de parte do cronograma de execução, fato que culminou no empenhamento próximo ao encerramento do exercício, deslocando a liquidação e respectivo pagamento para 2017;

Auxílio Alimentação e Auxílio Transporte - essas despesas, embora estejam integradas ao grupo de outras despesas corrente, fazem parte dos benefícios aos servidores ativos com gestão realizada pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas e estão em conformidade com a legislação aplicável;

Demais elementos do grupo - que compreendem as despesas com serviços de terceiros- pessoa física, obrigações tributárias e contributivas, diárias, passagens, dentre outras, que totalizaram o montante de R\$ 17.964.575,75 tiveram um aumento da ordem de 30,35% em relação a 2015. Embora expressivo, salienta-se que este aumento está nesta proporção em razão da contabilização dos recursos realizados por descentralização que não foram considerados no relatório de 2015.

No grupo “Investimentos” as despesas totalizaram R\$ 7.434.397,43 que representam queda expressiva de 33,45% em relação a 2015. A queda nos aportes de capital vem caindo nos últimos anos em razão do término da fase de expansão do REUNI que se iniciou em 2008. Entretanto registra-se que a UFOP necessita de vários investimentos relacionados à infraestrutura física por se tratar de uma instituição centenária, com vários prédios tombados e várias demandas de acessibilidade, reformas de prédios antigos e afins. Acrescente-se o contingenciamento de 35% dos créditos previstos no LOA de 2016, causando alterações significativas na execução das despesas. Segue detalhamento das variações de cada natureza de despesa do grupo:

Obras e Instalações - as despesas empenhadas totalizaram R\$ 5.248.596,26, 30,48% menor em relação a 2015. A redução deve-se ao contingenciamento de recursos e à liberação tardia dos limites, próxima a data ao encerramento do exercício, inclusive, com liberação de R\$

1.800.000,00 no último dia estabelecido para emissão de empenhos. O contingenciamento de recursos, aliado às greves dos técnicos administrativos que paralisou os setores administrativos da UFOP em 2015 e 2016, acarretou em deslocamento de parte do cronograma de execução, fato que culminou no empenhamento próximo ao encerramento do exercício, deslocando a liquidação e respectivo pagamento para 2017. Esses números refletem basicamente a utilização de créditos originários na realização de obras em 2016. Observa-se, portanto, que cortes no orçamento de investimento impactaram sobremaneira a contratação de obras e aquisição de equipamentos no exercício. Registra-se que foram realizados pactos com a SESu em 2013, devidamente registrados no SIMEC, para a realização de obras de melhoria de extrema relevância para a consolidação da expansão sendo que a UFOP abriu o devido processo licitatório para a contratação das mesmas. Entretanto os valores previstos para 2014 não foram repassados, sendo negociado junto ao MEC o uso dos recursos aportados no orçamento de 2014 para o pagamento das medições das obras contratadas e nova complementação de recursos de capital que foram alocados no orçamento do exercício de 2015. Com o ajuste fiscal, o orçamento alocado foi cortado, inviabilizando a realização das novas obras de infraestrutura previstas, fato que condicionou a destinação da maior parcela dos limites liberados para cobrir as medições previstas no cronograma físico-financeiro das obras já contratadas e para reformas e obras de infraestrutura das quais se destaca a construção de nova subestação de energia elétrica no campus Morro do Cruzeiro. Contudo toda a programação de obras importantes que estavam planejadas não puderam ser iniciadas;

Equipamentos e Material Permanente - Consequentemente, com as incertezas e inviabilidade de licitar novas obras, parte dos créditos foram destinados à aquisição de equipamentos e material permanente, os quais totalizaram o montante de R\$ 1.806.412,98, que representam uma queda de 41,9% em relação aos investimentos nessa natureza de despesa em 2015. Salienta-se que os investimentos ficaram aquém das necessidades, sobretudo em investimentos em equipamentos para infraestrutura de tecnologia da informação;

Outros Serviços de Terceiros - as despesas realizadas nessa natureza de despesa representam os gastos com aquisição de softwares em função de investimentos imprescindíveis na melhoria de infraestrutura de TI e softwares para uso nas atividades acadêmicas. Contudo houve queda na realização de despesas nessa natureza de despesa da ordem de 25,77% em relação ao investido em 2015.

Concentração de contratações realizadas via dispensa e inexigibilidade

A concentração de contratações diretas realizadas via dispensa de licitação e inexigibilidade totalizaram R\$ 20.803.837,03 em 2016, valor que representa 5,32 % em relação ao total de despesas executadas no exercício, com oscilação mínima comparada ao exercício de 2015 (5,17%). No grupo de contratações diretas, o maior volume está concentrado em contratações via dispensa de licitação (86,42%). Embora o volume seja alto nessa modalidade, a contratação se justifica, principalmente, pela rescisão contratual de empresas terceirizadas por motivo de falência das mesmas abrindo hipótese de contratação por Dispensa de Licitação por remanescente conforme disposto no art. 24, inciso XI da lei 8.666/93 e pela aquisição de equipamentos específicos destinados a projetos de pesquisa, respeitando-se o artigo 24, inciso XXI da Lei 8.666/93. Acrescenta-se também contratação de serviços de energia elétrica para o Campus João Monlevade na hipótese do art. 24, inciso XX - suprimento de energia elétrica. Outro fator relevante foi a contratação de Fundação de Apoio para a gestão administrativa e financeira para execução de projetos, observada a hipótese do art. 24, inciso XIII. Contudo registra-se a necessidade de adequações no planejamento institucional e consequentemente na política de suprimento de bens de consumo e capital uma vez que a instituição obteve um crescimento expressivo no período de expansão 2008-2012. Essas medidas já estão sendo

implementadas conforme detalhamento a ser apresentado nos itens seguintes. Já nas aquisições por Inexigibilidade de Licitação houve aumento de 8,17 % em relação ao exercício 2015. As aquisições nessa modalidade se justificam em razão da aquisição de equipamentos de fornecedores de bens e serviços exclusivos, conforme o artigo 35, inciso I, da mesma lei.

As despesas realizadas na modalidade Suprimento de Fundos totalizaram o montante de R\$ 59.277,78, valor que representa 0,02% do total de despesas realizadas no exercício. Observa-se um aumento de 0,01% em relação ao exercício anterior. Esse aumento deve-se, principalmente, em razão da greve de 2015 que paralisou as atividades administrativas e acadêmicas por quase cinco meses. Em 2016 o ano teve maior regularidade, embora também com ocorrência de greve próxima ao encerramento do exercício. As despesas realizadas representam, em sua maior parte, aquisições de mercadorias e serviços de pequeno porte, eventuais e emergenciais, as quais não poderiam ser executadas por processo convencional dada as características das necessidades. Registra-se o acompanhamento sistemático desta modalidade pela Coordenadoria de Contabilidade e Finanças/DOF/UFOP. Contudo, entende-se que os níveis de despesa estão dentro da normalidade para uma instituição pública de ensino superior.

Contingenciamento no exercício

O ano teve início com a Lei de Orçamento Anual – LOA aprovada, mas com forte contingenciamento de recursos conforme disposto no Decreto 8.670 de 12 de fevereiro de 2016 cujo teor já demonstrava o ajuste fiscal nas despesas públicas. Em 29 de fevereiro de 2016, a Andifes publicou o Ofício Circular nº 005/2016 informando a liberação de 80% do limite de empenho de custeio e 40% do limite de empenho de capital para 2016. Em 1º de março de 2016 o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG publicou a Portaria 67 que tratou de estabelecer limites de empenho para os ministérios, indicando um rol de despesas que seriam limitadas. Tendo em vista as mudanças e incertezas no plano governamental acerca do processo de impedimento da Presidência da República, os limites de empenho para as unidades vinculadas ao MEC só foram publicados em 10 de agosto de 2016 por meio do Ofício-Circular nº 11/2016-GAB/SE/MEC no qual fixava limites de R\$ 20.643.723,00 para utilização até dezembro de 2016. Entretanto a despesa fixada para o exercício de referência totalizava R\$ 27.435.769,15, fato que mobilizou a administração a solicitar a ampliação de limites junto à SESu, pleito que só foi atendido na véspera do encerramento do exercício. Os créditos previstos na Matriz OCC da UFOP já se apresentavam deficitários frente às despesas fixas da instituição, fato que, aliado ao contingenciamento, acarretou no adiamento na realização de várias despesas imprescindíveis ao funcionamento da instituição. Essa situação obrigou a Universidade a solicitar complementação de recursos junto à SESu. O MEC sinalizou que não havia mais possibilidade de liberação de créditos adicionais para atendimento das necessidades apresentadas, mas que, entretanto, seria possível atender ao pleito de alterações orçamentárias uma vez que os créditos de investimento contingenciados não seriam liberados. Desta forma procedeu-se à solicitação de alteração orçamentária com pedido de remanejamento de R\$ 1.500.000,00 alocados em investimento na Ação 8282 para custeio na Ação 20RK, totalizando a dotação final em R\$ 42.686.858,00. Embora o pleito de remanejamento de créditos tenha sido atendido, os limites não foram liberados na íntegra e ainda com liberação somente nos últimos dias do exercício. Ao fim foram empenhados 98,43% dos créditos liberados sendo que os créditos não empenhados referem-se aos limites que não foram liberados.

O contingenciamento de recursos é o fator mais prejudicial para a execução dos processos administrativos. Todo o planejamento de aquisições de materiais e serviços, bem como o apoio às iniciativas acadêmicas fica severamente prejudicado, considerando que a

disponibilidade do recurso orçamentário precede todas as fases de execução orçamentária para a realização das despesas. Todas as são promovidas por meio de editais, devendo dispor, obrigatoriamente, sobre a disponibilidade orçamentária. O planejamento de execução dos projetos é pautado em seus respectivos planos de trabalho e cronograma de execução. O contingenciamento prejudica todo o mecanismo, causando incertezas e insatisfação dos gestores e de todas as pessoas envolvidas em atividade executada pela UFOP, inclusive sobretudo prejudicando o processo de compras para suprimento aos projetos.

Eventos negativos ou positivos sobre a execução orçamentária

Além das questões relacionadas ao contingenciamento de recursos, podemos destacar as dificuldades encontradas tanto das questões ligadas às contratações públicas, motivadas pelo amplo e aberto sistema de consulta jurídica da Advocacia Geral da União - AGU que permitem questionamentos sobre a legalidade dos atos. Vivemos num cenário dinâmico, com mudanças constantes na legislação e procedimentos correlatos, tendo em contrapartida uma instituição centenária e recém-expandida, com servidores novos e processos manuais, ainda em fase de informatização. Contudo, não prejudicou a realização das licitações, interferindo, apenas, nos cronogramas de execução, principalmente dos novos modelos propostos pela Administração.

Dentre os principais eventos negativos para a execução orçamentária podemos destacar a longa greve dos servidores e docentes em 2015, gerando grande demanda reprimida e a greve ocorrida em 2016, próxima ao encerramento do exercício, gerando acúmulo de trabalho no setor responsável. A greve prejudicou não só o desenvolvimento das atividades finalísticas, mas também as atividades administrativas de apoio. Por exemplo, o setor responsável pelas licitações ficou com o serviço acumulado no final do exercício, fato que implicou em acúmulo de processos, que por sua vez dificultou a execução adequada. Alia-se ainda a política de ajuste fiscal, a crise política e econômica que provocaram um cenário de incertezas. Outro fator que impactou negativamente a execução deve-se a aposentadoria em bloco de servidores do setor responsável pelas compras em 2013 com reposição das vagas. Houve uma dificuldade inicial em capacitar os novos servidores ao longo de 2014 e 2015 e 2016 em razão das sucessivas greves de modo a prepará-los para a produção em meio ao acúmulo de trabalho no setor pelas razões já mencionadas. Registra-se que há necessidade de aumentar o quadro de servidores da Coordenadoria de Suprimentos para se adequar o setor ao novo patamar institucional. Por fim, destaca-se que vários procedimentos relacionados à concessão de despesas, devido ao rápido crescimento, não estavam regulamentados no âmbito da instituição com adequação ao novo patamar institucional. Com o crescimento os processos operacionais e gestão dos quantitativos se tornaram mais complexos, sendo que esses procedimentos também não estavam adequadamente informatizados.

Outros fatores que dificultaram a execução

Podemos destacar outros fatores que influenciaram negativamente a execução das despesas:

Liberação de recursos provenientes de Termos de Execução Descentralizada - TED - próximos ao fim do exercício financeiro, a exemplo do PROAP e recursos da UAB CAPES e cooperações realizadas entre a UFOP, SESu/MEC e outros Ministérios que só divulgam o resultado já no segundo semestre do exercício financeiro. Além deste fator, alia-se um atraso na descentralização dos recursos, fator que acarreta em finalização das licitações próximo ao encerramento do exercício, fato que justifica a passagem dos recursos em restos a pagar, além da sobrecarga de trabalho na CSu, setor responsável pelas licitações;

Trâmites processuais lentos e burocráticos das licitações - A fase interna do processo licitatório prevê várias etapas. A ampla pesquisa de preços exigida pela lei condiciona a administração a realizar a pesquisa de preços com base na IN nº 05, de 27 de junho de 2014, com no mínimo no mínimo três orçamentos para cada item do processo para formação da margem de referência (há processos como os de aquisição de material elétrico e hidráulico que chegam a 300 itens). Como nem sempre é possível localizar os preços no Portal de Compras Governamentais e em sítios especializados, a pesquisa junto a fornecedores faz-se necessária. Acontece que muitas empresas se recusam a disponibilizar os orçamentos, fator que torna o processo muito moroso quando se trata de processo com muitos itens. Alia-se ao fator de que os processos precisam ser submetidos ao parecer da procuradoria jurídica, que tem quadro reduzido de servidores. Desta forma, muitos processos são concluídos próximo ao encerramento do exercício, fato que condiciona a entrega de bens e serviços no exercício seguinte e, conseqüentemente, inscrição dos empenhos em restos a pagar não processados;

Descumprimento de prazo de fornecimento: com a instituição do pregão eletrônico, ficou instituída a ampla concorrência, com participação de várias empresas em todo o território nacional. Ocorre que muitas empresas vencedoras do certame são apenas representantes comerciais e que, em muitos casos, tem dificuldades logísticas para cumprir com as condições estabelecidas no edital de licitação. Salienta-se que a UFOP busca realizar um acompanhamento rigoroso dos prazos de entrega e aplica veementemente as sanções administrativas previstas na legislação nos casos de descumprimento do edital;

Gestão de Contratos: vários contratos estão passando por ajustes e adequações no intuito de alcançar o modelo de execução adequado e a proposta mais vantajosa para a UFOP, sobretudo na forma de composição dos valores de referência e sobre o cronograma físico- financeiro de execução. A UFOP padronizou os procedimentos relacionados a gestão e fiscalização por meio edição e publicação do “Manual de Fiscalização de Contratos no âmbito da UFOP”, o qual estabelece competências para gestão e fiscalização dos contratos. Entretanto há enormes gargalos no planejamento setorial dos setores demandantes para o cumprimento dos dispositivos. Registra-se ainda a necessidade de finalização da informatização e automação dos procedimentos relacionados à gestão e fiscalização que atualmente é manual;

Atrasos no repasse de recursos financeiros: Registra-se que a execução financeira também foi prejudicada devido à dificuldade do governo repassar os recursos financeiros tempestivamente, causando transtornos para o setor financeiro, que teve de readequar toda a programação financeira e estabelecer novos prazos de faturamento junto aos fornecedores de bens e serviços, sobretudo entre os meses de janeiro a agosto onde o quadro se agravou com repasses parciais da despesa liquidada. De setembro a novembro houve melhora na regularidade mas as despesas de dezembro só foram repassadas parcialmente;

Implantação do Plano de Contas Aplicado ao setor Público - PCASP: Embora a implantação tenha ocorrido a partir de janeiro de 2015, várias modificações nas rotinas estão em andamento, de maneira que os servidores tiveram que resolver várias inconsistências contábeis, aprender novos procedimentos para a transição.

3.6.2 Outras informações relevantes

Conjuntura pós-expansão

Após o processo de expansão (2008-2012), os processos administrativos se tornaram mais complexos, fator que evidencia a necessidade de readequação da estrutura administrativa. A atual gestão eleita para o período 2013-2016 pautou-se pela consolidação do

crescimento e pela continuidade do desenvolvimento institucional. Ao longo do período 2013-2016, foram implementadas medidas visando adequar a estrutura organizacional e os processos administrativos ao novo patamar institucional para o aprimoramento da governança.

No período que compreende os dois últimos mandatos de gestão (2005-2008/2009-2012) a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento – PROPLAD ficou incumbida da elaboração, estabelecimento das diretrizes e condução do projeto de expansão e reestruturação das IFES – REUNI, sobretudo pelo planejamento do conjunto de obras previstas. A então Diretoria de Orçamento e Finanças - DOF se elevou ao patamar de Pró-Reitoria de Orçamento e Finanças, assumindo atribuições de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA), agregando funções do planejamento estratégico, tático e operacional da execução orçamentária. Essa modificação se deu em virtude do acentuado crescimento no aporte orçamentário para o período de expansão e na necessidade de divisão de tarefas. A instituição passava por intensa atividade de crescimento com ampliação de sua infraestrutura física, realização de concursos para provimento de cargos de docente e técnicos administrativos, acompanhados do crescimento do número de alunos matriculados a cada semestre letivo. Desta forma a execução orçamentária era pautada pelas demandas geradas pelas etapas previstas.

A partir do novo ciclo de gestão (2013-2016), a Pró Reitoria de Orçamento e Finanças retorna ao status de Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF), vinculada à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAD). A partir desse novo modelo organizacional, a PROPLAD retoma a missão de se encarregar do “Planejamento Estratégico” e das “diretrizes orçamentárias” da instituição, cabendo à DOF a missão de estabelecer o planejamento nos níveis “tático” e “operacional”, promovendo o suporte técnico e subsídios operacionais aos setores da UFOP, viabilizando os recursos necessários à realização das ações da instituição para o cumprimento de sua missão. A Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF) é um setor de extrema importância para a instituição uma vez que concentra as ações de gerenciamento dos recursos financeiros da UFOP. Neste sentido, sua principal missão contempla a gestão da execução orçamentária, financeira e contábil bem como pelo processo de suprimentos de bens de consumo e capital, pela contratação de serviços, pela firmação de convênios e instrumentos congêneres e pela confecção e o apoio nas prestações de contas em que a UFOP figura como conveniente. Como visão e valores a DOF busca a gestão dos recursos de forma ética, eficiente e transparente. Como principais metas, destaca-se a melhoria contínua da gestão o processo de gestão recursos visando o aumento do nível de satisfação da comunidade usuária dos serviços prestados, a normatização e informatização dos procedimentos para permitir a implantação de centros de custos. Neste contexto busca-se a consolidação do crescimento institucional por meio da regulamentação, padronização e informatização dos procedimentos relacionados à execução das despesas para subsidiar o planejamento dos gastos setoriais. Assume também a competência para organizar e consolidar dados de toda movimentação financeira da UFOP, subsidiando as ações do planejamento institucional e consequente tomada de decisão. Encarrega-se ainda de capacitar os usuários nos procedimentos essenciais.

Para que se possa organizar melhor as atividades e os processos, a DOF é subdividida em três setores: a Coordenadoria de Contabilidade e Finanças (CCF), a Coordenadoria de Suprimentos (CSu) e a Gerência de Contratos e Convênios (GECON).

A CCF é o setor que coordenada atividades de execução orçamentária (Área Orçamentária), execução financeira (Área Financeira) e pela contabilidade da Instituição (Área de Contabilidade).

A CSu é o setor responsável pela gestão das licitações, compreendendo a Área de Compras e Licitações, Área de Contratos e Área de Almoxarifado Central. São funções dessa Coordenadoria, entre outras, efetuar as compras para a Universidade e firmar os contratos de fornecimento de materiais e prestação de serviços realizados por meio de licitações, armazenar os bens de consumo estocáveis da Instituição e disponibilizá-los de acordo com as demandas da comunidade universitária.

A GECON é o setor responsável pela gestão de todos os convênios e contratos firmados com as Fundações de Apoio, especialmente aqueles que envolvem a transferência de recursos. Sucintamente, as suas atribuições vão desde a elaboração dos instrumentos legais, o registro desses instrumentos legais, passando pelo acompanhamento até a análise das prestações de contas ao término da vigência dos mesmos.

Para a reestruturação dos serviços a DOF vem empreendendo ações de mapeamento de processos a partir de metodologias e técnicas contábeis para o registro, organização, demonstração, análise e acompanhamento do desempenho institucional que irão convergir para a tomada de decisão na regulamentação dos atos de gestão no âmbito interno da UFOP. Medidas como a edição, publicação e implementação do "Manual de Fiscalização de Contratos no âmbito da UFOP" já estão em desenvolvimento. Destaca-se também a edição e publicação do "Manual de Procedimentos para a Aquisição de Materiais e Serviços no âmbito da UFOP" que define as atribuições e responsabilidades dos setores demandantes de processos de compras e gestão de materiais. No contexto do planejamento tático e operacional, foi desenvolvido conjuntamente com a PROPLAD, o Plano de Gestão e Plano Anual de Ações, editado e publicado por meio de Portaria Conjunta nº 001 de março 28 de março de 2016. Destaca-se também o desenvolvimento de sistemas integrados de administração junto ao Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI destinados ao controle e distribuição de recursos, gestão de compras, gestão de estoques, gestão de contratos dentre outros processos de concessão de despesas, com adequação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, que permitirão maior integração de dados com os sistemas estruturantes do governo federal e, conseqüentemente, maior transparência. Busca-se a racionalização e otimização dos processos administrativos com vista à maior eficiência e eficácia dos recursos aplicados. Salienta-se que as ações anteriormente mencionadas estão em processo de desenvolvimento e implementação, de maneira que resultados previstos ainda não foram alcançados em sua plenitude. Registra-se que este processo vem se desenvolvendo com um quadro deficitário de pessoal, acúmulo de tarefas nos setores e atividades diárias que demandam grande esforço e envolvimento de toda a equipe.

A análise dos dados dos sintetiza a realidade da execução orçamentária em qualquer IFES com orçamento do porte da UFOP. Quando se faz necessário seguir o ciclo padrão do fluxo da execução físico-financeira do orçamento (ter orçamento, licitar, contratar, ter limite de empenho, empenhar, receber os bens/serviços, liquidar, receber o repasse de financeiro e pagar), particularmente se houver necessidade de licitação, o resultado natural é a inscrição em restos a pagar, assegurada, porém, a execução orçamentária, que termina sendo o objetivo da gestão em cada exercício orçamentário. A exceção a essa realidade é a despesa com pessoal, exatamente porque não há necessidade de licitar. Quando se considera que o ano orçamentário real é de no máximo 10 (dez) meses, e que as licitações na modalidade Tomada de Preços e Concorrência (quando tudo transcorre sem incidentes) levam em média, respectivamente, 60 e 120 dias, e 80 dias para o pregão eletrônico, conclui-se que o encerramento dos processos licitatórios concentra-se no segundo semestre de cada ano e, tratando-se de obras e serviços de engenharia, as liquidações e os pagamentos de medições dentro do ano orçamentário, de regra, são pouco representativos em relação aos valores contratados e empenhados.

Em síntese, a principal preocupação da Administração da UFOP ao longo de cada exercício é assegurar as condições para a execução total dos créditos consignados no orçamento da instituição e que esses sejam utilizados com eficiência e eficácia, sendo que para tal é necessário que os processos licitatórios estejam instruídos dentro da legalidade. Daí o esforço da Administração da UFOP para que seja maximizado o número de licitações concluídas no exercício, tanto na modalidade de Pregões (contratação de materiais de consumo, serviços e materiais permanentes de uso comum) quanto nas modalidades de Concorrência ou Tomada de Preços (contratação de obras e serviços de engenharia) cujo objetivo é o atendimento das atividades fins da instituição.

3.7 Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

A seguir apresentação dos quadros relacionados ao Cartão de Pagamento do Governo Federal:

3.7.1 Concessão de Suprimento de Fundos

Quadro 23 - Concessão de suprimento de fundos exercício 2016

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão		Valor do maior limite individual concedido
			Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	
2016	154046	UFOP	6	59.678,24	8.000,00
2015	154046	UFOP	6	28.779,39	13.936,90

Fonte: Tesouro Gerencial

3.7.2 Utilização de Suprimento de Fundos

Quadro 24 - Utilização de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
			Saque		Fatura	Total
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	(a+b)
2016	154046	UFOP	43	13.319,54	45.958,24	59.277,78
2015	154046	UFOP	32	5.665,01	23.114,38	28.779,39

Fonte: Tesouro Gerencial

3.7.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Quadro 25 - Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
154046	UFOP	339030	96	34.247,80
		339039	96	25.029,98

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Crítica

Acerca dos quadros acima expostos é possível aferir que a Universidade Federal de Ouro Preto utiliza o Cartão de Pagamento do Governo Federal e que as despesas na modalidade Suprimento de Fundos tiveram aumento significativo em relação ao exercício 2015 da ordem de 107,36%. No tocante a utilização do Suprimento de Fundos via Cartão de Pagamento do Governo Federal na modalidade de saque, registram-se 43 saques efetuados no montante anual de R\$ 13.319,54, resultando no aumento da ordem de 135,11% em relação a 2015. Em relação ao número de suprimentos não houve alteração em relação ao exercício anterior. Em relação à classificação das despesas realizadas, observa-se que, do total de despesas realizadas, 57,77% foram aquisições de material de consumo e 42,23% em aquisição de serviços. Contudo, a discrepância não causou desequilíbrio nas contas contábeis de controle das despesas realizadas por meio de cartão de pagamento do governo federal. Os valores utilizados referem-se a despesas de pequeno porte para pagamento de despesas que exigem pronto pagamento, dentre os quais podemos destacar a ausência de estabelecimentos que aceitam o CPGF, bem como a cobrança de pedágios em Rodovias Estaduais e Federais do país. Embora a análise dos quadros evidenciem aumentos significativos em relação ao exercício anterior, ressalta-se que as despesas foram realizadas dentro dos parâmetros legais estabelecidos, sendo que a principal razão do aumento se justifica em função da greve ocorrida em 2015 que paralisou as atividades acadêmicas e administrativas por quase cinco meses.

Diante dos registros e, através do controle concomitante desta Diretoria, permitiu-se sanar as inconsistências apresentadas pela auditoria interna em anos anteriores no tocante a tempestividade entre o Ato de Concessão e a abertura do processo administrativo correspondente. Registra-se que tal situação foi corrigida por meio de adoção de procedimento na qual o suprimento faz a abertura do processo administrativo, anexando à solicitação a de concessão do suprimento de fundos de maneira que o ato de concessão fique em conformidade com a data de abertura do processo. Relevante destacar que o valor limite individual concedido e registrado no presente relatório não extrapola o limite legal permitido. Da análise do dispositivo regulamentado, temos que o limite estabelecido pela Lei 8.666/933 refere-se ao ato de concessão (CPGF), ou seja, por CADA ATO DE CONCESSÃO, e que da mesma forma o somatório das despesas apresentadas pelo suprimento corresponde ao total dos atos concedidos dentro do exercício financeiro. Dessa forma, registra-se a regularidade da utilização do CPGF.

3.8 Desempenho Operacional

3.8.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

O Tribunal de Contas da União – TCU, por meio da Decisão Nº 408/2002 – Plenário e por meio dos Acórdãos Nº 1.043/2006 – Plenário e Nº 2.167/2006 - Plenário, determinou que as Instituições Federais de Ensino Superior calculassem e inserissem no Relatório de Gestão Anual os indicadores, a seguir relacionados. Da mesma forma, os instrumentos legais acima referidos determinam que seja feita uma apreciação crítica sobre a evolução dos dados (indicadores e componentes utilizados no seu cálculo), destacando aspectos positivos e oportunidades de melhoria do sistema.

A Universidade Federal de Ouro Preto vem calculando esses indicadores ao longo dos anos, em cumprimento às decisões do TCU, conforme dados apresentados no Quadro 24. Ressalta-se que a UFOP é uma instituição que se enquadra na situação de universidade sem Hospital Universitário (HU). Portanto, os itens referentes à HU não se aplicam a UFOP e não serão abordados neste relatório.

Quadro 26 - Valores para cálculo de indicadores no ano de 2016

DESPESAS CORRENTES	R\$ 383.606.077,57
DESP.CORRENTES HU	R\$ 383.606.077,57
APOSENTADORIAS	R\$ 50.876.776,92
PENSÕES	R\$ 11.563.462,34
SENTENÇAS JUDICIAIS	R\$ 3.082.526,02
DESP.PESSOAL CEDIDO	R\$ 444.967,21
DESP.PESSOAL AFASTADO	R\$ 12.580.126,53
CUSTO CORRENTE COM H.U.:	R\$ 305.058.218,55
CUSTO CORRENTE SEM H.U.:	R\$ 305.058.218,55

Fonte: PROPLAD - Quadro de cálculo de Indicadores

Nos quadros abaixo são apresentados os Resultados dos Indicadores de Desempenho da Universidade Federal de Ouro Preto no exercício de 2016, calculados de acordo com a Decisão nº 408/2002 – Plenário e Acórdãos nº 1043/2006 e nº 2167/2006 – Plenário do Tribunal de Contas da União.

Tabela 1 - Resultado dos Indicadores Primários – Decisão TCU nº 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2016	2015	2014	2013	2012
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	R\$ 305.058.218,55	R\$ 318.298.233,02	R\$ 287.329.041,15	R\$ 244.529.905,29	R\$ 209.108.165,88
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	R\$ 305.058.218,55	R\$ 318.298.233,02	R\$ 287.329.041,15	R\$ 244.529.905,29	R\$ 209.108.165,88
Número de Professores Equivalentes	998	946,5	916,00	887,5	860
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	1.522,75	1.504,65	1.473,85	1.459,40	1.419,05
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	1.522,75	1.504,65	1.473,85	1.459,40	1.419,05
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	11.020,00	10.844,00	10.673,5	10.631,00	9.532,00
Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i>, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	1.295	1.118*	909	990	927
Alunos de Residência Médica (AR)	21	19	17	32	NA
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	15.265	14.885	14.402	11.826	11.206
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	8.627	8.596	8.455	5.650	5.631
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	2.590	2.236	1.818	1.980	1.854
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	42	38	34	64	NA

Fonte: PROPLAD - Quadro de cálculo de Indicadores --- NA – Não se aplica

*Não inclui os alunos dos Mestrados Profissionalizantes, conforme orientação do TCU

** A instituição não tem Hospital Universitário

3.8.2 Resultado dos Indicadores de Desempenho das IFES

Tabela 2 - Resultado dos Indicadores da Decisão TCU nº 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	EXERCÍCIOS				
	2016	2015	2014	2013	2012
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	R\$ 17.044,80	R\$ 18.549,94	R\$ 17.677,75	R\$ 17.630,59	R\$ 16.011,00
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	R\$ 17.044,80	R\$ 18.549,94	R\$ 17.677,75	R\$ 17.630,59	R\$ 16.011,00
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	11,28	11,48	11,25	8,67	8,70
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	13,41	7,22	6,99	5,27	5,27
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	7,39	7,22	6,99	5,27	5,27
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	0,84	1,59	1,61	1,64	1,65
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,53	1,59	1,61	1,64	1,65
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,78	0,79	0,79	0,53	0,59
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,11	0,09	0,08	0,09	0,09
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	4,91	4,00	4,14	4,07	3,75
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,49	4,43	4,38	4,22	4,11
Taxa de Sucesso na Graduação (TS G)	49,36%	47,37%	49,85%	52,36%	63,25%

Fonte: PROPLAD - Quadro de cálculo de Indicadores

3.8.3 Análise dos resultados dos Indicadores de Desempenho da Universidade Federal de Ouro Preto.

Observa-se nas Tabelas 1 e 2, a partir de 2012, um crescimento do custo corrente da UFOP por aluno equivalente, saindo de aproximadamente R\$ 16.011,00 para R\$ 17.044,80. Esse crescimento pode ser justificado pelo o processo de consolidação da expansão das instituições federais. Após um processo inte nso de ampliação as universidades entram no processo de estabilização e manutenção dos novos cursos e infraestrutura. No entanto, alguns outros fatores devem ser considerados como o aumento do número de terceirizados em função da extinção de muitos cargos efetivos de técnicos administrativos e aumento da quantidade de insumos necessários para manutenção e funcionamento da instituição, além do contingenciamento orçamentário sofrido nos últimos anos.

O Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) trouxe grandes transformações para as instituições de ensino superior. Foram observados nos últimos anos um aumento considerável no quadro de servidores, a ampliação da oferta de cursos e uma melhora no acesso de alunos menos favorecidos ao ensino superior de qualidade.

Em 2016, o custo corrente por aluno equivalente teve um aumento de 11,4% em relação ao ano anterior. Ainda vale destacar que o índice utilizado pelo governo para atualizar o custeio das universidades não reflete as suas reais necessidades, já que o índice da Unidade Básica de Custeio (UBC) das IFES indicou uma variação de mais de 15 %, enquanto o governo adotou uma correção inferior a 10%.

Os indicadores do TCU são utilizados como ferramenta para acompanhar o desempenho da instituição no decorrer dos anos. Através deles é possível identificar a necessidade de aperfeiçoamento em áreas específicas e possíveis correções em eventuais disfunções. O Quadro 7 apresenta uma evolução desses fatores entre os anos de 2004 e 2016, observa-se que no que diz respeito ao numero de diplomados houve uma pequena queda em 2016, no entanto, ressalta-se que devido ao período de greve o semestre letivo 2016/2 ainda não foi finalizado e seus diplomados só serão considerados no relatório do ano de 2017 . Quanto à qualificação do corpo docente e a taxa de sucesso da graduação nota-se um pequeno aumento dos indicadores, isso se deu devido a políticas de incentivo a capacitação/qualificação adotadas pela instituição e a indução de melhorias adotadas pela Pró- reitoria de graduação.

Ao considerar os indicadores de eficiência, identifica-se uma redução no custo corrente por aluno equivalente, essa reação é fruto de uma redução no repasse de orçamento às universidades federais que foi adotado pelo governo nos últimos anos, gerando uma contenção de gastos e investimento por parte da UFOP no ano de 2016.

Os valores verificados no indicador de eficiência aluno integral/professor e funcionário demonstram que ainda é possível adotar ações que melhorem esses índices e assim, alcançar o máximo de eficiência em sua alocação acompanhando os valores indicados pelo MEC. O grau de qualificação do corpo docente da UFOP nos últimos 12 anos melhorou consideravelmente, saindo de 3,72 para 4,49. As políticas de incentivo a qualificação adotadas pela instituição foram o principal mecanismo impulsionador dessa mudança, no ano de 2016 foram aportados recursos exclusivos para capacitação.

Quadro 27 - Série histórica dos Indicadores de Desempenho 2011-2016

INDICADORES DE DESEMPENHO							
Série Histórica 2011-2016							
Ano ==>		2011	2012	2013	2014	2015	2016
Indicador							
	Custo Corrente (sem HU)	R\$ 154.671.414,63	R\$ 209.108.165,88	R\$ 244.529.905,29	R\$ 287.329.041,15	R\$ 318.298.233,02	R\$ 305.058.218,55
	AGE	10.295,00	11.206,00	11.826,00	14.401,71	14.884,99	15.265,00
	ApgTi	1.796,00	1.854,00	1.980,00	1.818,00	2.236,00	2.590,00
	ARTI			64,00	34,00	38,00	42,00
	Aluno Equivalente	12.091,00	13.060,00	13.870,00	16.253,71	17.158,99	17.897,00
I.	Custo Corrente/Aluno Equivalente (Sem HU)	12.792,28	16.011,35	17.630,13	17.677,75	18.549,94	17.045,22
	AgTi	6.142,00	5.631,00	5.650,00	8.455,30	8.595,22	8.627,00
	ApgTi	1.796,00	1.854,00	1.980,00	1.818,00	2.236,00	2.590,00
	Aluno Tempo Integral	7.938,00	7.485,00	7.668,00	34,00	38,00	42,00
	Número de Professores	828,5	860	887,5	916	946,5	998
II.	Aluno Tempo Integral/Professor	9,58	8,70	8,64	11,25	11,48	11,28
	AgTi	6.142,00	5.631,00	5.650,00	8.455,30	8.595,22	8.627,00
	ApgTi	1.796,00	1.854,00	1.980,00	1.818,00	2.236,00	2.590,00
	Aluno Tempo Integral	7.938,00	7.485,00	7.668,00	34,00	38,00	42,00
	Número de Funcionários	1.281,80	1.419,05	1.459,40	1.473,85	1.504,65	1.522,75
III.	Aluno Tempo Integral/Funcionário	6,19	5,27	5,25	6,99	7,22	7,39
	Número de Funcionários	1.281,80	1.419,05	1.459,40	1.473,85	1.504,65	1.522,75
	Número de Professores	828,50	860,00	887,50	916,00	946,50	998,00
IV.	Funcionário/Professor	1,55	1,65	1,64	1,61	1,59	1,53
	AgTi	6.142,00	5.631,00	5.650,00	8.455,30	8.595,22	8.627,00
	Ag	9.244,50	9.532,00	10.951,00	10.673,50	10.844,00	11.019,50
V.	Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,66	0,59	0,52	0,79	0,79	0,78

Fonte: PROPLAD - Quadro de cálculo de Indicadores

3.9 Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos

3.9.1 Acompanhamento das ações e dos resultados relacionados a termos de parceria regidos pela Lei 9.790/1999

O Quadro 28 visa à identificação de cada termo de parceria celebrado pela universidade, com vigência no ano de referência do relatório de gestão.

Quadro 28 - Identificação dos Termos de Parceria vigentes no exercício

Informações da Entidade Parceira	CNPJ	06.324.732/0001-13		
	Nome	Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Ouro Preto		
	Âmbito de Atuação (art.3º da Lei nº 9.790/99)	Promoção da assistência social; promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; e xperimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos		
	Regulamento da Contratação de Obras e Ser viços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)			
Informações do Termo de Parceria	Número	001/2014		
	Data Celebração	31/ 01/ 2014		
	Registrado no S ICONV?	800807/2014		
	Forma de Escolha da Entidade Parceira	Chamamento Público / Concurso de Projetos		
	Objeto	Execução de Programa de Trabalho, contendo as atividades do projeto de gestão compartilhada do Centro de Artes e Convenções da UFOP.		
	UJ Parceira	Nome	Universidade Federal de Ouro Preto	
		UG S IAFI	154046	
	Período Vigência	Início	01/ 02/ 2014	
		Fim	31/ 07/ 2017	
	Valor Global (em R\$ 1,00)	Da UJ	1.586.930	
Da Entidade				

Fonte: Gecon

3.9.2 Valores Repassados em Razão de Termos de Parceira Firmados

Os quadros a seguir demonstram a quantidade de termos e os valores repassados em razão da celebração desses termos pela instituição.

Quadro 29 - Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Ouro Preto		
CNPJ	06.324.732/0001-13		
Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro		Julho	68.265,53
Fevereiro		Agosto	
Março		Setembro	
Abril	168.265,53	Outubro	168.265,53
Maiο		Novembro	
Junho	100.000,00	Dezembro	
Total	268.265,53	Total	236.531,06

Fonte: Gecon

O Quadro 28 trata dos termos de parceria vigentes no exercício de referência (ainda que não tenha sido por todo o exercício), discriminando os valores repassados à entidade privada a cada mês. Já o Quadro 29 demonstra a quantidade de termos de parceria cujo signatário privado recebeu recursos nos dois exercícios imediatamente anteriores ao de referência, discriminando os valores recebidos.

Quadro 30 - Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios antecedentes ao de referência

Exercícios	Quantidade de Termos Vigentes	Montante Repassado no Exercício (em R\$ 1,00)
2016	1	394.433,97
2015	1	394.433,97

Fonte: Gecon

3.9.3 Estrutura de Acompanhamento dos Resultados dos Termos de Parceria Firmados

Os quadros a seguir visam a demonstrar a estrutura formal de avaliação dos resultados das parcerias, assim como a situação da prestação de contas pelas entidades privadas signatárias. O Quadro 30 apresenta a composição da Comissão de Avaliação do Resultado das Parcerias representada por servidores da UFOP e um representante da agência de Desenvolvimento de Ouro Preto.

Quadro 31 - Composição da Comissão de Avaliação do Resultado das Parcerias (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99)

Membros da Comissão			Ato de Designação
Nome	CPF	Órgão que Representa	
José Armando Ansaloni	***219***	Universidade Federal de Ouro Preto	Portaria Reitoria nº 142/2014
Paulo Fernando Teixeira de Camargo	077.***.***-06	Universidade Federal de Ouro Preto	Portaria Reitoria nº 142/2014
Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp	063.***.***-01	Universidade Federal de Ouro Preto	Portaria Reitoria nº 142/2014
Vandeir Assis Gonçalves	616.***.***-87	Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Ouro Preto	Portaria Reitoria nº 142/2014

Fonte: Gecon

O Quadro 32 apresenta as prestações de contas apresentadas no exercício. Observa-se que essas apresentações ainda estão em análise.

Quadro 32 - Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

CNPJ da Entidade Parceira	Data da Apresentação das Contas	Período de Referência		Situação da Análise*	Decisão**
		Data Início	Data Fim		
06.324.732/0001-13	27/ 05/ 2015	01/ 02/ 2014	28/ 02/ 2015	Em andamento	
*Situação da Análise:			**Decisão:		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Concluída ▪ Em andamento ▪ Não iniciada 			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprovada ▪ Reprovada ▪ Em exigência 		

Fonte: Gecon

3.9.4 Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria

O Quadro 33 apresenta uma breve apresentação dos resultados obtidos com as entidades parceiras.

Quadro 33 - Demonstrativo dos indicadores pactuados com a Entidade Parceira

Identificação da Entidade Parceira			
Nome	Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Ouro Preto	CNPJ	06.324.732/0001-13
Caracterização do Indicador 1			
Nome	Valorização de Projetos Acadêmicos e maior intercâmbio institucional		

Fórmula de Cálculo	Quantidade de dias utilizados / Quantidade de dias previstos no Termo de Parceria		
Unidade de Medida	Dias-uso para eventos da instituição		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 1			
Meta do Exercício	Pactuada	120 dias a utilizar	
	Realizada	117 dias utilizados efetivamente	
	% Realização	97,5 %	
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2015	59,17%
		2014	90,83%
Análise do Indicador 1	A UFOP utilizou praticamente todos os dias pactuados, o que demonstra que o indicador foi bem estruturado. Deve-se, ainda, considerar que esta Universidade passou por um período de greve de docentes, discentes e técnicos -administrativos em 2016, e que pode ter impactado na utilização do espaço.		
Caracterização do Indicador 2			
Nome	Fomento à cultura e à arte no Município de Ouro Preto, bem como ao turismo de negócios e eventos		
Fórmula de Cálculo	-		
Unidade de Medida	-		
Periodicidade de Medição	Anual		
Aferição dos Resultados do Indicador 2			
Meta do Exercício	Pactuada		
	Realizada		
	% Realização		
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2015	
		2014	
Análise do Indicador 2	Não existe um número de eventos definido como meta porém, sem considerar os eventos institucionais, em 2016 foram realizados 52 eventos no Centro de Convenções, sendo 13 sociais e 39 comerciais, demonstrando uma boa taxa de utilização do espaço pelo público externo. Há que se considerar, ainda, três grandes eventos institucionais voltados à cultura e à arte, quais sejam, o Festival de Inverno, o Fórum das Letras e o Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, com utilização do espaço por cerca de 40 dias e que movimentaram um grande público local e, principalmente, de turistas.		

Fonte: Gecon

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição das estruturas de Governança

4.1.1 Os Conselhos Superiores da UFOP

A forma de gestão nas Universidades é predominantemente colegiada, havendo dois tipos de conselhos importantes, o acadêmico e o administrativo. São os chamados Conselhos Superiores que estão logo acima do Reitor, dirigente máximo da instituição, na cadeia hierárquica. Esses conselhos possuem a missão de deliberar sobre assuntos de relevância e suas decisões fixam as políticas organizacionais, que garantem o cumprimento da missão da instituição, assim como zelam por seus valores, por seus propósitos e definem o caminho a ser percorrido.

A estrutura organizacional da Universidade Federal de Ouro Preto é definida em seu estatuto (Resolução CUNI nº 414, de 11 de novembro de 1997), sendo composta por órgãos Superiores de Deliberação (Conselho Universitário – CUNI e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE), Órgão de Fiscalização Externa (Conselho de Curadores – CONC), Reitoria, Unidades Acadêmicas Universitárias, Conselhos Departamentais, Colegiados de Curso e Departamentos.

No âmbito administrativo, a responsabilidade máxima é exercida pelo Reitor e, ao Vice-Reitor, compete colaborar com o Reitor nas funções universitárias que por ele forem delegadas e substituí-lo, automaticamente, nos casos de falta, de impedimento ou de vacância.

O CEPE e o CUNI são os pilares da Universidade, são os Conselhos que legislam as normas da instituição e deliberam sobre matérias não contempladas nas normas internas ou merecedoras de atenção diferenciada, além de atuar como instâncias recursais. A composição dos conselhos é de pelo menos setenta por cento de presença docente, nos termos do parágrafo único do Art. 4º do estatuto da UFOP e, respeitando, o disposto na lei.

4.1.2 Conselho de Curadores - CONC

O CONC é um órgão deliberativo e consultivo em matéria de fiscalização econômica e financeira, composto pelo Reitor, como seu Presidente, sem direito a voto, por dois representantes do Ministério da Educação, por um representante do Ministério de Minas e Energia e um representante do Ministério da Saúde, indicados pelos titulares dessas pastas, um representante do Governo do Estado de Minas Gerais, um representante da comunidade, indicado pela Câmara Municipal de Ouro Preto, e um representante dos ex-alunos desta Universidade, escolhido por seus pares.

Compete ao Conselho de Curadores:

- I. Elaborar e rever seu Regimento;
- II. Aprovar a celebração de convênios com entidades públicas ou privadas, que importem em compromisso econômico-financeiro para esta Universidade;
- III. Aprovar a Proposta Orçamentária, o Orçamento Interno desta Universidade e suas reformulações, o Relatório Anual de Atividades e a Tomada de Contas do Reitor;
- IV. Aprovar despesas extraordinárias desta Universidade, justificadas pelo Reitor;
- V. Aprovar, por proposta do Conselho Universitário, incorporação ou fusão com Órgãos externos, quando necessários ao funcionamento desta Instituição;
- VI. Autorizar o recebimento de doações que importem em compromisso para esta Universidade;
- VII. Deliberar sobre veto do Reitor às suas decisões;

- VIII. Aprovar a aquisição e a alienação de imóveis;
- IX. Dirimir os casos omissos ou controversos neste Estatuto, no que concerne à fiscalização financeira;
- X. Aprovar a criação de fundos especiais, taxas, emolumentos e contribuições.

4.1.3 Conselho Universitário - CUNI

O CUNI é o órgão máximo deliberativo e normativo, competindo-lhe definir as diretrizes da política universitária, em conformidade com o papel institucional. É composto pelo Reitor, como Presidente, pelo Vice-Reitor, pelos Diretores das Unidades Acadêmicas, pelos Pró-Reitores de Administração, de Extensão, de Graduação, de Planejamento e Desenvolvimento, de Assuntos Comunitários e Estudantis, de Orçamento e Finanças e de Pesquisa e Pós-Graduação, pelo Prefeito do Campus Universitário, por dois representantes do corpo discente, indicados pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), por um representante da comunidade, indicado pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), por cinco professores, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, em exercício, um de cada classe, por um representante dos ex-alunos e por um representante do pessoal técnico-administrativo, sendo que essas três últimas representações são eleitas por seus pares.

Ao Conselho Universitário compete:

- I. Estabelecer a diretriz superior desta Universidade, nos planos administrativo e disciplinar, mediante formulação de sua política e elaboração de normas;
- II. Dar posse ao Reitor e ao Vice-Reitor;
- III. Elaborar e rever o próprio Regimento;
- IV. Aprovar ou emendar o Estatuto e o Regimento Geral desta Universidade;
- V. Aprovar, após a apreciação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o Plano de Desenvolvimento e Expansão desta Universidade e os planos de alteração dos Órgãos de sua estrutura geral;
- VI. Aprovar normas de seleção, de admissão, de dispensa, de acesso e de aperfeiçoamento do pessoal técnico-administrativo e docente;
- VII. Deliberar, como instância superior, sobre medidas que visem a prevenir ou a corrigir atos de indisciplina;
- VIII. Decidir, após inquérito administrativo, sobre intervenção em qualquer Órgão ou Unidade;
- IX. Determinar abertura de inquérito administrativo destinado a apurar responsabilidade do Reitor e do Vice-Reitor, bem como de Diretores e de Vice-Diretores das Unidades e Órgãos;
- X. Deliberar sobre suspensão temporária, total ou parcial, de atividades universitárias;
- XI. Deliberar sobre concessão de dignidade universitária, na forma do disposto neste Estatuto e no Regimento Geral desta Universidade;
- XII. Dispor sobre os símbolos desta Instituição;
- XIII. Deliberar sobre os vetos do Reitor às suas decisões e sobre os recursos contra atos do Reitor, em matéria administrativa e disciplinar;
- XIV. Propor a criação de fundos especiais, taxas, emolumentos e contribuições;
- XV. Opinar e deliberar sobre a administração do patrimônio desta Universidade;
- XVI. Criar e conceder prêmios e distinções como estímulo e recompensa às atividades acadêmica e administrativa;
- XVII. Deliberar sobre as questões que forem omissas neste Estatuto e no Regimento Geral desta Universidade;

XVIII. Praticar todos os demais atos de sua competência, por força da lei, do Estatuto e do Regimento Geral da UFOP.

4.14 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE

O CEPE é o órgão superior de deliberação em matéria de ensino, de pesquisa e de extensão e é integrado pelo Reitor, como Presidente, pelo Vice-Reitor, pelos Pró-Reitores de Extensão, de Graduação, de Planejamento e Desenvolvimento, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Assuntos Comunitários e Estudantis, pelos Diretores das Unidades Acadêmicas, por cinco professores, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, em exercício, um de cada classe, eleitos por seus pares, e por dois representantes do corpo discente, indicados pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Compete ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão:

I. Fixar normas complementares às do Estatuto e do Regimento Geral da UFOP sobre vestibular ou outro meio de ingresso equivalente, currículos, programas, matrículas, transferências, avaliação de aproveitamento escolar, aproveitamento de estudo, atividades e programas de pesquisa e extensão, além de outras que se incluam no âmbito de sua competência;

II. Autorizar a criação de cursos de graduação e de pós-graduação, de cursos de especialização, de aperfeiçoamento, sequenciais e outros de extensão;

III. Fixar normas e critérios para concessão de bolsas especiais de iniciação científica;

IV. Homologar o Calendário Acadêmico, proposto pelas Pró-Reitorias de Graduação, de Extensão e de Pesquisa e Pós-Graduação;

V. Estabelecer critérios para a fixação de carga horária letiva mínima de oito horas semanais do pessoal docente;

VI. Disciplinar critérios para o aperfeiçoamento do pessoal docente;

VII. Deliberar sobre os vetos do Reitor às suas decisões, bem como sobre recursos contra atos do Reitor ou de Órgãos que lhe estejam sujeitos, em matéria de ensino, de pesquisa e de extensão;

VIII. Exercer, como órgão consultivo e deliberativo, a jurisdição universitária, no campo do ensino, da pesquisa e da extensão;

IX. Aprovar os currículos dos cursos desta Universidade;

X. Aprovar o número de vagas para os cursos desta Instituição;

XI. Credenciar professores para atuar nos campos de graduação e de pós-graduação;

XII. Aprovar a criação, a extinção, a expansão e a modificação de cursos;

XIII. Opinar e apresentar propostas sobre o Regimento Geral desta Universidade, em matéria de ensino, de pesquisa e de extensão, a serem aprovadas pelo CUNI;

XIV. Homologar resultados de concursos públicos para a admissão de pessoal docente;

XV. Aprovar seu Regimento, bem como as respectivas modificações, por dois terços, no mínimo, de seus membros;

XVI. Examinar e pronunciar-se sobre a revalidação de diplomas estrangeiros em áreas e níveis das ciências existentes nesta Universidade;

XVII. Praticar todos os demais atos de sua competência, por força da lei, do Estatuto e do Regimento Geral desta Instituição.

4.1.5 Conselhos Departamentais e Colegiados de Curso

A UFOP apresenta como instâncias de decisão os órgãos colegiados em diversos níveis da gestão institucional. No âmbito das Unidades Acadêmicas há três instâncias deliberativas e consultivas, sendo elas:

Os Conselhos Departamentais são órgãos deliberativos e consultivos das Unidades Acadêmicas, sendo integrados: a) pelo Diretor da Unidade, como seu Presidente; b) pelo Vice-Diretor; c) pelo(s) Chefe(s) de Departamento(s) e Presidente(s) de Colegiado(s) de Curso(s) da Unidade; d) por professor(es) de Departamento(s), na forma do regimento interno do Conselho Departamental, eleito(s) pelos seus pares; e) por representante(s) do corpo discente, indicado(s) pelo Diretório Acadêmico, na forma do regimento do Conselho Departamental, para mandato de um ano; e, f) por representante(s) dos servidores técnico- administrativos, eleito(s) pelos seus pares nos termos do regimento do Conselho Departamental, para um mandato de dois anos.

Os Conselhos Departamentais apresentam as seguintes atribuições: a) elaborar e modificar o regimento interno da Unidade, com aprovação final pelo Conselho Universitário; b) promover a articulação das atividades departamentais; c) propor à autoridade competente, pelo voto de dois terços, no mínimo, dos seus membros, o afastamento ou a destituição do Diretor ou do Vice-Diretor da Unidade; d) propor ao Reitor a dispensa de docentes, nos casos previstos em lei, no Estatuto e no Regimento Geral da UFOP; e, e) apreciar recursos contra atos praticados pelo Diretor da Unidade e pelos Chefes de Departamentos.

A Assembleia do Departamento é um órgão deliberativo para assuntos diretamente ligados à administração acadêmica, sendo constituída por todos os docentes nele lotados e por representante(s) do corpo discente, escolhido(s) na forma do Regimento Geral desta Universidade.

A composição da assembleia apresenta as seguintes orientações: a) o Chefe do Departamento como o Presidente; b) o mandato dos representantes estudantis é de um ano, com permissão de uma recondução; e, c) as deliberações da Assembleia do Departamento são tomadas por maioria dos presentes. A Assembleia do Departamento apresenta as seguintes atribuições: a) elaborar os planos de trabalho do Departamento e de capacitação dos docentes nele lotados; b) elaborar as linhas de pesquisa e os projetos pedagógicos do Departamento, de acordo com sua área de conhecimento; c) atribuir encargos de ensino, de pesquisa e de extensão aos docentes nele lotados, de forma a harmonizar os interesses do Departamento, com suas linhas de pesquisa; d) propor aos Colegiados de Curso os programas, as ementas e as cargas horárias das disciplinas oferecidas pelo Departamento; e) propor aos Colegiados de Curso os pré-requisitos das disciplinas e seus respectivos créditos; f) propor a contratação, a substituição e a dispensa de docentes; g) eleger os representantes do Departamento nos Colegiados de Curso; h) propor, pelo voto de dois terços, no mínimo, de seus membros, o afastamento ou a destituição do Chefe do Departamento; i) aprovar ações interdepartamentais de ensino, de pesquisa e de extensão; e, j) escolher o Chefe do Departamento.

Cada Curso de graduação e de pós- graduação tem um Colegiado responsável pela coordenação didática das disciplinas constituintes do seu projeto pedagógico. Os Colegiados são constituídos por representantes dos Departamentos que oferecem disciplinas do Curso e representante estudantil. A Presidência dos Colegiados de Curso de Graduação ou de Pós-Graduação é exercida por um docente indicado pelo próprio Colegiado dentre seus membros, com mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Os Colegiados são destinados a: a) compatibilizar as diretrizes gerais dos programas das disciplinas do respectivo Curso e determinar aos Departamentos as modificações necessárias; b) integrar os planos elaborados pelos Departamentos, relativos ao ensino das várias disciplinas, para fim de organização do programa didático do Curso; c) recomendar ao Departamento, a que esteja vinculada a disciplina, as providências adequadas à melhor utilização das instalações, do material e do aproveitamento do pessoal; d) propor à aprovação

do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão o currículo pleno do Curso e suas alterações, com indicação dos pré-requisitos, da carga horária, das ementas, dos programas e dos créditos das disciplinas que o compõem; e) decidir sobre questões relativas à reopção de Cursos, equivalência de disciplinas, jubramento, matrícula em disciplinas isoladas, aproveitamento de estudos, matrícula de portador de diploma de graduação e transferência; f) apreciar as recomendações dos Departamentos e requerimentos dos docentes sobre assunto de interesse do Curso; g) exercer atividades de orientação acadêmica dos estudantes do curso, com vistas ao cumprimento dos créditos necessários para candidaturas à colação de grau; e, h) indicar, para a Pró-Reitoria de Graduação, os candidatos à colação de grau.

4.1.6 Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação foi instituído em 2016 por meio da Portaria Reitoria N° 164, de 30 de Março de 2016, tem o caráter deliberativo e é composto por vários membros da comunidade acadêmica da UFOP. É responsável por elaborar e implementar parâmetros e diretrizes nas ações de Tecnologia da Informação para assegurar o cumprimento do propósito e das políticas institucionais da Universidade. E tem como principais competências:

I. A elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) que se alinhe ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade;

II. Elaborar e encaminhar ao Conselho Universitário da UFOP (CUNI) o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), e propor sua alteração quando necessário;

III. Elaborar e emitir parecer *deliberativo* sobre as prioridades dos programas de investimentos em Tecnologia da Informação na Instituição, bem como sobre as prioridades na formulação e execução de planos e projetos relacionados à área de TI e sobre as diretrizes de planejamento, organização e execução de atividades e ações que se vinculem à área de TI na UFOP, alinhando as áreas de ensino, pesquisa e extensão com a área de TI, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigente;

IV. Elaborar e emitir parecer *deliberativo* sobre o estado atual dos projetos de TI da Instituição, e resolver conflitos de recursos;

V. Monitorar níveis de serviço e suas melhorias;

VI. Identificar e implementar oportunidades de melhorias para que a instituição possa se adaptar rapidamente a mudanças de circunstâncias tecnológicas ou de gestão e a novas demandas operacionais;

VII. Caso necessário, propor a criação de Comissões Especiais para auxiliarem nas decisões do CGTI, definindo seus objetivos, composição, regimento e prazo para conclusão de seus trabalhos;

VIII. Dar publicidade de seus atos, através da publicação de atas e do cronograma de atividades do Comitê para o exercício.

4.1.7 Comitê Permanente de Moradia Estudantil – COPEME

O Comitê Permanente de Moradia Estudantil (COPEME) foi instituído pela Resolução CUNI n° 697, com representação das unidades administrativas e de estudantes de cada uma das modalidades de moradia estudantil da UFOP. O comitê tem por finalidade o assessoramento administrativo, visando ao aperfeiçoamento das ações institucionais referente à política de moradia estudantil, assim como o compete:

- I. Estabelecer um fórum permanente para o estudo, debate e apresentação de propostas concernentes à moradia estudantil.
- II. Subsidiar a PRACE na formulação e reformulação dos Programas ligados à moradia estudantil.
- III. Promover e divulgar suas ações, visando a melhor consecução de seus objetivos;
- IV. Receber, apurar a procedência e encaminhar reclamações, denúncias, sugestões ou demais manifestações que lhe forem dirigidas por membros das comunidades universitária e externa;
- V. Acompanhar as providências adotadas pelos setores competentes, garantindo o direito de resolução e mantendo os interessados informados do trâmite das ações;
- VI. Apreciar demais matérias pertinentes à Moradia Estudantil.

4.2 Atuação da unidade de Auditoria Interna

Na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) não há auditoria descentralizada, e sim uma Unidade de Auditoria Interna que é vinculada ao Conselho Universitário O Regimento Interno em seu Art. 1º, parágrafo único assim dispõe:

“Art.1º (...)

Parágrafo único. Conforme prescrito no § 3º do artigo 15 do Decreto n.º 3.591/2000, alterado pelo Decreto n.º 4.304, de 16 de julho de 2002, a Auditoria Interna está vinculada ao Conselho Universitário da Universidade Federal de Ouro Preto, entretanto em relação às questões administrativas esta Auditoria reportar-se-á ao Reitor desta Instituição.

Esta Unidade atua em parceria com a Administração Superior, como órgão de assessoramento, e tem como objetivo atestar a conformidade dos atos de gestão, de forma a mitigar eventuais constatações de impropriedades e de irregularidades apontadas pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo TCU. Cabe esclarecer, ainda que esta Unidade tem seu regimento interno, e seu acesso é através do link: http://www.soc.ufop.br/files/RESOLUCAO_CUNI_1320.pdf.

A Unidade de Auditoria Interna é composta por três servidores efetivos, sendo uma Coordenadora com formação em Direito e especialização em Direito Público, um Assessor com formação em Administração de Empresas e especialização em Gestão Pública e uma Assistente em Administração com formação em Direito e especialização em Direito Público.

A função de Coordenador da Auditoria Interna é exercida por servidor do quadro da Instituição, cuja nomeação ou exoneração é submetida, pelo dirigente máximo da entidade, à aprovação do Conselho Universitário (CUNI), logo em seguida à aprovação da CGU, conforme determina o § 5º do artigo 15 do Decreto nº 3.591/2000, com a nova redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002.

A certificação de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela Auditoria ocorre a partir do recebimento do Relatório/ Despacho/ Parecer. Este relatório/despacho/parecer é encaminhado através de um Ofício entregue via malote ou protocolo. Já a aceitação fica demonstrada com o preenchimento do Plano de Providências Permanente, visto que neste fica registrado se ocorrerá o cumprimento da recomendação ou em caso negativo, a justificativa para não implementação.

Não existe uma sistemática formal de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, entretanto esclarecemos que estamos tentando desenvolver uma política de monitoramento a fim de diminuirmos os riscos, garantindo consequentemente a regularidade da gestão. Outrossim, no exercício de 2017 pretendemos encaminhar todos os relatórios, juntamente com as respostas dos Planos de Providências à

Assessoria Técnica do Reitor para que o mesmo informe ao Dirigente Máximo quais os riscos a UFOP poderá ser acometida caso não cumpra uma recomendação/determinação.

Em relação às modificações ocorridas na estrutura organizacional cita-se a aposentadoria de um dos servidores em 04 de fevereiro de 2016, e a remoção de uma servidora para Unidade de Auditoria Interna em 02 de maio de 2016.

Por fim, citamos as Resoluções que demonstram a independência e objetividade da Unidade de Auditoria Interna da UFOP, a saber:

- Resolução CUNI N°. 1.659, de 26 de agosto de 2014 – desvincula a Auditoria Interna da Reitoria e a vincula ao Conselho Universitário, cumprindo a recomendação expedida pela Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais;

Resolução CUNI N°. 1.563, de 26 de novembro de 2013 - determinou que os servidores que atuam na Auditoria Interna da Universidade Federal de Ouro Preto não poderiam assumir responsabilidades operacionais extra-auditoria que implicassem em análise e parecer, para fins de auditoria ou fiscalização, do resultado dos seus próprios atos ou dos atos de quem este auxilie, ou dos atos a quem este interesse. Impedindo assim segregação de funções.

4.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

A UFOP reconhece falhas na utilização do sistema CGU-PAD. Com efeito, desde o início a Universidade vem enfrentando problemas com tal sistema. Logo após a sua implantação pela Controladoria-Geral da União em 2007, verificou-se que a numeração dos processos gerados na UFOP não era compatível com o CGU-PAD (faltava o dígito verificador). Foi preciso ajustar todo o sistema de protocolo e controle de processos da Universidade de modo que os processos pudessem ser devidamente lançados.

Superada a questão técnica, foi designado o servidor de matrícula SIAPE 1.463.805 para responder dedicadamente pelo Grupo Permanente de Processos Administrativos Disciplinares (GRUPAD). Era da responsabilidade de tal servidor acompanhar as publicações no Boletim Administrativo e fazer os lançamentos no sistema. Os gestores não possuíam senhas para acessar o CGU-PAD e, infelizmente, não houve a devida conferência dos lançamentos, gerando a falha.

Tal servidor teve duas passagens pelo GRUPAD: entre 1º de junho de 2006 e 29 de setembro de 2008, bem como entre 1º de fevereiro de 2013 até 19 de abril de 2016. Nota-se que em razão das falhas apontadas pela Auditoria n°. 201601490, o servidor já foi removido do GRUPAD para outro setor da Universidade.

Mais ainda, além da substituição do servidor responsável, a Administração Central da Universidade decidiu fazer uma profunda reformulação no GRUPAD, não só atualizando os dados no CGU-PAD, como também revisando seus normativos internos e os atos de designação. Uma outra Servidora efetiva, de cargo de nível superior, foi lotada no GRUPAD para reestruturar o setor.

Porém, merecer destaque também a baixíssima adesão dos servidores ao trabalho correicional, sendo uma das maiores dificuldades enfrentadas pela Administração identificar entre os servidores, especialmente os docentes, aqueles que possuem capacidade técnica e disponibilidade para conduzir as sindicâncias e os processos disciplinares. Geralmente os servidores designados apresentam inúmeras justificativas para a não composição em comissões. É preciso que ocorra treinamentos e capacitações específicas por parte dos órgãos de controle.

Num ambiente em que poucos servidores possuem conhecimentos técnicos jurídicos suficiente e a maioria está envolvida em atividades de ensino e pesquisa, fazer com que as apurações sejam concluídas à contento tem sido uma árdua missão. Sugerimos assim, por exemplo, a criação do cargo de Corregedor (nova vaga) em todos os órgãos públicos federais,

de modo que fique sob a responsabilidade deste presidir todas as comissões e dar o devido andamento processual às apurações.

É preciso ainda mencionar que as recorrentes greves, sendo a dos servidores técnico-administrativos em 2015 com duração de mais de 4 meses e em 2016 por cerca de 2 meses, prejudicam bastante o desenvolvimento do trabalho. Espera-se do Governo Federal, por meio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, maior comprometimento com as Universidades para que greves como estas não se repitam.

4.4 Gestão de riscos e controles internos

4.4.1 Avaliação dos controles internos administrativos da UFOP

A avaliação foi realizada ao longo dos trabalhos de auditoria. Todas as inconsistências e/ou deficiências encontradas durante a execução dos trabalhos foram comunicadas aos gestores responsáveis, os quais envidaram esforços no sentido de mitigá-las tempestivamente. Já as falhas relevantes acarretaram em constatações.

Abaixo expusemos uma breve transcrição do que foi observado e relatado das análises realizadas pela Unidade de Auditoria Interna, pela Controladoria Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União.

a) Fragilidades identificadas.

- Ausência de algumas normas internas e manuais específicos (procedimentos administrativos) direcionados aos setores de apoio operacional, o que dificulta o desempenho das rotinas na Instituição;

- Falta de definição clara das funções e responsabilidades (regimentos internos) das diversas instâncias administrativas da UFOP;

- Ausência de sistemas para agilizar os processos;

- Ausência de mapeamento dos processos da UFOP;

- Ausência da Gestão de Risco;

- Insuficiência de pessoal técnico-administrativo. Apesar de sempre ocorrer novas contratações alguns setores da Instituição ainda possuem um número insuficiente de servidores.

Em relação especificamente às áreas identificamos que:

- Na área de Convênios e Contratos: o controle e fiscalização dos convênios/contratos pelo CEPE não está sendo realizado em virtude da falta de capacidade operacional da Gerência de Contratos e Convênios-GECON comprometendo desta forma o assessoramento; a falta de monitoramento dos controles contábeis implementados pelas fundações de apoio em relação aos recursos aportados e utilizados em cada projeto para fins de ressarcimento; ausência de controle de eventuais pagamentos a servidores do seu quadro em face da observância do 'teto' remuneratório constitucional. Na auditoria realizada pelo TCU, no período de 17 a 21 de outubro de 2016, os auditores concluíram pela inexistência de medidas efetivas para evitar a extrapolação remuneratória em comento, situação que possibilitou a ocorrência de pagamentos indevidos a servidores. A situação encontrada demonstra que a inexistência de controle resultou no efetivo pagamento de remuneração acima do limite constitucional, requerendo a implementação de procedimento visando evitar novas ocorrências.

Com relação às fundações de apoio da UFOP (Fundação Educativa de Rádio e Televisão – FEOP e Fundação Gorceix-FG), constatou-se que os dados dos projetos por elas gerenciados estavam sendo divulgados na internet, porém, sem as prestações de contas e os relatórios parciais e finais de execução. Embora as execuções dos projetos pelas fundações fossem acompanhadas por meio de sistemas de gestão informatizados e acessados no âmbito da universidade pelos coordenadores, restou pendente a divulgação para o público em geral, por meio da internet.

- Na área de Patrimônio identificamos uma insuficiência de servidores para desenvolvimento das atividades, sendo muitas vezes executadas por terceirizados; ausência de capacitação para os servidores; e o Sistema de Administração Patrimonial (SAP) é ineficiente uma vez que não interage com o sistema contábil.

- Na área de Gestão de Pessoas, verificou-se que é necessário criar uma política de controle eficiente para garantir o bom desempenho da UJ tanto no acompanhamento dos programas/ações quanto nas ações de controle corretivas referentes à área de recursos humanos. Identificamos que está ocorrendo uma morosidade da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) no cumprimento das determinações do Tribunal de Contas da União e de reiteradas recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU).

Compete informar, ainda, que das auditorias realizadas in loco no exercício de 2016 a UFOP cometeu algumas impropriedades listadas a seguir:

a) inoperância da UFOP no que tange às fragilidades do controle centralizado dos processos administrativos disciplinares e sindicâncias instauradas;

b) ausência de registros e atualizações no Sistema de Gestão de Processo Disciplinar da CGU (CGU-PAD), denotando descumprimento ao disposto no § 3º, art. 1º, da Portaria CGU nº 1.043, de 24/07/2007;

Constatou-se que a integralidade e fidedignidade das informações no sistema foram prejudicadas pela ausência de alimentação e atualização das informações no referido sistema, denotando fragilidades na atuação da Comissão Permanente de Procedimentos Disciplinares, denominada Grupo Permanente de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias (Grupad), no que tange à utilização do sistema CGU-PAD.

c) servidores da UFOP em situações que indicam a acumulação indevida de cargos públicos, a incompatibilidade de horários na acumulação de cargos públicos, bem como a condição de sócio-administrador de empresas;

d) ausência da documentação obrigatória para assegurar a legalidade do pagamento do adicional de insalubridade, no âmbito da UFOP;

e) ausência de implantação do sistema de frequência dos servidores da UFOP;

f) inexistência de norma que especifique os procedimentos a serem adotados para a realização do tombamento dos bens móveis doados à UFOP em razão de projetos gerenciados por fundações de apoio;

g) ausência de tombamento de bens adquiridos em decorrência de projetos gerenciados por fundação de apoio. Verificou-se que não está ocorrendo uma interação da Gerência de Contratos e Convênios com o Setor de Patrimônio. Identificou-se ainda que não há norma interna que trata do assunto. Ademais, verificou-se a realização de dois inventários nos últimos três anos. Contudo, não houve a participação de todos os departamentos da UFOP, o que pode ser explicado, em parte, pela inexistência de sanção para o setor não participante. Dessa forma, o inventário é parcial, o que representa um possível risco para o controle patrimonial da UFOP: em 2014, foram inventariados apenas 31,43% dos bens móveis levantados no sistema; em 2015/2016, esse número subiu para 52,86% (peça 40, p.20-21).

b) Informações adicionais

A Diretoria de Orçamento e Finanças com vistas ao aprimoramento da gestão de recursos da Instituição, bem como dos processos correlatos à requisição, concessão, atendimento e execução das despesas necessárias ao funcionamento das atividades administrativas e acadêmicas, está implantando uma nova metodologia de Centros de Custos, além de estar modificando os sistemas integrados utilizados pela nossa Instituição. A seguir descrevemos outras ações que estão contribuindo com a melhora da gestão:

- Melhoria da infraestrutura física;
- Readequação de funções/atribuições e atividades na Coordenadoria de Suprimentos e na Gerência de Contratos e Convênios;

- Aumento da força de trabalho na Gerência de Contratos e Convênios com a remoção de dois servidores;
- Elaboração e implementação do “Manual de Compras” com sistematização de todos os fluxos dos processos, definição de atribuições dos setores demandantes e definição de perfis de gerenciamento ao aprimoramento da sistematização e seletividade das compras e compromissos a pactuar numa visão sustentável, o que permitiu uma melhora substancial na aplicação dos recursos públicos;
- Adequação dos modelos de termos de referência, de Editais e de contratos, conforme modelos propostos pela AGU;
- Regulamentação da Gestão de Materiais através da proposição do “Manual de Gestão de Materiais”, com base na Instrução Normativa Nº. 205 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Proposição, publicação e implementação do “Manual de Fiscalização de Contratos”, e especificação de cem por cento dos procedimentos de acompanhamento de contratos;
- Elaboração e implementação (parcial) do Plano de Gestão e do Plano Anual de Ações;
- Desenvolvimento e implantação do Sistema de Gestão Orçamentária – SGO com controle do teto orçamentário para as despesas que estão informatizadas (implantação somente para materiais de consumo);
- Realização de mapeamento de processos de todos os setores vinculados à Diretoria, para fins de definição de matriz de riscos e desenvolvimento da informatização dos diversos serviços sob a responsabilidade do setor.

Para concluir este item afirmamos que o controle interno é utilizado na maioria das entidades com o intuito de coordenar eficazmente as operações, proporcionando a redução da ocorrência de falhas, erros, irregularidades e a incidência de relatórios contábeis fraudulentos. Trata-se de um processo integrado e dinâmico que se adapta, ininterruptamente, às mudanças enfrentadas pela Instituição. A administração, ao seu turno, tem o dever de estabelecer um controle interno eficaz para a boa execução das atividades relacionadas à organização, o qual pode reduzir a probabilidade de ocorrência de riscos, fornecendo segurança razoável para a administração quanto à consecução dos seus objetivos e de sua missão. Por constituir em uma série de ações que permeiam as atividades de uma entidade, o controle interno se dá em todas as suas operações, de modo contínuo. São ações inerentes à maneira pela qual a gerência administra a organização. Portanto, não se trata de uma atividade adicional da entidade ou de uma obrigação necessária. No exercício da função administrativa de controle, as entidades devem se assegurar de que a existência de erros e riscos potenciais precisam ser devidamente mitigados e monitorados, por meio de atuação preventiva, concomitante ou corretiva, além de prevalecer como instrumentos auxiliares de gestão. Em verdade, a UFOP não possui um sistema de controle interno institucionalizado, ficando a cargo dos setores realizarem seus respectivos controles. Desta maneira, não dispõe de indicadores para monitoramento e avaliação da governança e do desempenho operacional de maneira instituída e formalizada que contemplem: o acompanhamento do alcance dos objetivos e das metas; a identificação dos avanços e das melhorias na qualidade dos serviços prestados; e a verificação da necessidade de correções e de mudanças de rumos, bem como demais informações consideradas relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Finalmente, resta ponderar, que apesar de haver percepção da importância destes mecanismos de controle interno, a UFOP ainda necessita melhorar a divulgação sobre a importância destes e para isso precisa implantar a Gestão de Riscos, visando ao aprimoramento contínuo da gestão.

5. AREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de pessoas

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Esse item tem por objetivo descrever o perfil dos servidores ativos da instituição.

Quadro 34 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autoriza da	Efetiva		
1. Ser vi dores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		1757	117	115
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		01		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		01		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Ser vi dores com Contratos Temporários		128	109	77
3. Ser vi dores sem Vínculo com a Administração Pública		01		
4. Total de Ser vi dores (1+2+3)		1888	226	192

Fonte: Relatório Interno - Força de Trabalho - PROAD / DPE /ARC - UFOP

O Quadro 35 busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e sem vínculo com a administração.

Quadro 35 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Ser vi dores de Carreira (1.1)		
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	889	868
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	01	
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	01	
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		

2. Ser vi dores com Contratos Temporários		128
3. Ser vi dores sem Vínculo com a Administração Pública		01
4. Total de Ser vi dores (1+2+3)	891	997

Fonte: Relatório Interno - Força de Trabalho - PROAD / DPE /ARC - UFOP

O Quadro 36 tem por objetivo identificar a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da instituição.

Quadro 36 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		42	19	16
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		295	101	95
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Ser vi dores em Cargo e em Função (1 +2)		337	120	111

Fonte: NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação da UFOP e DPE / PROAD - UFOP

Análise Crítica

O quadro permanente de servidores docentes e técnico-administrativos nas universidades é fixado pelos Decretos Federais de números 7.485/2011 e 7.232/2010, respectivamente, razão pela qual o (re)dimensionamento da força de trabalho refere-se, na verdade, a (re)organização interna. Tais Decretos conferem às universidades autorizações para reposições imediatas, sem a necessidade de autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, como é da praxe no Serviço Público Federal.

Com efeito, a UFOP ainda não realizou um amplo estudo para o (re)dimensionamento da força de trabalho dos servidores técnico-administrativos. As análises para provimentos, reposições e remoções têm sido feitas com base no histórico dos setores e em estudos pontuais, como o que foi realizado na própria Coordenadoria de Gestão de Pessoas, conforme anexo.

Já com relação aos servidores docentes, por meio da Resolução CUNI nº. 1.805¹ foram estabelecidos os critérios para alocação de vagas e uso do “saldo” instituído pelo Decreto Federal nº. 7.485/2011.

Já sobre o perfil dos servidores, tanto a Lei nº. 12.772/2012, quanto a Lei 11.091/2005, que dispõem sobre as carreiras dos docentes e dos técnico-administrativos, respectivamente, são demasiadamente rígidas na definição das atribuições e limites dos cargos, razão pela qual há pouquíssima discricionariedade nas admissões.

Embora ainda não tenha sido feito um amplo (re)dimensionamento da força de trabalho, como já dito, é possível afirmar que há insuficiência de pessoal no quadro da Universidade, haja vista que a expansão de cursos de graduação e pós-graduação provocada pelo REUNI² não foi proporcionalmente acompanhada da expansão do quadro.

Figura 7 - Evolução de contratação pós Reuni

	2007	2014	Crescimento
Docentes Efetivos	536	847	58,0 %
Técnicos Administrativos em Educação (TAEs)	763	796	4,3 %
Funcionários Terceirizados	154	683	343,5 %
Alunos Matriculados em Cursos de Graduação*	4.986	10.297	106,5 %
Alunos Matriculados em Programas de Mestrado	497	834	67,8 %
Alunos Matriculados em Programas de Doutorado	95	272	186,3 %
Cursos de Graduação*	24	46	91,7 %
Cursos de Mestrado	15	26	73,3 %
Cursos de Doutorado	5	12	140,0 %

Fonte: PROPLAD

Na tabela acima, apenas para efeito comparativo, estão informações sobre o crescimento da Universidade entre 2007 e 2014. Nota-se que a expansão física da Universidade, mormente com a construção de diversos novos prédios e laboratórios, fez aumentar significativamente o número de terceirizados. Tal aumento justifica-se ainda pela impossibilidade de reposição dos servidores técnico-administrativos efetivos ocupantes de cargos de níveis A e B, ou seja, pessoal de nível de apoio como pedreiros, auxiliares de cozinha, porteiros e recepcionistas, entre outros.

Por outro lado, o acréscimo de servidores docentes e técnico-administrativos de níveis C, D e E ocorreu, bem como houve a reposição imediata destes cargos em razão do “turnover”.

¹ Disponível em: http://www.soc.ufop.br/files/RESOLUCAO_CUNI_1805.pdf.

² Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/>.

Acerca da qualificação do quadro há duas situações distintas. No caso dos servidores docentes, até mesmo em razão da natureza acadêmica dos cargos, a qualificação é alta e satisfatória. Embora algumas áreas do conhecimento tenham um pouco de dificuldade para o provimento em razão da concorrência com o mercado privado, como medicina e direito, a Universidade tem conseguido atrair bons profissionais. Além disso, há uma política interna³ para liberação de servidores docentes para conclusão de doutorados e pós-doutorados (afastamento do art. 96-A da Lei 8.112/1990), bem como ações internas com o mesmo objetivo⁴.

Já com relação aos servidores técnico-administrativos, considerando estarem numa das piores carreiras do Serviço Público Federal em termos de remuneração e benefícios, o recrutamento e fixação tem sido mais complexos. Quase todos os servidores recentemente empossados possuem qualificação muito acima da exigida para os cargos que ocupam, mas ficam adstritos às atribuições e tarefas fixadas na lei que rege a carreira, sob pena de ser caracterizada disfunção.

Fato é que, embora muitos servidores técnico-administrativos apresentem uma boa qualificação, acabam não se fixando aos cargos ante ao assédio de outras carreiras e empregos. Há também situações de elevado descontentamento com a remuneração, cuja fixação não é pela UFOP, que acaba repercutindo negativamente no trabalho.

Não obstante os supracitados problemas, a Universidade recentemente investiu bastante na capacitação e treinamentos dos seus servidores. Mais ainda, foram lançados editais de auxílio financeiros à qualificação, mobilidade internacional⁵, graduação e especialização direcionadas⁶, além de diversas outras ações de capacitação e treinamentos.

Em razão da citada estabilidade do quadro, nos termos dos Decretos Federais de números 7.485/2011 e 7.232/2010, não há instrumentos pré-fixados para conter reduções. Porém, no caso específico dos servidores técnico-administrativos de níveis A e B (antigo nível de apoio / ensino fundamental), a legislação não autoriza reposições, remetendo a demanda à terceirização, nos termos do Decreto Federal nº. 2.271/1997. Para estes casos o esforço da Universidade é no sentido de ampliar os recursos de custeio para não paralisar as atividades.

5.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

O quadro 37 apresenta os números atualizados da qualificação dos servidores da UFOP no ano de 2016. Observa-se um aumento dos servidores capacitados além de ultrapassar a meta prevista para o ano.

Quadro 37 – Qualificação dos servidores

AÇÃO	Descrição	Produto	Meta prevista para 2016	Número de servidores beneficiados em 2016	Previsão para 2017 Meta Física
4572	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação	Servidor capacitado	300	427	500

³ Disponível em: http://www.soc.ufop.br/files/RESOLUCAO_CEPE_4232.pdf.

⁴ Disponível em: <http://www.ufop.br/noticias/pos-graduacao/parceria-entre-fgv-e-ufop-facilita-desenvolvimento-de-programas-de-pos>.

⁵ Disponível em: <http://www.ufop.br/noticias/processo-seletivo/cgp-e-caint-divulgam-lista-preliminar-dos-setores-selecionados-para>.

⁶ Disponível em: <http://www.ufop.br/noticias/oportunidades/adp-faz-reuniao-com-servidores-interessados-em-cursar-graduacao-e-pos>.

Esse quantitativo representa a participação de servidores técnico-administrativos e docentes em ações de capacitação e qualificação. A superação da meta é resultado da política de capacitação e incentivo à qualificação da instituição.

Fonte: PROAD/UFOP

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

O Quadro 38 apresenta os custos correntes com pessoal nos anos de 2015 e 2016. Observa-se um pequeno aumento do montante gasto em todos os quesitos, com destaque para os servidores com contrato temporário.

Quadro 38 – Custo Adicional com Pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Desp. Exe. Ant.	Dec .Jud	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenização	Benefícios Assistenciais e Previdenciários			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2016									
	2015									
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada										
Exercícios	2016									
	2015									
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada - Procuradores										
Exercícios	2016		40224,72							40224,72
	2015		38127,60							38127,60
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários) – Residentes Médicos										
Exercícios	2016	759338,04		3352,06	1117,35					763807,45
	2015	678587,28		3177,31	1059,10					682823,61
Servidores cedidos com ônus										

Exercícios	2016	93971,28	114065,76	17336,42	8668,21						234041,67
	2015	87527,88	102155,76	15806,97	7903,48						213394,09
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	5650575,00	2430074,00	163492,69	38707,82						8282849,51
	2015	4449061,68	1941344,09	128734,40	30478,60						6549618,77

Fonte: PROAD/UFOP

5.1.4 Irregularidades na área de pessoal

5.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Na Universidade os servidores submetidos à dedicação integral são aqueles ocupantes de cargos de direção e funções gratificadas, nos termos do art. 1º, §5º da Lei nº. 8.168/1991. Não há regulamento interno para estes casos, que se regulam pelo Código de Conduta da Alta Administração Pública Federal⁷.

Já com relação aos servidores docentes em regime de dedicação exclusiva, a situação é normatizada pelo art. 21 da Lei 12.772/2012. Internamente existe ainda a Resolução CEPE nº. 4.600⁸, que regulamenta as relações decorrentes da participação de docentes, técnico-administrativos e discentes na execução de projeto de ensino, pesquisa e extensão, de inovação e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico em colaboração com fundação de apoio à UFOP.

A UFOP tem promovido a apuração de todos os indícios de irregularidades na acumulação de cargos e empregos públicos, bem como no descumprimento do regime de dedicação exclusiva. Neste sentido, todos os indícios ora apresentados são individual e formalmente apurados, garantindo aos interessados o contraditório e a ampla defesa. Tão logo concluídas as apurações, são remetidas à Auditoria Interna e à CGU-MG. Segue relação de processos instaurados em 2016 para apurar indícios de acúmulo ilegal de cargos:

Quadro 39 – Relação de Processos instaurados em 2016

CPF do Ser vi dor	SIAPE	Número do processo de apuração (23109.)	Situação do processo
***.807.796-**	1.744.848	003778/2016-33	Citação realizada. Prazo de defesa
***.221.466-**	2.938.295	003777/2016-99	Citação realizada. Prazo de defesa
***.204.916-**	2.376.548	003776/2016-44	Citação realizada. Prazo de defesa
***.694.656-**	2.199.499	001450/2016-82	Situação já resolvida nos termos do art. 133 da lei 8.112/1990
***.701.896-**	2.322.105	003775/2016-08	Citação realizada. Prazo de defesa
***.400.756-**	1.617.446	003774/2016-55	Citação realizada. Prazo de defesa
***.584.976-**	1.659.223	003800/2013-01	Situação já resolvida nos termos do art. 133 da lei 8.112/1990
***.679.666-**	1.433.178	003773/2016-19	Citação realizada. Prazo de defesa
***.725.036-**	2.569.338	003772/2016-66	Servidor exonerado a pedido
***.435.906-**	2.065.705	003771/2016-11	Citação realizada. Prazo de defesa
***.611.717-**	2.884.011	003770/2016-77	Citação realizada. Prazo de defesa
***.42.746-**	2.604.334	003769/2016-42	Citação realizada. Prazo de defesa

⁷ Disponível em: <http://etica.planalto.gov.br/arquivos/legislacao/livro-do-codigo-de-conduta-2009-Atualiz-e-m-06-de-maio.pdf>.

⁸ Disponível em: <http://www.dof.ufop.br/gecon-arquivos>.

***.389.226-**	2.165.035	004368/2015-29	Citação realizada. Prazo de defesa
***.559.138-**	2.537.015	003767/2016-53	Servidor exonerado a pedido
***.817.666-**	1.660.587	001215/2016-19	Processo em instrução
***.935.291-**	1.176.741	003766/2016-17	Citação realizada. Prazo de defesa
***.675.356-**	2.176.273	003765/2016-64	Citação realizada. Prazo de defesa
***.623.336-**	2.051.686	003763/2016-75	Citação realizada. Prazo de defesa
***.213.686-**	1.844.728	007899/2013-10	Encaminhamento para PAD Sumário
***.182.526-**	1.325.988	003762/2016-21	Citação realizada. Prazo de defesa
***.456.086-**	2.010.559	003761/2016-86	Citação realizada. Prazo de defesa
***.775.096-**	1.725.574	003759/2016-15	Citação realizada. Prazo de defesa
***.045.096-**	0.418.733	003757/2016-18	Citação realizada. Prazo de defesa
***.130.926-**	1.726.241	003755/2016-29	Citação realizada. Prazo de defesa
***.200.286-**	1.915.946	003754/2016-84	Citação realizada. Prazo de defesa
***.350.056-**	1.838.586	003753/2016-30	Citação realizada. Prazo de defesa
***.369.857-**	0.418.954	003752/2016-95	Citação realizada. Prazo de defesa
***.368.146-**	2.037.526	002150/2015-30	Nova intimação. Prazo de defesa
***.523.923-**	2.520.290	003751/2016-41	Citação realizada. Prazo de defesa
***.893.926-**	1.421.869	003750/2016-04	Citação realizada. Prazo de defesa
***.613.207-**	2.289.827	003749/2016-71	Citação realizada. Prazo de defesa
***.367.206-**	1.172.544	003747/2016-82	Citação realizada. Prazo de defesa
***.339.917-**	0.418.997	003746/2016-38	Citação realizada. Prazo de defesa
***.926.406-**	2.308.804	003742/2016-50	Citação realizada. Prazo de defesa
***.884.166-**	1.985.787	003741/2016-13	Servidora não possui mais vínculo com a UFOP
***.421.726-**	1.257.265	003745/2016-93	Citação realizada. Prazo de defesa
***.472.026-**	2.366.093	003744/2016-49	Citação realizada. Prazo de defesa
***.925.776-**	1.887.171	003748/2016-27	Citação realizada. Prazo de defesa
***.611.717-**	2.884.011	003770/2016-77	Citação realizada. Prazo de defesa
***.542.746-**	2.604.334	003769/2016-42	Citação realizada. Prazo de defesa
***.213.686-**	1.844.728	007899/2013-10	Encaminhamento para PAD Sumário
***.182.526-**	1.325.988	003762/2016-21	Citação realizada.

			Prazo de defesa
***.350.056-**	1.838.586	003753/2016-30	Citação realizada. Prazo de defesa
***.368.146-**	2.037.526	002150/2015-30	Nova intimação. Prazo de defesa
***.523.923-**	2.520.290	003751/2016-41	Citação realizada. Prazo de defesa
***.353.956-**	1.658.931	003756/2016-73	Citação realizada. Prazo de defesa
***.893.926-**	1.421.869	003750/2016-04	Citação realizada. Prazo de defesa
***.444.246-**	2.884.057	003758/2016-62	Citação realizada. Prazo de defesa
***.673.126-**	2.890.333	003760/2016-31	Citação realizada. Prazo de defesa
***.137.237-**	0.364.041 e 6.364.041	003764/2016-10	Citação realizada. Prazo de defesa
***.926.406-**	2.308.804	003742/2016-50	Citação realizada. Prazo de defesa

Fonte: PROAD/UFOP

5.15 Riscos identificados na gestão de pessoas

a. Absenteísmo: Nível irrelevante;

b. Acidentes de trabalho e Doenças Ocupacionais: Nível irrelevante;

c. Rotatividade (*turnover*): fenômeno ainda comum, tendo em vista a grande diferença salarial com o mercado de trabalho privado e a localização interiorana da UFOP. Cabe mencionar que o “turnover”, embora não cause prejuízos quantitativos à Universidade, prejudica sobremaneira a formação e qualificação dos quadros. Nos últimos três anos foram várias substituições, conforme tabela abaixo, que causaram descontinuidade de ações, gastos financeiros com concursos públicos e perda do investimentos em qualificações e capacitações;

Quadro 40 – Rotatividade de servidores

	Técnico-administrativos		Docentes	
	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA
2014	41	55	49	47
2015	83	60	47	41
2016	5	26	5	10

Fonte: APMP

d. Educação continuada: A UFOP possui políticas de capacitação instituídas tanto para docentes quanto para técnico-administrativos. Os programas foram estruturados de forma integrada, visando à garantia de um processo de melhoria contínua da qualidade de vida no trabalho e ao desenvolvimento institucional. Tem por objetivo a instrumentalização, a atualização dos métodos de trabalho, o aprimoramento dos serviços executados e a implementação de ações que contemplem os diversos níveis de educação formal. Os programas encontram-se em processo de constante avaliação e aprimoramento. Entretanto, os recursos financeiros disponibilizados pelo Governo Federal são insuficientes para o atendimento a demanda existente;

e. Aposentadoria versus reposição do quadro: Em meados de 2007 foi estabelecido o Banco de Professor Equivalente, através de ato conjunto do MEC e do MPOG, que permite às universidades a reposição imediata das vagas de docentes. Tal medida em muito contribuiu para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela UFOP. Já com relação ao quadro de técnicos, o preenchimento das vagas decorrentes de exonerações, aposentadorias, falecimentos, etc., foi autorizado pelo chamado “quadro de referência”

estancando as perdas. Contudo, ainda não houve uma política de reposição das vagas perdidas ao longo dos últimos anos. Assim, faz-se urgente o estabelecimento de uma política de reposição das vagas perdidas antes da criação do “quadro de referência”, sob pena do comprometido do funcionamento de setores cruciais da Instituição;

f. Adicionais de insalubridade e periculosidade : A UFOP teve dificuldades na verificação e concessão dos pagamentos de adicionais de insalubridade e periculosidade, uma vez que o servidor que anteriormente ocupava o cargo de Engenheiro de Segurança do Trabalho exonerou-se por acúmulo ilegal de cargos. O concurso realizado para o preenchimento da vaga por ele deixada foi objeto de recursos administrativos e teve uma fase de prova anulada, sendo então necessária a aplicação de novas provas. Com isso, os processos de adicional de insalubridade se acumularam o que dificultou a reavaliação dos processos antigos. Atualmente, já nomeado novo servidor para o cargo, o serviço está sendo colocado em dia e já está sendo feita a reavaliação determinada de todas as concessões. Além disso, registre-se, a greve dos servidores técnico-administrativos em 2015, com duração de mais de 4 meses, prejudicou bastante o desenvolvimento do trabalho. Espera-se do Governo Federal, por meio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, maior comprometimento com a Universidade para que greves como esta não se repitam. Para o futuro, a UFOP estabeleceu com a CGU-MG um cronograma de trabalho para reavaliar todos os casos. Também foi conquistada mais uma vaga de Engenheiro de Segurança do Trabalho, que já foi preenchida pelo mesmo concurso anteriormente mencionado, ainda vigente.

5.1.6 Indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos

As metas da CGP confundem-se com aquelas apresentadas pelas Pró-reitorias de ensino, pesquisa e extensão, haja vista a natureza do trabalho acadêmico. Contudo, podemos destacar:

a) Totalmente Alcançadas:

- Realização de concursos públicos e contratação de servidores docentes e técnico-administrativos para reposição do quadro (vacâncias e exonerações);
- Consolidação do Programa de Capacitação e Qualificação dos servidores Técnico-administrativos;
- Consolidação do Boletim Administrativo (de serviços), com o objetivo de dar mais transparência aos atos da Administração Superior da UFOP;
- Consolidação do ressarcimento do plano de saúde aos servidores técnicos e docentes;
- Acompanhamento e fiscalização do cumprimento da carga horária didática mínima semanal;
- Continuidade do Programa de Recepção de Novos Servidores.

b) Parcialmente Alcançadas:

- Revisão do cadastro de lotação de pessoal, com a consequente correção das irregularidades existentes. Motivo: Carência de pessoal e consequente sobrecarga de trabalho na Coordenadoria Gestão de Pessoas;
- Revisão da distribuição de Funções Gratificadas.

c) Não Alcançadas:

Elaboração da Programa de Avaliação de Desempenho dos servidores Técnico-administrativos. Motivo: Carência de pessoal e consequente sobrecarga de trabalho na Coordenadoria Gestão de Pessoas.

Quadro 41 – Indicadores Institucionais

Tipo de Indicador	Programa (código e descrição) ou área da gestão	Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de cálculo	Finalidade do Indicador	
Institucional	Recursos Humanos	Percentual de Absenteísmo	Indica o número de faltas dos servidores na instituição	(Quantidade de dias faltosos / quantidade de dias úteis X quantidade de servidores)*100	Acompanhar o grau de envolvimento e interesse do servidor quanto ao desenvolvimento de suas atividades e subsidiar a Coordenadoria de Gestão de Pessoas na elaboração de projetos que tenham como objetivo diminuição deste índice	
				R E S U L T A D O O B T I D O		
				2015		2016
				0,83%	0,57%	
Em 2016 é possível verificar uma queda no nível de absenteísmo na UFO P, o que indica que as ações de conscientização sobre absenteísmo têm sido planejadas e implementadas de forma pontual.						
Institucional	Recursos Humanos	Percentual de afastamento para tratamento de saúde	Indica o percentual de afastamentos para tratamento de saúde na instituição	(Quantidade de dias de afastamento / quantidade de dias úteis X quantidade de servidores) X 100	Levantar o percentual de afastamento por acidentes de trabalho e alertar sobre os acidentes mais comuns que causam o afastamento dos servidores na Instituição	
				R E S U L T A D O O B T I D O		
				2015		2016
				1,28%	1,96%	
Ao se fazer o levantamento dos dados para cálculo do indicador verificou-se um aumento considerável no índice. Diante do resultado a Equipe do SIASS deverá intensificar as ações explicativas e de conscientização, visando aumentar a aderência dos servidores aos Exames Periódicos e outros programas com a atuação da Equipe multiprofissional, de forma a tentar melhorar a qualidade de vida de nossos servidores e, conseqüentemente, diminuir o número de afastamentos. Este indicador é relevante, haja vista que se constitui numa ferramenta de gestão de pessoas de interesse institucional.						
Institucional	Recursos Humanos	Percentual de TAS capacitados	Relaciona o número de TAS capacitados em função do número total de TAS	(Número total de TAS capacitados/ Total de TAS) X 100	O resultado dos dados obtidos servirá como ferramenta para futuras políticas de capacitação	
				R E S U L T A D O O B T I D O		
				2014		2015
				46,5%	50,61%	52,32%
O número de TAE's capacitados em 2016 foi bem expressivo, fruto das políticas desenvolvidas pela CGP/PRO AD nos últimos anos. Esse número representa a participação de TAE's em ações de capacitação e qualificação, ou seja, em ações de treinamento, aperfeiçoamento e educação formal. A meta definida de 300 servidores capacitados foi atingida e superada - 427 servidores capacitados. A superação da meta é resultado da política de capacitação e incentivo à qualificação da instituição.						
Institucional	Recursos Humanos	Percentual de TAS com ensino médio	Relaciona o número de TAS com ensino médio em função do número total de TAS	(Número de TAS com ensino médio / Número total de TAS) X 100	O resultado dos dados obtidos servirá como ferramenta para futuras políticas de melhoria dos programas de apoio à qualificação dos servidores.	
				R E S U L T A D O O B T I D O		
				2015		2016
				18,94%	19,73	
Esse aumento no percentual refere-se aos servidores que estão em processo de qualificação e obtiveram certificação equivalente ao ensino médio.						
Institucional	Recursos Humanos	Percentual de TAS com graduação	Relaciona o número de TAS com graduação em função do número total de TAS	(Número de TAS com graduação/ Número total de TAS) X 100	O resultado dos dados obtidos servirá como ferramenta para futuras políticas de melhoria dos programas de apoio à qualificação dos servidores.	
				R E S U L T A D O O B T I D O		
				2015		2016
				19,31%	20,58%	

Em 2016 observa-se um aumento nesse indicador comparado aos dados anteriores, resultado da política de incentivo à qualificação da Instituição - Servidor Estudante .						
Institucional	Recursos Humanos	Percentual de TAS com pós-graduação lato sensu	Relaciona o número de TAS com pós-graduação lato sensu em função do número total de TAS	(Número de TAS com pós-graduação lato sensu/Número total de TAS) X 100		O resultado dos dados obtidos servirá como ferramenta para futuras políticas de melhoria dos programas de apoio à qualificação dos servidores.
				RESULTADO OBTIDO		
				2015	2016	
				29,21%	29,41%	
A cada ano vem aumentando o número de técnicos administrativos com Pós -Graduação lato sensu fruto da política adotada pelas nossa Instituição nos últimos anos						
Institucional	Recursos Humanos	Percentual de TAS com pós-graduação stricto sensu	Relaciona o número de TAS com pós-graduação stricto sensu em função do número total de TAS	(Número de TAS com pós-graduação stricto sensu/Número total de TAS) X 100		O resultado dos dados obtidos servirá como ferramenta para futuras políticas de melhoria dos programas de apoio à qualificação dos servidores.
				RESULTADO OBTIDO		
				2015	2016	
				12,25%	17,64%	
A cada ano vem aumentando o número de técnicos administrativos com Pós -Graduação Stricto sensu fruto da política adotada pelas nossa Instituição nos últimos anos						

Fonte: PROAD/ UFOP

5.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

5.2.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Universidade Federal de Ouro Preto

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:

A gestão da frota de veículos desta instituição é feita observando o que está disposto no Decreto 6.403/2008 e na INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 3, DE 15 DE MAIO DE 2008.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

Em virtude da UFOP estar localizada na região central de Minas Gerais, possuindo a mesma três campi, em Ouro Preto, Mariana e João Monlevade, além de diversos polos Ead em várias partes do país, sendo ainda que a mesma realiza diversas atividades inerentes às atividades curriculares, extra curriculares, pesquisa e extensão fora dos entornos desses campi, a frota de veículos é de suma importância para realização dessas atividades, impactando decisivamente na formação acadêmica dos alunos de diversos cursos que a instituição oferece.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Quadro 42 – Descrição da Frota

Quantidade de Veículos		
Discriminação		Quantidade
Veículos de Transporte Institucional		1
Veículos de Serviços comuns	Transporte de pessoal a Serviço e Transporte coletivo	82
	Transporte de Carga e atividades específicas	15

Fonte: Transpote/ UFOP

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Quadro 43 – Média de quilômetros rodados

Média anual de quilômetros rodados			
Discriminação		Quantidade	Média anual de quilômetros rodados
Veículos de Transporte Institucional		1	33761
Veículos de Serviços comuns	Transporte de pessoal a Serviço e Transporte coletivo	82	12398
	Transporte de Carga e atividades específicas	15	7125

Fonte: Transpote/ UFOP

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Quadro 44 – Média de idade da frota de veículos

Idade média da frota		
Discriminação	Quantidade	Idade Média

Veículos de Transporte Institucional		2	8
Veículos de Serviços comuns	Transporte de pessoal a Serviço e Transporte coletivo	82	11,73
	Transporte de Carga e atividades específicas	15	15

Fonte: Transpote/ UFOP

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Quadro 45 – Média de quilômetros rodados

Custos com manutenção	
Combustíveis	R\$ 444.683,29
Seguro obrigatório(DPVAT)	R\$ 14.216,61
Aquisição de pneus(Pregão)	R\$ 34.614,00
Manutenção dos veículos(Casa da Borracha)	R\$ 294.670,58

Fonte: Transpote/ UFOP

g) Plano de substituição da frota;

Não há um plano de substituição da frota.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Não há um estudo realizado por esta instituição que comprove ou demonstre que a contratação do serviço por locação seja mais vantajosa ou menos vantajosa que a aquisição de veículos. Tal estudo deverá ser feito nos próximos meses e deverá definir a política de transporte da instituição para os próximos anos, incluindo o plano de substituição da frota.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

A estrutura que a UJ dispõe para controle da prestação eficiente do serviço são planilhas que acompanham os custos com manutenção dos veículos pela empresa Casa da Borracha, sistema de controle de abastecimento de veículos sendo a contratada empresa Valecard, além do sistema de Requisição de veículo, onde se pode trabalhar com o chamado Transporte Consciente, otimizando o transporte de passageiros realizados para as cidades de Belo Horizonte e Confins.

OBS: A UJ tem frota própria mas possui, além de condutores que fazem parte do quadro de servidores da própria instituição, contrato com empresa prestadora de serviço de motoristas rodoviários, sendo a contratada a empresa Adserte Administração e Terceirização, CNPJ: 08.139.629/0001-29. Desta maneira, a condução dos veículos oficiais da instituição está a cargo de motoristas efetivos e motoristas rodoviários contratados através de empresa terceirizada, sendo ainda que o gasto ano 2016 com esta contratada foi de R\$ 1.335.498,75.

5.2.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

5.2.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 46 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	UF – MINAS GERAIS	Σ	Σ
	Ouro Preto	60	55
	Mariana	04	04
	Ipatinga	01	01
	João Monlevade	02	02
Subtotal Brasil		67	62
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1	00	00
Subtotal Exterior		00	00
Total (Brasil + Exterior)		67	62

Fonte: <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/Default.asp/> Comissão de reavaliação de bens imóveis. Informações extraídas em 03/01/2017.

5.24 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

Quadro 47 – Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ , exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado
154046	462500021.500-2	21	8	R\$ 17.779.059,00	14/ 06/ 2016	R\$ 19.697.419,47
154046	472300012.500-3	21	1	R\$ 4.912.272,39	20/ 06/ 2016	R\$ 5.437.394,31
154046	472300017.500-0	21	8	R\$ 5.654.907,50	20/ 06/ 2016	R\$ 6.259.417,11
154046	4799 00006.500-0	21	3	R\$138.665.625,00	13/ 06/ 2016	R\$ 152.532.187,50
154046	4799 00011.500-8	21	2	R\$ 1.837.559,40	13/ 06/ 2016	R\$ 2.021.315,34
154046	479900013.500-9	21	2	R\$ 11.992.050,47	13/ 06/ 2016	R\$ 13.191.255,81

154046	4799 00015.500-0	21	2	R\$ 2.614.254,31	13/ 06/ 2016	R\$ 2.875.679,74
154046	4921 00068.500-5	21	2	R\$ 1.853.893,71	16/ 06/ 2016	R\$ 2.048.181,77
154046	4921 00069.500-0	21	2	R\$ 206.707,92	16/ 06/ 2016	R\$ 228.370,92
154046	4921 00070.500-6	21	3	R\$ 2.967.772,52	16/ 06/ 2016	R\$ 3.278.795,08
154046	4921 00071.500-1	21	3	R\$ 2.445.013,68	16/ 06/ 2016	R\$ 2.701.251,12
154046	4921 00072.500-7	21	3	R\$ 151.515.838,73	16/ 06/ 2016	R\$ 167.394.698,58
154046	4921 00073.500-2	21	3	R\$ 385.609.471,80	16/ 06/ 2016	R\$ 426.021.344,50
154046	4921 00074.500-8	21	2	R\$ 450.946,32	16/ 06/ 2016	R\$ 498.205,50

154046	4921 00075.500-3	21	3	R\$ 38.167,17	16/ 06/ 2016	R\$ 42.167,09
154046	4921 00076.500-9	21	3	R\$ 1.014.322,94	16/ 06/ 2016	R\$ 1.120.623,98
154046	4921 00077.500-4	21	3	R\$ 1.816.822,54	16/ 06/ 2016	R\$ 2.007.225,54
154046	4921 00078.500-0	21	3	R\$ 1.174.180,74	16/ 06/ 2016	R\$ 1.297.234,88
154046	4921 00079.500-5	21	2	R\$ 830.080,66	16/ 06/ 2016	R\$ 917.073,11
154046	4921 00080.500-0	21	2	R\$ 599.463,85	16/ 06/ 2016	R\$ 662.287,66
154046	4921 00081.500-6	21	3	R\$ 715.013,63	16/ 06/ 2016	R\$ 789.947,06
154046	4921 00082.500-1	21	3	R\$ 229.837,72	16/ 06/ 2016	R\$ 253.924,71

154046	4921 00083.500-7	21	3	R\$ 434.293,29	16/ 06/ 2016	R\$ 479.807,23
154046	4921 00084.500-2	21	3	R\$ 448.782,48	16/ 06/ 2016	R\$ 495.814,89
154046	4921 00085.500-8	21	3	R\$ 581.591,88	16/ 06/ 2016	R\$ 642.542,71
154046	4921 00086.500-3	21	3	R\$ 657.957,03	16/ 06/ 2016	R\$ 726.910,93
154046	4921 00087.500-9	21	3	R\$ 834.527,74	16/ 06/ 2016	R\$ 921,986,24
154046	4921 00088.500-4	21	3	R\$ 54.240,65	16/ 06/ 2016	R\$ 59.925,08
154046	4921 00089.500-0	21	3	R\$ 204.474,80	16/ 06/ 2016	R\$ 225.903,76
154046	4921 00090.500-5	21	3	R\$ 391.904,30	16/ 06/ 2016	R\$ 433.047,46

154046	4921 00091.500-0	21	2	R\$ 419.113,44	16/ 06/ 2016	R\$ 432.068,58
154046	4921 00092.500-6	21	3	R\$ 978.738,54	16/ 06/ 2016	R\$ 1.081.310,34
154046	4921 00093.500-1	21	3	R\$ 307.468,78	16/ 06/ 2016	R\$ 339.691,51
154046	4921 00094.500-7	21	3	R\$ 457.574,80	16/ 06/ 2016	R\$ 505.528,64
154046	4921 00095.500-2	21	3	R\$ 285.349,15	16/ 06/ 2016	R\$ 315.253,74
154046	4921 00096.500-8	21	3	R\$ 581.5991,88	17/ 06/ 2016	R\$ 642.542,71
154046	4921 00097.500-3	21	3	R\$ 581.591,88	17/ 06/ 2016	R\$ 642.542,71
154046	4921 00098.500-9	21	3	R\$ 429.028,72	24/ 06/ 2016	R\$ 473.990,93

154046	4921 00099.500-4	21	3	R\$ 306.765,45	17/ 06/ 2016	R\$ 338.914,47
154046	4921 00100.500-8	21	3	R\$ 2.327.615,87	17/ 06/ 2016	R\$ 2.571.550,01
154046	4921 00101.500-3	21	3	R\$ 516.610,65	17/ 06/ 2016	R\$ 570.751,44
154046	4921 00102.500-9	21	3	R\$ 393.585,89	17/ 06/ 2016	R\$ 434.833,69
154046	4921 00103.500-4	21	3	R\$ 391.904,30	17/ 06/ 2016	R\$ 432.975,87
154046	4921 00104.500-0	21	3	R\$ 16.073.355,65	17/ 06/ 2016	R\$ 17.757.843,31
154046	4921 00106.500-0	21	3	R\$ 7.328.704,25	17/ 06/ 2016	R\$ 8.096.752,46
154046	4921 00107.500-6	21	3	R\$ 431.988,48	17/ 06/ 2016	R\$ 477.260,87

154046	4921 00108.500-1	21	3	R\$ 1.832.004,95	17/ 06/ 2016	R\$ 642.542,71
154046	4921 00109.500-7	21	3	R\$ 340.338,60	17/ 06/ 2016	R\$ 376.006,08
154046	4921 00110.500-2	21	3	R\$ 418.372,87	17/ 06/ 2016	R\$ 462.218,35
154046	4921 00112.500-3	21	3	R\$ 738.387,18	17/ 06/ 2016	R\$ 815.770,16
154046	4921 00113.500-9	21	3	R\$ 530.608,98	17/ 06/ 2016	R\$ 586.216,80
154046	4921 00114.500-4	21	3	R\$ 993.776,03	17/ 06/ 2016	R\$ 1.097.923,76
154046	4921 00115.500-0	21	3	R\$ 581.591,88	17/ 06/ 2016	R\$ 642.542,71
154046	4921 00116.500-5	21	3	R\$ 222.629,44	17/ 06/ 2016	R\$ 245.961,01

154046	4921 00117.500-0	21	3	R\$ 12.256.197,61	17/ 06/ 2016	R\$ 13.540.647,12
154046	4921 00118.500-6	21	3	R\$ 948.268,82	17/ 06/ 2016	R\$ 1.047.647,40
154046	4921 00119.500-1	21	3	R\$ 288.834,00	17/ 06/ 2016	R\$ 319.103,80
154046	4921 00120.500-7	21	8	R\$ 405.054,67	17/ 06/ 2016	R\$ 447.504,40
154046	4921 00125.500-4	21	3	R\$ 450.722,77	17/ 06/ 2016	R\$ 497.958,52
154046	4921 00126.500-0	21	3	R\$ 56.820.916,07	17/ 06/ 2016	R\$ 62.775.748,07
154046	4921.00127.500-5	21	3	R\$ 267.446,37	17/ 06/ 2016	R\$ 295.496,84
154046	4921 00142.500-7	21	3	R\$ 620.543,16	17/ 06/ 2016	R\$ 685.576,08

154046	4921 00144.500-8	21	3	R\$ 277.975,72	17/ 06/ 2016	R\$ 307.107,57
154046	4921 00146.500-9	21	3	R\$ 1.739.058,09	17/ 06/ 2016	R\$ 1.921.311,38
154046	4921 00148.500-0	21	3	R\$ 752.460,43	17/ 06/ 2016	R\$ 831.318,28
154046	4921 00180.500-4	21	3	R\$ 8.233.522,00	17/ 06/ 2016	R\$ 9.101.919,11
154046	4921 00193.500-5	21	3	R\$ 581.591,88	17/ 06/ 2016	R\$ 642.542,71
	Total			R\$ 859.647.343,42		R\$ 947.658.813,22

Fonte: <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/Default.asp/> Comissão de reavaliação de bens imóveis. Informações extra ídas e m 03/01/2017.

5.25 Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União

Quadro 48 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	4723.00010.500-2
	Endereço	Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas (ICEA), Campus Universitário da UFOP na cidade de João Monlevade, Rua Trinta e Seis, nº115, Bairro Loanda, João Monlevade-MG CEP:35931-022
	CNPJ	07.918.970/0001-10
Identificação do Cessionário	Nome ou Razão Social	Senny`s Restaurantes Ltda
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina / Lanchonete
	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Fins comerciais de Cantina / Lanchonete
Caracterização da Cessão	Prazo da Cessão	12 (doze) meses, início em 08/09/2016 e término em 07/09/2017
	Caracterização do espaço cedido	Espaço destinado para fins comerciais de cantina e lanchonete
	Valores e Benefícios Recebidos pela UFOP	Valor mensal de R\$ 1.096,76 (um mil, noventa e seis reais e setenta e seis centavos)
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	4799.00021.500-2

	Endereço	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), Campus Universitário da UFOP na cidade de Mariana, Rua do Catete, nº166, Centro, Mariana-MG, CEP: 35420-000
	CNPJ	07.918.970/0001-10
Identificação do Cessionário	Nome ou Razão Social	Senny`s Restaurantes Ltda
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina / Lanchonete
	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Fins comerciais de Cantina / Lanchonete
Caracterização da Cessão	Prazo da Cessão	12 (doze) meses, início em 09/09/2016 e término em 08/09/2017
	Caracterização do espaço cedido	Espaço destinado para fins comerciais de cantina e lanchonete
	Valores e Benefícios Recebidos pela UFOP	Valor mensal de R\$ 1.764,40 (um mil, setecentos e sessenta reais)
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	4799.00023.500-3
	Endereço	Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), Campus Universitário da UFOP na cidade de Mariana, Rua do Seminário, s/nº, Centro, Mariana-MG, CEP: 35420-000
	CNPJ	07.918.970/0001-10
Identificação do Cessionário	Nome ou Razão Social	Senny`s Restaurantes Ltda
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina / Lanchonete

	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Fins comerciais de Cantina / Lanchonete
Caracterização da Cessão	Prazo da Cessão	12 (doze) meses, início em 09/09/2016 e término em 08/09/2017
	Caracterização do espaço cedido	Espaço destinado para fins comerciais de cantina e lanchonete
	Valores e Benefícios Recebidos pela UFOP	Valor mensal de R\$ 1.764,40 (um mil, setecentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos)
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	4921.00159.500-0
	Endereço	Banco Santander, Campus Universitário da UFOP na cidade de Ouro Preto, Rua 5, Morro do Cruzeiro, Ouro Preto-MG, CEP: 35400-000
	CNPJ	90.400.888/0001-42
Identificação do Cessionário	Nome ou Razão Social	Banco Santander S.A.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Posto Bancário
	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Agência Bancaria - Banco Santander
Caracterização da Cessão	Prazo da Cessão	60 (sessenta) meses, início em 26/01/2009 e término em 25/01/2014, próximo contrato está em processo de licitação

	Caracterização do espaço cedido	Posto Bancário Universitário
	Valores e Benefícios Recebidos pela UFOP	Valor total de R\$500.000,00 (Quinhentos mil reais)
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	4921.00161.500-0
	Endereço	Caixa Econômica Federal, Campus Universitário da UFOP na cidade de Ouro Preto, Rua 5, nº 01, Morro do Cruzeiro, Ouro Preto-M G, CEP: 35400-000
	CNPJ	00.360.305/0001-04
Identificação do Cessionário	Nome ou Razão Social	Caixa Econômica Federal
	Atividade ou Ramo de Atuação	Posto Bancário
	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa de licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Agência Bancaria - Caixa Econômica Federal
Caracterização da Cessão	Prazo da Cessão	60 (sessenta) meses, início em 31/03/2010 e término em 30/03/2015, próximo contrato está em processo de negociação
	Caracterização do espaço cedido	Posto Bancário Universitário
	Valores e Benefícios Recebidos pela UFOP	Valor total de R\$500.000,00 (Quinhentos mil reais)
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	4921.00163.500-1

	Endereço	Banco do Brasil, Campus Universitário da UFOP na cidade de Ouro Preto, Rua 5, nº 02, Morro do Cruzeiro, Ouro Preto-MG, CEP: 35400-000
	CNPJ	00.000.000/0001-91
Identificação do Cessionário	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil
	Atividade ou Ramo de Atuação	Posto Bancário
	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa de licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Agência Bancaria - Banco do Brasil
Caracterização da Cessão	Prazo da Cessão	60 (sessenta) meses, início em 21/06/2010 e término em 20/06/2015, próximo contrato está em processo de negociação
	Caracterização do espaço cedido	Posto Bancário Universitário
	Valores e Benefícios Recebidos pela UFOP	Valor total de R\$500.000,00 (Quinhentos mil reais)
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	4921.00165.500-2
	Endereço	Praça de Alimentação, Campus Universitário da UFOP na cidade de Ouro Preto, S/N, Morro do Cruzeiro, Ouro Preto-MG, CEP: 35400-000
	CNPJ	66.335.928/0001-35
Identificação do Cessionário	Nome ou Razão Social	R.P. Empreendimentos Ltda

	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina / Lanchonete
	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Fins comerciais de Cantina / Lanchonete
Caracterização da Cessão	Prazo da Cessão	12 (doze) meses, início em 15/08/2016 e término em 14/08/2017
	Caracterização do espaço cedido	Espaço destinado para fins comerciais de cantina e lanchonete
	Valores e Benefícios Recebidos pela UFOP	Valor mensal de R\$ 2.900,00 (Dois mil e novecentos reais)
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	4921.00167.500-3
	Endereço	Cantina do Degeo, Campus Universitário da UFOP na cidade de Ouro Preto, S/N, Morro do Cruzeiro, Ouro Preto-M G, CEP: 35400-000
	CNPJ	07.918.970/0001-10
Identificação do Cessionário	Nome ou Razão Social	Senny`s Restaurantes Ltda
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina / Lanchonete
	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Fins comerciais de Cantina / Lanchonete
Caracterização da Cessão	Prazo da Cessão	12 (doze) meses, início em 08/ 09/ 2016 e término em 07/ 09/ 2017
	Caracterização do espaço cedido	Espaço destinado para fins comerciais de cantina e lanchonete

	Valores e Benefícios Recebidos pela UFOP	Valor mensal de R\$ 1.853,44 (um mil, oitocentos e cinquenta e três reais e quarenta e quatro centavos)
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	4921.00169.500-4
	Endereço	Cantina Escola de Minas, Campus Universitário da UFOP na cidade de Ouro Preto, S/N, Morro do Cruzeiro, Ouro Preto-MG, CEP: 35400-000
	CNPJ	66.335.928/0001-35
Identificação do Cessionário	Nome ou Razão Social	R.P. Empreendimentos Ltda
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina / Lanchonete
	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Fins comerciais de Cantina / Lanchonete
Caracterização da Cessão	Prazo da Cessão	12 (doze) meses, início em 08/09/2016 e término em 07/09/2017
	Caracterização do espaço cedido	Espaço destinado para fins comerciais de cantina e lanchonete
	Valores e Benefícios Recebidos pela UFOP	Valor mensal de R\$ 4.706,38 (quatro mil, setecentos e seis reais e trinta e oito centavos)
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	4921.00171.500-4
	Endereço	Cantina do ICEB, Instituto de Ciências Biológicas e Aplicadas, Campus Universitário da UFOP na cidade de Ouro Preto, S/ N, Morro do Cruzeiro, Ouro Preto-M G, CEP: 35400-000

	CNPJ	66.335.928/0001-35
Identificação do Cessionário	Nome ou Razão Social	R.P. Empreendimentos Ltda
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina / Lanchonete
	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Fins comerciais de Cantina / Lanchonete
Caracterização da Cessão	Prazo da Cessão	12 (doze) meses, início em 08/09/2016 e término em 07/09/2017
	Caracterização do espaço cedido	Espaço destinado para fins comerciais de cantina e lanchonete
	Valores e Benefícios Recebidos pela UFOP	Valor mensal de R\$ 7.687,97 (Sete mil, seiscentos e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos)
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	4921.00173.500-6
	Endereço	Cantina do CEAD, Centro de Ensino a Distância, Campus Universitário da UFOP na cidade de Ouro Preto, S/N, Morro do Cruzeiro, Ouro Preto-MG, CEP: 35400-000
	CNPJ	07.918.970/0001-10
Identificação do Cessionário	Nome ou Razão Social	Senny`s Restaurantes Ltda
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fins comerciais de Cantina / Lanchonete
	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Fins comerciais de Cantina / Lanchonete

Caracterização da Cessão	Prazo da Cessão	12 (doze) meses, início em 08/09/2016 e término em 07/09/2017
	Caracterização do espaço cedido	Espaço destinado para fins comerciais de cantina e lanchonete
	Valores e Benefícios Recebidos pela UFOP	Valor mensal de R\$ 2.163,54 (dois mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta e quatro centavos)
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	4921.00175.500-7
	Endereço	Antena de Telefonia Celular da Claro, Campus Universitário da UFOP na cidade de Ouro Preto, S/N, Morro do Cruzeiro, Ouro Preto-MG, CEP: 35400-000
	CNPJ	40.432.554/0001-47
Identificação do Cessionário	Nome ou Razão Social	Claro S/A
	Atividade ou Ramo de Atuação	Telefonia Móvel Celular
	Forma de Seleção do Cessionário	Dispensa de licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Implantação da ERB Claro MG0PRO3 - Antena de telefonia celular
Caracterização da Cessão	Prazo da Cessão	60 (sessenta) meses, início em 30/09/2011 e término em 29/09/2016
	Caracterização do espaço cedido	Antena de Telefonia Celular
	Valores e Benefícios Recebidos pela UFOP	Valor mensal de R\$ 1.772,69 (Hum mil setecentos e setenta e dois reais e sessenta e nove centavos)
Caracterização do imóvel Objeto de	RIP	4921.00177.500-8

Cessão	Endereço	Centro de Vivencia ,Loja 03 s/n° Vila Itacolomy - Ouro Preto / MG
	CNPJ	02.937.317/0001-84
Identificação do Cessionário	Nome ou Razão Social	Márcia Laia de Faria & Cia Ltda
	Atividade ou Ramo de Atuação	Comercio Va rejista de Artigos de Papelaria
	Forma de Seleção do Cessionário	Pregão Eletrônico
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Fins comerciais de Papelaria
Caracterização da Cessão	Prazo da Cessão	12 (doze) meses, início em 10/01/2016 e término em 09/01/2017
	Caracterização do espaço cedido	Papelaria
	Valores e Benefícios Recebidos pela UFOP	Valor mensal de R\$ 2.489,29 (Dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e vinte e nove centavos)

Fonte: <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/Default.asp/> Comissão de reavaliação de bens imóveis. Informações extra ídas em 03/01/2017.

5.2.6 Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

Análise Crítica:

Todas as informações relativas à gestão de todos os bens imóveis de uso especial de responsabilidade da UFOP foram registradas no sistema SPUnet e atualizadas. Todos os imóveis da UFOP estão ocupados por repúblicas federais ou setores administrativos e acadêmicos. A casa que abriga o escritório da UFOP em Belo Horizonte já foi definitivamente doada à Universidade em outubro de 2016. Estão sendo providenciados a escritura pública e o registro do imóvel.

No ano 1980 o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ouro Preto sofreu um incêndio criminoso que destruiu todos os registros originais, restando à Universidade apenas algumas cópias e documentos históricos que mantinha em arquivo próprio. Ou seja, muitos imóveis jamais tiveram registros e os registros cartorários existentes foram sendo constituídos de forma precária ao longo dos anos, tendo como complicador o incêndio criminoso de 1980. Para os imóveis que a UFOP possui documentos, será necessário providenciar junto aos cartórios de imóveis a retificação dos registros, atualizando-os e renovando-os, em especial no caso de Ouro Preto, em que ocorreu o incêndio.

O trabalho de regularização dos registros imobiliários da Universidade Federal de Ouro Preto é longo e complexo, requer grande esforço e a consecução de diversos atos administrativos, técnicos e políticos.

Por meio da Portaria Reitoria nº. 167, de 31 de março de 2016, foi designada Comissão para diagnosticar a atual situação dos registros imobiliários da UFOP, visando ao estabelecimento dos procedimentos necessários à sua total regularização. Esse diagnóstico foi finalizado em novembro de 2016 e encaminhado ao Reitor.

5.2.7 Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 49- Distribuição Especial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela UJ	
		Exercício 2016	Exercício 2015
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	Ouro Preto	04	05
	Mariana	00	00
	João Monlevade	00	00
	Ipatinga	00	00
Subtotal Brasil		04	05
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ

	cidade “n”	00	00
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		04	05

Fonte: <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/Default.asp/> Comissão de reavaliação de bens imóveis. Informações extraídas em 03/01/2017.

5.2.8 Descrição dos Imóveis Locados de Terceiro

Quadro 50 – Imóveis locados de terceiros

Imóvel Rip: 4921.00151.500-6	Biblioteca do IFAC
Endereço do Imóvel	Rua Coronel Alves, nº 33, Centro, Ouro Preto-MG
Locador	Afonso de Lima Rolim CPF: 540.927.799-68
Finalidade da locação	Instalação da Biblioteca e do Programa de Pós-Graduação do Curso de Mestrado em Estética e Filosofia da Arte do Instituto de Filosofia artes e Cultura da UFOP.
Área Total do Imóvel	320m ²
Vigência da locação	12 (doze) meses, iniciando-se em 01/09/2016 com término em 31/10/2016
Valor Mensal do Aluguel (R\$)	R\$ 5.226,57 (cinco mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e sete centavos)
Imóvel Rip: 4921.00157.500-9	REMOP (Restaurante Universitário)
Endereço do Imóvel	Praça Tiradentes, nº09, Centro, Ouro Preto-MG

Locador	Centro Acadêmico da Escola de Minas CNPJ: 16.857.856/0001-18
Finalidade da locação	Funcionamento do Restaurante da Escola de Minas de Ouro Preto-REMOP.
Área Total do Imóvel	500m ²
Vigência da locação	60 (sessenta) meses, iniciando-se 09/04 /2010 com término em 08/04/2015
Valor Mensal do Aluguel (R\$)	R\$ 5.727,25
Imóvel Rip: 4921.00153.500-7	Galpão Patrimônio (Depósito de bens)
Endereço do Imóvel	Rodovia Rodrigo Melo Franco de Andrade, nº80, Bairro Nossa Senhora do Carmo, Ouro Preto-MG.
Locadora	Ana Clara Silva Gomes CPF: 540.927.799-68
Finalidade da locação	Depósito de Bens Móveis (desfazimento)
Área Total do Imóvel	320m ²
Vigência da locação	12 (meses), iniciando-se 01/12/2016 com término em 30/11/2017
Valor Mensal do Aluguel (R\$)	R\$ 3.743,22 (três mil, setecentos e quarenta e três reais e vinte e dois centavos)
Imóvel Rip: 4921.00155.500-8	NAJOP (Núcleo de Apoio Jurídico Ouro Preto)
Endereço do Imóvel	Rua Diogo de Vasconcelos, nº 29, Bairro Pilar, Ouro Preto-MG

Locador	Fábio Baeta Neves CPF: 024.587.566-20
Finalidade da locação	Instalação do Núcleo de Práticas Jurídica de Ouro Preto, setor do Departamento de Direito da UFOP.
Área Total do Imóvel	170m ²
Vigência da locação	12 (doze) meses, iniciando-se em 15/07 /2016 com término em 14/07/2017
Valor Mensal do Aluguel (R\$):	R\$ 4.210,46 (quatro mil, duzentos e dez reais e quarenta e seis centavos)

Fonte: <https://spiunet.spu.planejamento.gov.br/Default.asp/Comissão de reavaliação de bens imóveis>. Informações extraídas em 03/01/2017.

Análise Crítica:

Os imóveis alugados pela UFOP estão em conformidade com a necessidade da entidade hoje, pelo motivo da falta de espaço para os setores. Mas já existem obras em andamento na Universidade para a construção de espaços próprios e devidos, como por exemplo, o prédio onde foi alocada a Pró-Reitoria de Extensão em janeiro de 2016, o que reduziu de 5 para 4 os imóveis alugados pela instituição como mostra o Quadro A.8.3. Com relação às despesas com reforma e manutenção as mesmas não são repassadas pela Prefeitura do Campus e nem pela Diretoria de Orçamento e Finanças ao gestor de imóveis para sua contabilização no setor de patrimônio da Universidade.

5.3 Gestão da Tecnologia da informação

O Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) é um órgão diretamente vinculado à Reitoria. Tem como finalidade principal desenvolver e gerenciar os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), garantindo a disponibilidade dos serviços para a comunidade universitária em apoio às atividades acadêmicas e administrativas.

O NTI contribui fortemente para a racionalização dos processos de tomada de decisão, potencializando a comunicação entre os agentes e disponibilizando informações e soluções estratégicas, táticas e operacionais à administração. O NTI é um setor essencial para a otimização dos serviços da universidade, ao automatizar e agilizar processos, economizar recursos e garantir a segurança dos dados.

O setor é dividido em duas áreas: Infraestrutura Computacional e Solução de Informação. A primeira opera nos projetos e na manutenção da infraestrutura de rede estruturada de dados e telefonia. Também atua com a manutenção de equipamentos eletrônicos, computadores e impressoras e a administração de serviços como e-mail, armazenamento de arquivos e hospedagem de servidores. A segunda busca soluções para automatização dos processos administrativos e acadêmicos da instituição. Age na elaboração e implementação de sistemas, aplicações e sites da universidade.

A unidade possui como **Missão** "prover serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação para auxiliar a universidade a cumprir suas metas de desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão". Sua **Visão** é "ser reconhecido como excelência na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação por nossos usuários". Tem como principais **Valores**: a ética, ao optar pelo correto, justo e moral em todas as tomadas de decisões e isonomia no tratamento; a transparência, ao permitir que os usuários possam acompanhar de forma transparente todas as ações do setor em favor de si mesmos ou da universidade; a eficiência e qualidade, com compromisso nas soluções propostas, realizando-as com inteligência e rapidez, de forma a garantir a satisfação dos nossos usuários; e a valorização da equipe do setor.

Dentre a gestão da tecnologia da informação destaca-se os contratos relacionados a TI como descrito no Quadro 51.

Quadro 51– Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2016

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2016
			CNPJ	Denominação		
Contrato 008/2016	Prestação de serviços de suporte e manutenção do software PERGAMUM - Sistema Integrado de Bibliotecas.	01/ 02/ 2016 a 31/01/2017	76.659.820/0001-51	Associação Paranaense de Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Paraná	R\$ 7.900,00	Pagamento realizado em parcela única em 2016. R\$ 7.900,00
Contrato 012/2015 Aditivo Contratual nº 004/2016 Aditivo Contratual nº 028/2016 (supressão de 06 impressoras)	Prestação de serviço de locação de impressoras, com fornecimento de equipamentos, sistema de gerenciamento de impressões efetivamente realizadas, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos com substituição de peças, componentes e materiais utilizados na manutenção e fornecimento de de insumos originais, exceto papel.	25/ 02/ 2015 a 24/02/2016 (Contrato nº 012/2015) 25/ 02/ 2016 a 24/02/2017 (Aditivo nº 004/2016)	64.799.539/0001-35	Tecnoset Informática Produtos e Serviços Ltda.	R\$ 530.933,76 (Contrato 012/ 2015) R\$ 589.130,42 (Valor reajustado pelo IGP-M - Aditivo 004/ 2016) R\$ 9.541,23 (Valor suprimido entre 09/05/2016 a 24/02/2017 - Aditivo 028/2016)	Observação : Despesas dos meses de novembro e dezembro de 2016 foram pagas em 2017 R\$ 316.478,43
Contrato 020/2016	Prestação de serviços de treinamento através de videoaulas para o software PERGAMUM - Sistema Integrado de Bibliotecas.	18/ 03/ 2016 a 17/03/2017	76.659.820/0001-51	Associação Paranaense de Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Paraná	R\$ 5.520,00	Pagamento realizado em parcela única em 2016. R\$ 5.520,00
Contrato ADESÃO Licença perpétua	Concessão não exclusiva e intransferível de licenças de uso de <i>software</i> , suporte técnico remoto, não exclusivo - ANSYS Academic Teaching introductory (tasks)	29/ 05/ 2012 a 30/04/2017	00.796.437/0001-83	ESSS - Engineering Simulation Scientific Software	R\$ 5.835,07	Não houve pagamento em 2016. O valor total foi pago em 2012. R\$ 0,00
Contrato 075/2012	Acesso, pelo período de 12 (doze) meses, ao banco de	30/ 05/ 2012 a 29/ 05/ 2013		N P Eventos e Serviços Ltda.	R\$ 7.990,00	O valor referente ao aditivo nº 020/2016 foi

<p>Aditivo 051/2013</p> <p>Aditivo 030/2014</p> <p>Aditivo 048/2015</p> <p>Aditivo 020/2016</p>	<p>dados de preços e de editais de licitação disponibilizados pela Contratada - <i>Obs: acesso direto no site da empresa - por senha</i></p>	<p>(Contrato nº 075/2012)</p> <p>31/ 05/ 2013 a 30/ 05/ 2014 (Aditivo nº 051/2013)</p> <p>31/ 05/ 2014 a 30/ 05/ 2015 (Aditivo nº 030/2014)</p> <p>31/ 05/ 2015 A 30/ 05/ 2016 (Aditivo nº 048/2015)</p> <p>31/ 05/ 2016 a 30/05/2017 (Aditivo nº 020/2016)</p>	07.797.967/0001-95			<p>pago em parcela única em 2016.</p> <p>R\$ 7.990,00</p>
<p>Contrato nº 075/2016</p>	<p>Assinatura da ferramenta de pesquisa jurídica Revista dos Tribunais on-line.</p>	<p>14/ 09/ 2016 a 13/09/2017</p>	60.501.293/0001-12	<p>Editora Revista dos Tribunais Ltda.</p>	R\$ 20.125,00	<p>Empenho 2016NE801008 no valor de R\$ 20.125,00 em aberto R\$ 0,00</p>
<p>Contrato nº 090/2014</p> <p>Aditivo nº 079/2015 (prorrogação e reajuste)</p> <p>Aditivo nº</p>	<p>Prestação de serviços de manutenção e assistência técnica da impressora de produção e acabamento digital Xerox DC 700 + free flow com peças, cilindro, revelador e tonner.</p>	<p>16/ 10/ 2014 a 15/10/2015 (Contrato nº 090/2014)</p> <p>16/ 10/ 2015 a 15/10/2016 (Aditivo nº</p>	05.388.674/0001-29	<p>Stoque Soluções Tecnológicas Ltda.</p>	<p>R\$ 315.000,00 (contrato nº 090/2014)</p> <p>R\$ 341.160,72 (Aditivo nº 079/2015 - reajustou o valor)</p> <p>R\$ 71.075,10 (Aditivo nº 103/ 2015 - supressão)</p>	<p>Observação : Des pesas dos meses de novembro e dezembro de 2016 foram pagas em 2017 R\$ 273.244,92</p>

103/2015 (supressão) Aditivo nº 073/2016 (prorrogação e reajuste)		079/2015) 16/ 10/ 2016 a 15/10/2017 (Aditivo nº 073/2016)			R\$ 282.626,52 (Aditivo nº 073/2016)	
Contrato nº 062/2015 Aditivo nº 088/2016 (prorrogação)	Cessão de uso, a título oneroso, sem exclusividade, dos direitos para uso referente ao <i>software</i> intitulado "SOMOS".	07/ 12/ 2015 a 06/ 12/ 2016 (Contrato nº 062/2015) 07/ 12/ 2016 a 06/12/2017 (Aditivo nº 088/2016)	18.720.938/0001-41	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - FUNDEP	R\$ 29.500,00 (Contrato nº062/2015) R\$ 25.200,00 (Aditivo nº 088/ 2016)	Empenho 2015NE801391 no valor de R\$ 29.500,00 em aberto R\$ 0,00
Contrato 017/2015	Contratação de serviços aquisição de <i>upgrade</i> do ambiente de virtualização de servidores existente	13/ 03/ 2015 a 12/03/2018	05.333.907/0001-96	<i>It One</i> Tecnologia da Informação Ltda.	R\$ 404.300,00	Em 2015 foi pago o valor de R\$ 229.000,00 R\$ 175.300,00
Contrato nº 054/2013 Aditivo nº 007/2014 (prazo e reajuste) Aditivo nº 015/2015 (prazo e reajuste - 06 meses) Aditivo nº 072/2015	Prestação de serviços por empresa especializada em manutenção, atualização e assistência técnica de 50 (cinquenta) licenças do <i>software</i> VIRTUA de automação de bibliotecas, incluindo manutenção Oracle e manutenção do <i>software</i> Driver SIP VIRTUA/3M.	27/ 03/ 2013 a 02/02/2014 (Contrato nº 054/2013) 03/ 02/ 2014 a 02/ 02/ 2015 (Aditivo nº 007/2014) 03/ 02/ 2015 a 02/ 08/ 2015 (Aditivo nº 015/2015)	02.879.045/0001-03	VTLS Americas Ltda.	R\$ 49.435,99 (Contrato nº 054/2013) R\$ 52.167,39 (Aditivo nº 007/ 2014) R\$ 27.042,25 (Aditivo nº 015/2015 - 6 meses) R\$ 28.925,45 (Aditivo nº 072/2015 - 6 meses)	Não houve pagamento em 2016. Os valores foram pagos até 2015. R\$ 0,00

(prazo e reajuste)		03/ 08/ 2015 a 02/02/2016 (Aditivo nº 072/2015)				
Contrato nº 040/2015	Assinatura anual da ferramenta de pesquisa jurídica Revista dos Trinuais <i>on-line</i> com acesso ilimitado e simultâneo para 550 usuários, disponível durante 24 horas, 7 dias por semana, durante 12 meses.	29/ 05/ 2015 a 28/05/2016	60.501.293/0001-12	Editora Revista dos Tribunais Ltda.	R\$ 22.968,75	O serviço foi executado, mas não houve faturamento da empresa (Empenhos em aberto : 2015NE801885 no valor de R\$ 10.399,28 e 2015NE801983 no valor de R\$ 12.569,47 R\$ 0,00
Contrato nº 110/2013	Prestação de Serviços para acesso ao conteúdo das seções para assinantes - busca, destaques, perfil do usuário e fórum - da base de dados disponíveis no Sistema Financiar, para o quadro de docentes e pesquisadores da UFOP.	03/ 12/ 2013 a 25/06/2016	20.320.503/0001-51	Fundação Arthur Bernardes	R\$ 23.226,00	Não houve pagamento em 2016. Valor pago em parcela única em 2014. R\$ 0,00
Contrato 066/2015	Prestação de serviços para fornecimento de licença de uso do software PERGAMUM - Sistema Integrado de Bibliotecas - e migração de dados dos acervos em funcionamento.	23/11/2015 a 22/11/2016	76.659.820/0001-51	Associação Paranaense de Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Paraná	R\$ 7.900,00	Pagamento realizado em parcela única em 2016. R\$ 7.900,00

Fonte: NTI/UFOP

5.3.1 Principais Ações e Sistemas implantados no ano de 2016

- Implantação do VoIP

O VoIP permite que a comunicação de telefonia seja realizada utilizando a rede de dados da UFOP. Desta forma, além de ser menos suscetível a ruídos e danos nos equipamentos, para se implantar um novo ramal em uma sala não é necessária a instalação de um cabeamento de telefonia convencional, bastando usar qualquer ponto de rede disponível ou compartilhar um ponto de rede de um computador. Também é necessário um aparelho telefônico IP, mas abre possibilidade para usar um Softphone, que é um aplicativo onde o usuário pode realizar e receber chamadas telefônicas pelo computador. Já está em utilização no CEDUFOP e em algumas salas do ICEB.

- Sistema de Gestão

A UFOP possui vários sistemas e todos utilizam uma mesma base de dados. Esses sistemas são de nível operacional e traduzem as rotinas manuais diárias dos usuários, trabalhando com um grande volume de dados. O Sistema de Gestão da UFOP é um software de nível tático que agrupa esses dados para dar uma visão resumida e integrada dos dados da universidade aos gestores com o intuito de subsidiar as tomadas de decisão. O sistema entrou em funcionamento em Setembro de 2016 e também fornecerá as informações para o Sistema de Transparência da UFOP a ser desenvolvido.

- Sistema Integrado de Moradia Estudantil

Permite o gerenciamento de imóveis, moradores e vagas das moradias estudantis da UFOP (alojamento, apartamentos, repúblicas federais e conjunto I/II). Auxilia no processo de gestão de vagas, uma vez que integrado aos sistemas acadêmicos da graduação e pós-graduação, assistencial estudantil (Cpae), o sistema gera avisos no formato de email e ocorrência, à PRACE e aos estudantes de situações de irregularidade, tais como Evasão, Trancamento, Diplomação, Análise Socio-econômica vencida, dentre outras. Permite também a geração de comprovante de moradia, cadastro de ocorrências e envolvendo os moradores, acompanhamento dos valores de caixinha das repúblicas federais. O principal benefício do sistema, está no acompanhamento em tempo real das vagas e vida acadêmica dos residentes.

- Disponibilização do moodle para o ensino presencial

Implantação de ferramenta utilizada no ensino a distância para alunos e professores do ensino presencial. Antes a ferramenta já podia ser oferecida a estes grupos. Porém era uma tarefa manual realizada pelo CEAD que consistia no cadastro dos professores e das turmas. Isso impedia que o moodle fosse disponibilizado em grande escala. Agora com a automatização do processo, a cada semestre, todas as turmas presenciais são carregadas.

- Implantação do Pergamum

Novo sistema de biblioteca que substituiu o VTLS Virtua. Este sistema é integrado com o Sistema Acadêmico e de Recursos Humanos da UFOP, o que permite a inclusão imediata automática quando novos alunos ou servidores chegam. Analogamente, quando um aluno evade ou um servidor é exonerado, ele perde o acesso imediatamente. Antes disso, o VTLS permitia que eles pegassem livros até a data da validade da carteirinha, que é uma falha de segurança. O novo sistema também é reponsivo e pode ser usado em smartphones.

- Disponibilização de nome social nos sistemas da UFOP

Inclusão do nome social nos sistemas da UFOP para aqueles que o adotam em contraste com o nome oficialmente registrado que não reflete sua identidade de gênero.

- Reformulação do Portal MinhaUFOP

O novo portal é reponsivo e pode ser usado em smartphones. Ele também disponibiliza um mensageiro para melhoria da comunicação institucional.

- GRU Cobrança

O sistema permite que as cantinas emitam a GRU diretamente pelo sistema da UFOP, obtendo os valores exatos devidos calculados pelo próprio sistema. Quando o banco retorna as informações de pagamento, o sistema faz o cruzamento para a validação. Isso evita erros e fraudes. Ele será expandido para todas as GRUs emitidas por prestadores de serviço da UFOP.

- Sistema de Auxílio a Eventos

Sistema de apoio a solicitação de auxílio a participação de eventos da PROGRAD. Através do portal MinhaUFOP o aluno inclui a solicitação de auxílio individual ou coletivo preenchendo o formulário online e anexando a documentação necessária. Em seguida a Pró-Reitoria tem a visão de todos os pedidos, fazendo a análise e aprovação/reprovação dos mesmos. O aluno acompanha o processo de análise e pagamento via sistema, bem como, realiza a prestação de contas através do mesmo. O sistema também realiza algumas ações automaticamente, como por exemplo, valida o prazo de solicitação de pedidos e faz o pré-cálculo do valor do auxílio. Anteriormente, sem a existência deste, todo o trâmite era realizado via e-mail e planilhas, ocasionando erros como pedidos sem documentação, cálculo manual do auxílio, questionamentos quanto a pedidos fora do prazo, dentre outros.

5.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Em 2016 a Prefeitura Universitária desenvolveu suas atividades seguindo as diretrizes estabelecidas pela Administração Superior, sempre perseguindo o objetivo principal, que era o atendimento às demandas institucionais com qualidade nos prazos mais reduzidos.

No caso do atendimento pelo setor de manutenção, o sistema eletrônico de solicitações de serviços deu agilidade ao processo de controle das demandas, bem como facilita o gerenciamento de seu atendimento e o rastreamento dos gargalos de todo o processo.

O planejamento, construção e manutenção das áreas externas dos campi da UFOP também fizeram parte das atividades da Prefeitura. Manutenção da iluminação em áreas externas, funcionamento do sistema de drenagem pluvial e de esgotamento sanitário, serviços de paisagismo, com plantio e manutenção de árvores, arbustos e gramados, são atribuições da Prefeitura, que ainda responde por outros itens de infraestrutura dos campi: abastecimento de água, subestações em média tensão, cercas de divisa, etc.

A manutenção dos equipamentos utilizados, principalmente de laboratórios acadêmicos, como aparelhos de refrigeração, condicionadores de ar, estufas, caldeiras e muitos outros, é feita por pessoal da Prefeitura Universitária, que possui ainda uma marcenaria produzindo armários, estantes, mesas, balcões, enfim, mobiliário destinado, prioritariamente, a laboratórios e outras áreas acadêmicas.

O Quadro 52, denominado **Gestão Ambiental**, está organizado de forma a se obter um panorama geral sobre a adesão da unidade a práticas que convergem para a sustentabilidade ambiental, mormente no que diz respeito a licitações sustentáveis. Este questionário deverá ser preenchido por unidades integrantes da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e empresas estatais dependentes.

Quadro 52 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/ 2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/ 2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais			
<p>A partir da composição de Comissão responsável pela elaboração de um Plano de Gestão de Logística Sustentável, ficou estabelecido que uma Comissão Gestora Permanente seria criada e seria composta por servidores representantes efetivos e seus respectivos suplentes, indicados por cada Pró -reitoria e setores da instituição e presidida por eleição simples entre esses representantes, com renovação compulsória de 1/3 (um terço) a cada 24 (vinte e quatro) meses.</p> <p>A Comissão Gestora Permanente da PLS/UFOP ficaria responsável por propor um orçamento anu al, que seria aprovado pela instituição, ficando responsável pela deliberação desta receita. Ainda, a Comissão montada será de caráter consultivo permanente para as questões de necessidade institucionais relativas à logística de sustentabilidade.</p>			

Fonte: PRECAM/UFOP

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de Acesso ao Cidadão

Para informações sobre execução orçamentária, licitações, contratações, convênios, diárias e passagens, acesse o link “transparência pública” no site da UFOP - www.ufop.br

A gestão das Páginas de Transparência Pública é regulamentada pelo Decreto nº. 5.482/2005 e pela Portaria Interministerial nº. 140/2006, que determinam a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal na Internet. A Controladoria-Geral da União exerce o papel de atualizar periodicamente as Páginas de Transparência com os dados contidos nos sistemas do Governo Federal (SIAFI, SIASG, SIEST e SCDP). www.transparencia.gov.br

Boletim Administrativo é uma Publicação Oficial da Universidade Federal de Ouro Preto – Circulação Interna Eletrônica. Setor responsável: Pró-Reitoria de Administração, Campus do Morro do Cruzeiro. Contato: boletim@proad.ufop.br ou (31)3559-1240 – Boletins on-line: www.proad.ufop.br/cgp. Em cumprimento à Lei nº. 4.965/1966 (Boletim de Serviços) e nos termos da Resolução CUNI nº. 071/1989, alterada pela Resolução CUNI nº. 824/2007, devidamente regulamentada pela Portaria Reitoria nº. 226/2007, a Pró-Reitoria de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto. E, ainda, o Serviço de Informação ao Cidadão, endereço eletrônico <http://www.ufop.br/acessoainformacao/>; a Ouvidoria, endereço eletrônico http://www.proad.ufop.br/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=12&Itemid=15 e a Carta de Serviços ao Cidadão, encaminhada para aprovação no Conselho Universitário da Universidade Federal de Ouro Preto.

6.2 Carta de Serviço ao Cidadão

Carta de Serviços ao Cidadão: Acesso pelo link:

<http://www.ufop.br/acessoainformacao/images/uploads/carta%20de%20servicos%20ao%20cidadao%20ufop.pdf>

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos – usuários

O relatório de Pesquisa de Satisfação do Serviço de Informação ao Cidadão é gerado através do endereço eletrônico: <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/Relatorios/PesquisaSatisfacao/ConsultarRelatorioPesquisaSatisfacao.aspx>.

6.4 Mecanismos de Transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso a informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. <http://www.ufop.br/acessoainformacao>.

O relatório de avaliação do desempenho do Serviço de Informação ao Cidadão: Endereço eletrônico

<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/Relatorios/Anual/RelatorioAnualPedidos.aspx>, e o da Carta de Serviços ao Cidadão está em fase de elaboração.

6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Medidas Relativas à Acessibilidade e Inclusão na UFOP

A partir do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), é possível analisar as barreiras enfrentadas durante a permanência do estudante na Universidade e, ao mesmo tempo, buscar alternativas para superação dos obstáculos que comprometem a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno. A construção de estratégias de superação das barreiras, bem como a avaliação das ações de acessibilidade implantadas são realizadas pela equipe do NEI, colegiados dos cursos e, também, por outros setores envolvidos direta ou indiretamente com o estudante com deficiência; **b) Reuniões pedagógicas:** realização de reuniões pedagógicas entre NEI, docentes e colegiados de cursos a fim de orientar, planejar e criar ações de acessibilidade conforme as demandas dos estudantes com deficiência. Por meio do *feedback* que estudantes e docentes trazem para a equipe, é possível avaliar a importância desses encontros para o deslocamento e reorganização do fazer docente, propiciando a construção de novos saberes necessários para a inclusão desses estudantes; **c) Realização de Reuniões ampliadas com docentes e estudantes:** Com a entrada de novos estudantes com deficiência nos cursos de graduação, os docentes e estudantes participam de momentos de formação com a equipe do NEI. Esses momentos têm por objetivo auxiliar na compreensão das demandas dos acadêmicos com deficiência e na proposição de estratégias de aprendizagem capazes de promover, de fato, a apreensão dos conteúdos curriculares. Assim, neste ano de 2016, foram realizadas reuniões com estudantes e professores de diversos cursos, dentre eles: música, ciência da computação, ciências biológicas, farmácia, dentre outros; **d) Produção e adaptação de materiais pedagógicos acessíveis :** na sede do NEI, há um laboratório específico para a produção de materiais didáticos adaptados conforme as demandas dos estudantes com deficiência. Diversos materiais são produzidos em Braille, áudio, áudio- descrição, táteis e em Libras.

6.5.1 Atendimento a servidores com deficiência

O mesmo trabalho foi desenvolvido em relação aos servidores com deficiência, sendo que, nesse caso, o NEI atuou em articulação com a Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP), a fim de promover os recursos de acessibilidade necessários à execução do trabalho, ao acesso aos espaços e à participação nas atividades institucionais. A UFOP conta com 8 servidores com deficiência, sendo 4 com deficiência auditiva, 3 com deficiência física e 1 com deficiência visual.

6.5.2 Realização de Atividades de Promoção da acessibilidade linguística comunicacional na universidade

A inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior pressupõe a fruição plena dos conteúdos e dos bens culturais presentes no meio vivenciado pelos sujeitos. Diante disso, a UFOP objetiva romper as barreiras que dificultam ou impedem a comunicação, isto é, busca construir estratégias que possibilitem a comunicação interpessoal.

Assim, foram realizadas diversas ações ao longo do ano de 2016, as quais tiveram como objetivo proporcionar acessibilidade comunicacional aos estudantes com deficiência: **a) Interpretação em Sala de Aula:** Trabalho de interpretação para a língua brasileira de sinais (Libras) dos conteúdos falados em língua portuguesa (e vice-versa) em sala de aula para alunos de graduação e pós-graduação. Essa atividade aconteceu a partir da frequência em que as aulas eram ministradas. Os seis profissionais tradutores e intérpretes de Libras se envolveram na execução desta atividade.

b) Interpretação de orientações de Mestrado e bancas de qualificação : Interpretação para a Libras dos conteúdos falados em língua portuguesa (e vice-versa) em reuniões de orientação

de mestrado. Neste semestre, a UFOP contava com aluna Surda, matriculada no curso de Mestrado em Educação, que solicitou o trabalho de interpretação de orientações de Mestrado. As orientações ocorreram semanalmente; **c) Interpretação em Libras de eventos institucionais:** Os eventos realizados pela UFOP contam com o trabalho de acessibilidade comunicacional desenvolvido pelo NEI. Com isso, as exposições, cursos, palestras e ações de outra natureza, requerem a presença de intérpretes e tradutores de língua de sinais (TILS). Em 2016, os TILS que atuam no NEI participaram de assembleia estudantil; do 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU): “Inovação e emancipação: valores humanos, tecnológicos e ambientais”, que contou com a presença de uma aluna surda que apresentou um pôster e participou de diversos momentos do evento. Houve, também, participação dos TILS em uma das assembleias gerais dos estudantes em novembro.

6.5.3 Atividades de formação para a inclusão

Durante o ano de 2016 foram realizadas também diversas ações de formação de estudantes, professores e comunidade em geral para a temática da Inclusão. Destacamos:

- a) **VI Encontro do Núcleo de Educação Inclusiva (ENEI)** em parceria com o simpósio de Formação e Profissão docente (SIMPOED – 2017), envolvendo as seguintes atividades: Mesa: Processos formativos, práticas e políticas educacionais para público-alvo de educação especial (Convidados: Romerito Costa Nascimento, Marco Antônio Melo Franco, Nara Rúbia de Carvalho); Mesa: A língua de sinais brasileira na educação de Surdos (Convidados: Clarissa Fernandes das Dores, Elidéa Lúcia Almeida Bernardino, Sônia Marta de Oliveira); Roda de Conversa: Inclusão e acessibilidade no ensino superior: a experiência dos núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Ouro Preto (Mediação: Maria Luísa Magalhães Nogueira).
- b) **Ciclo de Palestras do NEI:** Intitulado *I Ciclo de Palestras do NEI: acessibilidade e inclusão em pauta* o evento contou com palestras e debates sobre diferentes temas relacionados à inclusão.
- c) **II Setembro Azul na UFOP:** objetivando sensibilizar a comunidade acadêmica em relação aos direitos da pessoa surda, pelo segundo ano, realizou-se na UFOP o evento “Setembro Azul na UFOP”. Com diversas atividades envolvendo oficinas, palestras, rodas de conversa, buscou-se mobilizar a comunidade e as autoridades de Ouro Preto e Mariana, em especial, do campo da educação, para a garantia dos direitos linguísticos, culturais e humanos das pessoas surdas.

6.5.4 Atividades permanentes

6.5.4.1 Ações de recepção do estudante com deficiência

Acompanhamento dos estudantes com necessidades educacionais especiais/deficiência

A partir da manifestação da demanda pelo estudante, através do sistema de controle acadêmico, o NEI entra em contato, apresenta suas iniciativas e coloca-se à disposição para o acompanhamento. A partir disso, há comunicações constantes entre NEI e estudante com o objetivo de conhecer as demandas e iniciar as primeiras ações que promovam sua inclusão na comunidade acadêmica. Neste momento, dependendo da especificidade do estudante, estão presentes servidores tanto do campo pedagógico quanto da tradução linguística.

Reunião com docentes, colegiado e equipe do NEI

Quando um aluno com deficiência inicia seus estudos na UFOP, ou retorna seus estudos nos semestres, a equipe do NEI tem um diálogo com os docentes e colegiado de curso a fim de atender as demandas acadêmicas do estudante. Nesse momento, são pensadas estratégias de promoção da acessibilidade e inclusão do estudante com Necessidades Educacionais Especiais (NEE)/deficiência, estratégias essas que envolvem os campos pedagógico, linguístico/comunicacional, tecnológico, dentre outros. Diante disso, as ações são realizadas de forma articulada com os agentes educacionais diretamente ligados à formação do estudante, sobretudo, docentes e colegiado.

6.5.5 Ações institucionais

Participação na semana de integração ICESA/ICHS

Adaptação das provas/espço do concurso para pessoa com deficiência

O NEI atua, em parceria com a Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP), na realização de concursos públicos. Essa parceria acontece com o intuito de que as provas e os espaços físicos dos concursos realizados pela UFOP sejam acessíveis para pessoas com deficiência.

Articulação com a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE), Setor de Psicologia, Psiquiatria, Prefeitura do Campus

A atuação do NEI está articulada à diversos outros setores da Universidade com o objetivo de executar suas atividades com melhor qualidade e de forma interdisciplinar. Comunicando-se com a PRACE, o NEI consegue desenvolver um melhor trabalho com alunos que tenham necessidades educacionais especiais. Com a Prefeitura do Campus, pode-se pensar em formas de tornar, cada vez mais acessível, os espaços físicos dos *campi* da UFOP.

Visita técnica dos cursos da UFOP ao NEI

O Núcleo de Educação Inclusiva recebe, regularmente, professores e alunos dos mais diversos cursos de graduação da UFOP. O objetivo dessas visitas é fornecer aos alunos uma formação que os sensibilize sobre as temáticas de inclusão e acessibilidade.

6.5.6 Ações de acessibilidade instrumental: produção de materiais e uso de tecnologias

Produção de material em Braille

Os estudantes com deficiência visual, especificamente os cegos, necessitam da adaptação do material utilizado nas aulas. Essa adaptação é a transcrição do texto original para o Braille, desenvolvida pelos monitores do Núcleo e por servidores.

Catálogo e disponibilização do material na biblioteca

O NEI recebe, constantemente, de instituições parceiras, materiais bibliográficos que versam sobre inclusão e acessibilidade. Além disso, recebe textos transcritos para o sistema Braille. Esses materiais são catalogados pelo NEI e, em seguida, disponibilizados no espaço de acessibilidade e inclusão, localizado na biblioteca do ICEB.

Produção de material em áudio

Os estudantes com deficiência visual, sejam cegos ou baixa visão, podem utilizar o recurso de textos em áudio para auxiliar em seus estudos. Diante da solicitação, os textos utilizados em aula passam por um processo de escaneamento, limpeza e adaptação sonora, para só então ser transformado em áudio. O áudio tem formato MP3, o que faz com que o

estudante possa ouvir os textos em qualquer lugar, por meio de um celular ou tocador de arquivos em MP3.

Empréstimo de tecnologias e materiais no NEI

O NEI possui diversas tecnologias assistivas importantes para a permanência dos alunos com deficiência na Universidade. Esses materiais (notebooks, lupas, gravadores, máquinas Braille) são emprestados aos alunos para que possam desenvolver suas atividades acadêmicas.

Capacitação para utilização de tecnologias assistivas

Quando uma nova tecnologia é apresentada ao estudante com deficiência, é realizada capacitação para o uso do recurso. Os monitores responsáveis por essas questões estudam o funcionamento das tecnologias e as apresentam aos estudantes.

Disponibilização de tecnologias para produção de materiais do IFMG

A parceria estabelecida com o Instituto Federal de Minas Gerais, campus Ouro Preto, especificamente com Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNEE), tem a finalidade de auxiliar na produção de materiais acessíveis aos estudantes com deficiência visual daquela instituição. Neste ano, uma das funcionárias do NAPNEE esteve presente no NEI, ao menos uma vez por semana, para utilizar os recursos assistivos para o escaneamento de texto, limpeza e gravação de material em áudio.

6.5.7 Ações de acessibilidade linguística e comunicacional

Interpretação em Sala de Aula

Trabalho de Interpretação para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) dos conteúdos falados em Língua Portuguesa (e vice-versa) em sala de aula. Essa atividade aconteceu a partir da frequência em que as aulas eram ministradas. Os seis profissionais se envolveram na execução desta atividade. Em 2015, no primeiro e segundo semestres letivos, o NEI acompanhou dois alunos surdos que contou com o auxílio dos interpretes de libras.

Interpretação de reuniões do *Núcleo de Estudos Potentia Educatia Libertas* (NEPEL)

Interpretação para a Libras dos conteúdos falados em Língua Portuguesa (e vice-versa) em reuniões de núcleo de estudos. Nesse semestre, a UFOP contava com 01 aluna Surda, matriculada no curso de Mestrado em Educação, que solicitou o trabalho de interpretação de reuniões do Grupo de Estudos do *Núcleo de Estudos Potentia Educatia Libertas* (NEPEL).

Interpretação de monitorias

Interpretação para a LIBRAS dos conteúdos falados em Língua Portuguesa (e vice-versa) em monitorias oferecidas pelos cursos de graduação. Nesse semestre, a UFOP contava com 01 aluno Surdo, matriculado no curso de graduação em Física, que participou de uma monitoria de Matemática Básica.

Interpretação de orientações de Mestrado

Interpretação para a LIBRAS dos conteúdos falados em Língua Portuguesa (e vice-versa) em reuniões de orientação de mestrado. Nesse semestre, a UFOP contava com 01 aluna Surda, matriculada no curso de Mestrado em Educação, que solicitou o trabalho de interpretação de orientações de Mestrado.

Trabalho de Língua Portuguesa como Segunda Língua

O aluno Surdo elabora sua produção acadêmica em uma interlíngua (entre a língua portuguesa padrão e a língua de sinais) e os Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais (TILS), em conjunto com o aluno surdo, fazem adaptações gramaticais no texto escrito, para que o texto fique nas regras gramaticais da Língua Portuguesa, de forma que os professores compreendam o que o aluno tentou exprimir com seu texto.

Colaboração com a exposição do curso de Museologia

Docente e alunos do curso de Museologia da UFOP solicitaram parceria com o NEI para que as questões de acessibilidade para a exposição “ENTRE ELXS” fossem pensadas em conjunto. Como resultado, foram produzidos materiais em Braille e áudio e também foram dadas orientações de organização do espaço, todas as ações visando a acessibilidade à exposição.

6.5.8 Ações pedagógicas

Acompanhamento pedagógico de estudantes

Os estudantes com deficiência acompanhados pelo NEI contam com acompanhamento pedagógico no decorrer de suas atividades acadêmicas. Esse acompanhamento consiste em reuniões constantes para a construção de estratégias de aprendizagem, orientação de estudo, proposição de atividades que facilitem a aprendizagem e o acesso do estudante aos espaços acadêmicos.

Reuniões com docentes

Como dito anteriormente, no momento que o estudante entra na Universidade seus professores são chamados uma reunião com apresentação das demandas do estudante e primeiras orientações. Essas reuniões também ocorrem de acordo com a necessidade ao longo do processo de inclusão. É muito comum que ocorra com o presidente do colegiado, mas também acontecem reuniões com os professores responsáveis por disciplinas que o aluno cursa em cada semestre.

Reunião ampliada com docentes e estudantes

Com a entrada de estudantes com deficiência no curso de graduação, os docentes e estudantes participam de um momento de formação com a equipe do NEI. Este momento tem por objetivo auxiliar na compreensão da demanda do acadêmico com deficiência e na proposição de estratégias de aprendizagem capazes de promover, de fato, a compreensão dos conteúdos curriculares. Assim, neste ano de 2015, foram realizadas reuniões com estudantes e professores de diversos cursos, dentre eles: música, ciência da computação, história, ciências biológicas e farmácia.

Acompanhamento das atividades de monitorias

Atualmente o NEI conta com a presença de 10 monitores que são acompanhados diariamente nas suas tarefas, uma vez que realizam atividades que promovem a inclusão e a acessibilidade de estudantes com deficiência. Há estudantes que necessitam de acompanhamento constante, sendo que outros precisam de produção e adaptação de materiais.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Desempenho financeiro do exercício

A gestão financeira da Universidade Federal de Ouro Preto foi executada dentro das normas em vigor e em conformidade com o MCASP. Em relação aos ingressos financeiros, registra-se um valor total de R\$ 408.676.056,02 no exercício 2016, conforme Balanço Financeiro apresentado no item 6.6 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/1964. Esse montante de ingressos está distribuído em Receitas Orçamentárias, Transferências Financeiras Recebidas, Recebimentos Extraorçamentários e Saldos do Exercício Anterior, sendo: R\$ 3.747.358,40 referente a Receitas Orçamentárias (receita própria), correspondendo a 0,91% do total de ingressos; R\$ 383.158.825,45 referente a Transferências Orçamentárias (Despesas de pessoal e OCC referente a LOA 2016) correspondendo a 93,75 % dos ingressos; R\$ 17.812.023,43 referente a Recebimentos Extraorçamentário (restos a pagar processados e não processados, depósitos restituíveis e valores vinculados); R\$ 3.957.848,74 referente a Saldo de Exercício Anterior (saldos financeiros da conta limite de saque com vinculação de pagamento de diversas fontes recursos de origens distintas cujo pagamento não foi realizado no exercício de origem), correspondendo a 0,96%.

Em relação aos dispêndios financeiros, registra-se um valor total de R\$ 408.676.056,02 no exercício 2016. Esse montante refere-se ao conjunto de pagamentos realizados no Exercício, detalhados conforme segue: R\$ 391.040.475,00 em Despesas Orçamentárias (folha de Pessoal e despesas de custeio e capital) correspondendo a 95,68%; R\$ 236.009,28, referente a Transferências Financeiras Concedidas (convênios) correspondendo a 0,05% do total de dispêndios; R\$ 13.253.732,45 referente a pagamento de Despesas Extraorçamentárias (restos a pagar processados e não processados) correspondendo a 3,24%. Registra-se R\$ 4.145.839,29 em saldos de diversas fontes registrados na conta limite de saque transferido para o exercício seguinte. Essa transferência justifica-se em razão do não pagamento de despesas que não tinham sido liquidadas em tempo hábil no exercício, mas cujo financeiro já havia sido repassado.

Conforme já explicitado nos itens 3.3.5 e 3.3.8, quando se faz necessário seguir o ciclo padrão do fluxo da execução físico- financeira do orçamento (ter orçamento, licitar, contratar, ter limite de empenho, empenhar, receber os bens/serviços, liquidar, receber o repasse de financeiro e pagar), particularmente se houver necessidade de licitação, o resultado natural é a inscrição em restos a pagar, assegurada, porém, a execução orçamentária, que representa o objetivo da gestão em cada exercício orçamentário. As despesas empenhadas cujos saldos ao final do exercício financeiro ainda não tenham cumprido o percurso da despesa pública, qual seja a liquidação e o do pagamento recebem o tratamento previsto no Decreto 93.872/86, modificado pelo Decreto 7.654/11, no qual são inscritos como restos a pagar processados e não processados, respectivamente. A liquidação da despesa é realizada como previsto na legislação, não obstante, há casos em que o financiador não realiza o repasse financeiro se não houver a liquidação da parcela correspondente no SIAFI. Registra-se que a gestão financeira da UFOP formaliza tempestivamente a solicitação de repasse das despesas liquidadas e nem sempre ocorre o atendimento correspondente. Até 2014 vários remanejamentos de fonte de recursos eram realizados para pagamento de despesas liquidadas provenientes de empenhos emitidos com recursos descentralizados e cujo financeiro correspondente não havia sido repassado em tempo hábil pelo órgão descentralizador. A partir de 2015 adotou-se o entendimento de não mais realizar tais remanejamentos. Ressalta-se que até o término do exercício 2016 registram-se pendências de repasses de recursos financeiros referentes a descentralizações da SESu e CAPES cuja vigência encontra-se encerrada no SIMEC. As

solicitações de repasse foram solicitadas em tempo hábil e devidamente registradas mas ainda não atendidas. Optou-se, portanto, pelo não envio do respectivo Relatório de Cumprimento de Objeto até que a pendência seja sanada pelos órgãos responsáveis. Contudo, a UFOP não sofre impactos no exercício em decorrência de pagamentos de restos a pagar de exercícios anteriores, pois o controle é realizado por Termo de Execução Descentralizada e respectiva fonte de recurso, cabendo a cada financiador a remessa tempestiva dos recursos.

Registra-se, contudo, que a execução financeira também foi prejudicada devido à dificuldade do governo repassar os recursos financeiros tempestivamente, causando transtornos para o setor financeiro. Houve necessidade de readequar toda a programação financeira e estabelecer novos prazos de faturamento junto aos fornecedores de bens e serviços, sobretudo entre os meses de janeiro a setembro de 2016 onde o quadro econômico/financeiro/político se agravou, com repasses parciais da despesa liquidada, chegando, em alguns meses, a 50% do liquidado, fato que motivou o estabelecimento de prioridades. Mesmo frente à instabilidade nos repasses mensais para a quitação dos compromissos com os fornecedores, a instituição conseguiu manter todos os serviços essenciais ao funcionamento sem prejuízo da comunidade acadêmica. A retenção e o recolhimento de tributos foram feitos em suas respectivas datas de acordo com a legislação. Acrescente-se a esse cenário as várias modificações nas rotinas decorrentes da implantação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, de maneira que os servidores tiveram que resolver várias inconsistências contábeis e aprender novos procedimentos.

7.2 Informações sobre as medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

A Universidade Federal de Ouro Preto, como instituição pública, tem o compromisso de buscar caminhos para contribuir com a transformação social e para o enfrentamento dos problemas que levam à exclusão de grandes parcelas da população brasileira. Cada vez mais, em um mundo onde o conhecimento se sobrepõe aos recursos naturais como fator de desenvolvimento humano, cresce a importância da escolarização e, em particular, da educação superior. Ampliar e democratizar o acesso à educação superior de qualidade a partir do reconhecimento do papel estratégico das universidades para o desenvolvimento econômico e social do país é o principal objetivo do Ministério da Educação. Proporcionar este nível de ensino a uma parcela maior da população é fator decisivo para a diminuição das desigualdades sociais e regionais, para o desenvolvimento científico e tecnológico, para a inclusão social e para a geração de trabalho e renda. Nos últimos anos a UFOP passou por um processo de expansão, criando novos cursos de graduação e pós-graduação e, conseqüentemente, elevando a oferta de vagas. Neste contexto, a demanda por recursos para o financiamento das Ações institucionais destinadas ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão aumentou significativamente a pressão sobre o orçamento.

7.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recurso para o ensino, à pesquisa e à extensão

O atual modelo de financiamento do Governo Federal tem obtido avanços significativos. No entanto ainda há dificuldades em atender as demandas da comunidade universitária, principalmente após expansão do REUNI. A maior parte dos recursos

destinados às IFES, assim como na grande maioria dos países, ainda é governamental. As universidades públicas e os institutos de pesquisa são os maiores beneficiários desses recursos, tendo em vista que é no seu interior que se desenvolve a quase totalidade das atividades científicas e dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Principais fontes:

- Recursos provenientes do Tesouro Nacional;
- Agências de fomento nacionais e estaduais;
- Fundos Setoriais de Pesquisa;
- Empresas públicas ou privadas – PPP;
- Receitas provenientes de arrecadação própria.

O MEC é o principal mantenedor das IFES. De acordo com a Carta de Serviços ao Cidadão do MEC, sobre os sistemas de ensino do Brasil - Obrigações da União, o documento evoca a Lei de Diretrizes e Bases- LDB (lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996) o qual estabelece que:

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

A carta expõe ainda:

Cabe à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em

relação às demais instâncias educacionais. A implementação dessas ações no âmbito do Ministério da Educação importa no apoio técnico e financeiro ao desenvolvimento da educação em todo o País sem, contudo, ferir a autonomia dos Entes Federados e de seus respectivos sistemas de ensino, assim como a responsabilidade pela eventual ocorrência de irregularidades.

7.2.2 Principal fonte de Recursos da UFOP

Lei de Orçamento Anual – LOA - características:

- Principal fonte de financiamento – recursos transferidos pelo MEC para as IFES via disponibilização de limites orçamentários no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA;
- Destinam-se, em sua grande maioria, ao pagamento de pessoal e benefícios, ficando a parcela restante para Custeio das Despesas Correntes e Despesas de Capital;
- A Matriz Outros Custeios e Capital - OCC concentra os créditos orçamentários de Custeio e Capital destinados à cobertura das despesas necessárias à manutenção e funcionamento da instituição.

A partir do REUNI (2008-2012), houve um aumento no aporte de OCC para fins de cumprimento das metas estabelecidas no projeto de expansão. No entanto esse aumento percentual no orçamento, quando comparado aos indicadores físicos alcançados pela expansão, mostra-se insuficiente, dificultando, quando não, inviabilizando, a devida manutenção da UFOP, bem como a aquisição de novos equipamentos, atualização do parque tecnológico e demais investimentos necessários à modernização administrativa da instituição. Com recursos escassos de OCC, sobra pouco para o fomento às atividades de pesquisa e pós- graduação, que são atendidas, em grande maioria, com investimentos provenientes das agências de fomento nacionais e estaduais. Conforme já explicitado nos itens 3.3.2, 3.3.7 e 3.3.8, registra-se que os impactos decorrentes do processo de expansão e contínuo desenvolvimento da instituição repercutiram fortemente nas despesas de custeio nos últimos anos, de modo que os créditos consignados na matriz OCC são insuficientes para garantir todas as demandas em sua plenitude, de modo que a instituição possa cumprir sua missão com a qualidade que a sociedade espera. A insuficiência leva a gestão a um esforço constante de articulação junto ao mantenedor para a complementação de recursos. Registra-se a necessidade de revisão dos indicadores utilizados pela ANDIFES para a composição da Matriz Orçamentária da UFOP (Matriz Outros Custeio e Capital – OCC), sobretudo no que diz respeito à Unidade Básica de Custeio – UBC, elemento que compõe esta matriz.

Além de sua Matriz OCC, a UFOP vale-se de outras fontes de financiamento a exemplo dos programas governamentais do próprio Ministério da Educação:

- **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e outros programas**
 - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni)
 - Programa de Educação Tutorial (PET)
 - Programa de Apoio à Extensão Universitária (Proext)
 - Acessibilidade na Educação Superior (Programa Incluir)
 - Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes)
 - Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)
 - Credenciamento de Fundações de Apoio

- Programa Mais Cultura nas Universidades
- **Hospitais Universitários e Residências em Saúde**
 - Residências em saúde
- **Programas e Convênios Internacionais**
 - Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G)

Captação por Agências de Fomento

Os maiores financiadores nacionais da pesquisa e pós-graduação nas Universidades Federais são:

- O Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI), através do CNPq e da FINEP;
- Ministério da Educação, através da CAPES.
- Governo Estadual, através das – Fundações de Amparo à Pesquisa - FAPs (no caso da UFOP, FAPEMIG);
- Iniciativas de outros Ministérios.
- A atuação dessas agências de fomento se dá, em linhas gerais, sob duas formas principais:
 - Investimento na formação de recursos humanos qualificados, através da concessão de bolsas de estudo;
 - Fomento direcionado ao funcionamento dos cursos de pós-graduação, ao desenvolvimento de projetos de pesquisa ou ao apoio institucional por meio de editais para infraestrutura.

A captação por Agências de Fomento será detalhada no item 6.2.2.

7.2.3 Captação de receitas próprias

No tocante às receitas próprias, conforme já explicitado no item 3.3.7, que são recursos diretamente arrecadados, compreende as receitas das entidades da administração indireta que, após transitar pelo Tesouro Nacional, retornam à Unidade Orçamentária de origem para serem aplicadas em sua programação de despesa. Têm origem no esforço próprio de órgãos e entidades da Administração Pública nas atividades de fornecimento de bens ou serviços facultativos e na exploração econômica do patrimônio próprio, remunerados por preço público, bem como produto da aplicação financeira desses recursos (Portaria SOF nº 10, 22.08.2002). Existem várias possibilidades de geração de receitas no âmbito das atividades exercidas pela UFOP, respeitado as disposições legais, estatutárias e regimentais. O Ementário de Classificação das Receitas da União é publicado anualmente por meio de portaria conjunta da Secretaria do Orçamento Federal - SOF e Secretaria do Tesouro Nacional - STN. A seguir apresentamos um quadro demonstrativo das principais receitas com potencial de geração de arrecadação própria na UFOP:

Quadro 53 – Demonstrativo das principais receitas

Natureza da Receita	Descrição
Aluguéis	Receitas provenientes da locação de imóvel, na forma de aluguel. A locação se fará quando houver conveniência em tornar o imóvel produtivo conservando, porém, a União, sua plena propriedade.
Taxa de uso de Imóveis	Receita proveniente da taxa de ocupação de imóveis da União
Receita da Indústria Editorial e Gráfica	Receita proveniente das atividades de comercialização dos produtos da indústria Editorial e Gráfica
Serviços Radiológicos e laboratoriais	Receita decorrente da prestação de serviços radiológicos e laboratoriais
Serviços Administrativos	Receita das atividades de apoio administrativo e executadas em organizações de qualquer natureza, como: taxas de expedição de certificados; taxas de registro, renovação, vistoria, licença, cadastramento; datilografia, microfilmagem, cópias xerográficas, heliográficas e fotostáticas.
Serviços Educacionais	Receita proporcionada pelas atividades do sistema educacional, cuja natureza esteja diretamente relacionada à formação do educando (matrículas, anuidades, etc).
Serviços Recreativos e Culturais	Receita proporcionada pela exploração de instalações para recreação, prática desportiva e cultural (cinemas, teatros, salões para recitais, concertos, conferências, planetários, estádios desportivos, autódromos, museus, bibliotecas, promoção ou produção de espetáculos artísticos, culturais e esportivos).
Serviços de Hospedagem e Alimentação	Receita proporcionada por hospedagem, com ou sem alimentação, fornecimento de refeições, lanches ou bebidas para consumo imediato.
Serviços de Estudos e Pesquisas	Receita proporcionada por pesquisas e estudos técnicos, sociais, econômicos, científicos, culturais, etc., realizados sob contrato.

Taxa de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	Receita das atividades de apoio administrativo relacionadas com inscrição em concursos
Serviços de Transferência de Tecnologia	Receita correspondente aos valores monetários de retribuição dos serviços previstos no Código da Propriedade Industrial, petições gerais, pedidos e petições relativos a privilégios, pedidos e petições relativos a marcas e patentes, pedidos e petições relativos a contratos de transferência de tecnologia e correlatos.
Tarifas de Inscrição em concursos e Processos Seletivos	Receitas de caráter administrativo, decorrentes de tarifas de inscrição em concursos, processos seletivos, inclusive dos vestibulares realizados pelas Universidades, e outros meios de prover seleção de pessoas ou coisas. Trata-se do ingresso de recursos provenientes de uma sequência de ações visando selecionar ou qualificar alguém ou algo para um determinado objetivo.
Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	Recursos oriundos de convênios firmados, com ou sem contraprestações de serviços, com a União ou com suas Entidades, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, e destinados a custear tanto despesas correntes como de capital, conforme seja o tipo de despesa objeto do convênio.
Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	Recursos oriundos de convênios firmados, com ou sem contraprestações de serviços com Estados ou com o Distrito Federal e respectivas Entidades Públicas, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, destinados a custear tanto despesas correntes como de capital, conforme seja o tipo de despesa objeto do convênio.
Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades	Recursos oriundos de convênios firmados, com ou sem contraprestações de serviços com Municípios ou com suas Entidades Públicas, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, destinados a custear tanto despesas correntes como de capital, conforme seja o tipo de despesa objeto do convênio.
Transferências de Convênios a Instituições Privadas	Recursos oriundos de convênios firmados, com ou sem contraprestações de serviços, com Instituições Privadas, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes, destinados a custear tanto despesas correntes como de capital, conforme seja o tipo de despesa objeto do convênio.

Fonte:

DOF/UFOP

7.2.4 Visão Geral das Receitas diretamente arrecadadas pela UFOP

A seguir o quadro demonstrativo do rol de receitas da instituição e valores arrecadados em 2016:

Quadro 54 – Demonstrativo receitas da UFOP

Cód.	DES CRIÇÃO	Total - R\$	%
GRU			
28804	TAXA DE USO DE IMOVEIS	297.320,78	7,94%
28815	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	13.183,00	0,35%
28830	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	542.527,61	14,48%
28832	SERVICOS EDUCACIONAIS	31.270,00	0,83%
28835	SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAIS	279.300,00	7,46%
28837	SERVICOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO	1.710.938,92	45,67%
28838	SERVICOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	515.673,99	13,76%
28849	INDENIZ DANOS CAUSADOS PATRIMONIO PUBLICO	345,73	0,01%
28852	OUTRAS RESTITUICOES	2.235,04	0,06%
28867	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	330,05	0,01%
28883	TAXA DE INSCRICAO EM CONCURSO PUBLICO	351.438,28	9,38%
28927	TAXA REGISTRO DE DIPLOMAS	50,00	0,00%
28929	TAXA CONFECCAO DIPLOMAS	1.745,00	0,05%
Total		3.746.358,40	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Observa-se que, do total de recursos arrecadados, 45,67% são provenientes de serviços de fornecimento de refeições nos RUs da UFOP; 14,48% referente a serviços administrativos; 13,7% provenientes de serviços de estudos e pesquisas em conformidade com a Resolução CEPE 4600; 7,94 % são provenientes das receitas patrimoniais; 7,46% referente a serviços recreativos e culturais. Os demais serviços geraram arrecadação inexpressiva. No tocante a taxa de inscrição em concursos, a arrecadação representou 9,38% do total da arrecadação. Conforme observado, a arrecadação é proveniente de serviços prestados pela instituição e pela exploração econômica do patrimônio da entidade. Entretanto essa arrecadação revela-se ainda insuficiente para garantir a sustentabilidade da instituição e até mesmo das atividades que a originaram uma vez que UFOP é uma instituição sem fins lucrativos.

Por fim, destaca-se que a instituição vem buscando ampliar a captação de recursos externos, seja por meio das agências de fomento como CAPES, FINEP para investimentos estruturais, pelo CNPQ e FAPEMIG para o financiamento de projetos de pesquisa, se já na ampliação dos serviços prestados pela instituição. Destaca-se que as receitas de transferência de tecnologia e prestação de serviços de estudos e pesquisas, ainda que pequenas, representam um caminho para a complementação de recursos via recebimento de royalties de patentes transferidas. Iniciativas estratégicas como a reformulação por meio da edição e publicação de Resolução que regulamenta a Prestação de serviços via Fundação de Apoio e dispõe sobre os percentuais de ressarcimento e retribuição pelo uso do patrimônio da UFOP foram realizadas ao longo de 2016, culminando na Resolução CEPE 7.000 já estão vigentes. Essa resolução é fruto do trabalho desenvolvido por uma ampla comissão com representação de diversos segmentos da universidade, inclusive com a participação de membros da Procuradoria Jurídica e da Auditoria Interna. Destaca-se ainda o processo de estruturação do Núcleo de

Inovação Tecnológica e Empreendedorismo da UFOP - NITE no período 2013-2016 e bem como a publicação da Lei 13.243 de 11 de janeiro de 2016 que irão alavancar o potencial de arrecadação para os próximos anos. Também estão em desenvolvimento novas políticas de uso e ocupação dos imóveis funcionais para potencializar as receitas patrimoniais.

7.2.5 Demonstração dos recursos captados e dos resultados

Quadro 55 - Recursos orçamentários e financeiros recebidos por descentralizações

UNIDADE GESTORA CONCEDENTE	OBJETO	NATUREZA DA DESPESA	VALOR TOTAL DO TED	VALOR ORÇAMENTÁRIO RECEBIDO EM 2015	VALOR ORÇAMENTÁRIO RECEBIDO EM 2016	VALOR FINANCEIRO RECEBIDO EM 2015	VALOR FINANCEIRO RECEBIDO EM 2016
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Programa de Apoio à Pós- graduação - PROAP/2015 - TED 2730/2015	339014	1.034.600,00	303.650,00	0,00	173.481,80	104.349,33
		339018					
		339030					
		339033					
		339036					
		339039					
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Projeto UNIFICADO de Apoio ao Func. dos Cursos de Grad. UFOP/UAB/2015 PROC. 23038.005029/2016- 21 - TED 2825/2015	339014	3.787.593,60	420.843,73	3.366.749,87	388.333,41	3.027.185,07
		339030					
		339033					
		339037					
		339039					
SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior	Programa de Residência Médica da Escola de Medicina da UFOP - TED 3764/2016	339048	834.077,91	0,00	836.077,91	0,00	836.077,91
		339147					
SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior	PROEXT 2016 - TED 3943/2016	339014	161.018,00	0,00	161.018,00	0,00	8.458,58
		339018					

		339030					
		339033					
		339036					
		339039					
		339147					
		449052	9.813,00	0,00	9.813,00	0,00	0,00
SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior	Execução do PRODEPS - Internato Curricular Medicina - UFOP 2016 - TED 4590/2016	339048	528.000,00	0,00	528.000,00	0,00	458.767,91
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Programa de Apoio à Pós-graduação - PROAP/2016 - PROC. 23038.017954/2016-03 - TED 4666/ 2016	339014	512.698,53	0,00	512.698,53	0,00	200.117,81
		339018					
		339030					
		339033					
		339036					
		339039					
SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior	Reparação de danos provocados pela chuva ocorrida em 09/09/2016 - TED 4857/2016	339039	313.968,18	0,00	313.968,18	0,00	0,00
SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior	Recuperação da rede pluvial e rede de esgoto - chuvas 09//09/2016 - TED 4859/2016	339039	303.607,64	0,00	303.607,64	0,00	0,00

SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior	Reparação da Rede Elétrica - danos causados pela chuva de 09/09/2016 - TED 4867/2016	339030	55.420,00	0,00	55.420,00	0,00	0,00
SPO / SEB - Secretaria de Educação Básica	Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa 2016 - TED 5002/2016	339039	268.100,00	0,00	268.100,00	0,00	0,00
SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior	Complementação de recursos para pagamento de energia elétrica - TED 5051/ 2016	339039	124.500,00	0,00	124.500,00	0,00	0,00
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Programa Nacional de Alimentação Escolar - Apoio a Segurança Alimentar e Nutricional no Ambiente Escolar - MC - TED 3095/15 - Proc. 23400.001028/2015-41	339039	747.058,70	747.058,70	0,00	0,00	747.058,70
Secretaria de Políticas para as Mulheres	Projeto "Avaliação do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero" - Edital 006/ 13 - 2º parcela	339000	175.926,60	175.926,60	0,00	0,00	175.926,60

FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	TA 04.12.0197.01 - REF 1131/10 - SL 000038.07.14	449052	179.184,53	114.672,06	64.512,47	114.672,06	64.512,47
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Art. Nacional	Programa "Sentidos Urbanos Patrimônio e Cidadania" - Termo 02/ 15 - 2º parcela	339018	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
		339036					
		339147					
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Art. Nacional	Programa "Sentidos Urbanos Patrimônio e Cidadania" - Termo 01/ 16	339018	48.000,00	0,00	48.000,00	0,00	48.000,00
		339036					
		339147					
Secretaria de Economia Criativa	Projeto "Programa Mais Cultura nas Universidades" - Proc. 01400.058173/2015-61	339018	1.125.000,00	857.410,00	267.590,00	0,00	400.000,00
		339030					
		339039					
FNS - Fundação Nacional de Saúde	Avaliação da Presença de Fármacos e Desreguladores Endócrinos em Águas para Consumo Humano e Mananciais de Abastecimento - TED 10/ 14	339039	343.650,00	343.650,00	0,00	0,00	343.650,00
		449052	137.961,98	137.961,98	0,00	0,00	145.600,00
Diretoria Executiva do	MAC/FAEC para atender HU	339039	127.134,21	127.134,21	0,00	84.985,42	26.514,75

Fundo Nacional de Saúde	e Exame Citopatológico do Colo de Útero - LAPAC	339039	32.669,00	32.669,00	0,00	32.669,00	0,00
		339039	394.011,94	394.011,94	0,00	394.011,94	0,00
		339092					
Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde	MAC/FAEC para atender HU e Exame Citopatológico do Colo de Útero - LAPAC	339039	255.785,94	0,00	255.785,94	0,00	255.785,94
		339039	94.312,80	0,00	94.312,80	0,00	58.716,98
		339039	4.869,10	0,00	4.869,10	0,00	4.869,10
		339039	27.252,05	0,00	27.252,05	0,00	27.252,05
Secretaria Nacional de Seg. Alim. e Nutricional	CECANE - 2ª Parcela do TC 012/14 - Proc. 71000.037899/2014-78 - Memorando 49/ 2015/CGEAN/ SESAN/M DS DE 28/08/2015	339039	1.859.133,70	1.859.133,70	0,00	396.363,50	1.462.770,20
MINC / Secretaria de Audiovisual	Projeto "Realização de Ações que integram a programação da 11ª Mostra de Cinema de Ouro Preto" - Proc. 01400.021585/2016-27	339039	350.000,00	0,00	350.000,00	0,00	350.000,00
TOTAL			13.865.347,41	5.544.121,92	7.592.275,49	1.584.517,13	8.775.613,40

Fonte: DOF/UFOP

No Quadro 43 demonstra-se os créditos recebidos por "Descentralização" (destaque). Estes créditos referem-se aos Termos de Execução Descentralizada firmados entre a UFOP e Ministérios concedentes e tratam de projetos específicos que não constavam na Lei Orçamentária Anual da Instituição. O gerenciamento desses recursos está vinculado aos projetos que lhes deram origem, e são executados em consonância com os planos de

trabalho. Os créditos recebidos em 2016 somam R\$ 7.592.275,49, sendo que 99,02% referem-se ao grupo Outras Despesas Correntes (R\$ 7.517.950,02) e 0,98 % são créditos recebidos para Investimentos (R\$ 74.325,47).

Dos R\$ 7.517.950,02 de créditos recebidos para despesas correntes, informamos o seguinte:

- **R\$ 3.366.749,87** são provenientes da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, referente ao Projeto UNIFICADO de Apoio ao Func. dos Cursos de Grad. UFOP/UAB/2015 PROC. 23038.005029/2016-21 - TED 2825/2015;
- **R\$ 836.077,91** são provenientes da SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior, referente ao Programa de Residência Médica da Escola de Medicina da UFOP - TED 3764/2016;
- **R\$ 161.018,00** são provenientes da SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior, referente ao PROEXT 2016 - TED 3943/2016;
- **R\$ 528.000,00** são provenientes da SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior, referente à execução do PRODEPS - Internato Curricular Medicina - UFOP 2016 - TED 4590/2016;
- **R\$ 512.698,53** são provenientes da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, referente ao Programa de Apoio à Pós- graduação - PROAP/2016 - PROC. 23038.017954/2016-03 - TED 4666/2016;
- **R\$ 313.968,18** são provenientes da SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior, referente à reparação de danos provocados pela chuva ocorrida em 09/09/2016 - TED 4857/2016;
- **R\$ 303.607,64** são provenientes da SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior, referente à recuperação da rede pluvial e rede de esgoto - chuvas 09//09/2016 - TED 4859/2016;
- **R\$ 55.420,00** são proveniente da SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior, referente à reparação da Rede Elétrica - danos causados pela chuva de 09/09/2016 - TED 4867/2016;
- **R\$ 268.100,00** são provenientes da SPO / SEB - Secretaria de Educação Básica, referente ao Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa 2016 - TED 5002/2016;
- **R\$ 124.500,00** são provenientes da SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior, referente à complementação de recursos para pagamento de energia elétrica - TED 5051/2016;
- **R\$ 48.000,00** são provenientes do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Art. Nacional, referente ao Programa "Sentidos Urbanos Patrimônio e Cidadania" - Termo 01/16;
- **R\$ 267.590,00** são provenientes da Secretaria de Economia Criativa, referente ao Projeto "Programa Mais Cultura nas Universidades" - Proc. 01400.058173/2015-61;
- **R\$ 382.219,89** são provenientes da Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde, referente MAC/FAEC para atender HU e Exame Citopatológico do Colo de Útero - LAPAC;
- **R\$ 350.000,00** são provenientes do MINC / Secretaria de Audiovisual, referente ao Projeto "Realização de Ações que integram a programação da 11ª Mostra de Cinema de Ouro Preto" - Proc. 01400.021585/2016-27.

Dos R\$ 74.325,47 de créditos recebidos para despesas de capital, informamos o seguinte:

- **R\$ 9.813,00** são provenientes da SPO / SESU - Secretaria de Educação Superior, referente ao PROEXT 2016 - TED 3943/2016;
- **R\$ 64.512,47** são provenientes do FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico referente ao Convênio TA 04.12.0197.01 - REF 1131/10 - SL 000038.07.14 para apoio à infraestrutura para a pesquisa e pós-graduação.

O aporte destes recursos foi extremamente importante para a complementação de verbas necessárias ao funcionamento da instituição, bem como para o desenvolvimento de diversos projetos de ensino, pesquisa, extensão e pós- graduação da Instituição.

7.3 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

7.3.1 Descrição sucinta do processo de verificação da conformidade contábil

A conformidade contábil da Universidade Federal de Ouro Preto durante o exercício de 2016 foi realizada mensalmente pela Área de Contabilidade, através do contabilista responsável, registrado no Conselho Regional de Contabilidade, em dia com suas obrigações e devidamente credenciado junto ao SIAFI para esse fim.

Todos os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial foram analisados diariamente, tomando como base os princípios e normas contábeis aplicáveis ao setor público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a Conformidade de Registro de Gestão e outros instrumentos que subsidiam o processo de análise.

O conformista não exerce qualquer cargo de autorização, aprovação, execução e controle que caracterize a segregação de função.

7.3.2 Informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício:

Durante o exercício de 2015, foram observadas as seguintes ocorrências e ressalvas mensalmente abaixo discriminadas:

Janeiro – 11 ressalvas e 04 restrições

Fevereiro – 11 ressalvas e 04 restrições

Março – 11 ressalvas e 03 restrições

Abril – 10 ressalvas e 01 restrição

Mai - 10 ressalvas e 01 restrição

Junho – 01 ressalvas e 01 restrição

Julho – 06 ressalvas e 01 restrição

Agosto – 07 ressalvas – sem restrições

Setembro – 07 ressalvas e 02 restrições

Outubro – 07 ressalvas e 02 restrições

Novembro- 08 ressalvas e 01 restrição

Dezembro – 04 ressalvas – sem restrições.

Todas as ocorrências foram sanadas até o fechamento do exercício, não havendo nenhuma restrição no mês de dezembro.

7.3.3 Tratamento contábil da depreciação

Em 2016, a Universidade Federal de Ouro Preto, UG 154046, adotou todas as medidas e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC 1.136/2008 e 1.137/2008, em conjunto com a macrofunção SIAFI 02.03.30 e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP para o tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão dos itens do patrimônio da UG.

A UFOP iniciou o processo de depreciação em 2013, onde os ajustes de valores foram efetuados em todos os bens móveis adquiridos, incorporados ou colocados em utilização a partir de janeiro de 2010, conf. Processo 9229/2013. Os cálculos são atualizados mensalmente de forma automática através de sistema desenvolvido por esta UPC. O método utilizado para depreciar os bens móveis é o das quotas constantes ou linear, que é padronizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, uma vez que a informação deve ser consistente e comparável.

Para estimar a vida útil econômica do ativo, bem como as taxas utilizadas para os cálculos da depreciação anual, foram utilizados como parâmetro os critérios estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, através da Instrução Normativa 162 de 1998, alterada pela Instrução Normativa SRF nº 130, de 10 de novembro de 1999, dentre as quais destacamos as seguintes taxas anuais de depreciação:

Móveis e Utensílios..... 10%

Veículos20%

Com a publicação da Portaria da STN Nº 548, de 24 de setembro de 2015, que trata da implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais e respectivos prazos, a UFOP desenvolveu ações a fim de dar continuidade aos procedimentos de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos seus ativos, reavaliando e atualizando os valores de todos os seus bens imóveis no SPIU e ratificando no SIAFI.

A conta de bens intangíveis não tiveram seus valores ajustados dentro do exercício de 2016, o que ocasionou a restrição 643, falta/evolução incompatível amortização do ativo intangível. Chegamos ao final do exercício com a quantia de R\$ 613.995,90 registrados na conta de Ativo Intangível. A não atualização desta conta impactou de forma pouco significativa o balanço patrimonial desta UG. Informamos ainda que, a partir de janeiro de 2017, esta atualização já está sendo efetivada pelo sistema de patrimônio da UPC, conforme processo 000354/17, volume 1.

7.4 Informação sobre apuração de custos no âmbito da Unidade

Conforme já explicitado em itens anteriores, após a fase de expansão, os processos administrativos ficaram mais complexos, tornando necessária uma readequação dos processos e procedimentos administrativos. Estão em desenvolvimento várias ações de melhoria da governança institucional com vistas ao gerenciamento dos custos institucionais. A UFOP está passando por várias mudanças que exigem o monitoramento de atividades por meio de indicadores de desempenho operacional para a mensuração dos resultados alcançados. Estão sendo realizados mapeamentos de processos para identificação dos principais gargalos bem como para redefinição dos fluxos de processos e ainda a definição dos indicadores que serão utilizados em cada processo administrativo. Esse mapeamento também tem o objetivo de subsidiar a informatização desses processos, que ainda é precário. Estão sendo empregados esforços da gestão para implantação de medidas que são de caráter emergencial em face ao atual patamar institucional e das exigências no cumprimento das determinações legais. A Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, em conjunto com a Diretoria de Orçamento e Finanças, está em fase de definição da modelagem do Sistema de Gestão Orçamentária e sua forma sistêmica com vistas ao gerenciamento dos custos da instituição das unidades acadêmicas e administrativas, bem como dos bens e serviços resultantes da atuação da instituição no cumprimento de sua missão, especialmente aqueles decorrentes dos objetivos estratégicos estabelecidos no PDI. A sistemática será estabelecida a partir de indicadores de desempenho que serão definidos com base no rol de atribuições de cada setor. Registra-se que está em fase de implementação a divisão do orçamento por meio de critérios de distribuição de recursos, já aprovados pelo Conselho Universitário, que serão alocados em respectivos de Centros de Custos, conforme explicitado no item 3.3.8.

A sistemática irá contemplar ainda as seguintes informações:

- Identificação da estrutura orgânica da UFOP responsável pelo gerenciamento de custos (PROLAD/DOF);
- Descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos;
- Identificação dos setores da UFOP os quais os custos serão apurados;
- Lógica da alocação de recursos que serão utilizadas no âmbito das unidades acadêmicas e setores administrativos para geração de informação de custos;
- Previsão dos impactos esperados na alocação do gasto público no âmbito da atuação da UFOP;
- Previsão dos impactos decorrentes da atuação da gestão, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição no gerenciamento de custos;
- Emissão de relatórios analíticos destinados ao monitoramento e gerenciamento de custos para fins de análise e tomada de decisão.

A implantação dos Centros de Custos parte de uma estratégia “gradual” dada a heterogeneidade das atividades desenvolvidas nos setores internos da instituição. Conforme já abordado na análise crítica do item 3.3.8, no contexto do planejamento tático e operacional, foi desenvolvido conjuntamente com a PROPLAD, o Plano de Gestão e Plano Anual de Ações, editado e publicado por meio de Portaria Conjunta nº 001 de março 28 de março de 2016 no qual está inserida a sistemática de apuração dos gastos por centros de custo. Em 2016 foi o Sistema de Gestão Orçamentária entrou em operação no foram definidas ações internas para a alocação e distribuição de recursos. Entretanto ressalta-se que somente o controle das despesas com materiais de consumo e auxílio financeiro a estudante estão implementadas. O foco inicial na Administração é estabelecer o

refinamento metodológico como processo contínuo instituição. A dimensão cultural ainda se mostra como desafio a ser vencido, com a mudança de gestão de um padrão burocrático para um proativo. Assim, a busca de informações a partir de uma única fonte de dados permitirá a evolução nas rotinas e consequente melhoria nas funções de planejamento e orçamento.

A Diretoria de Orçamento e Finanças agrega as atribuições de gestão do orçamento, gestão de compras e licitações, gestão de suprimentos estocáveis, gestão contábil e financeira, além de vários serviços prestados à comunidade universitária, está empreendendo ações como mapeamento de processos a partir de técnicas e metodologias contábeis para o registro, organização, demonstração, análise e acompanhamento do desempenho institucional. Destacam-se medidas como a edição e publicação do "Manual de Fiscalização de Contratos no âmbito da UFOP" e "Manual de Procedimentos para Aquisição de Mercadorias e Serviços no âmbito da UFOP" que define as atribuições e responsabilidades das áreas demandantes de processos de compras e gestão de materiais já estão vigentes. Destaca-se também o desenvolvimento de sistemas integrados de administração que abrangem módulos de Gestão Orçamentária, Requisições de Materiais e Serviços, Gerenciamento de Compras, Gerenciamento de Almoxarifado, Controle Patrimonial, Gestão de Contratos, Gestão e Controle de Bolsistas, todos de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, que permitirão maior integração de dados com os sistemas estruturantes do governo federal e, conseqüentemente, maior transparência. Entretanto todas essas ações ainda estão em andamento, seja em fase de planejamento e ou implementação, de maneira que resultados previstos ainda não foram alcançados em sua plenitude. Registra-se que esse processo é desenvolvido com um quadro deficitário e com acúmulo de tarefas nos setores e atividades diárias, demandando grande esforço e envolvimento de toda a equipe. Alia-se a este fator as paralisações decorrentes das sucessivas greves. Contudo busca-se a racionalização e otimização dos processos administrativos com vista à maior eficiência e eficácia dos recursos aplicados.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

O quadro 56 apresenta as deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.

Quadro 56 – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
210000957201141 OS 201108933 Recomendação 64167 Nº da constatação: 36			29/ 08/ 2011	29/ 08/ 2011
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Prefeitura do <i>Campus</i> Universitário - PRECAM				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>Providenciar, com a maior brevidade possível, considerando os riscos inerentes a alta densidade populacional do Campus da UFOP, a elaboração do projeto de segurança contra incêndio e pânico, por engenheiro legalmente habilitado, e o respectivo Auto de Vistoria, a ser realizada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, conforme determina a Lei Estadual nº 14.130/ 2001 e o Decreto Estadual nº 44.746/2008.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Visando a regularização de seus imóveis, a Universidade Federal de Ouro Preto conseguiu junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) que fosse permitida a apresentação fracionada dos Projetos de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico (PPCIP) de cada um dos prédios que compõem o campus universitário, desde que vinculados a um mesmo processo aberto naquela Instituição, de nome "Projeto de Prevenção e combate a incêndio do Campus Universitário Morro do Cruzeiro". À época, a Prefeitura do Campus Universitário (PRECAM) estimou que seriam necessários cerca de dois anos de trabalho contínuo de apresentação dos projetos e realização das intervenções indicadas para que fosse feita a total regularização de seus imóveis. Chegamos a licitar e encaminhar ao CBMMG, conforme comprovam os protocolos em anexo, quatro projetos (Anexo I). Porém, em virtude da grave crise financeira pela qual o País vem passando, o Governo Federal realizou diversos cortes e contingenciamentos no orçamento de seus Ministérios. Tais ações afetaram diretamente a UFOP, que sofreu um corte de 10% de suas despesas de custeio e 47% em seus investimentos somente em 2015, e passou ainda a conviver com incertezas nos repasses de recursos provenientes do Governo Federal. Diante de tais fatos, a UFOP não pôde dar a sequência prevista em seu planejamento inicial. Contudo, o cronograma de ações está sendo atualizado pela PRECAM e será apresentado à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (PROPLAD), acompanhado tanto por uma planilha de custos de cada edificação quanto por um cronograma de duração de cada prédio em separado, para que, de posse dessas informações, a PROPLAD possa realizar seu planejamento financeiro de forma a casar a disponibilidade orçamentária com as demandas financeiras dessa ação, bem como realizar novas solicitações de liberação orçamentária junto ao Ministério da Educação e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ante a importância da regularização. Encaminhamos anexas a esta manifestação algumas das planilhas de custos que já foram atualizadas. As demais serão finalizadas até o dia 08/04/2016. Por fim, ressaltamos que a maioria dos imóveis do campus universitário ocupados por repúblicas estudantis já possui o Auto de</p>				

Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), conforme Ane xo II. Tal documento é emitido após a verificação pelo CBMMG das medidas de segurança instaladas conforme previsto no PPCIP.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
23109002034201278 OS: 201203451 Recomendação 50289 Nº da constatação: 31			14/08/2012	14/08/2012
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Prefeitura do <i>Campus</i> Universitário - PRECAM				
Descrição da determinação/recomendação				
Promover a realização do inventário dos bens imóveis sob responsabilidade da UFOP, o qual deverá identificar os imóveis já incorporados ao patrimônio da Universidade, bem como aqueles não regularizados ou em processo de regularização, em observância ao disposto nos art. 94 a 96 da Lei nº 4.320/64.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Foi realizado o levantamento dos imóveis e das providências necessárias à regularização. A comissão responsável concluiu que a regularização de todos os registros imobiliários da Universidade requer grande esforço e a consecução de diversos atos administrativos técnicos e políticos. Assim, entenderam que somente um trabalho intersetorial e interdisciplinar será capaz de alcançar com sucesso o objetivo, razão pela qual sugerem desde já a criação de um setor extraordinário com dedicação integral.</p> <p>A referida comissão identificou algumas ações que já podem ser mencionadas como essenciais, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em complementação à documentação já reunida, é preciso realizar o inventário físico completo de todos os imóveis que estão sob a posse da UFOP, inclusive as repúblicas, com a ane xação dos leva ntamentos planimétricos e memoriais descritivos; • Requerer junto aos cartórios de imóveis certidões completas com todos os registros existentes em nome da UFOP e em nome das Escolas de Farmácia e de Minas; • Para os imóveis que a UFOP possui documentos, será necessário providenciar junto aos cartórios a retificação dos registros, atualizando-os e renovando-os em especial no caso de Ouro Preto em que ocorreu um incêndio; • Para os casos em que não há documentos, como é o caso do Palácio do Governo/Escola de Minas da Praça Tiradentes, ou para aqueles em que o cartório não aceitar o restauro/retificação administrativa, será preciso que a Procuradoria Federal ingresse com ações judiciais de restauro e/ou usucapião, de modo a obrigar a abertura de novos registros em nome da UFOP; • Por fim, na medida em que os registros imobiliários forem sendo resolvidos, a PRECAM deverá providenciar os 				

“habite-se” dos prédios e remetê-los à Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF para os lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, já que, apesar de não ser objeto da lei nº. 4.320/ 64, no sistema contábil patrimonial deve ser procedido o registro da depreciação dos bens móveis e imóveis, levando-a para a conta de resultados em contrapartida com a conta de depreciação acumulada.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
23109002034201278 OS: 201203451 Recomendação 50292 Nº da constatação: 35			14/ 08/ 2012	14/ 08/ 2012
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI				
Descrição da determinação/recomendação				
Elaborar Planejamento Estratégico de tecnologia da Informação – PETI e/ou Plano Diretor da Tecnologia da Informação – PDTI que represente um conjunto de decisões e ações que contemple períodos futuros, e que observem aspectos importantes, conforme determina a Instrução Normativa/SLTI nº. 04, de 12/ 11/ 2010, tais como: relato dos recursos de hardware, software, humanos e financeiros disponíveis quando do início de sua elaboração; - descrição da metodologia utilizada para sua elaboração; - descrição dos projetos a serem realizados , correlacionando as prioridades da área frente aos objetivos e às metas da instituição; - os cronogramas de suas execuções, os principais resultados/benefícios esperados; - in formações quanto aos custos previstos bem como informações sobre os fatores críticos de sucesso.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Conforme Portaria Reitoria nº 164/2016 em anexo , a UFOP instituiu seu Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI). Este Comitê possui como uma de suas atribuições, a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação da UFOP (PDTI), e que este plano esteja alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).				
Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
23109002034201278 OS: 201203451 Recomendação 50294 Nº da constatação: 36			14/ 08/ 2012	14/ 08/ 2012
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI				
Descrição da determinação/recomendação				
Formalizar a Política de Segurança da Informação (PSI), contendo as diretrizes da instituição quanto ao tratamento da segurança da informação, conforme previsto no Decreto nº. 3.505/2000 e Norma Complementar 06/IN01/ DSIC/ GSIPR, de 11/ 11/ 2009.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Conforme Portaria Reitoria nº 165/ 2016 em anexo, a UFOP instituiu seu Comitê Gestor de Segurança da Informação e				

Comunicação (CGSIC). Este Comitê possui como uma de suas atribuições elaborar a Política de Segurança da Informação e Comunicação da UFOP (PoSIC) e encaminhá-la ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação da UFOP (CGTI), para aprovação.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
23109002034201278 OS: 201203451 Recomendação 73849 Nº da constatação: 19			14/ 08/ 2012	14/ 08/ 2012
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Gerência de Contratos e Convênios - GECON				
Descrição da determinação/recomendação				
Constituir grupo de trabalho com o objetivo de reavaliar a situação das prestações de contas dos demais convênios mencionados no Relatório de Gestão 2011, no intuito de confirmar a veracidade das informações fornecidas, apresentando relatório circunstanciado à CGU-Regional/M G, acompanhado de documentações comprobatórias que suportem suas conclusões.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Diante a manifestação da CGU acompanhada do Of. Nº 7207/ 2016/CGU -M G/ CGU-PR, encaminhamos, anexas, as aprovações das Prestações de Contas dos Convênios mencionados no Relatório de Gestão 2011 (Of. Ge con nº 143/ 2013 e 005/2015). Salientamos que as aprovações se referem à documentação entregue em meio físico.</p> <p>Quanto ao convênio SICONV 723589/2009 esclarecemos que a informação anteriormente prestada se referia apenas àqueles convênios citados no Relatório de Gestão 2011. O convênio em comento findou-se de dezembro de 2014 e teve aprovada a sua prestação de contas em meio físico (documento de aprovação – Of. Gecon nº 73/2015 - anexo).</p> <p>Quanto ao preenchimento incorreto das informações no SICONV, revertemos no sistema a aprovação das contas e encaminhamos aos convenientes os Ofícios Gecon nº 021/2016 e Gecon-FEOP nº 027/2016 (cópias anexas), solicitando as devidas correções, dando-lhes prazos para preenchimento e informando as sanções cabíveis pelo não atendimento dos prazos.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
23109002034201278 OS: 201203451 Recomendação 73878 Nº da constatação: 31			14/ 08/ 2012	14/ 08/ 2012
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Prefeitura do <i>Campus</i> Universitário - PRECAM				

Descrição da determinação/recomendação
<p>Providenciar a regularização patrimonial dos imóveis em que não houve perda dos registros cartoriais. Estabelecer plano de ação com respectivo cronograma de execução e apresentá-lo à CGU, com vistas ao acompanhamento dos trabalhos efetuados.</p>
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
<p>Foi realizado o levantamento dos imóveis e providências necessárias à regularização. A comissão responsável concluiu que a regularização de todos os registros imobiliários da Universidade requer grande esforço e a consecução de diversos atos administrativos técnicos e políticos. Assim, entenderam que somente um trabalho intersetorial e interdisciplinar será capaz de alcançar com sucesso o objetivo, razão pela qual sugerem desde já a criação de um setor extraordinário com dedicação integral.</p> <p>A referida comissão identificou algumas ações que já podem ser mencionadas como essenciais, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em complementação à documentação já reunida, é preciso realizar o inventário físico completo de todos os imóveis que estão sob a posse da UFOP, inclusive as repúblicas, com a aneção dos levantamentos planimétricos e memoriais descritivos; • Requerer junto aos cartórios de imóveis certidões completas com todos os registros existentes em nome da UFOP e em nome das Escolas de Farmácia e de Minas; • Para os imóveis que a UFOP possui documentos, será necessário providenciar junto aos cartórios a retificação dos registros, atualizando-os e renovando-os em especial no caso de Ouro Preto em que ocorreu um incêndio; • Para os casos em que não há documentos, como é o caso do Palácio do Governo/Escola de Minas da Praça Tiradentes, ou para aqueles em que o cartório não aceitar o restauro/retificação administrativa, será preciso que a Procuradoria Federal ingresse com ações judiciais de restauro e/ou usucapião, de modo a obrigar a abertura de novos registros em nome da UFOP; • Por fim, na medida em que os registros imobiliários forem sendo resolvidos, a PRECAM deverá providenciar os “habite-se” dos prédios e remetê-los à Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF para os lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, já que, apesar de não ser objeto da lei nº. 4.320/64, no sistema contábil patrimonial deve ser procedido o registro da depreciação dos bens móveis e imóveis, levando -a para a conta de resultados em contrapartida com a conta de depreciação acumulada.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
23109002034201278 OS: 201203451 Recomendação 73879 Nº da constatação: 31			14/ 08/ 2012	14/ 08/ 2012
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Prefeitura do <i>Campus</i> Universitário - PRECAM				
Descrição da determinação/recomendação				
Reportar-se à Procuradoria Ge ral Federal a fim de providenciar solução para os imóveis que não possuem registros				

cartoriais, elucidando qual a viabilidade de regularização, quer seja administrativa ou judicial e proceder à regularização desses imóveis. Estabelecer plano de ação com respectivo cronograma de execução e apresentá-lo à CGU, com vistas ao acompanhamento dos trabalhos efetuados.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Foi realizado o levantamento dos imóveis e providências necessárias à regularização. A comissão responsável concluiu que a regularização de todos os registros imobiliários da Universidade requer grande esforço e a consecução de diversos atos administrativos técnicos e políticos. Assim, entenderam que somente um trabalho intersetorial e interdisciplinar será capaz de alcançar com sucesso o objetivo, razão pela qual sugerem desde já a criação de um setor extraor dinário com dedicação integral.

A referida comissão identificou algumas ações que já podem ser mencionadas como essenciais, a saber:

- Em complementação à documentação já reunida, é preciso realizar o inventário físico completo de todos os imóveis que estão sob a posse da UFOP, inclusive as repúblicas, com a ane xação dos levantamentos planimétricos e memoriais descritivos;
- Requerer junto aos cartórios de imóveis certidões completas com todos os registros existentes em nome da UFOP e em nome das Escolas de Farmácia e de Minas;
- Para os imóveis que a UFOP possui documentos, será necessário providenciar junto aos cartórios a retificação dos registros, atualizando-os e renovando-os em especial no caso de Ouro Preto em que ocorreu um incêndio;
- Para os casos em que não há documentos, como é o caso do Palácio do Governo/Escola de Minas da Praça Tiradentes, ou para aqueles em que o cartório não aceitar o restauro/retificação administrativa, será preciso que a Procuradoria Federal ingresse com ações judiciais de restauro e/ou usucapião, de modo a obrigar a abertura de novos registros em nome da UFOP;
- Por fim, na medida em que os registros imobiliários forem sendo resolvidos, a PRECAM deverá providenciar os “habite-se” dos prédios e remetê-los à Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF para os lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, já que, apesar de não ser objeto da lei nº. 4.320/64, no sistema contábil patrimonial deve ser procedido o registro da depreciação dos bens móveis e imóveis, levando-a para a conta de resultados em contrapartida com a conta de depreciação acumulada.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
23109002034201278 OS: 201205032 Recomendação 9322 Nº da constatação: 2			14/ 02/ 2013	14/ 02/ 2013
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)				
Descrição da determinação/recomendação				
Efetuar levantamento e promover o ressarcimento ao erário dos valores já pagos aos servidores que receberam o adicional de insalubridade retroativo sem apresentação da documentação comprobatória, observando -se o direito ao contraditório e				

a ampla defesa por parte dos interessados, de acordo com o art. 46 da lei nº. 8.112/90.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Foi instaurado na UFOP o processo 23109.000637/2016-69, cuja cópia segue anexa, para tramitar as apurações constantes na presente recomendação, que também foram objeto do Ofício nº. 28080/2015/CGUMG/CGU-PR, de 04 de dezembro de 2015. Diante do reduzido quadro de servidores (temos apenas um Engenheiro de Segurança no Trabalho e um Técnico em Segurança no Trabalho), foi apresentado um cronograma de atuação, por meio do Ofício nº 018/SIASS-ASO/UFOP/2016 (também anexo), que será cumprido pela Universidade. A UFOP atenderá a recomendação.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
23109002034201278 OS: 201205032 Recomendação 55664 Nº da constatação: 2			14/ 02/ 2013	14/ 02/ 2013

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)

Descrição da determinação/recomendação

Reavaliar todos os casos de concessão de adicional de insalubridade por meio de processos de despesas de exercícios anteriores, considerando a exigência legal de emissão de laudo técnico conforme regulamentação e portaria de localização para todo o período requisitado.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Foi instaurado na UFOP o processo 23109.000637/2016-69, cuja cópia segue anexa, para tramitar as apurações constantes na presente recomendação, que também foram objeto do Ofício nº. 28080/2015/CGUMG/CGU-PR, de 04 de dezembro de 2015. Diante do reduzido quadro de servidores (temos apenas um Engenheiro de Segurança no Trabalho e um Técnico em Segurança no Trabalho), foi apresentado um cronograma de atuação, por meio do Ofício nº 018/SIASS-ASO/UFOP/2016 (também anexo), que será cumprido pela Universidade. A UFOP atenderá a recomendação.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
23109002034201278 OS: 201205032 Recomendação 78294 Nº da constatação: 2			14/ 02/ 2013	14/ 02/ 2013

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)

Descrição da determinação/recomendação

Encaminhar à Controladoria Geral da União no Estado de Minas Gerais cópia dos levantamentos realizados, bem como memória de cálculo dos valores a restituir, para os casos devidos.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Foi instaurado na UFOP o processo nº 23109.000637/2016 -69, cuja cópia segue anexa, para tramitar as apurações constantes na presente recomendação, que também foram objeto do Ofício nº. 28080/20 15/ CGUM G/ CGU-PR, de 04 de dezembro de 2015. Diante do reduzido quadro de servidores (temos apenas um Engenheiro de Segurança no Trabalho e um Técnico em Segurança no Trabalho) foi apresentado um cronograma de atuação, por meio do Ofício nº 018/SIASS - ASO/UFOP/ 2016 (também anexo), que será cumprido pela Universidade. A UFOP atenderá a recomendação.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
00210.002409/2015-80 OS 201505630 Recomendação 160042			11/ 04/ 2016	11/ 04/ 2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis - PRACE				
Descrição da determinação/recomendação				
Definir metas e criar indicadores que permitam o monitoramento e avaliação do desempenho do Pnaes no âmbito da UFOP.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foram contempladas no Plano de Desenvolvimento institucional (PDI) da UFOP, período 2016 -2025, item 10.7 (Assistência Estudantil, Objetivo 01), através da seguinte ação “Implementação de estudos para avaliação da assistência estudantil e estabelecimento de mecanismos de avaliação da assistência estudantil institucional, a fim de conhecer seus impactos nos índices de evasão e retenção nos cursos de graduação presencial da UFOP”.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
00210.002409/2015-80 OS 201505630 Recomendação 160043			11/ 04/ 2016	11/ 04/ 2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis - PRACE				
Descrição da determinação/recomendação				
Definir mecanismos de controle das taxas de evasão e retenção de alunos com vulnerabilidade socioeconômica assistidos por ações do Pnaes.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foram contempladas no Plano de Desenvolvimento institucional (PDI) da UFOP, período 2016 -2025, item 10.7 (Assistência Estudantil, Objetivo 01), através da seguinte ação “Implementação de estudos para avaliação da assistência estudantil e estabelecimento de mecanismos de avaliação da assistência estudantil institucional, a fim de conhecer seus				

impactos nos índices de evasão e retenção nos cursos de graduação presencial da UFOP”.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
00210.002410/2015-12 OS 201505625 Recomendação 160647			06/ 05/ 2016	06/ 05/ 2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Gerência de Contratos e Convênios - GECON				
Descrição da determinação/recomendação				
Inserir guia, em página apropriada da Ufop na Internet, onde poderão ser consultadas as orientações e modelos de documentos para instrução de processos de contratação com as suas fundações de apoio, em atendimento a comandos do inciso V do § 1º e § 2º do Decreto nº 7.423/2010.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A página da Gerência de Contratos e Convênios (GECON) da UFOP na internet está sendo reformulada, e dela constarão as informações solicitadas. Espera-se o término da reformulação, para atender, inclusive, o disposto na Resolução CEPE nº 7000 (que dispõe sobre a regulamentação da participação de docentes, técnicos administrativos e discentes em projetos com suporte das Fundações de Apoio da Universidade Federal de Ouro Preto). O link para acesso é: http://www.dof.ufop.br/gecon				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
00210.002410/2015-12 OS 201505625 Recomendação 160648			06/ 05/ 2016	06/ 05/ 2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Gerência de Contratos e Convênios - GECON				
Descrição da determinação/recomendação				
Implementar a sistemática de gestão, controle e fiscalização de convênios e contratos com fundações de apoio, prevista e aprovada pela Resolução Cepe nº 4.600/2011.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Em resposta ao Ofício nº 3232/2016-TCU-SECEX-MG, o Reitor da Universidade Federal de Ouro Preto, por meio do Ofício Reitoria nº 026/2017, assevera que “Visando aprimorar a sistemática de gestão, controle e fiscalização de contratos/convênios celebrados com fundamento na Lei nº 8958/94, assim como dar ampla publicidade sobre a relação da Universidade com suas Fundações de Apoio, foi criada uma Comissão no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) em março de 2016, composta por diretores de Unidades Acadêmicas, Pró-reitores, membros de Fundação de apoio e representantes docentes e técnico-administrativos. Como resultado do trabalho dessa Comissão, foi aprovada em 06 de dezembro de 2016 a Resolução CEPE 7000/2016, (disponível em http://www.soc.ufop.br/files/RESOLUCAO_CEPE_7000.pdf), que dispõe sobre todo o fluxo de tramitação dos projetos				

na Universidade (Anexo I da Resolução), desde o encaminhamento do projeto com o Plano de Trabalho à Gerência de Contratos e Convênios (Gecon), até a aprovação da Prestação de Contas. A publicação da nova norma de execução de projetos em conjunto com fundações de apoio (Resolução CEPE 7000/2016) possibilitará um maior acompanhamento/controlado sobre os projetos; seja mediante a obrigatoriedade da apresentação de prestação de contas parciais; seja mediante a obrigatoriedade da apresentação, pela Gecon, de análise técnica, objetiva e crítica, levando em conta a relação entre os gastos realizados, a realidade social e os objetivos do projeto; seja pela aprovação final pelas Assembleias Departamentais e Conselhos Diretores das Unidades de lotação do Coordenador do projeto”. Foi demandado ao Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI/UFOP o desenvolvimento de um sistema informatizado visando atender as demandas da Gecon.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
00210.002410/2015-12 OS 201505625 Recomendação 164215			03/ 10/ 2016	03/ 10/ 2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)				
Descrição da determinação/recomendação				
Promover, nos termos do "caput" do art. 143 da Lei nº 8.112/ 1990, a apuração de responsabilidades pelo descumprimento ao disposto no § 3º, art. 1º, da Portaria CGU nº 1.043, de 24/07/2007, que estabelece o prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da ocorrência do fato ou ato de que tratam, para o registro dos processos disciplinares instaurados pela Ufop no Sistema CGU-PAD.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Não foram apresentadas as justificativas e medidas.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
00210.002410/2015-12 OS 201505625 Recomendação 164216			03/ 10/ 2016	03/ 10/ 2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Assessoria Técnica da Reitoria				
Descrição da determinação/recomendação				
Alterar os normativos internos que tratam de procedimentos administrativos disciplinares, de forma a refletir as regras emitidas pelo Órgão Central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foi encaminhado ao Magnífico Reitor o Ofício ATR nº 03/ 2017, com a solicitação de que o Conselho Universitário da				

UFOP (CUNI) proceda à revisão dos normativos disciplinares da Instituição. Solicita-se a prorrogação do prazo por 180 dias, para que a matéria seja discutida nas devidas comissões do CUNI e seja encaminhada para deliberação pelo plenário do Conselho.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
00210.002410/2015-12 OS 201505625 Recomendação 164219			03/ 10/ 2016	03/ 10/ 2016

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)

Descrição da determinação/recomendação

Adotar todas as medidas administrativas necessárias para garantir o cadastramento, em 120 dias, no sistema CGU -PAD, dos processos disciplinares (PADs e Sindicâncias) instaurados na Ufop, bem como inserir todos os dados pertinentes ao seu histórico, iniciando pelo mais recente e retroagindo até os processos disciplinares encerrados em 2006, em atendimento ao disposto no art. 4º da Portaria CGU nº 1.043, de 24/07/2007.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

A UFOP promoveu um levantamento das sindicâncias e dos processos disciplinares instaurados e não concluídos. Esta listagem foi encaminhada a CGU/MG através do Ofício CGP/ PROAD/ UFOP nº. 298/2016.

Conforme relato no ofício acima descrito boa parte dos processos já incorreu em prescrição punitiva. Há também processos que envolvem discentes, o que escapa do controle da Lei nº. 8.112/90 e dos registros do sistema CGU-PAD.

Assim, em que pese o teor da recomendação supracitada, não é possível dar prosseguimentos aos processos, tampouco cadastrá-los intempestivamente. Por outro lado, os novos processos (fatos e representações) estão sendo prontamente apurados e lançados no sistema próprio.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
00210.002410/2015-12 OS 201505625 Recomendação 164220			03/ 10/ 2016	03/ 10/ 2016

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Assessoria Técnica da Reitoria

Descrição da determinação/recomendação

Aprimorar a representação dos macroprocessos relacionados ao controle das atividades de correição, identificando os pontos críticos, com correspondente adequação na gestão de riscos e dos controles internos pelo setor responsável.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Conforme informado na Recomendação nº 164216, foi encaminhado ao Magnífico Reitor o Ofício ATR nº 03/2017, em

anexo, com a solicitação de que o Conselho Universitário da UFOP (CUNI) proceda à revisão dos normativos disciplinares da Instituição. Para atendimento àquela recomendação, solicitamos a prorrogação do prazo por 180 dias, de tal forma que solicitamos o mesmo prazo para atendimento desta. Salientamos a UFOP iniciou um levantamento do histórico de todas as sindicâncias e processos disciplinares abertos na instituição nos últimos 5 anos, visando representar todos os macroprocessos relacionados às atividades de correição e identificar os pontos críticos.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
00210.002410/2015-12 OS 201505625 Recomendação 164221			03/ 10/ 2016	03/ 10/ 2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)				
Descrição da determinação/recomendação				
Promover, nos termos do "caput" do art. 143 da Lei nº 8.112/90, as medidas administrativas cabíveis com vistas à apuração das situações que indicam a acumulação de cargos com incompatibilidade de horários para os servidores cujos CPFs são relacionados a seguir, observando os princípios do contraditório e da ampla defesa: ***.807.796-**, ***.221.466-**, ***.204.916-**, ***.694.656-**, ***.701.896-**, ***.400.756-**, ***.584.976-**, ***.679.666-**, ***.435.906-**, ***.611.717-**, ***.42.746-**, ***.389.226-**, ***.817.666-**, ***.935.291-**, ***.675.356-**, ***.623.336-**, ***.213.686-**, ***.182.526-**, ***.456.086-**, ***.775.096-**, ***.045.096-**, ***.130.926-**, ***.200.286-**, ***.350.056-**, ***.369.857-**, ***.368.146-**, ***.523.923-**, ***.893.926-**, ***.613.207-**, ***.367.206-**, ***.339.917-** e ***.926.406-**.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foram instaurados os devidos processos administrativos de apuração dos indícios apresentados pela CGU. Cabe esclarecer que alguns processos já foram apurados e esclarecidos pela UFOP, conforme descrição do Ofício CGP/PROAD/UFOP nº. 280/2016, datado de 07/10/2016, já encaminhado a CGU/MG. Os demais casos relacionados pela equipe de auditoria da CGU ainda estão em apuração.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
00210.002410/2015-12 OS 201505625 Recomendação 164222			03/ 10/ 2016	03/ 10/ 2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)				
Descrição da determinação/recomendação				
Promover, nos termos do "caput" do art. 143 da Lei nº 8.112/90, as medidas administrativas cabíveis com vistas à apuração das situações que indicam a possível acumulação indevida de cargos públicos dos servidores cujos				

CPFs são relacionados a seguir, observando os princípios do contraditório e da ampla defesa: ***.807.796-**, ***.400.756-** e ***.611.717-**.
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Foram instaurados os devidos processos administrativos de apuração dos indícios apresentados pela CGU. Cabe esclarecer que alguns processos já foram apurados e esclarecidos pela UFOP, conforme descrição do Ofício CGP/PROAD/UFOP nº. 280/ 2016, datado de 07/10/2016, já encaminhado a CGU/M G. Os demais casos relacionados pela equipe de auditoria da CGU ainda estão em apuração.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
00210.002410/2015-12 OS 201505625 Recomendação 164223			03/ 10/ 2016	03/ 10/ 2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)				
Descrição da determinação/recomendação				
Promover, nos termos do "caput" do art. 143 da Lei nº 8.112/90, as medidas administrativas cabíveis com vistas à apuração das situações nas quais o servidor figura como gerente ou administrador de sociedade privada, personificada ou não personificada, para os servidores cujos CPFs são relacionados a seguir, observando os princípios do contraditório e da ampla defesa: ***.421.726-**, ***.472.026-**, ***.925.776-**, ***.611.717-**, ***.542.746-**, ***.213.686-**, ***.182.526-**, ***.350.056-**, ***.368.146-**, ***.523.923-**, ***.353.956-**, ***.893.926-**, ***.444.246-**, ***.673.126-**, ***.137.237-** e ***.926.406-**.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foram instaurados os devidos processos administrativos de apuração dos indícios apresentados pela CGU. Cabe esclarecer que alguns processos já foram apurados e esclarecidos pela UFOP, conforme descrição do Ofício CGP/PROAD/UFOP nº. 280/2016, datado de 07/10/2016, já encaminhado a CGU/MG. Os demais casos relacionados pela equipe de auditoria da CGU ainda estão em apuração.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
00210.002410/2015-12 OS 201505625 Recomendação 164224			03/ 10/ 2016	03/ 10/ 2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)				
Descrição da determinação/recomendação				
Refazer todos os laudos técnicos que amparam o pagamento do adicional de insalubridade dos servidores da Ufop, observando a estratificação descrita na Análise do Controle Interno desta Constatação, adequando-os às exigências da ON				

Segep/MPOG nº 06/2013, de modo que os laudos sejam elaborados por servidor público com especialização em medicina do trabalho ou segurança do trabalho e evidenciem a habitualidade da exposição do servidor a circunstâncias ou condições insalubres, ou seja, a exposição em tempo igual ou superior à metade da carga horária de trabalho do servidor.
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
A UFOP acata a recomendação e já está tomando as devidas providências.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
00210.002410/2015-12 OS 201505625 Recomendação 164225			03/ 10/ 2016	03/ 10/ 2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>Suspender o pagamento do adicional de insalubridade aos 100 servidores que compuseram a amostra de auditoria, cujos CPFs são listados a seguir, para os quais não foi apresentada nenhuma documentação que ampare o pagamento da rubrica, ou providenciar tal documentação e encaminhá-la à CGU-Regional/MG, no prazo de 60 dias do recebimento deste relatório:</p> <p>***.843.506-**, ***.732.236-**, ***.011.477-**, ***.175.046-**, ***.231.788-**, ***.323.616-**, ***.430.756-**, ***.921.246-**, ***.013.826-**, ***.944.906-**, ***.425.426-**, ***.665.156-**, ***.011.846-**, ***.069.166-**, ***.648.706-**, ***.062.206-**, ***.382.346-**, ***.897.296-**, ***.683.886-**, ***.143.046-**, ***.285.436-**, ***.954.946-**, ***.780.726-**, ***.514.076-**, ***.710.266-**, ***.196.716-**, ***.659.036-**, ***.321.836-**, ***.399.676-**, ***.632.339-**, ***.969.446-**, ***.169.096-**, ***.932.506-**, ***.247.426-**, ***.892.269-**, ***.796.670-**, ***.851.886-**, ***.254.426-**, ***.097.926-**, ***.367.406-**, ***.189.766-**, ***.881.166-**, ***.964.136-**, ***.412.126-**, ***.239.036-**, ***.100.616-**, ***.062.746-**, ***.202.956-**, ***.634.696-**, ***.583.146-**, ***.761.486-**, ***.925.416-**, ***.636.046-**, ***.335.296-**, ***.243.576-**, ***.997.467-**, ***.806.363-**, ***.643.548-**, ***.443.436-**, ***.585.079-**, ***.105.106-**, ***.036.466-**, ***.512.136-**, ***.201.026-**, ***.340.416-**, ***.581.006-**, ***.663.536-**, ***.955.266-**, ***.149.556-**, ***.444.506-**, ***.861.586-**, ***.255.156-**, ***.137.237-**, ***.859.836-**, ***.828.516-**, ***.418.306-**, ***.821.766-**, ***.502.006-**, ***.834.366-**, ***.747.188-**, ***.736.436-**, ***.158.466-**, ***.363.256-**, ***.558.366-**, ***.546.926-**, ***.004.936-**, ***.700.966-**, ***.619.076-**, ***.103.468-**, ***.490.256-**, ***.866.486-**, ***.082.586-**, ***.977.626-**, ***.286.606-**, ***.445.926-**, ***.099.677-**, ***.059.146-**, ***.733.056-**, ***.492.236-** e ***.497.416-**.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Foi localizado nos arquivos institucionais o processo administrativo nº. 23109.000951/2004 -16, contendo as Portarias que não foram localizadas pela equipe de auditoria da CGU/MG quando dos trabalhos “in loco” na UFOP. Assim, resta temerária a suspensão recomendada, sob pena de causar prejuízos aos servidores com consequente responsabilização da Universidade. Não obstante, todos devem ser revisados, conforme disposto nas recomendações de números 164226 e				

164224.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
00210.002410/2015-12 OS 201505625 Recomendação 164229			03/ 10/ 2016	03/ 10/ 2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)				
Descrição da determinação/recomendação				
Implementar controles internos, de forma a verificar, periodicamente, a ocorrência de eventual infração ao cumprimento da jornada de trabalho pelos servidores da Universidade.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>A implementação do controle eletrônico de frequência será uma importante ferramenta na verificação e combate ao descumprimento da jornada de trabalho, prevista para implementação em 30/04/2017. Ademais, a Instituição continua realizando estudos sobre quais outras formas de verificação poderiam ser adotadas.</p> <p>Contudo, a UFOP passará por uma troca de sua Reitoria a partir de 20/02/2017, motivo pelo qual solicitamos a prorrogação de prazo para atendimento à Recomendação, para que a próxima gestão tome conhecimento de seu teor e decida quais providências devem ser tomadas pela UFOP para atendê-la.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
00210.002410/2015-12 OS 201505625 Recomendação 164231			03/ 10/ 2016	03/ 10/ 2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)				
Descrição da determinação/recomendação				
Adotar as medidas administrativas cabíveis visando à notificação da ex-servidora CPF ***.484.766-** para quitação da dívida por meio de pagamento mediante Guia de Recolhimento da União - GRU.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Não foram apresentadas as justificativas e medidas.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação</i>	<i>Data da ciência</i>

			<i>expedida</i>	
00210.002410/2015-12 OS 201505625 Recomendação 164234			03/ 10/ 2016	03/ 10/ 2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Gerência de Contratos e Convênios - GECON				
Descrição da determinação/recomendação				
Implementar a sistemática de gestão, controle e fiscalização de convênios e contratos com fundações de apoio, prevista e aprovada pela Resolução Cepe nº 4.600/2011.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Em resposta ao Ofício 3232/2016-TCU-SECEX-MG, o Reitor da Universidade Federal de Ouro Preto, por meio do Ofício Reitoria nº 026/2017, assevera que “Visando aprimorar a sistemática de gestão, controle e fiscalização de contratos/convênios celebrados com fundamento na Lei nº 8958/94, assim como dar ampla publicidade sobre a relação da Universidade com suas Fundações de Apoio, foi criada uma Comissão no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) em março de 2016, composta por diretores de Unidades Acadêmicas, Pró -reitores, membros de Fundação de apoio e representantes docentes e técnico-administrativos. Como resultado do trabalho dessa Comissão, foi aprovada em 06 de dezembro de 2016 a Resolução CEPE 7000/2016, (disponível em http://www.soc.ufop.br/files/RESOLUCAO_CEPE_7000.pdf), que dispõe sobre todo o fluxo de tramitação dos projetos na Universidade (Anexo I da Resolução), desde o encaminhamento do projeto com o Plano de Trabalho à Gerência de Contratos e Convênios (Gecon), até a aprovação da Prestação de Contas. A publicação da nova norma de execução de projetos em conjunto com fundações de apoio (Resolução CEPE 7000/2016) possibilitará um maior acompanhamento/controle sobre os projetos; seja mediante a obrigatoriedade da apresentação de prestação de contas parciais; seja mediante a obrigatoriedade da apresentação, pela Gecon, de análise técnica, objetiva e crítica, levando em conta a relação entre os gastos realizados, a realidade social e os objetivos do projeto; seja pela aprovação final pelas Assembleias Departamentais e Conselhos Diretores das Unidades de lotação do Coordenador do projeto”. Foi demandado ao Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI/UFOP o desenvolvimento de um sistema informatizado visando atender as demandas da Gecon.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
00210.002410/2015-12 OS 201505625 Recomendação 164236			03/ 10/ 2016	03/ 10/ 2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)				
Descrição da determinação/recomendação				
Adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis visando verificar a possibilidade de cobrança do débito do espólio ou dos sucessores da servidora falecida CPF ***.873.776 -**, até o limite do patrimônio eventualmente transferido.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Para fins de melhor identificação, foi solicitado o número completo do CPF ou o número da matrícula SIAPE da servidora				

falecida.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
TC 014.508/2005-9	789/2010	Subitem 1.4.1		
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>Proceda a correção da remuneração dos servidores que recebem rubricas judiciais referentes à função de confiança considerando, no cálculo da FC, o valor do vencimento básico do cargo de Professor de 3º grau (com doutorado e dedicação exclusiva) em 08/04/1998, aplicando apenas os aumentos lineares concedidos aos servidores públicos federais e excluindo a GED da base de cálculo, dispensando-se a devolução dos valores indevidamente percebidos de boa-fé, tendo em vista o disposto na súmula TCU nº. 249.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Foram apresentados recursos administrativos nos termos do Estatuto Geral da Fundação Universidade de Ouro Preto, sendo que todos tiveram provimento negado pelo Conselho Universitário. Ato contínuo, a Coordenadoria de Gestão de Pessoas notificou todos os afetados sobre a redução dos vencimentos/ proventos a partir do mês de março de 2015. Inconformados, recorreram à tutela jurisdicional e obtiveram junto à Subseção Judiciária de Ponte Nova da Justiça Federal em Minas Gerais, nos autos do processo nº. 12-67.2016.4.01.3822 (ação ordinária), uma nova liminar que impede que a UFOP promova a redução determinada pelo TCU. Face à judicialização, o caso está agora sob os cuidados da Procuradoria Federal em Minas Gerais (A GU/PF-MF). Tudo está autuado no processo administrativo UFOP nº. 23.109.002828/2010-70.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
TC 019.760/2007-9	2299/2010	1.5		
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>1.5 Determinar à Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP/MG que:</p> <p>(...)</p> <p>1.5.6. reveja o enquadramento (mudança de cargos) de todos os servidores indevidamente beneficiados pela Resolução/CUNI 252/ 94, restituindo-os aos cargos/classe/padrão originais, de dezembro de 1993, incluindo os inativos, dispensando os servidores da devolução dos valores recebidos indevidamente, na medida em que as funções inerentes aos cargos foram efetivamente exercidas durante todo o período (subitem 5.3.1.1 do Demonstrativo das Constatações - Anexo I ao Relatório 189776/CGU-MG).</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Apesar de todos os esforços da Administração na tentativa de caracterizar a prescrição, a UFOP possui hoje uma determinação de retornar todos os servidores reenquadrados entre 1993 e 2003 (revisão do enquadramento de 1987) aos respectivos cargos de origem. Assim, em respeito ao contraditório e à ampla defesa, todos os servidores afetados foram devidamente notificados e apresentaram defesas que, em geral, requereram cópias dos respectivos processos de</p>				

reenquadramento. Tais pedidos foram deferidos, razão pela qual se fez necessário buscar no Arquivo Central da UFOP, todos estes processos, que foram disponibilizados aos requerentes. Todos os servidores apresentaram suas manifestações.

Mister constar que o Tribunal de Contas da União, em trabalho de monitoramento de gestão, vinha insistentemente cobrando da UFOP o pleno cumprimento do Acórdão nº. 3347/2011 – Segunda Câmara (fls.02/ 05)

Por esta razão fez-se necessário promover o cumprimento da determinação imposta pelo Tribunal de Contas da União, qual seja, que a administração da UFOP anule as decisões do Conselho Universitário que promoveram as revisões do enquadramento praticado em 1987, em especial a anulação da Resolução CUNI nº. 252/1994.

Contudo, o Estatuto Geral da Universidade, bem como o seu Regimento Geral, estabelecem o Conselho Universitário (CUNI) como órgão deliberativo máximo, impedindo assim que até mesmo o Reitor anule atos praticados por esse órgão colegiado. Somente o próprio CUNI pode rever ou anular os seus atos. Por esta razão os autos foram enviados ao Conselho Universitário para deliberação.

Após a remessa dos autos ao Conselho Universitário sobrevieram dois importantes fatos que merecem destaque:

1. O ato de concessão da aposentadoria à servidora Eni Lucas de Carvalho Moreira foi julgado como ilegal pelo TCU pelos mesmos motivos ora em apreço, o que motivou sua notificação sobre a interrupção do pagamento dos proventos. Indignada, a servidora recorreu à Justiça Federal que lhe concedeu Liminar no processo MS nº. 00014.2015.00013822.1.00261/000136, determinando à UFOP abster-se de cumprir a ordem do TCU. Tal decisão fundamentou-se, sobretudo, na ausência da garantia do contraditório à servidora na tramitação processual ocorrida no próprio TCU, bem como no grande tempo transcorrido, “suficiente para gerar na parte legítima e expectativa quanto à legalidade do benefício” (fls. 2.344/2.348).
2. Igualmente, o ato de concessão da aposentadoria à servidora Telma Maria de Assis foi julgado como ilegal. A servidora apresentou um recurso administrativo ao próprio TCU que, por meio do Acórdão nº. 3361/2015 – 2ª Câmara, de 16/06/2015, reviu o seu posicionamento passando a considerar os princípios da segurança jurídica, razoabilidade e proporcionalidade face ao longo tempo transcorrido desde a questionada ascensão funcional. Assim, o TCU acatou, ainda que indiretamente, a defesa apresentada pela Universidade em 2005 que já havia sido aceita pelo Ministério Público Federal.

Diante de tal jurisprudência, a Comissão de Legislação e Recursos (CLR) do Conselho Universitário (CUNI) analisou o caso considerando que os atos considerados ilegais pelo TCU justificaram-se pelos vícios cometidos em 1987, antes, portanto, da vigência da Constituição da República de 1988, razão pela qual foram tomados dentro da legalidade vigente à época. Ainda que tal interpretação não seja pacífica, o Ministério Público Federal, o Poder Judiciário e o próprio TCU já reconhecem que o longo tempo transcorrido gera aos servidores afetados uma expectativa de que os atos foram legais, o que justifica a sua manutenção, sob pena de irreparáveis prejuízos à estabilidade financeira e social das pessoas.

Ademais, diante do novo entendimento do TCU expresso no citado Acórdão nº. 3361/2015 – 2ª Câmara, de 16/06/2015, mostra-se temerário a UFOP alterar a situação funcional de todos os servidores envolvidos, pois há clara divergência entre os entendimentos de 1998 e de 2015 do Tribunal. Destacou-se o seguinte trecho do voto do Ministro Relato do TCU (TC007.553/2012-9):

A fluência de tão longo período de tempo terminou, no caso concreto, consolidando justas expectativas no espírito da servidora aposentada, e também inculcando nela a confiança da plena regularidade dos atos estatais praticados. Não é justificável, pois, romper abruptamente a situação de estabilidade consolidada temporalmente, entre o agente estatal e o Poder Público.

Logo, a CLR recomendou ao CUNI seguir o novo entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União, mantendo assim a vigência da Resolução CUNI nº. 252/1994 e demais conexas. Tal parecer foi debatido, votado e aprovado pelo Conselho em 25/08/2015 em sua 284ª Reunião Ordinária, resultando na Resolução CUNI nº. 1.770. Não obstante, após receber ameaças de multa pela SECEX-MG, os ímclitos Conselheiros, em reunião realizada no dia 17 de março de 2016, por meio da Resolução CUNI nº. 1.799, reiterada pela Resolução nº. 1810 decidiram revogar a Resolução CUNI nº. 1.770 e determinar o cumprimento do Acórdão do TCU.

Com efeito, já esgotadas as medidas administrativas e ante a manifestação do órgão deliberativo máximo da Universidade, coube à Coordenadoria de Gestão de Pessoas tão somente executar a determinação. Ant es, porém, considerando o grande lapso temporal desde a instauração dos autos, foi preciso atualizar as informações acerca da situação funcional dos servidores interessados, bem como eventuais decisões individuais (aposentados que já tiveram sua aposentadoria julgada “legal”).

Em outubro de 2016 ficou determinada a notificação de todos os servidores interessados, com exceção daqueles cujos atos de aposentadoria já foram julgados como “legais” pelo próprio TCU.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
TC 014.508/2005-9	3117/2010	Subitem 9.2.2		
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)				
Descrição da determinação/recomendação				
Promova o levantamento e ressarcimento, na forma da Súmula TCU n.º 235, aos cofres da Entidade das parcelas pagas, a título de dedicação exclusiva, aos servidores de matrículas n.º 0418917, 2208799, 2176371, 2176285 e 0417894, no período em que os mesmos exerceram outra atividade remunerada, em descumprimento aos artigos 14 e 15 do Decreto n.º 94.664/87.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Com relação ao servidor de matrícula 2.208.799, há e m curso uma ação judicial de cobrança, nos autos de número 2004.38.00.038643-1, em curso no TRF-1, que pode ser consultada em http://portal.trf1.jus.br/sjmg (processo UFOP n.º 0438/2004) - a UFOP não adotará nenhum procedimento administrativo enquanto durar a ação judicial. Já em relação aos servidores de matrícula 2.176.371 e 2.176.285, embora tenham apresentado defesa nos termos do Art. 133 da Lei n.º 8.112/1990, diante do entendimento divergente da CGU, serão os seus respectivos processos administrativos imediatamente continuados (processos UFOP n.º 0440/ 2004 e 0441/2004). Já com relação ao servidor de matrícula 0.417.894, que se aposentou, será notificado separadamente (processo UFOP n.º 0489/2004).				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
TC 022832/ 2009-8	3395/2011	Subitem 9.4		
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)				
Descrição da determinação/recomendação				

Determinar à Universidade Federal de Minas Gerais que: 9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando -se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;

9.4.2. comunique a interessada cujo ato foi considerado ilegal a respeito deste acórdão, alertando -a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento dos recursos;

9.4.3. efetue a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, de acordo com as seguintes orientações:

9.4.3.1. a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras, concedida em razão de sentença judicial, deverá ser convertida em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI, levando em consideração o valor pago em 1º de janeiro de 1991;

9.4.3.2. a partir de 1º janeiro de 1991, até a edição do Plano de Cargos e Salários aprovado pela Lei nº 11.091/2005, de 12/1/2005, o valor apurado naquela data somente será alterado com base nos reajustes gerais concedido aos servidores públicos federais;

9.4.3.3. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, e a nova remuneração seja superior à anteriormente paga, o valor da VPNI deverá ser definitivamente extinto; caso contrário, nova VPNI deverá ser definida, a qual deverá corresponder à diferença entre essas duas remunerações; e

9.4.3.4. a partir de 12/1/ 2005, caso o aposentado não tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/ 2005, a remuneração anterior será mantida e o valor da VPNI continuará sendo alterado unicamente em razão dos reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais e absorvidos por reajustes reais concedidos à categoria, ou seja, editada lei específica aprovando novo plano de cargos e salários;

9.4.4. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópias dos documentos que comprovem a data em que a interessada listada no subitem 9.2 teve ciência desta deliberação;

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

A Universidade Federal de Ouro Preto irá aguardar a sentença de mérito que será proferida pela 15ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, para dar ou não cumprimento ao referido acórdão. Até a decisão a UFOP acompanhará o processo judicial nº. 0058125-56.2011.01.3800.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
TC 014.508/2005-9	5015/2011	Subitem 9.2.2		

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)

Descrição da determinação/recomendação

Promova o levantamento e ressarcimento, na forma da Súmula TCU n.º 235, aos cofres da Entidade das parcelas pagas, a título de dedicação exclusiva, aos servidores de matrículas n.º 0418917, 2208799, 2176371, 2176285 e 0417894, no período em que os mesmos exerceram outra atividade remunerada, em descumprimento aos artigos 14 e 15 do Decreto n.º 94.664/87.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Com relação ao servidor de matrícula 2.208.799, há em curso uma Ação Judicial de cobrança, nos autos de número

2004.38.00.038643-1, em curso no TRF-1, que pode ser consultada em <http://portal.trf1.jus.br/simg> (processo UFOP nº. 0438/2004) - a UFOP não adotará nenhum procedimento administrativo enquanto durar a ação judicial. Já em relação aos servidores de matrícula 2.176.371 e 2.176.285, embora tenham apresentado defesa nos termos do Art. 133 da Lei nº. 8.112/1990, diante do entendimento divergente do CGU, serão os seus respectivos processos administrativos imediatamente continuados (processos UFOP nº. 0440/2004 e 0441/2004). Já com relação ao servidor de matrícula 0.417.894, que se aposentou, será notificado separadamente (processo UFOP nº. 0489/2004).

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
TC 022.832/2009-8	1041/2016	Subitem 1.7		

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)

Descrição da determinação/recomendação

Determinar à Fundação Universidade Federal de Ouro Preto que:

1.7.1. em caso de decisão desfavorável ao interessado no processo 0058125 -56.2011.01.3800, que tramita na 15ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais:

1.7.1.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da decisão no referido processo judicial, os pagamentos para o ato ora apreciado pela ilegalidade;

1.7.1.2. promova o retorno do servidor à atividade para completar os requisitos para aposentadoria segundo os critérios vigentes à época da nova concessão;

1.7.2. comunique ao interessado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, o inteiro teor desta deliberação.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

O Processo Administrativo Nº. 23109.03747-95-23 foi remetido a Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Ouro Preto para manifestação. Após análise a esta Procuradoria manifestou-se nos seguintes termos:

“Portanto, considerando o teor da tutela antecipada na sentença (fls. 124) e, que a apelação interposta pela UFOP foi recebida somente no efeito devolutivo (fls. 118) e encontra-se pendente de julgamento pelo TRF da 1ª Região, cabe à UFOP suspender em relação ao servidor Aldeci Silva, o cumprimento do Acórdão TCU nº. 3395/2011, abstendo-se de reduzir os proventos ou restabelecendo-os ao patamar anterior, caso a redução já tenha sido efetivada.”

Como até o presente momento não houve julgamento do mérito, a UFOP irá aguardar a sentença que será proferida pela 15ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, para dar ou não cumprimento ao referido acórdão.

Caracterização da determinação/recomendação do TCU

<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
TC 011.706/2014-7	2780/2016	Subitem 9.1		

Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação

Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)

Descrição da determinação/recomendação

9.1 com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, determinar às unidades jurisdicionadas em que tenham sido identificados os **19.520 indícios** de pagamento indevido de pensão a filha solteira, maior de 21 anos, em desacordo com os fundamentos do artigo 5º, parágrafo único, da Lei 3.373/1958 e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União,

a adoção das seguintes providências:

9.1.1. tendo por base os fundamentos trazidos no voto, a prova produzida nestes autos e outras que venham a ser agregadas pelo órgão responsável, promover o contraditório e a ampla defesa das beneficiárias contempladas com o pagamento da pensão especial para, querendo, afastar os indícios de irregularidade a elas imputados, os quais poderão conduzir à supressão do pagamento do benefício previdenciário, caso as irregularidades não sejam por elas elididas:

9.1.1.1 recebimento de renda própria, advinda de relação de emprego, na iniciativa privada, de atividade empresarial, na condição de sócias ou representantes de pessoas jurídicas ou de benefício do INSS;

9.1.1.2 recebimento de pensão, com fundamento na Lei 8.112/1990, art. 217, inciso I, alíneas “a”, “b” e “c”;

9.1.1.3 recebimento de pensão com fundamento na Lei 8.112/1990, art. 217, inciso I, alíneas “d” e “e” e inciso II, alíneas “a”, “c” e “d”;

9.1.1.4 titularidade de cargo público efetivo federal, estadual, distrital ou municipal ou de aposentadoria pelo Regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público,

9.1.1.5 ocupação de cargo em comissão, de cargo com fundamento na Lei 8.745/1993, de emprego em sociedade de economia mista ou em empresa pública federal, estadual, distrital ou municipal;

9.1.2 fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência da respectiva notificação pela unidade jurisdicionada, para que cada interessada apresente sua defesa, franqueando-lhe o acesso às provas contra elas produzidas e fazendo constar no respectivo ato convocatório, de forma expressa, a seguinte informação: “da decisão administrativa que suspender ou cancelar o benefício, caberá recurso nos termos dos arts. 56 a 65 da Lei 9.784/ 1999, a ser interposto no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da ciência da decisão pela parte interessada, perante o próprio órgão ou entidade responsável pelo cancelamento da pensão”;

9.1.3 na análise da defesa a ser apresentada pelas interessadas, considerar não prevalentes as orientações extraídas dos fundamentos do Acórdão 892/2012-TCU-Plenário, desconsiderando a subjetividade da aferição da dependência econômica das beneficiárias em relação à pensão especial instituída com base na Lei 3.373/ 1958 e da aferição da capacidade da renda adicional oferecer subsistência condigna, em vista da possibilidade de supressão do benefício previdenciário considerado indevido;

9.1.4. não elididas as irregularidades motivadoras das oitivas individuais descritas nos subitens 9.1.1.1 a 9.1.1.5 deste acórdão, promover, em relação às respectivas interessadas, o cancelamento da pensão decorrente do art. 5º, parágrafo único, da Lei 3.373/ 58;

9.2. com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, fixar o prazo de 60 dias, a contar da ciência, para que as unidades jurisdicionadas apresentem ao Tribunal de Contas da União plano de ação com prazo para cumprimento e ciência a esta Corte de Contas das medidas determinadas nos subitens 9.1.1 a 9.1.4 deste Acórdão, a serem implementadas em até 180 dias da ciência da presente deliberação;

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Foram instaurados os devidos processos administrativos para apuração dos indícios apresentados pelo referido Acórdão, conforme quadro abaixo .

Cabe esclarecer que as pensionistas já foram notificadas e estamos aguardando o término do período de manifestações para darmos prosseguimento.

INTERESSADAS (CPF)	NÚMEROS DOS PROCESSOS
--------------------	-----------------------

008.702.506-04	23109.000287/2017
524.405.596-87	23109.000285/2017
327.260.586-04	23109.000284/2017
327.213.826-91	23109.000283/2017
048.552.486-49	23109.000282/2017
741.736.777-15	23109.000281/2017
000.571.646-22	23109.000280/2017
217.087.206-00	23109.000287/2017
294.498.126-91	23109.000279/2017
019.465.527-04	23109.000286/2017
001.326.056-19	23109.000288/2017
006.543.176-66	23109.000289/2017

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
TC 029.486/2010-6	4615/2016	Subitem 9.1		
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)				
Descrição da determinação/recomendação				
<p>Determinar à Universidade Federal de Ouro Preto que, no prazo de 30 (trinta) dias, mediante a instauração do processo administrativo competente, apure os valores recebidos indevidamente pelo interessado Marco Túlio Ribeiro Evangelista (128.435.556-04) a título da parcela referente à incorporação da função comissionada (quintos), procedendo-se à reposição ao erário dos valores recebidos em descumprimento ao Acórdão nº 3.197/2012–2ª Câmara, conforme disposto no enunciado nº 106 da Súmula desta Corte de Contas e no § 3º do art. 46 da Lei nº 8.112/1990.</p>				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>No dia 11 de dezembro de 2014, o Conselho Universitário julgou o recurso administrativo pendente, por meio da Resolução CUNI nº. 1.683, negando-lhe provimentos, ou seja, determinando o cumprimento do Acórdão do TCU com a redução dos valores de FCs na remuneração/provento do interessado.</p> <p>Contra a decisão do Conselho Universitários os servidores envolvidos obtiveram Decisão Liminar favorável nos autos da ação 394-94.2015.4.01.3822, já informada ao TCU, que mais tarde foi tornada sem efeito na sentença. Porém, ato contínuo, o mesmo juízo concedeu nova liminar nos autos de nº. 0000012.67.2016.4.01.3822 sustentando novamente os efeitos da Resolução CUNI nº. 1.683. Assim, a aposentadoria do servidor Marco Túlio Ribeiro Evangelista ainda encontra-se sub judice, razão pela qual não é possível à UFOP dar pleno cumprimento ao item 9.1 do Acórdão acima mencionado. Tão logo concluída a Ação Judicial em curso, a Universidade comunicará ao TCU as providências adotadas.</p>				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
<i>Processo</i>	<i>Acórdão</i>	<i>Item</i>	<i>Comunicação expedida</i>	<i>Data da ciência</i>
TC 007.547/2012-9	5376/2016	Subitem 9.3		
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				

Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) – Pró-Reitoria de Administração (PROAD)
Descrição da determinação/recomendação
Determinar à Fundação Universidade Federal de Ouro Preto, com base no art. 45 da Lei 8.443/ 1992, que: 9.3.1. excluir dos proventos da interessada, no prazo de quinze dias a contar da ciência da presente deliberação, os pagamentos referentes à parcela denominada “ VENC. BAS. COMP. art. 15 L. 11.091/05”, eis que deveriam ter sido absorvidos desde junho de 2008 e em razão de inexistir amparo legal a sustentar a manutenção de tais pagamentos, comunicando ao TCU, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, 8º, caput, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput, da Instrução Normativa - TCU 55/2007; 9.3.2. comunicar à interessada o teor desta decisão, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, comprovante da data de ciência pela inativa, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução - TCU 170/2004, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido.
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
Em atendimento ao referido Acórdão a Área de Pagamento da UFOP foi notificada para cumprir a recomendação, inclusive incluindo a correção da VBC em todos os demais casos.

8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro 57 – Quantitativo de recomendações dos órgão de controle interno

Recomendações feitas pela CGU no exercício de 2016	
Recomendações recebidas	Recomendações atendidas
29	12

8.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Não foi instaurada nenhuma Tomada de Conta Especial no exercício.

8.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993

A UFOP observa as disposições do art. 5º da Lei 8.666/1993 quanto ao pagamento das contratações de Bens, Serviços, Locações e Obras, por meio de controle realizado pela data de liquidação da despesa e pelo número da respectivo documento hábil gerado pelo SIAFI, que fica disponível para consulta e conhecimento a qualquer momento por parte dos fornecedores pelo Portal da Transparência, salvo quando presente relevantes razões de interesse público para a não observância. O artigo em referência determina que cada Unidade da Administração, no pagamento das obrigações contratuais, obedeça à estrita ordem cronológica das datas de exigibilidade dos créditos, para cada fonte diferenciada de recurso, sendo que o planejamento de execução financeira para o pagamento das obrigações contratuais é pautada em seus respectivos cronogramas físico- financeiros.

A maior parte dos recursos destinados à UFOP para a manutenção e o funcionamento da instituição é governamental. Principais fontes: recursos provenientes do Tesouro Nacional e receitas provenientes de arrecadação própria via GRU. A unidade responsável pela execução financeira da

UFOP recebe as demandas de pagamento dos diversos setores internos, que são responsáveis pelos recebimentos dos Materiais e/ou Serviços e pelo ateste de que estes foram efetivamente realizados, para posterior envio do processo ao setor responsável pelo pagamento. Devido aos trâmites internos destacados, entende-se como exigibilidade do crédito o momento da liquidação da despesa no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, pois nesse momento há a efetiva certeza da prestação do serviço e/ou fornecimento do material. Vale destacar que durante todo o exercício de 2016 as liberações de financeiro em favor UFOP foram de periodicidade mensal, em quantias sempre insuficientes para atender a totalidade das exigibilidades de crédito, o que gerou bastante dificuldade no cumprimento do referido artigo, tendo em vista que para não ocorrer a descontinuidade dos serviços que comprometessem o pleno funcionamento e segurança institucional, houve necessidade de se estabelecer prioridades aos serviços de Locação de Mão de Obra, Bolsas e Energia Elétrica. Registra-se, portanto, que a execução financeira foi prejudicada devido à dificuldade do governo repassar os recursos financeiros tempestivamente, causando transtornos para o setor financeiro, que teve de readequar toda a programação financeira e estabelecer novos prazos de faturamento junto aos fornecedores de bens e serviços, sobretudo entre os meses de janeiro a agosto onde o quadro se agravou com repasses parciais da despesa liquidada. De setembro a novembro houve melhora na regularidade. Entretanto as despesas de dezembro só foram repassadas parcialmente.

8.5 Revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Não há conteúdo a declarar!

Justificativa

A legislação federal (Medida Provisória 540, de 02 de agosto de 2011, convertida na Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e ampliada por alterações posteriores (Lei nº 12.715/2012, Lei nº 12.794/2013 e Lei nº 12.844/2013) desonerou a folha de pagamento em várias atividades econômicas levando à revisão dos contratos no âmbito da Administração Pública. Esta revisão decorre fundamentalmente das determinações do TCU consubstanciadas no Acórdão nº 2859/2013 - Plenário – (TCU-013.515/2013-6). A principal orientação foi no sentido de que fossem buscados, “administrativamente, o ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos de prestação de serviços já encerrados e contratos vigentes, que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012, mediante alteração das planilhas de custo”.

Registra-se que o histórico de evolução desse regime que ficou conhecido como "desoneração da folha de pagamento" teve início em 2011, passando por uma série de Medidas Provisórias, fato que gerou grande ansiedade e expectativa sobre sua aplicação, sobretudo em como proceder para a realização da revisão dos contratos, haja vista as várias alterações realizadas no período sobre atividades abrangidas e alíquotas incidentes. Somente em 02 de janeiro de 2014 foi publicada a regulamentação da aplicação por porte da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão fiscalizador, por meio da Instrução Normativa RFB nº 1.436. Ao longo desse período ainda verificamos que a RFB editou diversas soluções de consultas formais acerca da matéria, algumas delas sem efeito vinculante, outras com aplicação a todos os contribuintes enquadrados. Diante desse panorama confuso de normas e interpretações, houve inúmeras dificuldades para sua aplicação, de forma que identificou-se a necessidade de capacitação do setor responsável para aplicação da norma. Na UFOP, o setor responsável quanto aos aspectos administrativos dos contratos firmados pela Instituição é a Área de Contratos da Coordenadoria de Suprimentos - CSu, que por sua vez está vinculada à Diretoria de Orçamento e Finanças, de forma que as atividades atinentes a desoneração estão a cargo desse setor.

Conforme explicitado no item 3.3.8, o setor passou por ampla renovação do quadro por ocasião da aposentadoria de cerca de 80% dos servidores da CSu com respectiva entrada de novos

servidores em 2013, fato que dificultou sobremaneira a revisão dos contratos. No dia 22 de setembro de 2014, o Fórum Nacional de Diretores de Contabilidade e Finanças das Universidades Federais Brasileiras - FONDCF realizou curso sobre os reflexos da desoneração do INSS nos Contratos de Construção Civil, no qual participaram o Diretor de Orçamento e Finanças e o Contador responsável. Na ocasião foi disponibilizado material de orientação para a revisão dos contratos abrangidos pela desoneração. Dessa forma o material foi distribuído e as orientações foram repassadas de modo que o setor de contratos deu início ao trabalho de revisão em 2015. Entretanto, em razão do recurso interposto contra o Acórdão 2.859/2013 Plenário/TCU, o qual está sob efeito suspenso até a decisão final do mérito e que impede que os órgãos as apliquem até a decisão final do TCU, os trabalhos de revisão foram suspensos.

84 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro 58 – Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	FEOP / CONVÊNIO – Empenho 2016ne800492	R\$ 429.071,46	R\$ 429.071,46
	FEOP / CONVÊNIO – Empenho 2016ne800423	R\$ 357.559,80	R\$ 357.559,80
	FEOP / CONVÊNIO – Empenho 2015ne801781 (Restos a Pagar)		R\$ 178.779,90
	Total		R\$ 965.411,46
Institucional	CONVERSO / CONTRATO – Empenho 2016ne800230	R\$ 10.420,00	R\$ 10.420,00
Institucional	MJR / CONTRATO – Empenho 2016ne800418	R\$ 74.526,97	R\$ 14.430,03
	MJR / CONTRATO – Empenho 2016ne801278	R\$ 55.473,03	R\$ 55.473,03
	Total		R\$ 69.903,30
Institucional	KLEMPS – Empenho 2016ne801048	R\$ 887,26	R\$ 887,26
	KLEMPS – Empenho 2016ne801122	R\$ 349,65	R\$ 349,65
	Total		R\$ 1.236,91
Institucional	GRÁFICA UNIVERSITÁRIA	Serviços Executados e valores dos gastos calculados conforme preço de Mercados	
	Total		R\$ 622.595,50
Legal			

	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Mercadológica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Utilidade pública	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: ACI/ DOF/UFOP

Descrição dos valores gastos e informações adicionais:

▪ Os valores investidos no CONVÊNIO da UFOP/FEOP (Fundação Educativa de Radio e TV de Ouro Preto) Empenhos **2015ne801781 (Restos a Pagar), 2016ne800423 e 800492**, se referem a gastos com pessoal para funcionamento das Emissoras do projeto de Radio e TV Educativa. Estes valores tendem a sofrer alterações com o passar do tempo devido aos reajustes salariais propostos pelos sindicatos das categorias. Atualmente os valores investidos no projeto são de **R\$ 965.411,46** conforme números apurados. E acerca de 80% destes valores são destinados especificamente ao projeto da TV UFOP EDUCATIVA, os outros 20% são investidos da Radio UFOP EDUCATIVA.

▪ Já os valores gastos com a “Empresa Converso” referente ao Empenho **2016ne800230** são custos de “Clipagens”. Serviços estes que são gerenciados pela Assessoria de Comunicação Institucional que tem a finalidade de mapear todas as notícias que envolvem direta e indiretamente o nome da UFOP. São serviços considerados de suma importância no que se refere à imagem institucional, estes serviços tem um custo anual que pode variar entre **R\$ 7.140,00 até R\$ 10.420,00 por ano**.

▪ Os gastos realizados com a Empresa **MJR** Editora Gráfica empenhos 2016ne800418 e 801278 são demandas gráficas que a Imprensa da UFOP não tem equipamentos e estrutura para confeccioná-las tendo em vista os altos custos dos equipamentos que são utilizados para os mais diversos produtos e serviços deste seguimento. O valor gasto em 2016 foi de **R\$ 69.903,30** serviços estes que atenderam todas as demandas acadêmicas da Instituição.

▪ Os gastos com a Empresa **KLEMPS** empenho **2016ne801048 e 801122**, é referente a uma ATA de Registro de Preço, são demandas sazonais de confecção de camisas para dar maior publicidade aos eventos acadêmicos de maior importância promovidos pela Instituição. Para este serviço foram gastos **R\$ 1.236,91**.

▪ **A GRAFICA DA UFOP** com seu controle interno apurou valores gastos por todas as unidades acadêmicas e setores administrativos que giram em torno de **R\$ 622.595,50**, estes valores foram calculados tendo como referencia os valores dos produtos e serviços fornecidos conforme mercado. Para a manutenção destes serviços bem como os valores apresentados não existe um convenio ou contratos específicos, para tal, estas demandas são supridas dentro do CUSTEIO da UFOP.

▪ Quanto à publicidade legal, mercadológica e utilidade publica não se aplica, pois não aferem nenhum custo para instituição.

▪ **Os valores calculados gastos com publicidade conforme levantamentos totalizaram acerca de R\$ 1.676.707,17 em 2016.**

8.5 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

O Quadro 44 tem por objetivo demonstrar o cumprimento da obrigatoriedade de oferecer a Língua Brasileira de Sinais – Libras como disciplina curricular obrigatória, conforme estabelece o art. 3º do Decreto 5.626/2005.

Quadro 59 – Cursos que oferecem a disciplina de Libras

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
Artes Cênicas	21157	Ouro Preto	Está ofertando a disciplina de Libras para todos os cursos listados ao lado.	http://www.prograd.ufop.br/index.php/cursos
Ciências Biológicas	18876	Ouro Preto		
Educação Física	112600	Ouro Preto		
Filosofia	595	Ouro Preto		
Física	1168454	Ouro Preto		
Geografia*	1177731	Ouro Preto		
História	592	Mariana		
Letras	593	Mariana		
Matemática	18877	Ouro Preto		
Matemática*	111506	Ouro Preto		
Música	21158	Ouro Preto		
Pedagogia*	111504	Ouro Preto		
Pedagogia	112606	Mariana		
Química	112592	Ouro Preto		

Fonte: Pesquisador Institucional/UFOP

Nota: Cursos com grau – Licenciatura; * Cursos a distância

9. ANEXOS E APÊNDICES

9.1 APÊNDICE 1: Relatório de Atividades Pró-reitoria de Graduação

9.1.1 Pró- Reitoria de Graduação

A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) é o órgão da instituição responsável pela proposição, coordenação e acompanhamento da política de graduação da UFOP. É também a instância encarregada pelos processos seletivos e o gerenciamento acadêmico dos cursos de graduação. As propostas de políticas de ensino de graduação devem estar em conformidade com o Estatuto e o Regimento Geral da instituição.

A Pró-Reitoria de Graduação, em parceria com os setores competentes, propõe, implementa e fiscaliza as políticas de ensino de graduação nas modalidades presencial e distância, por meio da realização do seguintes conjuntos de atividades: Realização dos processos seletivos; Registro e controle das atividades acadêmicas; Acompanhamento e avaliação das atividades acadêmicas de graduação e Desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de Programas ou projetos acadêmicos.

9.1.2 Indicadores

Abaixo apresentamos alguns dos principais indicadores para a Graduação: 1) quadro das bolsas concedidas pela PROGRAD aos alunos de graduação. 2) mapa da oferta de vagas da universidade no ensino presencial e a demanda da sociedade por essas vagas, 3) Número de alunos ingressantes, matriculados e concluintes por curso/semestre em 2016, 4) Conceitos dos cursos de graduação nas avaliações externas.

9.1.3 Bolsas concedidas pela PROGRAD aos alunos de graduação

A Pró-Reitoria de Graduação coordenou a distribuição de bolsas a alunos de graduação, permitindo a participação em atividades relevantes e enriquecedoras de monitoria (251 bolsistas em cada um dos semestres letivos), educação tutorial (uma média de 97 bolsas pa gas mensalmente), Inovação Pedagógica - Pró-Ativa (79 projetos contemplados cada um com oito meses de bolsa) e Iniciação à docência (202 bolsas de 12 meses).

No caso da Iniciação à Docência, além das bolsas destinadas aos estudantes, foram distribuídas 19 bolsas a professores da Universidade, 38 bolsas a professores das redes públicas de Educação Básica de Mariana e Ouro Preto e recursos para a execução dos projetos.

Foram oferecidas, ainda, 17 bolsas para atender a projetos experimentais de tutoria rea lizados nos seguintes Departamentos e disciplinas discriminadas: DECEA (CEA 160 – Cálculo Diferencial e Integral I – CEA 423 – Fundamentos do Cálculo), DEFIS (FIS 305 – Física Teórica I), DECSI (CSI030 – Programação de Computadores I, CSI488 – Algoritmos e Estruturas de Dados I, CSI428 – Algoritmos e Estruturas de Dados I e CSI443 – Matemática Discreta) DECOM (BCC 201 - Introdução à Computação e BCC 701 - Programação de Computadores) e DECEG (CSA 165 - Fundamentos de Matemática para Economia I e CSA121 - Matemática para Economia II) e DEBIO (BEV 145 - Genética). Os projetos de tutoria visam reduzir a taxa de reprovação em disciplinas em que essas taxas estão altas. Essa iniciativa, que ainda se configura como um projeto piloto, vem sendo sistematicamente acompanhada e avaliada pela PROGRAD. A perspectiva é de que esse Programa seja institucionalizado e possa atender a outras disciplinas, especialmente as do ciclo básico dos cursos.

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) constitui uma atividade de cooperação, prioritariamente, com países em desenvolvimento, que objetiva a formação de recursos

humanos, possibilitando aos cidadãos de países com os quais o Brasil mantém acordos educacionais ou culturais realizarem estudos universitários no Brasil, em nível de graduação, nas instituições de ensino superior brasileiras. Em 2016 recebemos 2 estudantes pelo Programa, uma aluna cubana, que veio cursar Jornalismo, e um aluno africano, de Guiné Bissau, para o curso de Ciência da Computação.

O Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes) oferece apoio financeiro para os alunos estrangeiros participantes do Programa com o objetivo de cooperar para a manutenção dos estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação em Instituições Federais de Educação. No ano de 2016, cinco alunos da UFOP receberam este benefício.

As solicitações de excursões curriculares, que implicam toda atividade acadêmica coletiva que faça parte dos componentes curriculares dos cursos de graduação da UFOP e que necessite, para a sua realização, de transporte de estudantes para localidades externas ao campus ou polo de origem do curso, seguem a regulamentação disposta na Portaria PROGRAD/PROAD Nº01, de 08 de agosto de 2014. No ano de 2016 foram aprovadas 298 excursões, sendo que 148 foram realizadas, contemplando 82 disciplinas de 17 cursos. Devido ao processo de paralisação na Universidade, as excursões dos meses de novembro e dezembro somente serão realizadas em 2017.

Pelo Convênio ANDIFES de Mobilidade Acadêmica Nacional, criado em 2003, a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) oferece aos estudantes de graduação a possibilidade de vivências acadêmicas e estudos em outras Instituições de Ensino Superior (IES) do país conveniadas ao Programa. Em 2016, recebemos 11 estudantes de outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), sendo elas UFES, UNIFAP, UFU, UNIFAL, UFG, UFRGS, UFPA, UFJF, UFT e UFMG, e 34 dos nossos alunos foram em mobilidade para outra universidade (UFES, UFV, UFMG, UFC, UnB, UFPE, UFRR, UFSC, UNIFESP, UFRGS, UFRJ, UFSJ, UFTM, UNILA, UNIRIO e CEFET do Rio de Janeiro).

O Edital 01/2015/CAINT/CGP/UFOP de 09 de dezembro de 2015 dispôs sobre Mobilidade Internacional para Técnicos em Assuntos Educacionais (TAE's) e teve como objetivo proporcionar o intercâmbio entre servidores da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Universidade do Algarve (UAAlg) com o objetivo de: “conhecer novos processos de trabalho que possam contribuir para o desenvolvimento e aprimoramento das atividades que são realizadas na UFOP; promover a cooperação técnica entre as universidades”. Uma servidora do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) participou da mobilidade e por 84 dias observou e vivenciou o trabalho que é desenvolvido pela UAAlg através do Gabinete de Avaliação e Qualidade (GAQ).

Quanto ao Programa Auxílios a Eventos a PROGRAD deferiu 667 auxílios à participação em eventos, sendo 231 atendidos com bolsas individuais e 436 alunos atendidos por meio do auxílio coletivo, via disponibilização de veículo da UFOP, o que garantiu que alunos da Universidade pudessem apresentar os trabalhos por eles desenvolvidos em eventos acadêmicos nacionais e internacionais. No caso do auxílio à organização de eventos foram concedidas 1.638 bolsas que em sua maioria foram destinadas a fomentar a organização de eventos acadêmicos promovidos pelos cursos.

Tabela 3- Bolsas implementadas pela PROGRAD - 2016

ÓRGÃO DE FOMENTO	TIPO DE BOLSA	QUANTIDADE
UFOP	Monitorias	251
FNDE	Programa de Educação Tutorial (PET)	97
UFOP	Mostra de Profissões	88
MEC	Promisaes	05

UFOP	Pró-Ativa	79
UFOP	Auxílios à participação em eventos	667
UFOP	Auxílios à organização de eventos	1638
UFOP	Núcleo de Educação Inclusiva	10
CAPES	Bolsa de Iniciação à Docência	202
UFOP	Tutoria Especial (fase experimental)	17

Fonte: PROGRAD

9.1.4 Número de inscritos e vagas oferecidas nos processos seletivos de 2016

CURSOS PRESENCIAIS – VAGAS OFERTADAS NO SISU

A seguir são apresentadas informações referentes aos números de inscritos e número de vagas ofertadas no ano de 2016 para os cursos presenciais de graduação da UFOP por meio do Sistema de Seleção Unificada - SISU

A tabela 2, abaixo, apresenta as vagas ofertadas, inscritos e candidatos por vaga no SISU no 1º Semestre letivo de 2016.

Tabela 4 – Vagas ofertadas, inscritos e candidatos por vaga no SISU no 1º Semestre letivo de 2016

MUNICÍPIO	NOME DO CURSO	Nº DE VAGAS	Nº DE INSCRIÇÕES	CAND / VAGA
JOÃO MONLEVADE / MG	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	40	479	12,0
JOÃO MONLEVADE / MG	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - JM	40	743	18,6
JOÃO MONLEVADE / MG	ENGENHARIA ELÉTRICA	40	693	17,3
JOÃO MONLEVADE / MG	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	40	835	20,9
MARIANA/ MG	ADMINISTRAÇÃO	50	1148	23,0
MARIANA/ MG	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	50	607	12,1
MARIANA/ MG	HISTÓRIA - LICENCIATURA	40	211	5,3
MARIANA/ MG	HISTÓRIA - BACHARELADO	10	373	37,3
MARIANA/ MG	JORNALISMO	50	853	17,1
MARIANA/ MG	LETRAS - BACHARELADO	10	393	39,3
MARIANA/ MG	LETRAS - LICENCIATURA	40	240	6,0
MARIANA/ MG	PEDAGOGIA	40	1325	33,1
MARIANA/ MG	SERVIÇO SOCIAL	50	1573	31,5
OURO PRETO / MG	ARQUITETURA E URBANISMO	36	1265	35,1
OURO PRETO / MG	ARTES CÊNICAS - LICENCIATURA	25	614	24,6
OURO PRETO / MG	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	40	376	9,4

OURO PRETO / MG	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	35	677	19,3
OURO PRETO / MG	DIREITO	50	2499	50,0
OURO PRETO / MG	EDUCAÇÃO FÍSICA BACHARELADO	- 40	1512	37,8
OURO PRETO / MG	ENGENHARIA CÍVIL	36	610	16,9
OURO PRETO / MG	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	36	533	14,8
OURO PRETO / MG	ENGENHARIA DE MINAS	36	370	10,3
OURO PRETO / MG	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - OP	36	436	12,1
OURO PRETO / MG	ENGENHARIA GEOLÓGICA	36	357	9,9
OURO PRETO / MG	ENGENHARIA MECÂNICA	36	651	18,1
OURO PRETO / MG	ENGENHARIA METALÚRGICA	36	421	11,7
OURO PRETO / MG	FARMÁCIA	50	825	16,5
OURO PRETO / MG	FÍSICA - LICENCIATURA	10	204	20,4
OURO PRETO / MG	FÍSICA - BACHARELADO	25	112	4,5
OURO PRETO / MG	MATEMÁTICA - LICENCIATURA	30	496	16,5
OURO PRETO / MG	MATEMÁTICA - BACHARELADO	10	34	3,4
OURO PRETO / MG	MEDICINA	45	1905	42,3
OURO PRETO / MG	NUTRIÇÃO	35	978	27,9
OURO PRETO / MG	QUÍMICA INDUSTRIAL	40	394	9,9
OURO PRETO / MG	TURISMO	35	575	16,4
TOTAL		1258	25317	20,1

Fonte: PROGRAD/ UFOP

Conforme pode ser observado no quadro acima, em 2016/1, a UFOP ofertou um total de 1.258 vagas por meio do SISU. A procura pelos cursos da UFOP foi bastante positiva alcançando a marca de 20,1 candidatos/vagas. Dentre os cursos mais concorridos destacam-se Direito (50) e Medicina (42,3) que permaneceram figurando entre os cursos mais procurados na UFOP. Destaca-se, ainda, a grande procura pelos cursos de LETRAS-BACHARELADO (39,3), EDUCAÇÃO FÍSICA-BACHARELADO (37,8) e HISTÓRIA-BACHARELADO (37,3).

O número de inscritos foi de 25.317 candidatos, um pouco inferior aos 29.004 candidatos no primeiro semestre letivo de 2015.

Ainda no primeiro semestre letivo, foi realizado processo seletivo interno para o curso de música, conforme Tabela 3 abaixo.

Tabela 5 – Vagas ofertadas, inscritos e candidatos por vaga por meio de processo seletivo interno no 1º Semestre letivo de 2016

MUNÍCIPIO	NOME DO CURSO	Nº DE VAGAS	Nº DE INSCRIÇÕES	DE CAND VAGA /
OURO PRETO /	MÚSICA - LICENCIATURA	25	54	2,2

MG

Novamente ressalta-se como aspecto positivo a capacidade da Universidade em preencher totalmente as vagas ofertadas nesse processo seletivo e, na maioria das vezes, em tempo hábil para o início do semestre letivo.

A tabela 6, abaixo, apresenta as vagas ofertadas, inscritos e candidatos por vaga no SISU no 2º Semestre letivo de 2016.

Tabela 6 – Vagas ofertadas, inscritos e candidatos por vaga no SISU 2º Semestre letivo de 2016

MUNICÍPIO	CURSO	Nº DE VAGAS	Nº DE INSCRIÇÕES	CAND / VAGA
JOÃO MONLEVADE / MG	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO- CJM	40	1.001	25,03
JOÃO MONLEVADE / MG	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO- PJM	40	1.273	31,83
JOÃO MONLEVADE / MG	ENGENHARIA ELÉTRICA- EJM	40	666	16,65
JOÃO MONLEVADE / MG	SISTEMA DE INFORMAÇÃO- SJM	40	832	20,80
MARIANA/ MG	ADMINISTRAÇÃO	50	1.610	32,20
MARIANA/ MG	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	50	721	14,42
MARIANA/ MG	HISTÓRIA - LICENCIATURA	40	783	19,58
MARIANA/ MG	HISTÓRIA - BACHARELADO	10	232	23,20
MARIANA/ MG	JORNALISMO	50	1.490	29,80
MARIANA/ MG	LETRAS- LICENCIATURA	40	502	12,55
MARIANA/ MG	LETRAS - BACHARELADO	10	144	14,40
MARIANA/ MG	PEDAGOGIA	40	1.160	29,00
MARIANA/ MG	SERVIÇO SOCIAL	50	1.114	22,28
OURO PRETO / MG	ARQUITETURA	36	3.460	96,11
OURO PRETO / MG	ARTES CÊNICAS - BACHARELADO	20	827	41,35
OURO PRETO / MG	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - BACHARELADO	30	730	24,33
OURO PRETO / MG	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - LICENCIATURA	30	519	17,30
OURO PRETO / MG	CIENCIA DA COMPUTAÇÃO	40	644	16,10
OURO PRETO / MG	CIENCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	35	819	23,40
OURO PRETO / MG	DIREITO	50	4.031	80,62
OURO PRETO / MG	EDUCAÇÃO FÍSICA- LICENCIATURA	40	1.396	34,90
OURO PRETO / MG	ENGENHARIA AMBIENTAL	36	826	22,94
OURO PRETO / MG	ENGENHARIA CIVIL	36	1.335	37,08

OURO PRETO / MG	ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	36	570	15,83
OURO PRETO / MG	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - OP	36	1.002	27,83
OURO PRETO / MG	ENGENHARIA DE MINAS	36	670	18,61
OURO PRETO / MG	ENGENHARIA GEOLÓGICA	36	828	23,00
OURO PRETO / MG	ENGENHARIA MECÂNICA	36	825	22,92
OURO PRETO / MG	ENGENHARIA METALÚRGICA	36	507	14,08
OURO PRETO / MG	ESTATÍSTICA	40	515	12,88
OURO PRETO / MG	FARMÁCIA	50	1.045	20,90
OURO PRETO / MG	FILOSOFIA- LICENCIATURA	20	438	21,90
OURO PRETO / MG	FILOSOFIA- BACHARELADO	15	297	19,80
OURO PRETO / MG	MEDICINA	35	3.712	106,06
OURO PRETO / MG	MUSEOLOGIA	40	609	15,23
OURO PRETO / MG	NUTRIÇÃO	35	1.176	33,60
OURO PRETO / MG	QUÍMICA- LICENCIATURA	40	488	12,20
OURO PRETO / MG	TURISMO	35	792	22,63
TOTAL		1379	39.589	28,71

Fonte: PROPLAD/ UFOP

Conforme pode ser observado no quadro acima, em 2016/2, a UFOP ofertou um total de 1.379 vagas por meio do SISU. No segundo semestre a procura pelos cursos da UFOP foi também bastante positiva, alcançando a marca de 28,71 candidatos/vagas. Dentre os cursos mais concorridos destacam-se Medicina (106,06), Arquitetura (96,11) e Direito (80,62) que permaneceram figurando entre os cursos mais procurados na UFOP. O número de inscritos foi de 39.589 candidatos, um pouco inferior aos 43.569 candidatos no segundo semestre letivo de 2015.

Novamente ressalta-se como aspecto positivo a capacidade da Universidade em preencher totalmente as vagas ofertadas nesse processo seletivo e, na maioria das vezes, em tempo hábil para o início do semestre letivo.

Foram realizados dois processos seletivos, no ano de 2016, para o preenchimento de vagas residuais nos cursos presenciais de graduação. Nos termos da Resolução CEPE N° 6.270/2015, as vagas levantadas pela Pró-Reitoria de Graduação foram distribuídas, a critério das Coordenações de Cursos (Colegiados), entre as modalidades de ocupação: reingresso, reopção de curso, reopção de habilitação, transferência e portador de diploma de graduação (PDG).

Os processos seletivos registraram uma ocupação média de 30% do conjunto das vagas disponibilizadas para transferência e PDG, as quais representam, efetivamente, o recebimento de novos estudantes na graduação presencial. Abaixo, seguem dados relativos aos dois semestres.

1º SEMESTRE LETIVO DE 2016

Foram oferecidas 1.278 vagas residuais, distribuídas entre 34 cursos. O processo seletivo foi autorizado pela Resolução CEPE N° 6.516/2016 e regulamentado pelo Edital PROGRAD N° 63/2015. A tabela 5 lista os quantitativos de vagas oferecidas e ocupadas, por modalidade de ocupação.

Tabela 7 – Ocupação de vagas residuais no 1º semestre letivo de 2016

Modalidade de Ocupação	Nº de Vagas Oferecidas	Nº de Vagas Ocupadas
Reingresso	298	8
Reopção de Curso/Reopção de Habilitação	294	30
Transferência	377	110
Portador de Diploma de Graduação (PDG)	309	97
TOTAL	1278	245

Fonte: PROPLAD/ UFOP

2º SEMESTRE LETIVO DE 2016

Foram oferecidas 1.279 vagas residuais, distribuídas entre 35 cursos. O processo seletivo foi autorizado pela Resolução CEPE Nº 6.773/2016 e regulamentado pelo Edital PROGRAD Nº 39/2016. A tabela 6 lista os quantitativos de vagas oferecidas e ocupadas, por modalidade de ocupação.

Tabela 8 – Ocupação de vagas residuais no 2º semestre letivo de 2016

Modalidade de Ocupação	Nº de Vagas Oferecidas	Nº de Vagas Ocupadas
Reingresso	307	6
Reopção de Curso/Reopção de Habilitação	342	39
Transferência	334	74
Portador de Diploma de Graduação (PDG)	296	121
TOTAL	1279	240

Fonte: PROPLAD/ UFOP

9.1.5 - Número de alunos ingressantes, matriculados e concluintes por curso em 2016

A tabela 9, abaixo, apresenta o número de alunos ingressantes, matriculados e concluintes por curso e semestre em 2016.

Tabela 9 – Alunos ingressantes, matriculados e concluintes

CURSOS	INGRESSANTES		MATRICULADOS		CONCLUINTEs (APTOS)	
	2016/1	2016/2	2016/1	2016/2	2016/1	2016/2
ADMINISTRAÇÃO	49	54	395	405	35	0
ARQUITETURA E URBANISMO	36	36	413	422	21	0
ARTES CÊNICAS – BAC	3	24	64	82	5	0
ARTES CÊNICAS – LIC	32	0	100	85	9	1
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – BAC	0	36	102	123	9	0
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS – LIC	9	30	127	149	1	0
CIÊNCIAS ECONÔMICAS	50	51	370	389	19	0

CIÊNCIA E TECNOLOGIA DOS ALIMENTOS	40	42	203	219	7	0
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	45	51	273	302	6	0
DIREITO	64	60	486	500	39	0
EDUCAÇÃO FÍSICA - BAC	46	0	181	158	14	0
EDUCAÇÃO FÍSICA - LIC	3	47	129	163	7	0
ENGENHARIA AMBIENTAL	0	42	170	190	18	0
ENGENHARIA CIVIL	38	36	368	382	19	0
ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	45	62	245	274	7	0
ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO	37	36	358	372	13	0
ENGENHARIA DE MINAS	36	36	368	361	36	1
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (OP)	39	36	382	378	29	0
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (JM)	39	40	384	397	18	0
ENGENHARIA ELÉTRICA	40	39	415	424	10	0
ENGENHARIA GEOLÓGICA	35	36	373	389	13	0
ENGENHARIA MECÂNICA	38	35	372	375	18	0
ENGENHARIA METALÚRGICA	59	49	339	347	10	0
ESTATÍSTICA	4	40	88	109	9	0
FARMÁCIA	59	55	437	453	23	0
FILOSOFIA – BAC	0	11	43	54	3	0
FILOSOFIA – LIC	1	28	51	73	4	0
FÍSICA – BAC	27	0	54	43	2	0
FÍSICA – LIC	10	0	22	19	0	0
HISTÓRIA – BAC	22	16	73	74	7	0
HISTÓRIA – LIC	47	42	281	290	20	0
JORNALISMO	51	50	394	410	29	0
LETRAS – BAC	15	9	70	72	8	1
LETRAS – LIC	43	52	292	307	18	1
MATEMÁTICA – BAC	11	2	22	17	2	1
MATEMÁTICA – LIC	35	4	64	51	1	0
MEDICINA	71	36	483	466	46	35
MUSEOLOGIA	0	48	128	165	9	0
MÚSICA	25	0	113	106	5	0
NUTRIÇÃO	39	45	254	275	17	0
PEDAGOGIA	51	54	278	298	12	0
QUÍMICA INDUSTRIAL	42	2	124	105	8	0
QUÍMICA LICENCIATURA	2	42	96	128	1	0
SERVIÇO SOCIAL	63	65	330	360	17	0
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	49	41	249	254	12	0
TURISMO	40	36	231	230	17	0
TOTAL	1.490	1.556	10.794	11.245	633	402
ADMINISTRAÇÃO: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	0	0	9	7	4	0
PEDAGOGIA (DISTÂNCIA)	0	41	551	531	22	1

MATEMÁTICA LICENCIATURA (DISTÂNCIA)	0	248	194	394	32	0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (DISTÂNCIA)	0	433	451	472	88	0
GEOGRAFIA LICENCIATURA (DISTÂNCIA)	0	59	170	210	29	0
TOTAL					175	1
TOTAL DE INGRESSANTES EM 2016					3.046	
TOTAL DE MATRICULADOS PRESENCIAL 2016 -1					10.794	
TOTAL DE MATRICULADOS PRESENCIAL 2016 -2					11.245	
TOTAL DE MATRICULADOS A DISTÂNCIA 2016					1902	
TOTAL DE CONCLUINTE EM 2016					664*	

Fonte: PROGRAD: Sistema de Controle Acadêmico MinhaUFOP

O número de Matriculados foi calculado com base no número de estudantes matriculados à época do cálculo de vagas residuais para elaboração dos editais de Reingresso, Transferência e Portador de Diploma de Graduação para ingresso em: 2016/2 e 2017/1.

O segundo semestre letivo não foi concluído devido a alterações no calendário acadêmico.

Conforme se observa na tabela acima, 3046 estudantes ingressaram nos cursos presenciais da UFOP em 2016. Um aspecto positivo diz respeito à capacidade de ocupação das vagas ofertadas por meio do Sistema de Seleção Unificada – SISU. O grande desafio continua sendo ampliar a ocupação das vagas remanescentes, geradas em função das evasões, disponibilizadas por meio dos editais específicos de Reopção, Reingresso, Transferência Externa e Portador de Diploma de Graduação. Embora tenham existido pequenos avanços em relação à ocupação de vagas residuais nos últimos anos, eles ainda são tímidos frente à persistência da evasão na Universidade.

Em relação aos concluintes, conforme demonstra a tabela acima, 633 estudantes colaram grau nos cursos presenciais de graduação no primeiro semestre letivo de 2016. Ainda não dispomos dos dados referentes ao segundo semestre letivo, uma vez que houve alterações no calendário acadêmico em virtude da paralisação das aulas. Desse modo, os dados do primeiro semestre indicam uma pequena queda do número de concluintes, mas é necessário aguardar as colações de grau de alunos que já estão aptos e não colaram grau, bem como do segundo semestre para verificar se há tendência de redução. Esses resultados indicam a necessidade de se continuar a investir em ações que contribuam para o aumento das taxas de diplomação. Para tanto, faz-se necessário intensificar as ações de redução da retenção nas disciplinas dos cursos e de orientação acadêmica dos estudantes, especialmente por meio da parceria com os Colegiados de Curso.

9.1.6 Desempenho dos cursos em avaliações externas do Ministério da Educação: Conceito de Curso, conceito ENADE e Conceito Preliminar de Curso

A tabela 10, abaixo, apresenta o desempenho dos cursos de graduação da Universidade nos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação. São apresentados apenas os conceitos mais atuais adquiridos pelos cursos.

Tabela 10 - Desempenho dos cursos de graduação em avaliações do Ministério da Educação: Conceito de Curso (CC); Conceito Enade e Conceito Preliminar de Curso (CPC).

Nome do Curso	Conceito do Curso	Conceito Enade	CPC
Administração	4 (2012)	4 (2012)	4 (2012)
Administração Pública - EAD	4 (2014)	--	--

Arquitetura e Urbanismo	4 (2013)	4 (2014)	4 (2014)
Artes Cênicas – Lic	--	4 (2009)	3 (2009)
Artes Cênicas – Bac	--	4 (2009)	3 (2009)
Ciências Biológicas – Lic	--	4 (2014)	4 (2014)
Ciências Biológicas – Bac	--	4 (2014)	3 (2014)
Ciências Econômicas	4 (2012)	4 (2012)	4 (2012)
Ciência e Tecnologia de Alimentos	4 (2015)	--	--
Ciência da Computação	5 (2015)	5 (2014)	4 (2014)
Direito	5 (2015)	5 (2012)	4 (2012)
Educação Física – Lic	4 (2012)	5 (2014)	5 (2014)
Educação Física – Bac	4 (2012)	5 (2013)	5 (2013)*
Engenharia Ambiental	--	4 (2014)	4 (2014)
Engenharia Civil	--	4 (2014)	3 (2014)
Engenharia de Computação	4 (2014)	4 (2014)	3 (2014)*
Engenharia de Controle e Automação	--	4 (2014)	4 (2014)
Engenharia de Minas	5 (2014)	--	--
Engenharia de Produção – OP	--	5 (2014)	4 (2014)
Engenharia de Produção – JM	--	3 (2014)	3 (2014)
Engenharia Elétrica	4 (2014)	4 (2014)	4 (2014)*
Engenharia Geológica	4 (2014)	1 (2011)	2 (2011)
Engenharia Mecânica	4 (2013)	4 (2014)	4 (2014)
Engenharia Metalúrgica	--	4 (2014)	3 (2014)
Estatística	4 (2013)	--	--
Farmácia	--	5 (2013)	4 (2013)
Filosofia – Lic	4 (2014)	3 (2014)	4 (2014)
Filosofia – Bac	4 (2014)	4 (2014)	4 (2014)
Física – Bac	--	2 (2014)	2 (2014)
Física – Lic	4 (2016)	--	--
Geografia - EAD	3 (2016)	--	--
História – Lic	--	5 (2014)	4 (2014)
História – Bac	4 (2014)	5 (2014)	4 (2014)
Jornalismo	4 (2012)	5 (2012)	5 (2012)
Letras – Lic	--	3 (2014)	3 (2014)
Letras – Bac	4 (2015)	4 (2014)	5 (2014)
Matemática – Lic	--	3 (2014)	3 (2014)
Matemática – Lic – EAD	4 (2013)	3 (2014)	3 (2014)
Matemática – Bac	3 (2013)	2 (2014)	3 (2014)

Medicina	3 (2011)	4 (2013)	3 (2013)
Museologia	4 (2012)	--	--
Música	--	3 (2014)	3 (2014)
Nutrição	--	4 (2013)	4 (2013)
Pedagogia	4 (2013)	5 (2014)	4 (2014)
Pedagogia – EAD	4 (2013)	4 (2014)	4 (2014)
Química Industrial	--	4 (2014)	4 (2014)
Química – Lic	4 (2013)	4 (2014)	4 (2014)
Serviço Social	4 (2013)	4 (2013)	4 (2013)
Sistemas de Informação	4 (2011)	4 (2014)	4 (2014)
Turismo	--	4 (2012)	4 (2012)

Fonte: PROGRAD/ UFOP

Observação: * No ano da realização do Enade – a portaria de reconhecimentos desses cursos ainda não tinha sido publicada.

Conforme apresentado na tabela acima, a maior parte dos cursos da UFOP apresenta Conceito 4, em todos os tipos de indicadores considerados: Conceito de Curso, conceito ENADE e Conceito Preliminar de Curso. Educação Física Licenciatura, Educação Física Bacharelado e Jornalismo são os únicos cursos que alcançaram CPC 5. Salienta-se que o Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2025 da UFOP prevê, como uma de suas metas, “Elevar o padrão de qualidade dos cursos de graduação para que, até o final da vigência deste PDI, todos alcancem Conceito Preliminar de Curso (CPC) igual ou maior a quatro”. Nesse sentido será necessário investir em ações que permitam aos cursos que possuem CPC menor que 4 melhorarem o seu desempenho. Nesse sentido, é preciso intensificar as ações que vêm sendo desenvolvidas pela Pró-reitoria de Graduação no sentido de aprimorar e qualificar a participação dos cursos nos processos avaliativos. Ao longo do ano de 2014, foi aprimorado todo o processo de acompanhamento das inscrições dos alunos no ENADE e de conscientização dos estudantes quanto à importância da realização das provas. Esse trabalho deve ser intensificado de modo a oferecer subsídios aos coordenadores de curso, responsáveis pela inscrição dos alunos. Deve-se investir ainda em estratégias que visem permitir aos alunos um contato prévio com as provas de anos anteriores de modo a familiarizá-los com esse tipo de avaliação. Cabe destacar que ainda não dispomos dos resultados do ENADE e CPC de 2015 de modo a poder analisar o impacto das medidas adotadas, nos últimos anos, pela Prograd e pelos Cursos sobre o resultado das avaliações.

9.1.7 - ESTRATÉGIAS ACADÊMICAS - PLANO DE AÇÕES PARA CUMPRIMENTO DO PDI

O quadro abaixo, apresenta as metas e ações que foram propostas para o ano de 2016, tendo em vista o PDI vigente até o ano de 2016. O quadro 2, apresenta as metas e ações do PDI 2016-2025 que serão priorizadas pelo setor para o ano de 2017. O cumprimento de grande parte dessas metas deve ser buscado ao longo da vigência do PDI. Portanto, as ações que buscam assegurar o cumprimento das mesmas devem ser contínuas de modo a se identificar os avanços ao longo dos anos.

Quadro 60– Metas e ações do PDI 2012-2016 priorizadas pelo setor para o ano de 2016.

GRUPO DE TRABALHO - ESTRATÉGIAS ACADÊMICAS - PLANO DE AÇÕES PARA CUMPRIMENTO PDI					TA	PA	NA	JUSTIFICATIVAS PARA PA E NA
METAS PRIORIZADAS	ESTRATÉGIAS ACADÊMICAS PRIORIZADAS	Ações Estratégicas	Indicadores	Setores do Grupo de Trabalho				
Modernização, flexibilização e diversificação dos projetos pedagógicos dos cursos de Graduação (e Pós-Graduação).	Fomentar a discussão, a formulação e a implementação do projeto pedagógico institucional (PPI).	Elaborar o projeto Pedagógico Institucional (PPI)	Projeto Pedagógico Elaborado	PROGRAD / PROPP / PROEX		X		O PPI foi aprovado pela Universidade. As ações de implementação começarão a ser efetivadas em 2017.
	Ampliação do uso da Tecnologia da Informação (TI) como ferramenta de Apoio Acadêmico	Desenvolver ferramenta de apoio pedagógico	Nº de usuários atendidos pela ferramenta % de unidades atendidas pelo sistema = Nº de Unidades Atendidas / Total de Unidades acadêmicas da UFOP x 100	PROGRAD	X			Foi implementada a disponibilização semestral da plataforma Moodle para todas as disciplinas dos cursos presenciais de graduação.
		Incentivar a produção de material didático para os cursos de graduação	Nº de Materiais Produzidos % de cursos que utilizam o material produzido = Nº de cursos que utilizam o material / Total de cursos x 100	PROGRAD	x			Por meio do Programa Pró - Ativa, foram desenvolvidos 60 projetos ligados à produção de material didático e desenvolvimento de ferramentas tecnológicas para os cursos de graduação.
	Valorização da Docência	Implementar o Projeto de Formação e acompanhamento pedagógico para os docentes da UFOP	% de docentes atendidos pelo projeto = Nº de docentes atendidos pelo projeto / Total de docentes x 100	PROGRAD / PROAD	x			A PROGRAD, por meio do Programa Sala Aberta: docência no Ensino Superior, promoveu durante o ano de 2015 quatro encontros presenciais atendendo cerca

								de 19% dos docentes efetivos da UFOP.
		Incrementar a qualificação dos docentes da UFOP e sua participação nos programas de pós-graduação, por meio de cursos de doutorado e de estágio pós-doutoral no Brasil e no exterior.	$\% \text{ de docentes com doutorado} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de docentes doutores}}{\text{Total de docentes}} \times 100$ $\% \text{ de docentes com pós doutorado} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de docentes c/ pós doutorado}}{\text{Total de docentes}} \times 100$	PROPP				PROPP
Estímulo às parcerias dos grupos de pesquisa da UFOP com a sociedade, com foco em inovação, sustentabilidade e EMPREENDEDORISMO		Estimular as atividades de pesquisa e extensão	$\% \text{ de aumento de projetos desenvolvidos} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de novos projetos desenvolvidos}}{\text{Total de projetos ano anterior}} \times 100$ $\% \text{ de alunos envolvidos nos projetos} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de alunos participantes de projetos por curso}}{\text{Total de alunos do curso}} \times 100$	PROGRAD / PROPP / PROEX				PROPP E PROEX
		Fortalecer a atuação da incubadora da UFOP dentro do contexto acadêmico	$\% \text{ Empresas graduadas pela incubadora} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de empresas grad.}}{\text{Total de empresas}} \times 100$	PROGRAD / PROPP / PROEX / NIT				PROPP
		Promover políticas institucionais de estímulo à proteção do conhecimento gerado no âmbito da instituição	$\% \text{ de patentes registradas} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de patentes reg. E protegidas}}{\text{Total de patentes à registrar}} \times 100$ $\% \text{ de pesquisas com geração de patentes} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de pesquisas com patentes}}{\text{Total de pesquisas realizadas}} \times 100$	PROGRAD / PROPP / PROEX				PROPP NIT
		Apoiar os programas que visam à internacionalização.	$\% \text{ de programas apoiados} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de programas apoiados}}{\text{Total de programas existentes}} \times 100$	PROGRAD / PROPP / PROEX / CAINT			x	Atualmente temos dois convênios de dupla diplomação, um com a Universidade de Douai, na França e outro com a Universidade de Palermo na Itália. Em 2015 foram diplomados seis alunos da Universidade de Palermo que estavam matriculados na UFOP para a dupla diplomação, sendo três do curso de Engenharia de

								Produção e três do curso de Engenharia Elétrica. Além da dupla diplomação, durante o ano de 2015, 39 alunos foram matriculados na UFOP por meio de convênios de mobilidade internacional e 155 alunos da UFOP foram para fora do país para realização da mobilidade internacional.
Implementação de metodologias de avaliação institucional	Estabelecer mecanismos de avaliação, à luz do SINAES, para a elaboração de diagnósticos quantitativos e qualitativos da Instituição.	Discutir e implementar programa de avaliação institucional	Programa de Avaliação	PROGRAD / PROPP / PROEX / PROPLAD				CPA
		Desenvolver ferramentas de avaliação e diagnósticos institucionais qualitativos e quantitativos	$\% \text{ de avaliações concretizadas} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de avaliações realizadas}}{\text{Total de Avaliações programadas}} \times 100$ $\% \text{ de unidades avaliadas} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de unidades avaliadas}}{\text{Total de unidades}} \times 100$	PROGRAD / PROPP / PROEX / PROPLAD				CPA
Apoio ao crescimento e à consolidação da pós-graduação e da pesquisa	Incentivo à Produção Científica, Tecnológica e Cultural qualificada	Apoiar a criação de periódicos científicos eletrônicos na UFOP	$\% \text{ de periódicos em suporte eletrônico} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de periódicos eletrônicos}}{\text{Total de periódicos}} \times 100$	PROGRAD / PROPP / PROEX				Propp
	Maior Visibilidade das atividades de pesquisa e de pós-graduação da UFOP	Aumentar a participação de docentes em eventos nacionais e internacionais	$\% \text{ aumento da participação de docentes em eventos} = \frac{\text{N}^\circ \text{ atual de docentes em congressos}}{\text{Total de docentes no ano anterior com participação em eventos}} \times 100$	PROGRAD / PROPP / PROEX				Propp
		Aumentar a participação de discentes da pós graduação stricto sensu em congressos nacionais e internacionais	$\% \text{ aumento da participação de discentes em congressos} = \frac{\text{N}^\circ \text{ atual de discentes em congressos}}{\text{Total de discentes no ano anterior com participação em congressos}} \times 100$	PROGRAD / PROPP / PROEX				Propp

	Apoiar os programas / cursos de pós-graduação na definição de um planejamento estratégico trienal, utilizando como base a política de pós-graduação da UFOP e os documentos de áreas da CAPES.	Ampliar o acervo das bibliotecas ligadas aos PPGs	% aumento do acervo dos PPGs = N° de aquisições efetuadas / Acervo Total das PPGs x 100	PROPP /PROGRAD / SISBIN				Propp
	Valorização da Docência	Viabilizar a manutenção das bolsas de apoio à servidores e docentes na realização de curso de pós- graduação fora da UFOP.	% de docentes contemplados com bolsas= N° de docentes contemplados com bolsas / Total de docentes que pleitearam bolsas % de servidores contemplados com bolsas= N° de servidores contemplados com bolsas / Total de servidores que pleitearam bolsas	PROGRAD/ PROPP/ PROEX PROAD				Proad
		Orientar os programas de pós-graduação na definição e regulamentação de regras e critérios para credenciamento e descredenciamento de docentes permanentes de mestrado e doutorado e para absorção de novos doutores.	% de programas orientados = N° de programas orientados / Total de Programas x 100	PROGRAD / PROPP / PROEX				Propp
	Internacionalização	Incentivar a participação de pós-graduandos em estágio-sanduíche no exterior	% de participação de pós graduandos em estágio no exterior = N° de pós graduandos estagiando no exterior / Total de pós graduandos x 100	PROGRAD / PROPP / PROEX / CAINT				Propp
METAS PRIORIZADAS	ESTRATÉGIAS ACADÊMICAS PRIORIZADAS	Ações Estratégicas	Indicadores	Setores do Grupo de Trabalho				
Consolidação e Ampliação da	Incentivar a criação de programas	Criar e incentivar programas	% de programas interdisciplinares criados = N° de programas interdisciplinares criados / N° de	PROGRAD / PROPP /				

Extensão	interdisciplinares	interdisciplinares	programas interdisciplinares existentes x 100	PROEX				
	Ampliar interfaces entre pesquisa e as ações da extensão	Criar programas que envolvam atividades de pesquisa e extensão integradamente	% de programas de pesquisa e extensão criados = N° de programas de pesquisa e extensão criados / N° de programas de pesquisa e extensão ano anterior x 100	PROGRAD / PROPP / PROEX				
	Ampliar a divulgação do que é produzido na UFOP em ensino, pesquisa, e extensão e inovação para maior visibilidade institucional	Instituir programa de avaliação da extensão	% de atividades de extensão avaliadas = N° atividades de extensão avaliadas / Total de atividades de extensão x 100	PROGRAD / PROPP / PROEX				
		Investir em meios de divulgação para as ações acadêmicas da UFOP	% de unidades acadêm. Atendidas pelos meios de divulgação = N° unidades acadêm. Atendidas pelos meios de divulgação / Total de unidades acadêmicas x 100	PROGRAD / PROPP / PROEX / ACI				A PROGRAD busca divulgar as ações relacionadas aos cursos de graduação por meio do site institucional, redes sociais, além da publicação da revista Escolha que traz uma apresentação de todos os cursos oferecidos na UFOP. Essa revista é disponibilizada aos alunos durante a Mostra de Profissões que, através de salas interativas do curso, recebe diversos alunos que pretendem ingressar na UFOP. Em 2016, a Mostra de Profissões foi realizada e contou com um grande número de participantes.
	Ampliação do uso da Tecnologia da Informação (TI) como ferramenta de Apoio Acadêmico	Acompanhar e controlar a implantação do sistema da PROEX	% de etapas de implantação concluídas = N° de etapas concluídas/ Total de etapas de implantação x 100	PROGRAD / PROPP / PROEX / NTI				
	Valorização da Docência	Incentivar a inserção dos docentes nas ações de extensão	% de docentes com participação em extensão = N° de docentes inseridos na extensão / Total de docentes x 100	PROGRAD / PROPP / PROEX				
	Estímulo às parcerias dos grupos de pesquisa da UFOP com a sociedade, com foco em inovação, sustentabilidade e	Pleitear parcerias com o MINC, MEC e outras instituições para inserção da extensão em programas de inovação em	% de parcerias efetuadas = N° de parcerias consolidadas / Total de parcerias pleiteadas x 100	PROGRAD / PROPP / PROEX				

	EMPREENDEADORISMO	sustentabilidade empreendedoris mo					
	Internacionalização	Ampliar as ações de internacionalização	% aumento de ações de internacionalização = N° de ações de internacionalização / Total de ações ano anterior x 100	PROGRAD / PROPP / PROEX / CAINT			
		Trabalhar junto ao Plano de Internacionalização do FORPROEX Nacional	% aumento de intercâmbios = N° de intercâmbios no ano / N° de intercâmbios ano anterior x 100	PROGRAD / PROPP / PROEX / CAINT			
GRUPO DE TRABALHO - ESTRATÉGIAS ACADÊMICAS - PLANO DE AÇÕES PARA CUMPRIMENTO PDI							
GRUPO DE TRABALHO - ESTRATÉGIAS ORGA NIZACIONAIS - PLANO DE AÇÕES PARA CUMPRIMENTO PDI							
Estratégias Organizacionais Priorizadas no Plano Estratégico	Ações Estratégicas	Indicadores		Setores do Grupo de Trabalho			
Estabelecer ações de capacitação e treinamento específicas por área de atuação dos servidores docentes e TAE's	Desenvolver Programa de Avaliação de Desempenho de TAE	Programa de avaliação de desempenho aprovado % TAE avaliados pelo programa= N° de TAE avaliados pelo programa / Total de TAE x 100		PROAD / PROPP / PROGRAD			
	Atualizar o Programa de Capacitação TAE (resolução CUNI 810)	% de capacitações realizadas = N° de capacitações realizadas / Total de capacitações programadas x 100		PROAD / PROPP /			
		% TAEs capacitados = N° de TAEs capacitados pelo programa / Total de TAEs x 100		PROAD / PROPP / PROGRAD			
	Desenvolver programa de capacitação para servidores docentes e técnicos que assumem cargos de chefia na UFOP	% Servidores capacitados com cargos de direção = N° Servidores Chefes capacitados com cargos de direção / Total de Servidores com cargo de direção x 100		PROAD / PROPP / PROGRAD			

Aperfeiçoar o modelo de gestão acadêmica na UFOP	Constituir Comissão para aperfeiçoar o modelo de Gestão acadêmica na UFOP	Portaria de constituição da comissão	PROGRAD		X	O trabalho não avançou tendo em vista que o Estatuto e Regimento da Universidade estão sendo revistos.
	Analisar modelos de outras IFES (visitas e consultas aos sites / páginas internet)	% de IFEs visitadas = N° de IFEs visitadas/ Total de IFEs x 100	PROGRAD		X	Os modelos de outras IFES são analisados frequentemente para a realização de modificações ou aperfeiçoamento no modelo da UFOP. No que diz respeito à parte de Registro e Controle Acadêmico, foi implementada uma série de aperfeiçoamentos no sistema de modo a ampliar as ações realizadas online, sem a necessidade de que professores e estudantes recorram à Prograd ou às Seções de Ensino.
	Elaborar proposta de Gestão Acadêmica para a UFOP em discussão com a comunidade	% de melhorias efetivas = N° de melhorias aprovadas / Total de melhorias propostas x 100	PROGRAD		X	A PROGRAD, com apoio da Câmara dos Colegiados da Graduação, constituiu três comissões para atualização de algumas resoluções CEPE que tratam de temas relacionados à gestão acadêmica (avaliação e exame especial; aproveitamento de estudos e diretrizes para elaboração do PPC, Programas e Planos de Ensino). Portaria de nomeação: Portaria PROGRAD N°06 de 27 de abril de 2015. O trabalho não avançou tendo em vista que o Estatuto e Regimento da Universidade estão sendo

							revisos.
--	--	--	--	--	--	--	----------

Fonte: PROGRAD/ UFOP

Nota: TA = Totalmente atingidas PA = Parcialmente atingidas NA = Não atingidas

Quadro 61– Metas e ações prioritizadas pelo setor para o ano de 2017.

METAS E AÇÕES DO PDI PRIORIZADAS PARA 2017	AÇÕES/ ESTRATÉGIAS	CRONOGRAMA	INDICADORES
<p>Elevar o padrão de qualidade dos cursos de graduação para que, até o final da vigência deste PDI, todos alcancem Conceito Preliminar de Curso (CPC) igual ou maior a quatro.</p>	<p>Intensificação das ações de acompanhamento dos cursos de graduação pelo Núcleo de Apoio Pedagógico da Prograd, com vistas a desenvolver estratégias de melhoria permanente de seus projetos pedagógicos.</p>	<p>1º e 2º Semestres de 2017</p>	<p>Número de Cursos que passaram a contar com CPC igual ou superior a 4.</p>
	<p>Intensificação das ações de acompanhamento dos processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e ENADE pela Prograd, buscando identificar as fragilidades dos cursos a partir dos instrumentos de avaliação empregados pelos órgãos avaliadores, com vistas à obtenção dos melhores resultados.</p>		
	<p>Desenvolvimento de um programa permanente de acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação.</p>		
	<p>Elaborar Manual do coordenador de curso*</p>		
	<p>Concluir minutas e aprovar no CEPE as seguintes normas: Processo de Avaliação da Aprendizagem; Aproveitamento de Estudos e Elaboração, Arquivamento e Alteração de Projeto Pedagógico, Programa de disciplina e Plano de ensino.**</p>		

<p>Diminuir a evasão nos cursos de graduação, de modo que, até o final da vigência deste PDI, o número anual de alunos evadidos no conjunto dos cursos da UFOP seja inferior a 40% do número anual de ingressantes.</p>	<p>Realização de estudos específicos sobre as causas da evasão, com vistas ao desenvolvimento de estratégias para a diminuição dos índices de evasão nos cursos e na universidade.</p>	<p>1º e 2º Semestres de 2017</p>	<p>Número anual de evasões: indica o número de alunos evadidos ao longo de dois semestres letivos de cada ano pelos seguintes motivos: cancelamento de matrícula, desligamento, jubramento, não renovação de matrícula, óbito e transferência. Para a realização do cálculo, devem ser contabilizados apenas os alunos computados para o Censo da Educação Superior.</p>
	<p>Desenvolvimento de estratégias específicas de atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem.</p>		
	<p>Apoio e desenvolvimento de estratégias específicas de diminuição da repetência nos cursos, departamentos e disciplinas, para que os índices de aprovação alcancem patamares elevados.</p>		
<p>Diminuir a quantidade de vagas residuais nos cursos de graduação presenciais da universidade para menos de 7% do total de vagas até o final da vigência deste PDI.</p>	<p>Intensificação das estratégias de melhoria dos processos de seleção de estudantes por meio dos editais de transferência, portador de diploma de graduação (PDG) e reingresso.</p>	<p>1º e 2º Semestres de 2017</p>	<p>Número de Vagas Residuais (NVR): o número de vagas residuais é apurado nos cursos de graduação presenciais, de acordo com a Resolução CEPE nº 6.270, de 15 de abril de 2015, mediante a subtração do número de ocupantes de vagas (NOV) do total máximo de vagas (TMV):</p> <p>• $NVR = TMV - NOV$</p>
<p>Diminuir, em quatro anos, o percentual de reprovação semestral no conjunto das disciplinas de graduação a patamares inferiores a 15%.</p>	<p>Transformar o Programa Piloto de tutoria em Programa Institucional.</p>	<p>1º e 2º Semestres de 2017</p>	<p>Programa Piloto de tutoria em Programa Institucional.</p>
<p>Implantar programa de mobilidade estudantil entre os campi da universidade até o término da vigência do PDI.</p>	<p>Instituição de um programa de mobilidade acadêmica estudantil entre os campi da UFOP.</p>	<p>1º e 2º Semestres de 2017</p>	<p>Programa de mobilidade estudantil: programa aprovado e implantado.</p>

<p>Implementar, até o final da vigência deste PDI, a utilização de até 20% da carga-horária com recursos de educação a distância (EaD) em, pelo menos, 70% dos cursos presenciais de graduação.</p>	<p>Regulamentação do uso de 20% da carga horária dos cursos da universidade em atividades de EaD.</p>	<p>1º e 2º Semestres de 2017</p>	<p>- Regulamentação aprovada no CEPE-</p> <p>- Percentual de utilização de recursos de Educação a Distância (EaD): indica o percentual de cursos de graduação presenciais que implementaram em seu PPC até 20% da carga horária com recursos de EaD.</p>
<p>Promover, em até quatro anos, a atualização e o aperfeiçoamento de 100% dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, tendo em vista as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos, o PDI, o PPI e o PPL da universidade, entre outras exigências legais.</p>	<p>Adequação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação às normativas da Prograd.</p> <p>Manutenção e intensificação das ações de orientação e acompanhamento dos projetos pedagógicos realizados pelo Núcleo de Apoio Pedagógico da Prograd.</p> <p>Divulgação adequada dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFOP no site da universidade e promoção de ações de discussão desses projetos com os alunos, os professores e os técnicos-administrativos.</p>	<p>1º e 2º Semestres de 2017</p>	<p>Percentual de projetos pedagógicos atualizados: indica o percentual de projetos pedagógicos dos cursos de graduação que foram atualizados de acordo com as normativas da Prograd, de modo a atender às Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos, o PDI, o PPI e o PPL (no caso das licenciaturas) da universidade, entre outras exigências legais.</p>
<p>Adequar a oferta de estágios às normativas legais que orientam sua realização, em todos os cursos, no prazo de até quatro anos.</p>	<p>Desenvolvimento de estratégias de trabalho entre a Coordenadoria de Estágio e os coordenadores ou professores responsáveis pelas disciplinas de Estágio nos cursos de graduação.</p> <p>Promoção do uso de tecnologias de informação e comunicação na realização dos estágios.</p> <p>Dotação de recursos materiais, humanos e tecnológicos necessários à coordenação das atividades de estágio dos cursos de graduação.</p>	<p>1º e 2º Semestres de 2017</p>	<p>- Percentual de cursos com estágio regularizado: indica o percentual de cursos com comprovada adequação de seus estágios às normativas legais e da UFOP que orientam a realização de estágios nos cursos de graduação.</p> <p>- Reestruturação e ampliação da Coordenadoria de Estágio: indica o percentual de recursos materiais, humanos e tecnológicos incorporados à coordenadoria.</p>

	Aperfeiçoamento dos mecanismos de divulgação das oportunidades de estágio para os estudantes.		
Garantir atendimento especializado e de qualidade a todos os estudantes público-alvo da educação especial que ingressarem na universidade;	Inserção da abordagem do tema inclusão e diversidade nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.	1º e 2º Semestres de 2017	Atendimento pedagógico a alunos com demandas específicas: número de alunos atendidos ou acompanhados pelo Núcleo de Educação Inclusiva da Prograd em relação ao número de alunos que apresentam demanda de atendimento. Participação em atividades formativas sobre diversidade e inclusão: indica o percentual de docentes que participaram de atividades relativas às temáticas da diversidade e inclusão.
	Ampliação das ações relativas à inclusão e diversidade, no âmbito de atividades formativas, a exemplo do Programa Sala Aberta.		
	Incentivo e promoção à organização de disciplinas, eventos e atividades que abordem as temáticas da diversidade e da inclusão na universidade.		
Consolidar, em até quatro anos, um Projeto Pedagógico Institucional para as licenciaturas, contemplando a definição de objetivos institucionais para a formação docente, o atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores, a oferta mínima de disciplinas pedagógicas e a realização de atividades conjuntas entre os cursos.	Conclusão e aprovação do Projeto Pedagógico Institucional das Licenciaturas (PPL).	1º e 2º Semestres de 2017	Projeto Pedagógico Institucional para as licenciaturas: implantação do projeto.
	Redimensionamento, equalização e racionalização da oferta de disciplinas pedagógicas pelo Departamento de Educação aos diferentes cursos de licenciatura da UFOP.		
	Atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura em atendimento às DCNs e ao PPL.		

Fonte: PROGRAD/ UFOP

9.1.8 Indicadores Institucionais

A tabela 11 apresenta os indicadores “Taxa de retenção nas disciplinas dos cursos” e “Taxa de retenção nas disciplinas oferecidas pelos departamentos”. Conforme indica a tabela a reprovação média encontrada nos cursos de graduação da UFOP é de 19,1%. Os maiores índices foram encontrados em cursos das áreas das Ciências Exatas e engenharias: Física Licenciatura (50%), Matemática Licenciatura (44,8%), Física Bacharelado (39,1%), Computação (35,8%), Matemática Bacharelado (34,5%), Matemática Licenciatura a distância (31,4%) e Engenharia de computação (30,1%). As exceções ficam por conta do curso de História Bacharelado com 31,9% de reprovação e do curso de administração a distância com 30,7% de reprovação. Ressaltam-se melhoras significativas em grande parte desses cursos em relação ao ano de 2015. A exceção fica por conta do curso de Administração que apresentava taxa de reprovação de 19,2% em 2015.

Quando se observa as taxas de reprovação por Departamento, novamente as áreas de exatas destacam-se: Departamento de Matemática – DEMAT (50,3%), Departamento de Física- DEFIS (39,2%), Departamento de química – DEQUI (37,0%), Departamento de Ciências Exatas e Aplicadas- DECEA (34,8%) e Departamento de Computação e Sistemas de Informação – DECSI (31,7%). Quando se compara esses resultados aos do ano de 2015, observa-se tendência a manutenção das taxas de reprovação nos Departamentos, que oscila entre um e dois pontos percentuais, à exceção do DECSI que apresentou uma redução acima de 5 pontos percentuais.

Esses dados evidenciam a necessidade de se prosseguir na realização de um trabalho efetivo junto aos Departamentos da área de Ciências Exatas visando à continuidade da redução das taxas de reprovação. Tornar contínuo o Programa Piloto de Tutoria, intensificar as ações de formação do Programa Sala Aberta e ampliar as discussões com os professores sobre os resultados alcançados pelas disciplinas desses Departamentos são exemplos de ações que devem ser efetivadas.

Tabela 11 - Taxa de retenção nas disciplinas dos cursos de graduação no primeiro semestre letivo de 2016 e Taxa de retenção nas disciplinas oferecidas pelos departamentos

Programa (código e descrição) ou área da gestão	Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de cálculo	CÁLCULO		RESULTADO	Finalidade do Indicador
				Curso	Total de reprovações		
Ensino	Taxa de retenção nas disciplinas dos cursos	Indica o percentual de reprovação nas disciplinas de um determinado curso em relação ao total de matrículas nas disciplinas do referido curso, no semestre em estudo	Curso	Total de reprovações	Total de matrículas	Percentual	Acompanhar a taxa de reprovação para subsidiar os colegiados de cursos na adoção de políticas pedagógicas, com o objetivo de melhorar o desempenho dos alunos.
			Administração	267	1684	15,86%	
			Arquitetura e Urbanismo	282	2140	13,18%	
			Artes Cênicas – Bac	56	268	20,90%	
			Artes Cênicas - Lic	54	493	10,95%	
			Ciências Biológicas - Bac	120	647	18,55%	
			Ciências Biológicas - Lic	153	635	24,09%	
			Ciências Econômicas	460	1596	28,82%	
			Ciência e Tecnologia dos Alimentos	337	1211	27,83%	
			Ciência da Computação	501	1400	35,79%	
			Direito	251	2918	8,60%	
			Educação Física – Bac	214	1195	17,91%	
			Educação Física – Lic	195	790	24,68%	
			Engenharia Ambiental	232	945	24,55%	
			Engenharia Civil	534	2809	19,01%	
			Engenharia da Computação	399	1325	30,11%	
			Engenharia de Controle e Automação	481	2053	24,43%	
			Engenharia de Minas	427	2403	17,77%	
Engenharia de Produção (OP)	352	1967	20,99%				
Engenharia de Produção (JM)	438	2087	17,90%				

Engenharia Elétrica	530	2026	26,16%
Engenharia Geológica	545	2422	22,50%
Engenharia Mecânica	506	2271	22,28%
Engenharia Metalúrgica	637	2276	27,99%
Estatística	82	292	28,08%
Farmácia	524	3168	16,54%
Filosofia – Bac	23	159	14,47%
Filosofia – Lic	53	223	23,77%
Física – Bac	82	184	39,13%
Física – Lic	53	106	50,00%
História – Bac	82	257	31,91%
História – Lic	219	1264	17,06%
Jornalismo	200	1677	11,93%
Letras – Bac	48	247	19,43%
Letras – Lic	229	1221	18,76%
Matemática – Bac	30	87	34,48%
Matemática – Lic	135	301	44,85%
Medicina	56	4696	1,19%
Museologia	32	550	5,86%
Música	56	696	8,05%
Nutrição	305	1451	21,02%
Pedagogia	169	1578	10,71%
Química Industrial	232	764	30,37%
Química Licenciatura	166	388	42,78%
Serviço Social	245	1423	17,22%
Sistema de Informação	369	1135	32,51%
Turismo	260	1290	20,16%

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

			Pedagogia	995	3846	25,87%	
			Matemática	392	1249	31,39%	
			Administração	805	2621	30,71%	
			Geografia	253	879	28,78%	

Nota Técnica: - As taxas de retenção foram calculadas a partir dos dados do Sistema de Controle Acadêmico após período de gravação das notas do 1º semestre letivo. Base: Notas Gravadas. Excluíram-se as situações: em curso, cancelada, trancado.

Ensino	Taxa de retenção nas disciplinas oferecidas pelos departamentos	Indica o percentual de reprovação nas disciplinas oferecidas por um determinado departamento em relação ao total de matrículas nas disciplinas oferecidas pelo referido departamento, no semestre em estudo	(Somatório das reprovações nas disciplinas oferecidas pelo departamento/Somatório das matrículas nas disciplinas oferecidas pelo departamento) X 100	Somatório das reprovações nas disciplinas oferecidas pelo departamento	Somatório das matrículas nas disciplinas oferecidas pelo departamento		Acompanhar da taxa de reprovação para subsidiar os colegiados de cursos na adoção de políticas pedagógicas, com o objetivo de melhorar o desempenho dos alunos.
			DEAMB	29	293	9,90%	
			DEARQ	269	2005	13,42%	
			DECAT	420	2617	16,05%	
			DECIV	371	2145	17,30%	
			DEGEO	209	1639	12,75%	
			DEMET	160	1043	15,34%	

		DEMIN	93	1013	9,18%
		DEPRO	213	2552	8,35%
	Escola de Farmácia	DEACL	21	286	7,34%
		DEFAR	55	1101	5,00%
	Escola de Medicina	Escola de Medicina	33	3820	0,86%
	Escola de Nutrição	DEALI	119	768	15,49%
		DENCS	25	467	5,35%
	ICEB	DEBIO	132	796	16,58%
		DECBI	458	2575	17,79%
		DECOM	682	2135	31,94%
		DEFIS	1029	2623	39,23%
		DEMAT	1414	2809	50,34%
		DEQUI	1054	2851	36,97%
		DEEST	132	712	18,54%
	IFAC	DEART	102	725	14,07%
		DEFIL	92	645	14,26%
		DEMUS	47	648	7,25%
	ICHS	DEEDU	411	1873	21,94%
		DEHIS	371	1624	22,84%
		DELET	297	1624	18,29%
	ICSA	DECEG	617	2730	22,60%
		DECSO	375	2890	12,98%
	ICEA	DECEA	658	1891	34,80%
		DECSI	619	1954	31,68%
		DEELT	267	1051	25,40%
		DEENP	72	1295	5,56%
	Unidade isolada	CEDUFOP	266	1873	14,20%

		EDTM	DEDIR	260	3103	8,38%	
			DEMUL	27	529	5,10%	
			DETUR	135	821	16,44%	
		CEAD	DEEAD	2514	9003	27,92%	

Considerações: Os Departamentos do CEAD foram criados recentemente e ainda não é tecnicamente possível efetuar o cálculo por Departamento.

Nota Técnica: - As taxas de retenção foram calculadas a partir dos dados do Sistema de Controle Acadêmico após período de gravação das notas do 1º semestre letivo. Base: Notas Gravadas. Excluíram-se as situações: em curso, cancelada, trancado.

Fonte: PROGRAD/ UFOP

9.1.9 Outras Informações Relevantes

Abaixo, apresentamos outras informações sobre atividades realizadas pelo setor ao longo do ano de 2016.

Programa Sala Aberta: docência no ensino superior

O Programa Sala Aberta: Docência no Ensino Superior, desenvolvido pela Pró-reitoria de Graduação, por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico, visa criar e ampliar espaços para o diálogo e a permanente reflexão sobre os desafios da docência universitária, tendo como protagonistas os professores. Todas as ações do Programa estão voltadas para o debate e para o aprimoramento das experiências docentes em torno de seis eixos temáticos: Metodologia de Ensino; Avaliação; Relação Professor Aluno; Currículo; Diversidade e Estrutura e Normas Acadêmicas.

Desde sua implantação, em 2013, foram realizados treze encontros em que foram discutidos os seguintes temas: Docência no Ensino Superior; Avaliação da Aprendizagem; Os Desafios das Atividades Docentes; Relação Professor Aluno e Inclusão no Ensino Superior; Internacionalização do Ensino; Aprendizagem Ativa; Práticas Pedagógicas.

Ao longo de 2016 foram realizados quatro eventos presenciais envolvendo a formação continuada dos docentes da instituição. Esses eventos foram organizados em dois grupos de atuação. O primeiro era direcionado a todo grupo docente da instituição e os eventos ocorreram em dois campi da UFOP. O segundo consistiu em um ciclo de debates com foco nos professores e coordenadores de curso das licenciaturas.

Além de encontros presenciais com a participação de especialistas renomados, o Sala Aberta passou a incorporar as ferramentas da modalidade de estudos a distância. Nesse espaço virtual ampliamos o debate sobre temáticas relacionadas aos saberes e à prática docente. De maio a julho de 2016, foi disponibilizado, via a Plataforma Moodle, a vertente online do programa o Sala Aberta Virtual que teve 72 professores inscritos em sua segunda edição, sendo que 56 docentes concluíram o curso. O quadro a seguir apresenta as atividades desenvolvidas pelo Programa em 2016 e número de participantes em cada evento.

Tabela 12 - Atividades do Programa Sala Aberta em 2016

Encontros/temas	Data	Local	Nº de participantes
Sala Aberta Oficina Pedagógica Avaliação em foco: construção e aplicação de instrumentos auxiliares do processo avaliativo	25 de Abril de 2016	Auditório do ICEA- Campus João Monlevade	29
Sala Aberta Virtual	02 de Maio a 10 de Julho de 2016	Plataforma Moodle	56
Sala Aberta Convi da O que os Projetos Pedagógicos dizem sobre os cursos: relevância e comprometimento com a formação	20 de Junho de 2016	Auditório do CEAD - Escola de Direito Turismo e Museologia Campus Morro do Cruzeiro	74
Sala Aberta Oficina Pedagógica Avaliação em foco: construção e	23 de Setembro de 2016	Auditório do CEAD - Campus Morro do	42

**aplicação de instrumentos auxiliares do
processo avaliativo**

Cruzeiro

Sala Aberta Convi da A reinvenção da Universidade no século XXI - Desafios Pedagógicos	20 de Outubro de 2016	Auditório da Escola de Minas - Campus Morro do Cruzeiro	29
Total de participantes			230

Fonte: Desenvolvido por NAP/PROGRAD a partir dos relatórios de cada atividade.

O ciclo de debates da Rede de Trocas das Licenciaturas da UFOP: Discutindo Diretrizes na Tessitura de Novas Possibilidades abordou várias temáticas que subsidiaram a construção do Projeto Pedagógico das Licenciaturas da UFOP, documento que se encontra em fase de finalização. Entre essas temáticas destacamos: as novas diretrizes curriculares nacionais para formação de professores; experiências sobre formação docente; estágio curricular; base nacional comum e interdisciplinaridade, interação universidade e o campo de atuação profissional; a prática como componente curricular; a formação de professores na perspectiva da diversidade; a pesquisa e a extensão na formação de professores e avaliação da aprendizagem.

Tabela 13 - Atividades do Programa Sala Aberta, relativas à Reforma das Licenciaturas (Rede de Trocas das Licenciaturas da UFOP: Discutindo Diretrizes na Tessitura de Novas Possibilidades)

Encontros/temas	Data	Local	Nº de participantes
1º Encontro Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior: Concepções e Desafios	18 de Abril	Centro de Convenções da UFOP	68
2º Encontro Desafios dos cursos de licenciatura: o que temos e o queremos	03 de Maio	Auditório do CEAD	50
3º Encontro Olhares e experiências sobre a formação docente	18 de Maio	Auditório do CEAD	43
4º Encontro Estágio Curricular nas Licenciaturas	03 de Junho	Auditório do CEAD	44
5º Encontro A base Nacional Comum: o que muda na formação de professores?	21 de Junho	Auditório do CEAD	64
Educação, interdisciplinaridade e projeto de trabalho	21 de Junho	Auditório do CEAD	23
6º Encontro Interação universidade e o campo de atuação profissional	12 de Julho	Auditório do CEAD	12
7º Encontro A formação de professores na perspectiva da Diversidade	29 de Julho	Auditório do CEAD	31

A Pesquisa e a Extensão na formação docente	29 de Julho	Auditório do CEAD	3
8º Encontro	02 de Agosto	Auditório do CEAD	18
Avaliação da Aprendizagem nas diferentes modalidades de ensino: registros da prática			
Total de participantes			356

Fonte: Desenvolvido por NAP/PROGRAD a partir dos relatórios de cada atividade.

O Programa vem se mostrando como um importante espaço de formação e reflexão da prática docente alcançando um público cada vez maior. Ao longo de 2016 o Sala Aberta contou com a participação de mais de 500 docentes. Todos os eventos tiveram um público significativo e com boa participação. Ressaltam-se as contribuições do Programa para o constante debate e reflexão sobre questões que passam as relações de ensino e aprendizagem.

Os principais fatores que contribuíram para a realização dessa ação foi o envolvimento da equipe da PROGRAD e o interesse dos professores envolvidos. Um fator que vem dificultado a execução das ações de capacitação recai sobre a estrutura física e financeira para o programa Sala Aberta. Dentre os objetivos para melhoria e ampliação do Programa destaca-se a necessidade de maior mobilização do público alvo, bem como a disponibilidade de recursos financeiros para contratação de convidados e continuidade dos eventos. Muitas das atividades realizadas foram financiadas com recursos do Prodocência da CAPES, projeto que será finalizado no ano de 2016.

Mostra de Profissões

No ano de 2016 foi realizada a 9ª Mostra de Profissões da Universidade Federal de Ouro Preto, no Campus Morro do Cruzeiro.

O evento contou com a presença de aproximadamente 6000 visitantes, sendo 42 escolas credenciadas (27 escolas públicas e 15 escolas particulares) e 1061 visitantes individuais. O objetivo principal desta 9ª edição do evento foi ampliar a divulgação dos cursos da UFOP. Nessa edição, uma grande novidade foi a articulação da Mostra de Profissões com o “Mais UFOP” projeto realizado por meio de parceria entre a Reitoria, a Pró-reitoria de Graduação (Prograd), a Fundação Educativa de Ouro Preto (FEOP) e a TV UFOP. Para apresentar os 46 cursos presenciais da Universidade, o Mais UFOP produziu uma série de vídeos de curta duração mostrando o cotidiano dos cursos de graduação: vida dos estudantes, laboratórios, bibliotecas, pesquisas e projetos de extensão. Considera-se que os vídeos forneceram informações essenciais para assessorar o processo de escolha dos cursos pelo possível público ingressante da Universidade. Outra novidade foi a realização do evento paralelamente a uma edição do Programa Campus Aberto, promovido pela Pró-Reitoria de Extensão, o que permitiu a diversificação de atividades e o incremento dos dois eventos simultaneamente.

Também nessa edição, considerando a potência dos meios de comunicação digitais, foi criada uma página no Facebook para divulgação do evento. As apresentações culturais tiveram seu papel diferenciado e deram um charme ao evento.

Alteração e Reforma Curricular

O processo de Alteração e Reforma Curricular visa a adequar a matriz dos cursos de graduação da UFOP às novas demandas internas e externas, considerando as orientações das Diretrizes Curriculares e à constante avaliação e auto-avaliação dos cursos de graduação da instituição.

Desde o segundo semestre de 2014 os processos de alteração e reforma curricular têm sido encaminhados ao Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da Pró-Reitoria de Graduação para análise pedagógica das propostas. Em seguida os processos são encaminhados à Coordenadoria de Administração e Registro Acadêmico (CARA/Prograd) responsável pela análise técnica e implementação no Sistema de Controle Acadêmico/UFOP.

Conforme pode ser observado no Quadro I, durante o ano de 2016 foram solicitadas e analisadas 31 alterações e reformas curriculares.

Quadro 62 - Alterações e Reformas Curriculares solicitadas e analisadas em 2016

Solicitações analisadas no primeiro semestre de 2016	Solicitações analisadas no segundo semestre de 2016
Administração Pública	Artes Cênicas
Engenharia de Produção ICEA	Arquitetura
Engenharia Elétrica	Ciências Biológicas Bacharelado
Engenharia Geológica	Administração
Farmácia	Administração Pública
Física Licenciatura	Engenharia Elétrica
Geografia	Farmácia
História Licenciatura	Geografia
Jornalismo	Medicina
Química Industrial	Música
Química Licenciatura	Química Industrial
Sistemas de Informação	Serviço Social
	Sistemas de Informação
	Turismo
	Matemática EAD
	Pedagogia EAD
	Matemática
	Pedagogia
	Engenharia de Produção - OP

Fonte: Elaborado pelo NAP a partir de informações da Coordenadoria de Administração e Registro Acadêmico

Elaboração e Atualização de Projeto Político Pedagógico

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é um documento público que tem por finalidade apresentar os cursos da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) para a comunidade acadêmica. O projeto contempla a concepção do curso, objetivos, perfil do egresso, ementário, dentro outras informações. É um documento importante e sua elaboração e atualização recebe o acompanhamento e análise do Núcleo de Apoio Pedagógico.

No ano de 2016, foram encaminhados para análise pedagógica do NAP os Projetos Pedagógicos dos cursos de:

Administração

Administração Pública

Ciências Biológicas Bacharelado

Engenharia Urbana

Matemática Licenciatura
Química Industrial

Durante a análise das solicitações de adequação da matriz curricular foi recomendada a atualização do Projeto Pedagógico dos seguintes cursos:

Ciências Biológicas Bacharelado
Engenharia de Computação
Engenharia de Controle e Automação
Engenharia Elétrica
Farmácia
Medicina

Pesquisa de Desenvolvimento de Disciplinas da Graduação da UFOP

A Pesquisa de Desenvolvimento de Disciplinas da Graduação é um sistema de avaliação e acompanhamento semestral das disciplinas. Essa pesquisa é respondida por discentes e docentes e é um importante instrumento de análise da prática docente, por meio do qual o NAP oferece aos docentes e gestores um diagnóstico do ensino desenvolvido na UFOP. A participação dos discentes e docentes nas pesquisas vem aumentando progressivamente em virtude da valorização do processo avaliativo junto à comunidade universitária. Os relatórios destas pesquisas são divulgados semestralmente e os resultados individuais repassados aos professores antes do início do semestre seguinte.

Em 2016, além da realização da pesquisa propriamente dita, foram realizadas 23 reuniões com os Presidentes de Colegiados, oportunidade em que foram apresentados os gráficos de resultados do ensino em todas as disciplinas de cada curso. Também foram entregues a cada Presidente de Colegiado, de forma anônima, os comentários retirados da Pesquisa de Desenvolvimento de Disciplinas de Graduação do segundo semestre de 2015.

Plano de Ação Pedagógica (PAP)

No primeiro semestre de 2014 todos os Colegiados de Curso foram convidados a elaborarem o Plano de Ação Pedagógica visando à melhoria constante da qualidade dos cursos de graduação da UFOP. Os Planos de Ação foram desenvolvidos entre os meses de julho de 2014 e julho de 2016. Frente à necessidade de acompanhamento e avaliação do Plano de Ação Pedagógica a Pró-reitoria de Graduação, por meio do Núcleo de Apoio Pedagógico, desenvolveu ao longo do ano de 2016 reuniões com representantes dos Colegiados dos Cursos. Dentre os resultados, destaca-se o movimento de atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos e alterações nas matrizes curriculares desencadeados pelas metas prevista nos Planos de Ação.

Encontro de Saberes

Para uma ampla divulgação dos projetos desenvolvidos pelo Programa Pró-Ativa, Programa de Educação Tutorial (PET), Programa de Monitoria e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) integrou o Encontro de Saberes 2016, realizando quatro Mostras de apresentação dos trabalhos e uma exposição de Material Pedagógico produzido no âmbito dos programas.

A Mostra Pró-Ativa, que está em sua nona edição, teve 80 projetos apresentados oralmente. Nessa Mostra os trabalhos desenvolvidos no Programa durante todo o ano foram apresentados oralmente.

Dando continuidade à participação iniciada no ano de 2015, também foi realizada a II Mostra do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) no Encontro de Saberes. Os 40 projetos desenvolvidos dentro do Programa foram expostos em formato de pôster.

Também no âmbito do Encontro de Saberes 2016, o Programa de Monitoria da UFOP teve sua I Mostra. Em 2014, realizamos um seminário de caráter avaliativo e em 2015 potencializamos as trocas e os relatos de experiências sobre a execução das monitorias na nossa Universidade. Neste ano, propusemos o evento em outro formato. Na I Mostra Monitoria foram apresentados 54 pôsteres de projetos desenvolvidos no primeiro semestre de 2016 pelo Programa de Monitoria e que atenderam disciplinas de diversas áreas e departamentos.

Ainda no Encontro de Saberes, contamos com a participação dos grupos do Programa de Educação Tutorial. Atualmente são 09 grupos PET na UFOP e eles apresentaram oralmente parte das atividades que desenvolveram durante o ano.

Alguns dos projetos desenvolvidos pelos programas de ensino ligados à Pró-Reitoria de Graduação (PIBID, PET, Programa Pró-Ativa e Programa de Monitoria) manifestaram o desejo de expor no Encontro de Saberes os materiais pedagógicos que foram produzidos por eles no ano de 2016. Seriam apresentadas apostilas, vídeo-aulas, jogos, aplicativos, lâminas microscópicas, moldes, e outros recursos que foram desenvolvidos para apoiar e facilitar o processo de ensino e o processo de aprendizagem no ensino superior da UFOP. Contudo, mesmo com 36 projetos previstos para exporem, apenas 08 compareceram à exposição.

As apresentações e as trocas proporcionadas pelo Encontro de Saberes, realizado nos dias 22 e 23 de novembro, foram fundamentais para a socialização e avaliação dos projetos que visam diretamente promover melhorias efetivas na formação dos estudantes e nos cursos de graduação.

Atendimento a estudantes público-alvo da educação especial

Durante o ano de 2016, 80 estudantes de graduação declararam, no momento da matrícula, pertencer ao público-alvo da educação especial, isto é, pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. O trabalho pedagógico de acompanhamento desses estudantes foi realizado, sempre que necessário, pelo Núcleo de Educação Inclusiva da Prograd (NEI), num processo que envolve: a) Escuta e acompanhamento pedagógico a estudantes: Consiste na escuta e diálogo constante pela equipe pedagógica do Núcleo aos estudantes com deficiência ou necessidades específicas sobre suas demandas, as quais podem ser de ordem pedagógica, comunicacional, instrumental etc. A partir do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), é possível analisar as barreiras enfrentadas durante a permanência do estudante na Universidade e, ao mesmo tempo, buscar alternativas para superação dos obstáculos que comprometem a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno. A construção de estratégias de superação das barreiras, bem como a avaliação das ações de acessibilidade implantadas são realizadas pela equipe do NEI, colegiados dos cursos e, também, por outros setores envolvidos direta ou indiretamente com o estudante com deficiência; b) Reuniões pedagógicas: realização de reuniões pedagógicas entre NEI, docentes e colegiados de cursos a fim de orientar, planejar e criar ações de acessibilidade conforme as demandas dos estudantes com deficiência. Por meio do feedback que estudantes docentes trazem para a equipe, é possível avaliar a importância desses encontros para o deslocamento e reorganização do fazer docente, propiciando a construção de novos saberes necessários para a inclusão desses estudantes; c) Realização de Reuniões ampliadas com docentes e estudantes: Com a entrada de novos estudantes com deficiência nos cursos de graduação, os docentes e estudantes participam de momentos de formação com a equipe do NEI. Esses momentos têm por objetivo auxiliar na compreensão das demandas dos acadêmicos com deficiência e na proposição de

estratégias de aprendizagem capazes de promover, de fato, a apreensão dos conteúdos curriculares. Assim, neste ano de 2016, foram realizadas reuniões com estudantes e professores de diversos cursos, dentre eles: música, ciência da computação, ciências biológicas, farmácia, dentre outros; d) Produção e adaptação de materiais pedagógicos acessíveis: na sede do NEI, há um laboratório específico para a produção de materiais didáticos adaptados conforme as demandas dos estudantes com deficiência. Diversos materiais são produzidos em Braille, áudio, áudio-descrição, táteis e em Libras.

9 - Atendimento a servidores com deficiência

O mesmo trabalho foi desenvolvido em relação aos servidores com deficiência, sendo que, nesse caso, o NEI atuou em articulação com a Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP), a fim de promover os recursos de acessibilidade necessários à execução do trabalho, ao acesso aos espaços e à participação nas atividades institucionais. A UFOP conta com 8 servidores com deficiência, sendo 4 com deficiência auditiva, 3 com deficiência física e 1 com deficiência visual.

Realização de Atividades de Promoção da acessibilidade linguística comunicacional na universidade

A inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior pressupõe a fruição plena dos conteúdos e dos bens culturais presentes no meio vivenciado pelos sujeitos. Diante disso, a UFOP objetiva romper as barreiras que dificultam ou impedem a comunicação, isto é, busca construir estratégias que possibilitem a comunicação interpessoal.

Assim, foram realizadas diversas ações ao longo do ano de 2016, as quais tiveram como objetivo proporcionar acessibilidade comunicacional aos estudantes com deficiência:

a) Interpretação em Sala de Aula: Trabalho de interpretação para a língua brasileira de sinais (Libras) dos conteúdos falados em língua portuguesa (e vice-versa) em sala de aula para alunos de graduação e pós-graduação. Essa atividade aconteceu a partir da frequência em que as aulas eram ministradas. Os seis profissionais tradutores e intérpretes de Libras se envolveram na execução desta atividade;

b) Interpretação de orientações de Mestrado e bancas de qualificação: Interpretação para a Libras dos conteúdos falados em língua portuguesa (e vice-versa) em reuniões de orientação de mestrado. Neste semestre, a UFOP contava com aluna Surda, matriculada no curso de Mestrado em Educação, que solicitou o trabalho de interpretação de orientações de Mestrado. As orientações ocorreram semanalmente; c) Interpretação em Libras de eventos institucionais: Os eventos realizados pela UFOP contam com o trabalho de acessibilidade comunicacional desenvolvido pelo NEI. Com isso, as exposições, cursos, palestras e ações de outra natureza, requerem a presença de intérpretes e tradutores de língua de sinais (TILS). Em 2016, os TILS que atuam no NEI participaram de assembleia estudantil; do 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU): “Inovação e emancipação: valores humanos, tecnológicos e ambientais”, que contou com a presença de uma aluna surda que apresentou um pôster e participou de diversos momentos do evento. Houve, também, participação dos TILS em uma das assembleias gerais dos estudantes em novembro.

Atividades de formação para a inclusão

Durante o ano de 2016 foram realizadas também diversas ações de formação de estudantes, professores e comunidade em geral para a temática da Inclusão. Destacamos:

▪ VI Encontro do Núcleo de Educação Inclusiva (ENEI) em parceria com o simpósio de Formação e Profissão docente (SIMPOED – 2017), envolvendo as seguintes atividades: Mesa: Processos formativos, práticas e políticas educacionais para público-alvo de educação especial (Convidados: Romerito Costa Nascimento, Marco Antônio Melo Franco, Nara Rúbia de Carvalho); Mesa: A língua de sinais brasileira na educação de Surdos (Convidados: Clarissa Fernandes das Dores, Elidéa Lúcia Almeida Bernardino, Sônia Marta de Oliveira); Roda de Conversa: Inclusão e acessibilidade no ensino superior: a experiência dos núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Ouro Preto (Mediação: Maria Luísa Magalhães Nogueira).

Ciclo de Palestras do NEI: Intitulado I Ciclo de Palestras do NEI: acessibilidade e inclusão em pauta o evento contou com palestras e debates sobre diferentes temas relacionados à inclusão.

II Setembro Azul na UFOP: objetivando sensibilizar a comunidade acadêmica em relação aos direitos da pessoa surda, pelo segundo ano, realizou-se na UFOP o evento “Setembro Azul na UFOP”. Com diversas atividades envolvendo oficinas, palestras, rodas de conversa, buscou-se mobilizar a comunidade e as autoridades de Ouro Preto e Mariana, em especial, do campo da educação, para a garantia dos direitos linguísticos, culturais e humanos das pessoas surdas.

Oferta de Estágios

A Coordenadoria de Estágio da PROGRAD – CEST/PROGRAD, realizou diversas atividades no ano de 2016, dentre estas: zelou pelo cumprimento da legislação aplicável aos estágios; orientou a comunidade acadêmica da UFOP sobre assuntos pertinentes aos estágios; estabeleceu estreita interação com os setores acadêmicos responsáveis pelas atividades de estágio dos cursos da UFOP; coordenou a emissão de documentos relacionados a estágio; captou oportunidades de campos de estágios e proveu as ações necessárias para que fossem firmados convênios de interesse da UFOP; manteve atualizado o banco de dados das organizações conveniadas; forneceu aos Campos de Estágios as orientações e as formalidades exigidas pelas normas regulamentadoras dos estágios; intermediou o contato dos alunos e dos Professores orientadores com os representantes dos Campos de Estágios; manteve atualizado banco de dados com informações sobre os estágios realizados; divulgou oportunidades de estágio, programa trainee e emprego; manteve e alimentou site específico com informações necessárias sobre as atividades de estágio; planejou e desenvolveu ações que favorecessem a realização de estágio dos alunos, como estratégia de formação acadêmica; representou a UFOP em eventos relacionados aos estágios; entre outros.

No segundo semestre de 2015 foi criado espaço específico no Sistema de Controle Acadêmico para registro dos dados dos estágios realizados pelos estudantes da UFOP, e o ano de 2016 foi o primeiro a ser registrado integralmente no referido sistema. Esta atividade foi executada por bolsista da CEST/PROGRAD. Este sistema ainda precisa de alguns ajustes e implementações de outras ferramentas.

Em 2016, foram registrados 2051 (dois mil e cinquenta e um) Termos de Compromisso de Estágio iniciados no ano de 2016 – dentre estes 1941 (mil novecentos e quarenta e um) foram estágios obrigatórios e 110 (cento e dez) estágios não obrigatórios – além de Termos de Compromisso de Estágio iniciados em anos anteriores.

A seguir serão apresentados os dados referentes ao quantitativo de estágio realizado pelos estudantes e por curso (número de TCE assinados e registrados).

Quadro 63 – Estágios ofertados

Curso	Quantidade de estágios
ADMINISTRACAO	53
ADMINISTRACAO PUBLICA	160
ADMINISTRACAO: ADMINISTRACAO PUBLICA	1

ARQUITETURA E URBANISMO	43
ARTES CENICAS	28
CIENCIA DA COMPUTACAO	6
CIENCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	37
CIENCIAS BIOLOGICAS	19
CIENCIAS ECONOMICAS	13
DIREITO	49
EDUCACAO FISICA	147
ENGENHARIA AMBIENTAL	11
ENGENHARIA CIVIL	26
ENGENHARIA DE COMPUTACAO	6
ENGENHARIA DE CONTROLE E AUTOMACAO	42
ENGENHARIA DE MINAS	38
ENGENHARIA DE PRODUCAO	98
ENGENHARIA GEOLOGICA	23
ENGENHARIA MECANICA	22
ENGENHARIA METALURGICA	26
FARMACIA	87
FILOSOFIA	11
FISICA	7
GEOGRAFIA	70
HISTORIA	1
JORNALISMO	8
LETRAS	90
MATEMATICA	123
MEDICINA	277
MUSEOLOGIA	22
MUSICA	8
NUTRICAO	18
PEDAGOGIA	391
QUIMICA	8
QUIMICA INDUSTRIAL	12
SERVICO SOCIAL	30
SISTEMAS DE INFORMACAO	22
TURISMO	18
Total geral	2051

Fonte: PROGRAD/ UFOP

A CEST/PROGRAD formalizou 38 (trinta e oito) novos convênios com empresas para serem concedentes de vagas de estágio, além de algumas renovações que não foram enumeradas.

A PROGRAD disponibilizou o valor de 100.471,70 (cem mil, quatrocentos e setenta e um reais e setenta centavos) de auxílio financeiro para estágio obrigatório não remunerado que beneficiou 158 estudantes. Este auxílio tem como objetivo dar condições de locomoção, em face das despesas financeiras com transporte referentes aos deslocamentos das residências acadêmicas dos estudantes estagiários aos campos de estágios. A PROGRAD não regulamentou as regras para fornecimento do referido auxílio, porém este é efetuado desde o ano de 2011, conforme acordo entre as Pró-reitoras de Graduação e Planejamento e Orçamento e Finanças. O recurso financeiro inicialmente disponibilizado pela Pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento - PROPLAD para o ano de 2016 foi de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), porém teve que ser reajustado duas vezes para atender a demanda.

A UFOP disponibilizou seguro contra acidentes pessoais para todos os alunos em atividade de estágio, conforme previsto na Lei 11.788/2008. Atualmente a seguradora contratada é a SEGUROS SURA S/A e o contrato tem vigência prevista até 31 de agosto de 2017.

O componente curricular estágio é uma das principais atividades a serem desenvolvidas pelos estudantes, que contribui no processo de ensino-aprendizagem e na formação acadêmica. Merece atenção especial tanto nas questões pedagógicas como nas administrativas, estas últimas que são realizadas em sua maioria na CEST/PROGRAD.

Faz-se necessário a elaboração de uma regulamentação interna que defina responsabilidades, procedimentos, parâmetros para estágio no exterior, bem como para o auxílio financeiro fornecido os estudantes que realizam estágio obrigatório não remunerado. Está regulamentação dará celeridade e transparência às rotinas administrativas realizadas pela CEST/PROGRAD.

Outra questão importante seria uma melhor estruturação da CEST/PROGRAD em termos de pessoal. Atualmente o setor conta com 1 (um) assistente administrativo e 1 (um) bolsista para todas as atividades administrativas, que são várias conforme descrito nos parágrafos anteriores. Com a estrutura atual a CEST/PROGRAD limita-se aos procedimentos e soluções de problemas do dia-a-dia e não tem tempo para propor ou implementar novas ações que favoreçam maior dinamismo para realizações dos estágios.

9.2 APÊNDICE 2: Relatório de Atividades Pró-reitoria de Pós Graduação

9.2.1 Pró-Reitoria de Pós-Graduação

Este relatório de Gestão apresenta as principais atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPP) no ano de 2016. A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP) trabalha no desenvolvimento de ações estratégicas de apoio e coordenação da pesquisa, pós- graduação (lato e stricto sensu) e inovação na Universidade Federal de Ouro Preto.

No decorrer deste relatório serão repassadas as principais estratégias de atuação da PROPP ao longo do ano, bem como as demandas administrativas, acadêmicas e financeiras da Pesquisa e da Pós-Graduação. A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação além de procurar atender aos itens do conteúdo recomendado para a elaboração do relatório de gestão do exercício de 2016, também apresenta os resultados alcançados por meio do desenvolvimento das ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O relatório trata da sistematização de indicadores pertinentes a pesquisa e a pós- graduação e torna-se um instrumento para mostrar o desempenho da Pró-Reitoria junto à comunidade acadêmica, bem como apresenta perspectivas necessárias para realização da visão de futuro da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

O ano de 2016 trouxe, além dos desafios inerentes à pesquisa e à Pós-Graduação, cenário econômico negativo para o país, que influenciou direta e adversamente nas atividades de pesquisa e pós-graduação. Na dimensão da pesquisa, a PROPP tem apoiado os pesquisadores em atuação na UFOP, sejam eles docentes, discentes ou técnico-administrativos. O papel da PROPP é fundamental

para assegurar que a pesquisa na UFOP seja entendida como atividade essencial à vida universitária plena, devendo estar incorporada na cultura institucional como um todo. A PROPP cadastra projetos e linhas de pesquisa ativas, apoia pesquisas através de editais específicos, seja de auxílio financeiro a pesquisador, seja na avaliação e distribuição de bolsas de pesquisa nas diferentes modalidades. Como um dos eixos integradores de graduação e pós-graduação, a pesquisa, com o centro no projeto de pesquisa, é uma das atividades que define a missão universitária. Ainda nesse âmbito, a PROPP coordena e induz a gestão e ampliação da infraestrutura de pesquisa na UFOP, seja nos laboratórios multiusuários, bibliotecas, ou outros espaços nos quais a pesquisa acontece, através de editais, como o de livros da FAPEMIG, da FINEP, em especial o CT-INFRA e o Pró-equipamentos da CAPES.

Importante ressaltar que a Pesquisa, através do edital interno de auxílio financeiro a pesquisador, experimentou ganhos expressivos quanto aos projetos apresentados, gerando resultados em termos de artigos acadêmicos publicados e mesmo de patentes depositadas, indicadores fundamentais para a avaliação da contribuição da instituição para a inovação tecnológica.

Na dimensão ensino de pós-graduação, a PROPP coordena, supervisiona e induz o sistema, seja em nível de *lato sensu* (especializações e residências médicas), ou *stricto sensu*, este último nas modalidades acadêmico e profissional, tanto mestrados quanto doutorados. É função da PROPP induzir a criação de novos programas a partir da formação e integração de grupos de pesquisadores emergentes e o apoio à pesquisa desses grupos, principalmente através do auxílio financeiro a pesquisador, instituído desde 2014 através de edital próprio desta Pró-Reitoria. Na fase de proposta e criação de novos programas, a PROPP orienta, apoia e coordena as iniciativas, atuando tanto internamente, nos conselhos superiores, quanto externamente, no processo de submissão e avaliação junto a CAPES. Este trabalho tem produzido resultados bastante satisfatórios, visto que a UFOP tem experimentado ao longo dos últimos anos um aumento significativo na oferta de cursos de pós-graduação, ampliando o número de unidades acadêmicas em que a verticalização já é uma realidade.

Nos programas de pós-graduação já recomendados pela CAPES em diferentes fases de consolidação, cabe à PROPP a função de co-gestora, mediando suas demandas junto às agências de fomento e à administração central da UFOP. A Pró-Reitoria supervisiona e continuamente avalia os programas existentes, implementa políticas próprias de bolsas e gere as das demais agências, bem como é a gestora dos recursos da verba PROAP-CAPES.

O objetivo geral da política de pesquisa, pós-graduação e inovação é a qualificação plena dos seres humanos envolvidos nessas ações a partir de uma perspectiva que incorpore com rigor os valores acadêmicos, científicos, artísticos e ético-culturais. Do ponto de vista estratégico, planejado no PDI da UFOP, os objetivos são a consolidação e ampliação da pesquisa e pós-graduação em nosso ambiente institucional.

Para atingir esses grandes objetivos, a PROPP atua para fortalecer o ambiente institucional voltado para pesquisa, pós-graduação e a inovação. A PROPP procura continuamente melhorar o alcance e a qualidade dos programas de Pós-Graduação da UFOP, buscando sua inserção nacional e internacional, estimulando a formação de mestres e doutores comprometidos com uma sociedade mais justa e igualitária; a qualificação de seu corpo docente; a produção qualificada do conhecimento científico e tecnológico; a expressiva interação com o setor produtivo para transferência de tecnologia e conhecimento; o incentivo à utilização multiusuária da infraestrutura disponível visando a sua otimização, racionalização e flexibilização.

Vale ressaltar que, mesmo em um ano com panorama econômico externo adverso, a PROPP não mediu esforços para dar continuidade em seu edital de auxílio financeiro a pesquisador e financiamento de bolsas de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado com recursos próprios, além de atender demandas que foram prejudicadas com a restrição do Proap-Capes.

Organograma Funcional

NUPEB

O Núcleo de Pesquisas em Ciências Biológicas está vinculado à PROPP e abriga dois programas de pós-graduação: Ciências Biológicas (mestrado e doutorado) e Biotecnologia (mestrado e doutorado), cujas excelências são entendidas como uma de suas principais metas. Além disso, o NUPEB, dentro de sua característica multidisciplinar, conta com professores de várias unidades acadêmicas da UFOP e de outras instituições. No ano de 2016 o NUPEB completou 22 anos.

PROÁGUA

O Núcleo de Pesquisa em Recursos Hídricos (PROÁGUA) está vinculo à PROPP e abriga dois programas de pós-graduação stricto sensu: Mestrado e Doutorado em Engenharia Ambiental (Proamb) e Mestrado Profissional em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental. O Proamb atingiu a Nota 5 Capes em 2014 e tem trabalhado para conquistar a nota 6. Já o mestrado profissional tem ofertado turmas de acordo com a demanda externa.

NITE

O Núcleo de Inovação Tecnológica - NITE/UFOP, criado no ano de 2001 com o nome de SEAPI (Serviço de Apoio a Propriedade Intelectual), possui como missão promover a formação de um ambiente cooperativo que conjugue interesses da UFOP, empresas e órgãos para promoção de atividades inovadoras e de transferência de tecnologia, com vistas a contribuir para o desenvolvimento social e econômico da região de influência da Instituição. Entre suas atribuições está a divulgação das políticas nacionais de proteção da propriedade intelectual e inovação, bem como sua importância no meio científico e tecnológico.

REDEMAT

A Rede Temática em Engenharia de Materiais - REDEMAT, foi criada oficialmente em dezembro de 1995, através de um Convênio firmado entre a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais (CETEC). A REDEMAT comporta em sua estrutura organizacional um Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Materiais, nos níveis de Mestrado e Doutorado, credenciado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), além de um curso de Especialização e duas outras áreas de atuação. A primeira é destinada ao oferecimento de cursos de curta duração, visando o treinamento de pessoal de empresas, e a segunda, à elaboração de projetos específicos de pesquisas em temas de interesse que envolva Universidades, Empresas e Centros de Pesquisas.

CCA

O Centro de Ciência Animal fornece animais para a pesquisa (camundongos, ratos, hamsters e cães) a centenas de usuários, entre alunos de Iniciação Científica da Biologia, Farmácia, Medicina, Nutrição e Educação Física, mestrado/doutorado (Ciências Farmacêuticas, Ciências Biológicas e Biotecnologia) e mestrado (Nutrição) e pesquisadores vinculados aos inúmeros departamentos da UFOP com seus bolsistas de Pós-doutorado.

Comitês Especiais

CEUA: Comissão de Ética no Uso de Animais. A CEUA da UFOP foi instituída pela Resolução CEPE nº 3.687, de 30 de junho de 2009, é órgão independente e vinculado operacionalmente à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFOP, e tem por finalidade avaliar os aspectos éticos relacionados à utilização de animais para ensino e pesquisa, em conformidade com as determinações da Lei Federal nº 11.794, de 08 de outubro de 2008, que regulamenta o uso científico de animais, assim como legislação que lhe complementa.

CEP: Comitê de Ética em Pesquisa da UFOP. O CEP foi instituído pela Resolução CEPE nº 1336, de 11 de setembro de 1998, tem por finalidade avaliar os aspectos éticos das pesquisas que envolvam seres humanos, de acordo com as determinações da Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996 do Conselho Nacional de Saúde e legislação complementar.

CIBIO: Comissão Interna de Biossegurança. O CIBIO tem a missão de promover ações voltadas para prevenção, minimização ou eliminação de riscos inerentes às atividades de pesquisa, ensino e desenvolvimento tecnológico, as quais possam comprometer a saúde dos animais, das plantas do homem, do ambiente ou a qualidade dos trabalhos desenvolvidos.

Organograma funcional

Pró-Reitoria

Pró-Reitoria Adjunta

Coordenadoria de Planejamento

Coordenadoria do NITE

Gerência de projetos

Coordenadoria Geral dos Cursos de Pós-graduação - área I

Coordenadoria Geral dos Cursos de Pós-graduação - área II

Secretaria da PROPP.

Coordenadoria financeira

Setor de Diplomas e Certificados de Pós-Graduação

Setor de Pesquisa, Iniciação Científica e Grupos de Pesquisa do CNPq

Setor de Pesquisa, Iniciação Científica e Comitê Institucional.

Setor dos comitês de Ética, Biossegurança e Pesquisa.

Órgãos Consultivos

Câmara de Pós-graduação *Stricto Sensu*

Câmara de Pós-graduação *Lato Sensu*

Câmara de Infraestrutura

Comitês de Pesquisa

9.2.2 Estratégias de atuação

As estratégias adotadas pela PROPP para a execução das políticas públicas da UFOP são:

1. Apoiar institucionalmente o crescimento e a consolidação da pós-graduação e pesquisa, buscando o incremento da quantidade e da qualidade dos programas de pós-graduação;
2. Incentivar a produção científica, tecnológica e cultural qualificada;
3. Manter e ampliar a infraestrutura física multiusuária de apoio à pesquisa;
4. Estimular as parcerias dos grupos de pesquisa da UFOP com a sociedade, com foco em inovação e sustentabilidade;

5. Estimular e oferecer condições para a contínua capacitação do corpo docente e sua inserção nos programas de pós-graduação;

6. Maior visibilidade das atividades de pesquisa e de pós-graduação da UFOP.

A PROPP supervisionava até 31 de dezembro de 2016, 41 cursos de cursos de pós-graduação stricto sensu, que contam com a participação de 389 docentes doutores da UFOP e 50 externos, sendo que muitos docentes da UFOP atuam em dois programas de pós-graduação. No final de 2016 estavam matriculados 948 alunos nos cursos de mestrado e 344 nos cursos de doutorado, sendo disponibilizadas pelas agências de fomento e a UFOP 409 bolsas de mestrado e 199 de doutorado, totalizando 256 dissertações e 46 teses defendidas neste ano.

Dentre as políticas adotadas pela PROPP em 2016 visando alcançar os objetivos estratégicos listados acima, citamos:

Edital Auxílio Financeiro ao Pesquisador. Foram apoiados 228 docentes, ao custo de R\$ 750.000,00;

Na etapa seguinte listam-se os indicadores do ano de 2016, bem como as ações para o ano de 2017 referentes a metas parcialmente alcançadas ou não alcançadas.

9.2.3 Números da Pós-Graduação em 2016

Quadro 64- Cursos de pós-graduação stricto sensu em 2016

CURSO DE MESTRADO	SETOR RESPONSÁVEL	NÚMERO DE ALUNOS	
		16/ 1º	16/ 2º
ARTES CÊNICAS	DEART	33	31
BIOTECNOLOGIA	NUPEB	18	22
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	DECOM	49	41
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	NUPEB	34	36
CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS	CIPHARMA	32	34
CIÊNCIAS: FÍSICA DOS MATERIAIS	DEFIS	19	15
COMUNICAÇÃO	DECSO	24	24
CONSTRUÇÃO METÁLICA (P)	DECIV	51	51
ECONOMIA APLICADA	DECEG	11	9
ECOLOGIA DE BIOMAS TROPICAIS	DEBIO	27	23
EDUCAÇÃO	DEEDU	70	24
EDUCAÇÃO MATEMÁTICA (P)	DEMAT	23	20
ENGENHARIA AMBIENTAL	PROAGUA	40	32
ENGENHARIA CIVIL	DECIV	48	42
ENGENHARIA DE MATERIAIS	REDEMAT	72	69
ENGENHARIA MINERAL	DEMIN	55	46
ENGENHARIA GEOTÉCNICA (P)	NUGEO	69	62
ENSINO DE CIÊNCIAS (P)	ICEB	41	41
ESTÉTICA E FILOSOFIA DA ARTE	DEFIL	46	44
EVOLUÇÃO CRUSTAL E RECURSOS NATURAIS	DEGEO	36	34
GEOTECNIA	NUGEO	61	44
HISTÓRIA	DEHIS	54	50
INSTRUMENTAÇÃO, CONTROLE E AUTOMAÇÃO	EM	21	21

(ITV) (P)			
LETRAS	DELET	43	37
MATEMÁTICA EM REDE NACIONAL (P)	DEMAT	30	26
SAÚDE E NUTRIÇÃO	ENUT	34	30
SUSTENTABILIDADE SÓCIOECONÔMICA E AMBIENTAL (P)	PROAGUA	23	23
QUÍMICA	DEQUI	24	17
TOTAL		1088	948
CURSO DE DOUTORADO			
BIOTECNOLOGIA	NUPEB	22	26
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	NUPEB	59	60
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	DECOM	15	17
CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS	CIPHARMA	29	29
ENGENHARIA AMBIENTAL	PROAGUA	17	16
ENGENHARIA MINERAL	DEMIN	14	16
ENGENHARIA CIVIL	DECIV	25	26
ENGENHARIA DE MATERIAIS	REDEMAT	48	46
EVOLUÇÃO CRUSTAL E RECURSOS NATURAIS	DEGEO	39	35
GEOTECNIA	NUGEO	28	27
HISTÓRIA	DEHIS	45	45
NANOTECNOLOGIA FARMACÊUTICA	EF	1	1
QUÍMICA MULTICÊNTRICO	DEQUI	3	3
TOTAL		342	344

Fonte: PROPP

Nota: Engenharia Geotécnica = Engenharia de Barragens. P – Mestrado Profissional

Quadro 65 - Docentes envolvidos com a pós-graduação em 2016

MESTRADO	NÚMERO DE DOCENTES ENVOLVIDOS	
	UFOP	EXTERNO
ARTES CÊNICAS	10	3
BIOTECNOLOGIA	12	2
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	9	0
CIÊNCIAS: FÍSICA DOS MATERIAIS	11	0
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	29	2
CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS	15	0
COMUNICAÇÃO	10	0
CONSTRUÇÃO METÁLICA (P)	7	0
ECOLOGIA DE BIOMAS TROPICAIS	15	4
ECONOMIA APLICADA	11	0
EDUCAÇÃO	12	0

EDUCAÇÃO MATEMÁTICA (P)	13	1
ENGENHARIA AMBIENTAL	13	2
ENGENHARIA CIVIL	23	3
ENGENHARIA DE MATERIAIS	22	10
ENGENHARIA GEOTÉCNICA (P)	10	0
ENGENHARIA MINERAL	11	0
ENSINO DE CIÊNCIAS	15	0
ESTÉTICA E FILOSOFIA DA ARTE	9	3
EVOLUÇÃO CRUSTAL E RECURSOS NATURAIS	22	0
GEOTECNIA	10	0
HISTÓRIA	18	0
INSTRUMENTAÇÃO, CONTROLE E AUTOMAÇÃO DE PROCESSOS DE MINERAÇÃO(P)	11	16
LETRAS: ESTUDOS DA LINGUAGEM	8	0
MATEMÁTICA	12	0
QUÍMICA	19	0
SAÚDE E NUTRIÇÃO	19	1
SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA AMBIENTAL (P)	13	3
TOTAL	389	50
CURSO DE DOUTORADO		
BIOTECNOLOGIA	12	2
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	9	0
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	29	2
CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS	15	0
ENGENHARIA AMBIENTAL	13	2
ENGENHARIA CIVIL	23	3
ENGENHARIA DE MATERIAIS	22	10
ENGENHARIA MINERAL	11	0
EVOLUÇÃO CRUSTAL E RECURSOS NATURAIS	22	0
GEOTECNIA	10	0
HISTÓRIA	18	0
QUÍMICA	19	0
TOTAL	203	19

Fonte: PROPP. P – Mestrado Profissional

Quadro 66 - Dissertações e teses defendidas em 2016

DISSERTAÇÕES E TESES DEFENDIDAS EM 2016 CURSO DE MESTRADO	NÚMERO DE DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS
ARTES CÊNICAS	10
BIOTECNOLOGIA	7
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	7
CIÊNCIAS	8

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	10
CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS	17
ECOLOGIA DE BIOMAS TROPICAIS	10
EDUCAÇÃO	19
EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	7
ENGENHARIA AMBIENTAL	17
ENGENHARIA CIVIL	22
ENGENHARIA DE MATERIAIS	17
ENGENHARIA GEOTÉCNICA	9
ENGENHARIA MINERAL	22
ENSINO DE CIÊNCIAS	7
EVOLUÇÃO CRUSTAL E RECURSOS NATURAIS	12
FILOSOFIA: ESTÉTICA E FILOSOFIA DA ARTE	6
GEOTECNIA	15
HISTÓRIA	13
LETRAS: ESTUDOS DA LINGUAGEM	17
QUÍMICA	11
SAÚDE E NUTRIÇÃO	19
SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA AMBIENTAL	3
TOTAL	285
CURSO DE DOUTORADO	NUMERO DE TESES DEFENDIDAS
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	13
CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS	5
ENGENHARIA AMBIENTAL	1
ENGENHARIA CIVIL	7
ENGENHARIA DE MATERIAIS	15
EVOLUÇÃO CRUSTAL E RECURSOS NATURAIS	2
GEOTECNIA	5
TOTAL	48

Fonte: PROPP

Quadro 67 - Avaliação CAPES no triênio ou nota da recomendação

CURSO DE MESTRADO	Nota CAPES
ARTES CÊNICAS*	3
BIOTECNOLOGIA	4
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	4
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	6
CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS	4
CIÊNCIAS: FÍSICA DOS MATERIAIS	3

CONSTRUÇÃO METÁLICA (P)	3
ECOLOGIA DE BIOMAS TROPICAIS	3
EDUCAÇÃO	3
EDUCAÇÃO MATEMÁTICA (P)	4
ENGENHARIA AMBIENTAL	5
ENGENHARIA CIVIL	5
ENGENHARIA DE MATERIAIS	4
ENGENHARIA MINERAL	4
ENGENHARIA GEOTÉCNICA (P)	4
ENSINO DE CIÊNCIAS (P)*	3
ESTÉTICA E FILOSOFIA DA ARTE	4
EVOLUÇÃO CRUSTAL E RECURSOS NAT URAIS	4
GEOTECNIA	4
HISTÓRIA	4
LETRAS	3
QUÍMICA	3
SAÚDE E NUTRIÇÃO	3
SUSTENTABILIDADE SÓCIO-ECONÔMICA E AMBIENTAL (P)	3
CURSO DE DOUTORADO	Nota CAPES
BIOTECNOLOGIA	4
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	6
CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS	4
ENGENHARIA AMBIENTAL	5
ENGENHARIA CIVIL	5
ENGENHARIA MINERAL	4
ENGENHARIA DE MATERIAIS	4
EVOLUÇÃO CRUSTAL E RECURSOS NATURAIS	4
GEOTECNIA	4
HISTÓRIA	4
NANOTECNOLOGIA FARMACÊUTICA	4
QUÍMICA MULTICÊNTRICO	4

Fonte: PROPP

Figura 8 - Evolução anual dos cursos e programas de pós-graduação stricto sensu da UFOP

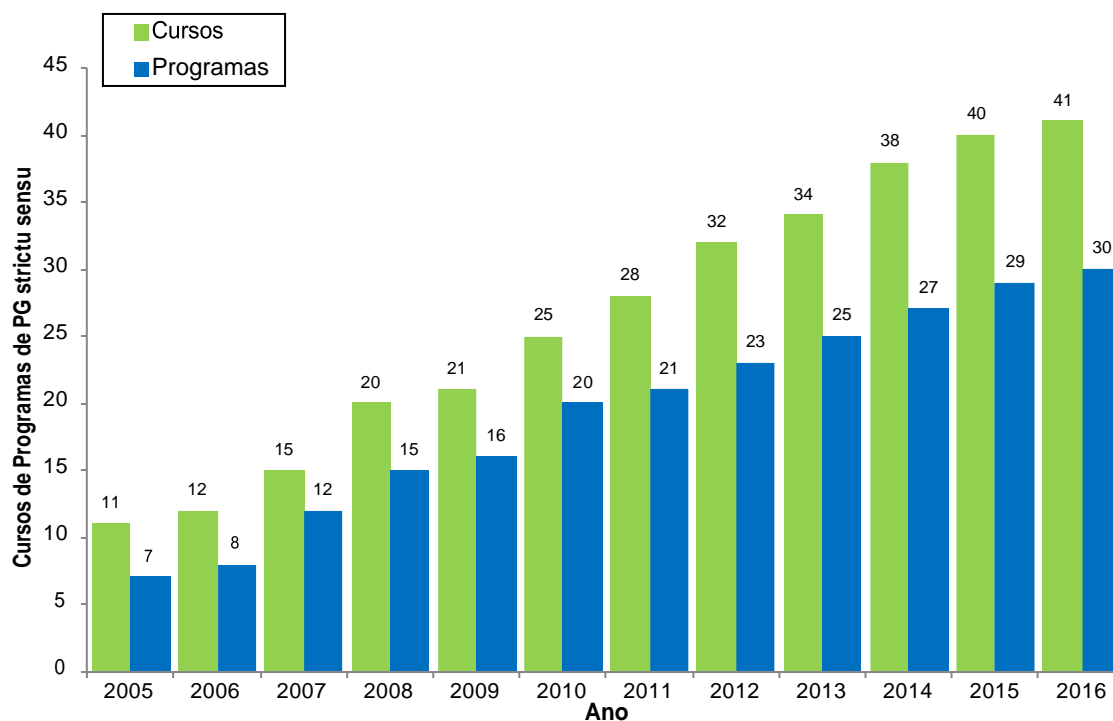
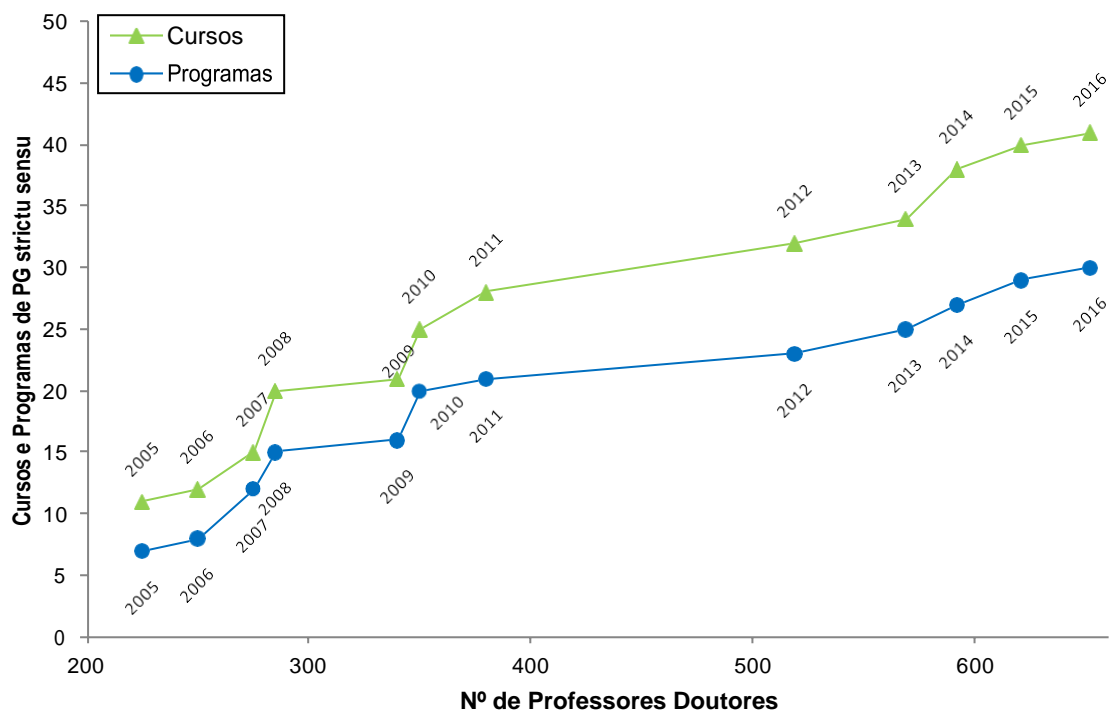


Figura 9 – Evolução Anual dos Cursos e Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da UFOP em função do número de docentes doutores



Quadro 68 – Cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos em 2016

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO	DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL	TOTAL DE ALUNOS	
		16/ 1º	16/ 2º
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO ESCOLAR	DEALI	18	18
BENEFICIAMENTO MINERAL	DEMIN	1	1
DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	DEEDU	37	37
EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ÊNFASE EM ESPAÇOS EDUCACIONAIS SUSTENTÁVEIS	CEAD	724	724
EDUCAÇÃO NA CULTURA DIGITAL	DEFIL	2	2
GESTÃO ESCOLAR (A DISTÂNCIA)	CEAD	385	385
GESTÃO PÚBLICA JUDICIAL (A DISTÂNCIA)	CEAD	27	27
MÍDIAS NA EDUCAÇÃO (A DISTÂNCIA)	CEAD	2	2
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	CEAD	12	12
RESIDÊNCIA MÉDICA EM MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE	EMED	6	6
RESIDÊNCIA MÉDICA EM CIRURGIA GERAL	EMED	2	2
RESIDÊNCIA MÉDICA EM CLÍNICA MÉDICA	EMED	11	11
SISTEMA MÍNERO-METALÚRGICO	REDEMAT	33	33
UNIAFRO: POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	DELET	143	143
TOTAL		1403	1403

Fonte: PROPP

9.24 Publicações

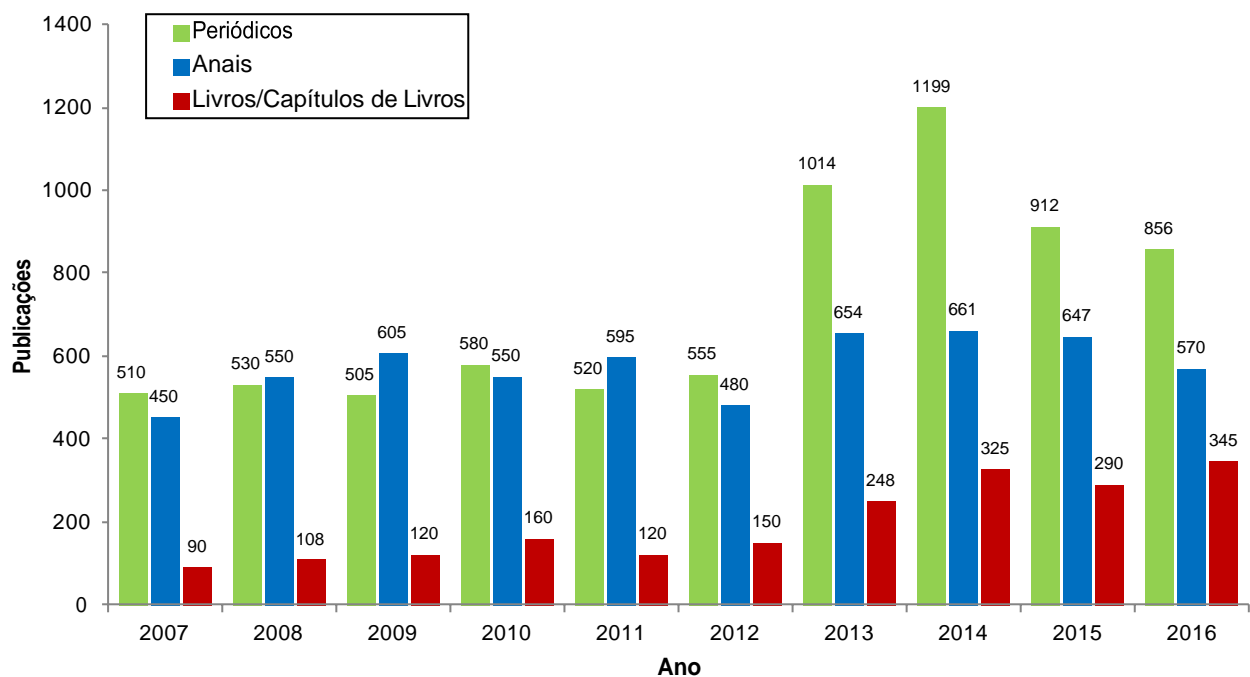
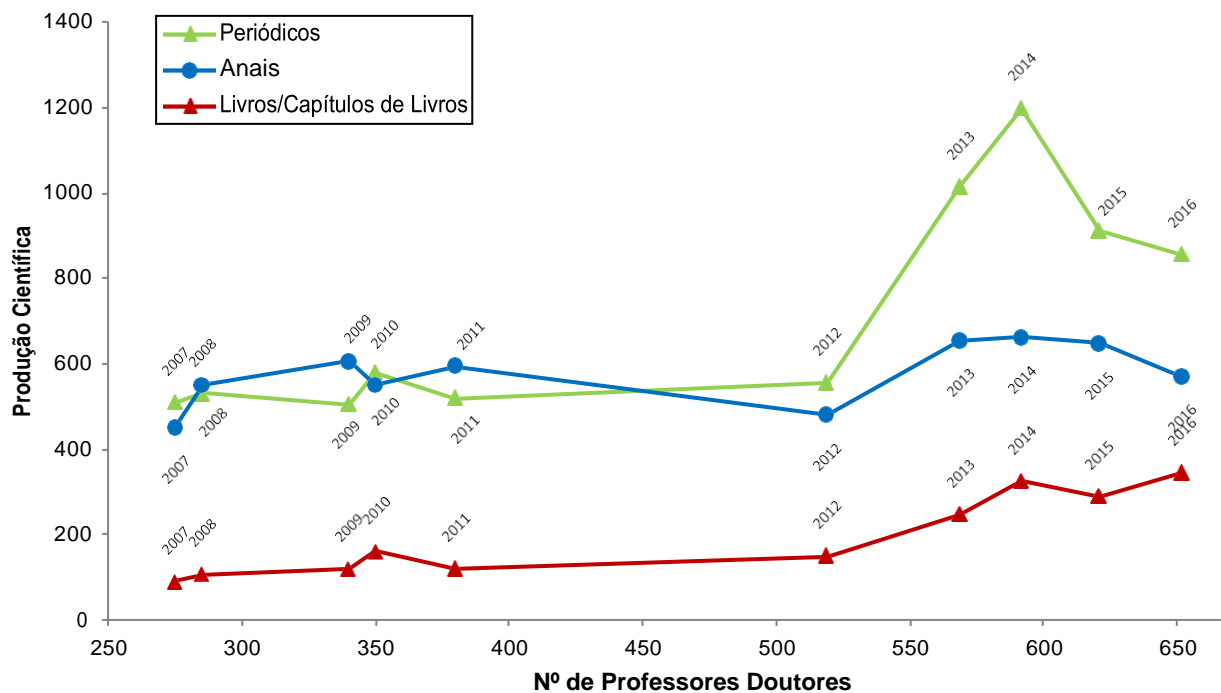
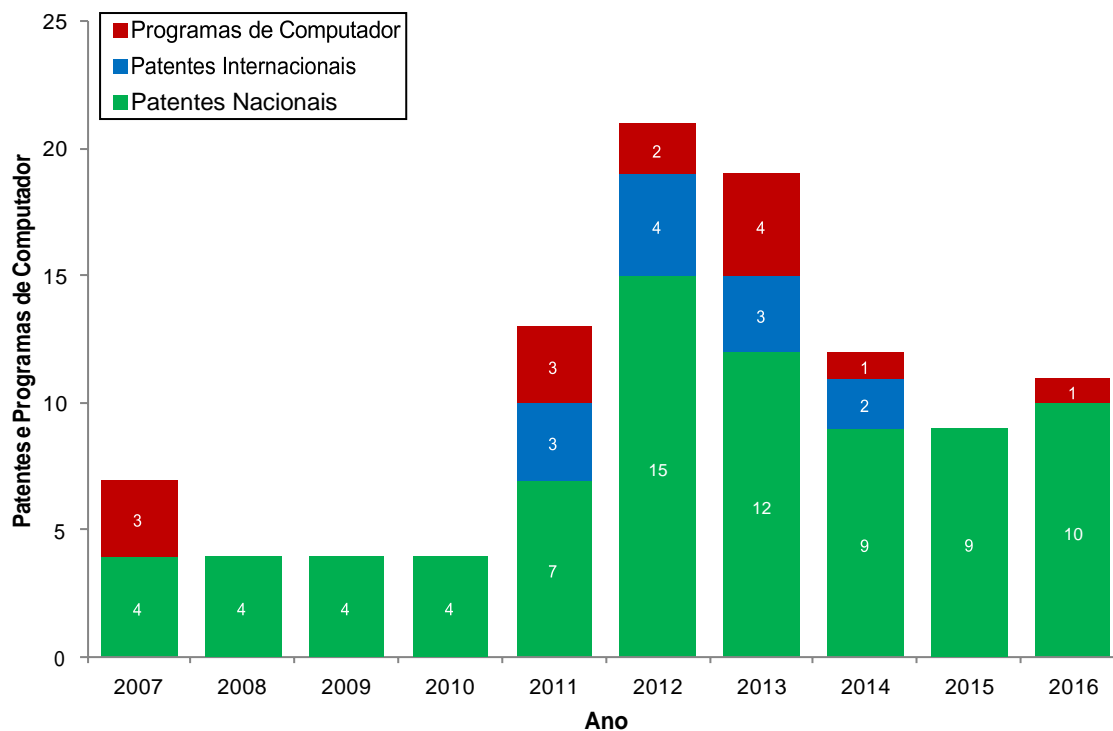
Figura 10 - Publicações de Docentes UFOP

Figura 11 - Artigos, trabalhos completos em congressos e livros/capítulos de livros de docentes x professores doutores da UFOP de 2007 a 2016, base Lattes/CNPq



9.2.5 Número de Patentes

Figura 12 - Número de pedidos de Patentes e Programas de Computador depositadas nos últimos anos



Quadro 69 – Número de Patentes

Departamento	Patentes Nacionais	Patentes Internacionais	Softwares
DEBIO	01		
DECBI, DEFIS	01		
DECBI, DEFAR	01		
DEFAR	01		
DEFIS	01		
DEMET	01		
DEQUI	04		
DECEA			01

Fonte: PROPP/ UFOP

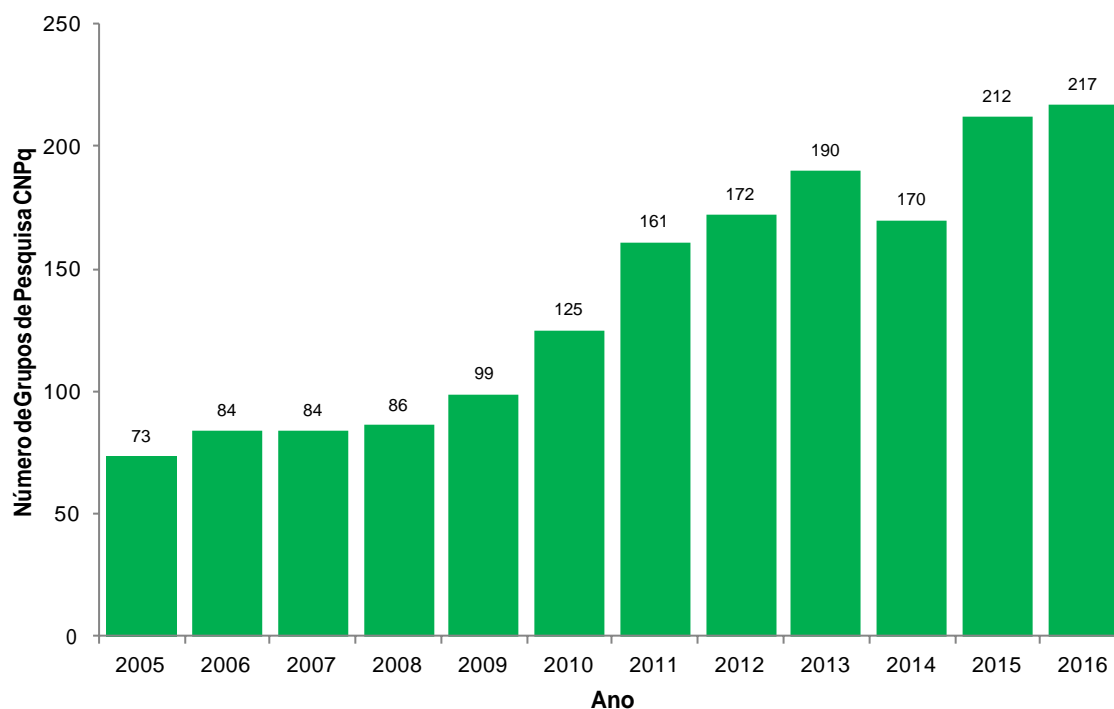
Nº de depósitos de pedidos de patentes nacionais em 2016: 10

Nº de depósitos de pedidos de patentes internacionais em 2016: 0

Nº de registros de programas de computador em 2016: 01

9.2.6 Pesquisa

Figura 13 - Evolução anual do número de Grupos de Pesquisa do CNPq



A distribuição dos grupos de pesquisa por grande área de conhecimento, apresentada a seguir evidencia um predomínio de grupos de pesquisa nas grandes áreas de Ciências Exatas e da Terra e Engenharias.

Tabela 14 - Grupos de pesquisa cadastrados no CNPq por área do conhecimento

Grande Área	Número de Grupos de Pesquisa
Ciências Agrárias	3
Ciências Biológicas	24
Ciências da Saúde	32
Ciências Exatas e da Terra	40
Ciências Humanas	31
Ciências Sociais Aplicadas	29
Engenharias	37
Linguística, Letras e Artes	20
Outras	2
Total	217

Fonte: PROPP/ UFOP

Figura 14 - Grupos de Pesquisa do CNPq por grande área de conhecimento

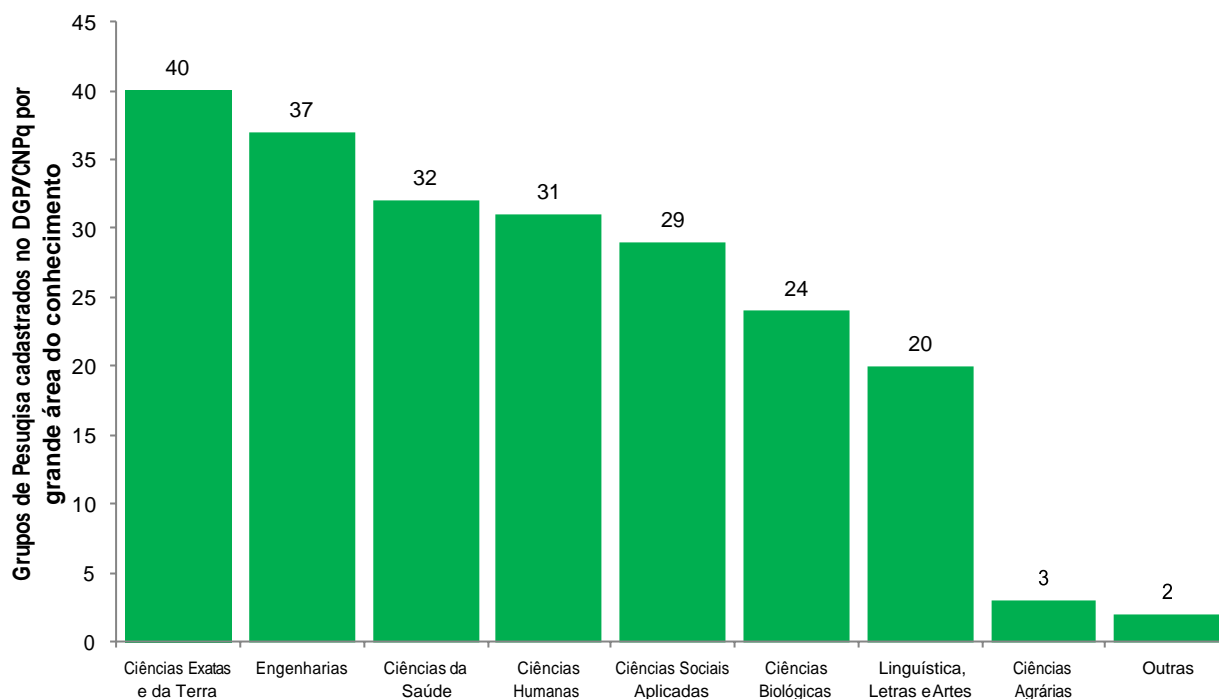


Figura 15 - Evolução do número médio de professores doutores por Grupo de Pesquisa CNPq



9.2.7 Pesquisadores bolsistas do CNPq

Quadro 70 - Número de docentes doutores e de pesquisadores bolsistas do CNPq

Ano	Número de docentes doutores	Número de pesquisadores bolsistas CNPq
2010	350	60
2011	383	67
2012	519	75
2013	566	73
2014	592	77
2015	621	82
2016	652	66

9.2.8 Projetos de Pesquisa

Quadro 71- Projetos FAPEMIG – Não cadastrados no CNPq aprovados em 2016

Docente/Pesquisador	Título do Projeto	Depto	Valor (R\$)
Adriano Medeiros Da Rocha	Ciência E Audiovisual: Uma Parceria Para A Popularização Do Conhecimento	DECSO	82.018,44
Andréa Lisly Gonçalves	Em Defesa Do Constitucionalismo: A História De Brasileiros Nos Processos Políticos Do Reinado D. Miguel, 1828-1834 (Apq-00125-14)	DEHIS	50.400,00
Rosa Malena Fernandes Lima	Influência Dos Cátions Ca ²⁺ , Mg ²⁺ E Mn ²⁺ Na Flotação Inversa De Minério De Ferro	DEMIN	50.400,00
Jaqueline Dos Santos Soares	Estudo De Filmes Finos De Moléculas Orgânicas	DEFIS	50.400,00

	Conjugadas Com Nanotubos De Carbono Utilizando Espectroscopia Raman Para Aplicação Em Dispositivos Fotovoltaicos	DECIV	
Alessandra Rodrigues Kozovits	Distribuição Espacial De Espécies Nativas Dos Campos Ferruginosos E Seu Potencial Colonizador E Fitoe xtrator De Metais Em Áreas Degradadas Pela Mineração De Ferro	DEBIO	50.400,00
Ricardo Azoubel Da Mota Silveira	Análise Computacional Avançada De Estruturas De Aço, De Concreto E Mistras	DECIV	50.400,00
Sérgio Francisco De Aquino	Avaliação Da Presença De Fármacos E Desreguladores Endócrinos Em Águas Para Consumo Humano E Mananciais De Abastecimento	DEQUI	50.400,00
Rosa Maria Da Exaltação Coutrim	Socialização, Disposições Familiares E Projetos Para O Futuro Profissional: Ser Jovem Na Educação De Jovens E Adultos	DEEDU	50.400,00
Marcus Vinícius Fonseca	Padre Vitor: Um Educador Negro Na Região Sul Da Província De Minas Gera is No Século Xix	DEEDU	25.200,00
Ricardo André Fiorotti Peixoto	Rejeito De Barragens De Minério De Ferro (Rbmf) Como Agregado Para Produção De Matrizes De Cimento Portland	DECIV	62.863,50
Versiane Albis Leão	Remoção De Arsênio E Manganês De Águas Da Bacia Do Rio Doce Como Estratégia Para Uso Humano E Animal	DEMET	178.761,83
Paula Cristina Cardoso Mendonça	“XVIII Encontro Nacional de Ensino de Química”	DEQUI	7.658,00
Roberta Eliane Santos Froes	“18 Encontro Nacional de Química Analítica”, a ser realizado em FLORIANÓPOLIS (SANTA CATARINA) BRASIL	DEQUI	4.095,00
Alberto de Freitas Castro Fonseca	“3º Congresso Brasileiro de Avaliação de Impacto ? ABAI / 4ª Conferência da Rede de Língua Portuguesa de Avaliação de Impacto”	DEAMB	5.670,00
Mateus Henrique de Faria Pereira	“II Conference of the International Network for Theory of History: Practical Pasts: On the advantages and disadvantages of History for life”	DEHIS	15.010,80
Aparecida Barbosa Mageste	“39 a Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Química”	DEQUI	5.670,00
George Luiz Lins Machado Coelho	“52º Congresso da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical”	DECME	12.104,00
Mônica Fernanda Rodrigues Gama	“XIV SEMANA DE LETRAS e I SIMPÓSIO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM - “ Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa”: construção do conhecimento no campo das Letras”	DELET	4.349,69
Cristiano de Carvalho Lana	“48 Congresso Brasileiro de Geologia”	DEGEO	11.466,00
Cristiano de Carvalho Lana	“EVOLUTION OF THE CONTINENTAL CRUST OF CENTRAL SOUTHERN BRAZIL WITH IMPLICATIONS FOR THE ONSET OF SUBDUCTION-DRIVEN PLATE TECTONICS”	DEGEO	15.750,00
Elisangela Martins Leal	“Semana de Estudos Automotivos da Escola de Minas UFOP”,	DECAT	1.837,50
André Talvani	“Do xycycline and benznidazole reduce the profile of Th1, Th2 and Th17 chemokines and chemokine receptors in	DECBI	3.263,00

	cardiac tissue from chronic Trypanosoma cruzi-infected dogs”		
Ricardo André Fiorotti Peixoto	“22º Congresso Brasileiro de Engenharia e Ciência dos Materiais (22º CBECIMAT)”	DECIV	9.914,00
Ricardo Azoubel da Mota Silveira	“XXXVII Ibero-Latin American Congress on Computational Methods in Engineering - CILAMCE 2016”	DECIV	11.121,74
Luís Carlos Crocco Afonso	“XXXII REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE DE PROTOZOOLOGIA-XLIII REUNIÃO ANUAL SOBRE PESQUISA BÁSICA EM DOENÇA DE CHAGAS”	DECBI	19.950,00
Bruno Almeida Guimarães	“ VIII ENCONTRO DO GT DE ESTÉTICA DA ANPOF Estética Moderna e Contemporânea”	DEFIL	17.583,99
TOTAL			R\$ 847.087,49

Fonte: Site FAPEMIG (Resultados de Editais)

Obs. No final de dezembro de 2016 foram aprovados R\$ 825.983,03 no edital Demanda Universal que entrarão no relatório de 2017.

Quadro 72 - Projetos CNPq – Cadastrados no CNPq em 2016

Docente/Pesquisador	Título do Projeto	Deptº	Valor (R\$)
Adilson Candido da Silva	Novos Sistemas Fotocatalíticos Baseados Em D-Feoh: Uso Na Remoção De Contaminantes Emergentes Em Água	DEQUI	26.467,68
Alan Barros de Oliveira	Estudo De Propriedades Mecânicas De Estruturas Tipo Origami Em Grafeno Por Simulações De Dinâmica Molecular, Microscopia De Força Atômica E Espectroscopia Raman	DEFIS	14.473,66
Aníbal da Fonseca Santiago	Microalgas E Leds: Alternativa Tecnológica Para A Remoção De Nutrientes De Efluentes	DECIV	18.462,00
Barbara Lopes Amaral	Não Se Aplica	DEMAT	10.000,00
Cíntia Lopes de Brito Magalhães	Avaliação Do Estresse Oxidativo E Das Defesas Antioxidantes Em Células Infectadas Pelo Mayaro Virus (Togaviridae)	DECBI	25.998,84
Davi de Oliveira Pinto	Não Se Aplica	DEART	8.000,00
Debora Cristina Lopez	Não Se Aplica	DECSO	8.375,00
Glenda Nicioli da Silva	Efeitos Toxicogenômicos E Epigenéticos De Compostos Presentes Na Uva E Na Alcachofra Em Células De Tumor De Bexiga	DEACL	26.064,00
Jean Carlos Machado Alves	Economia Solidária, Tradição E Inovação: A Consolidação Das Ações Da Incubadora De Empreendimentos Sociais E Solidários Da Ufop	DEENP	16.333,33
Laurent Frederic Gil	Remoção De Cátions Metálicos, Oxidantes E Corantes Industriais Catiônicos E Aniônicos De Soluções Ideais E Efluentes Reais Utilizando Derivados De Quitosana Bifuncionalizados Inéditos Em Bateladas E Em Coluna De Leito Fixo .	DEQUI	9.552,62
Leonardo Evangelista Lagoeiro	Aplicação Da Técnica De Difração De Elétrons Retroespalhados (Ebsd) Na Investigação Das Texturas Cristalográficas E Geométricas De Bordas De Grãos Em Agregados Policristalinos De Óxido De Ferro	DEGEO	8.374,05
Luis Carlos Crocco Afonso	Estudo Das Vias De Sinalização Envolvidas Na Supressão Da Resposta De Células Dendríticas Infectadas Por Leishmania Amazonensis Mediada Pelo Receptor A2b De Adenosina	DECBI	57.205,64
Marcelo de Mello Rangel	Não Se Aplica	DEHIS	20.000,00
Melissa Soares Caetano	Planejamento Computacional, Síntese E Ensaios Biológicos De	DEQUI	19.409,63

	Novos Potenciais Agentes Anti-Câncer Tendo Como Alvo Enzima Foxm1		
Nilmara Braga Mozzer	Raciocínio Analógico E Modelagem No Ensino De Química	DEQUI	17.645,12
Ricardo Azoubel da Mota Silveira	Análise Computacional Avançada: Estruturas Mistas, Colapso Progressivo E Problemas De Contato	DECIV	6.616,53
Roberta Eliane Santos Froes-Silva	Diagnóstico Ambiental Do Distrito De Antônio Pereira, Ouro Preto/Mg - Qualidade Do Ar E Biota - Verificação Da Presença De Mercúrio E Sua Relação Com A Incidência Da Patologia Pênfigo Foliáceo	DEQUI	18.527,38
Rodrigo Fernando Bianchi	Estudo, Fabricação E Desenvolvimento De Sensores Orgânicos Para Dosimetria Das Radiações	DEFIS	21.500,01
Rosa Malena Fernandes Lima	Influência Dos Cátions Ca ²⁺ , Mg ²⁺ E Mn ²⁺ Na Flotação Inversa De Minério De Ferro	DEMIN	10.338,33
Sergio Francisco de Aquino	Biorrefinaria Algal: Avaliação Da Produção De Metano E Hidrogênio A Partir Da Digestão Anaeróbia De Microalgas Residuais Pré-Tratadas	DEQUI	10.000,00
Silvana de Queiroz Silva	Avaliação Da Produção De Hidrogênio Pela Fermentação Do Glicerol Bruto Por Bactérias Selvagens E Mutantes	DECBI	9.304,50
TOTAL			362.648,32

Fonte: Site CNPQ - Resumo dos critérios selecionados para Fomento à pesquisa:

Quadro 73 - Projetos Institucionais

Agência	Título do Projeto	Valor (R\$)
	Em 2016 não tivemos editais de projetos institucionais. Estamos aguardando resultado do CT-INFRA 2014.	0,00
Total		0,00

Fonte: PROPP

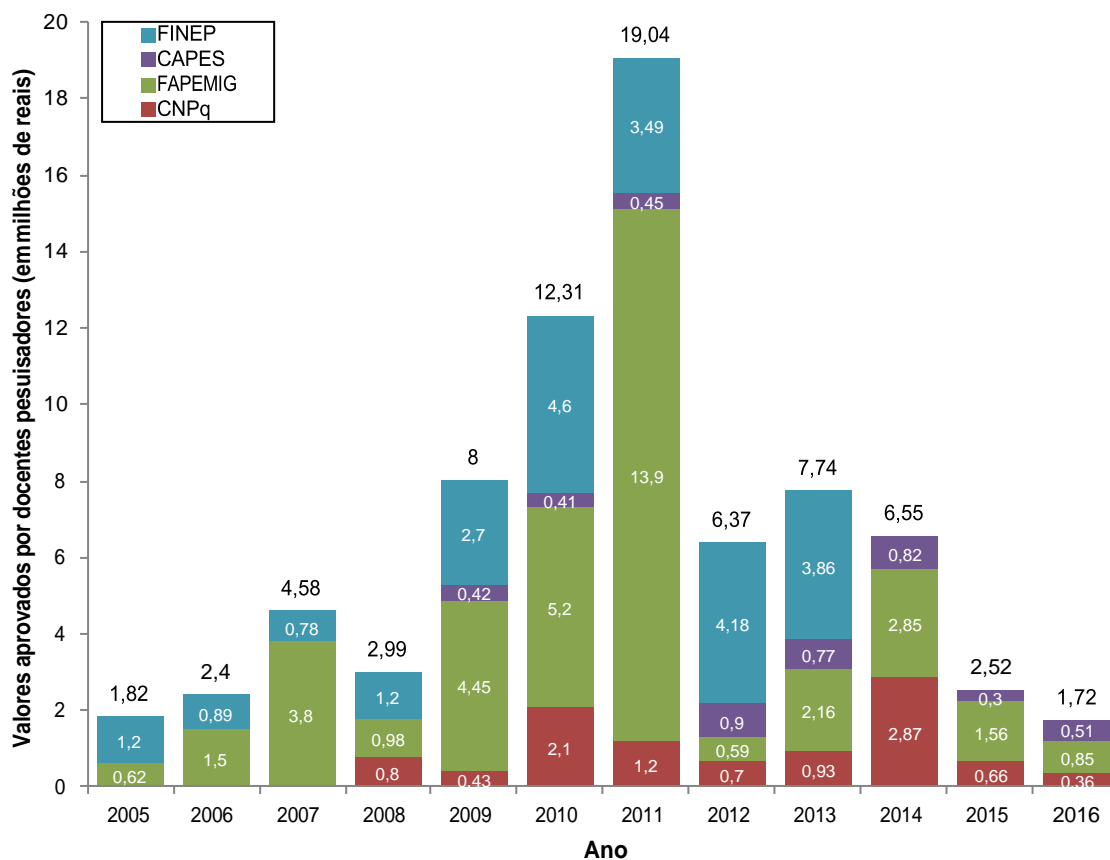
Quadro 74 - Resumo dos projetos por agência de fomento.

Agência	Valor (R\$)
CNPq	362.648,32
FAPEMIG	847.087,49
CAPES (PROAP)	512.698,53
FINEP – CT-INFRA/PRO-INFRA	Não houve
TOTAL	1.722.434,34

Fonte: PROPP

A Figura 16 demonstra os recursos aprovados pelos docentes/pesquisadores da UFOP, incluindo os projetos institucionais, de 2005 a 2016.

Figura 16 – Evolução anual dos valores aprovados pelos docentes/ pesquisadores, incluindo os projetos Institucionais nas Agências de fomento.



As figuras 17 e 18 apresentam o número de projetos e o valor total em função do número de docentes doutores de 2005 a 2016, bem como o número de projetos de pesquisa e valores por departamento no ano de 2016, excluindo os projetos institucionais.

Figura 17- Número de projetos de docentes / pesquisadores por ano

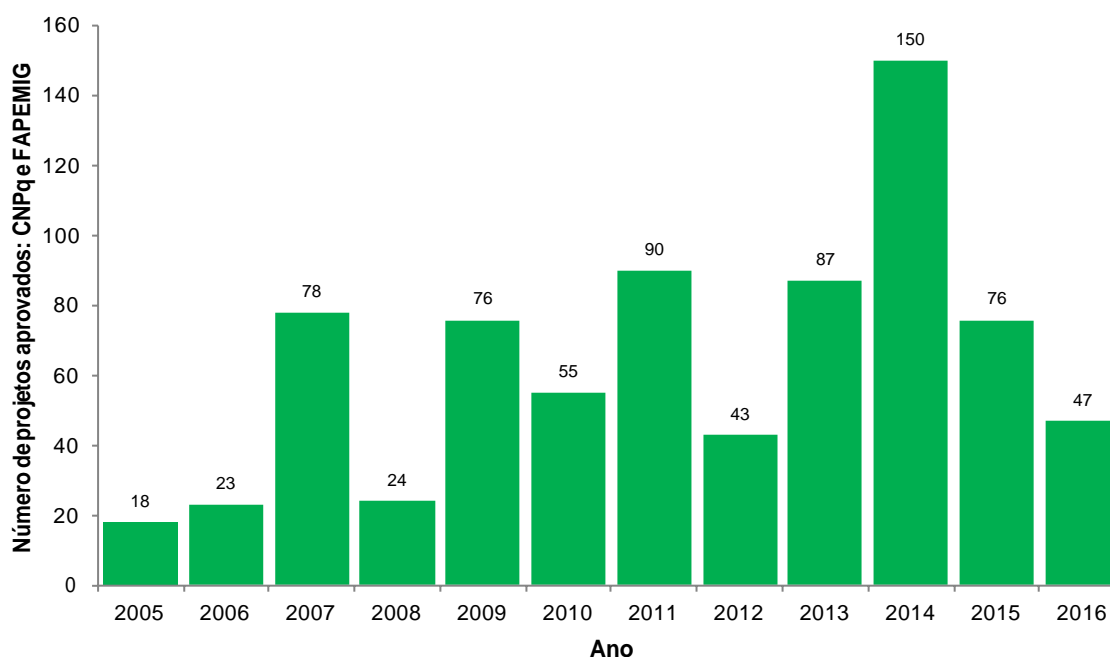


Figura 18 - Valores de projetos de docentes/pesquisadores por ano

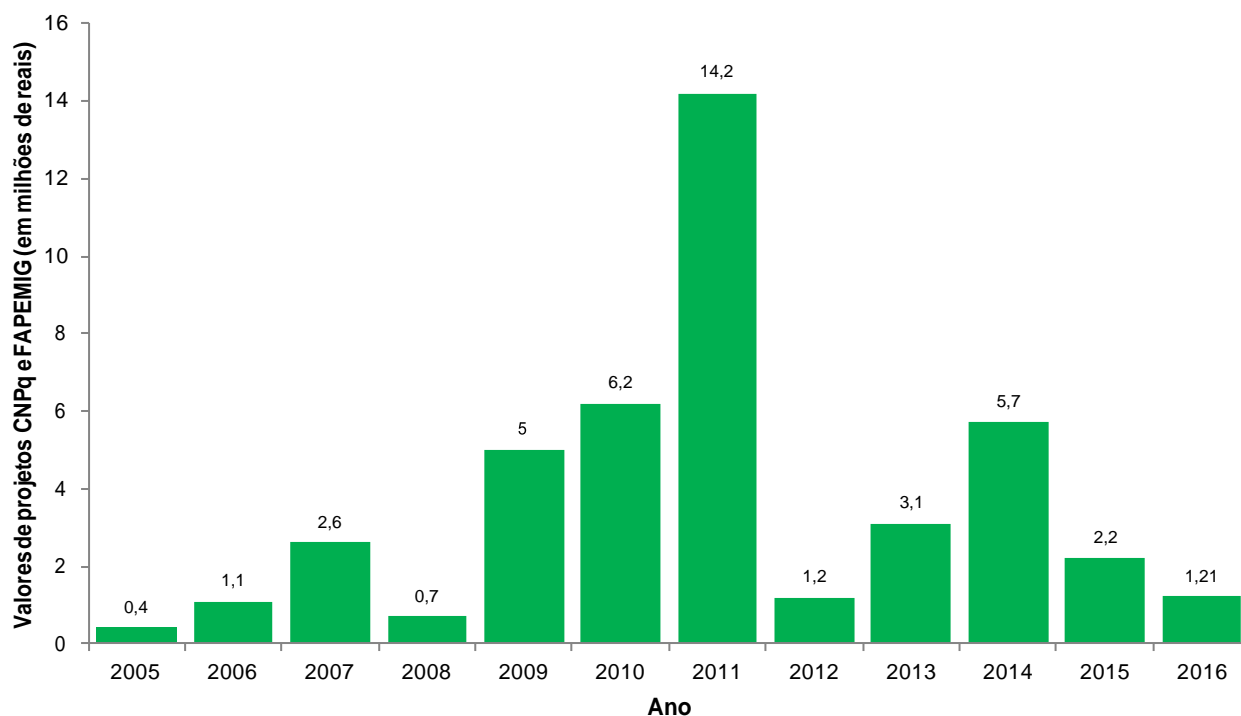


Figura 19 - Número de projetos de docentes/ pesquisadores por departamento em 2016

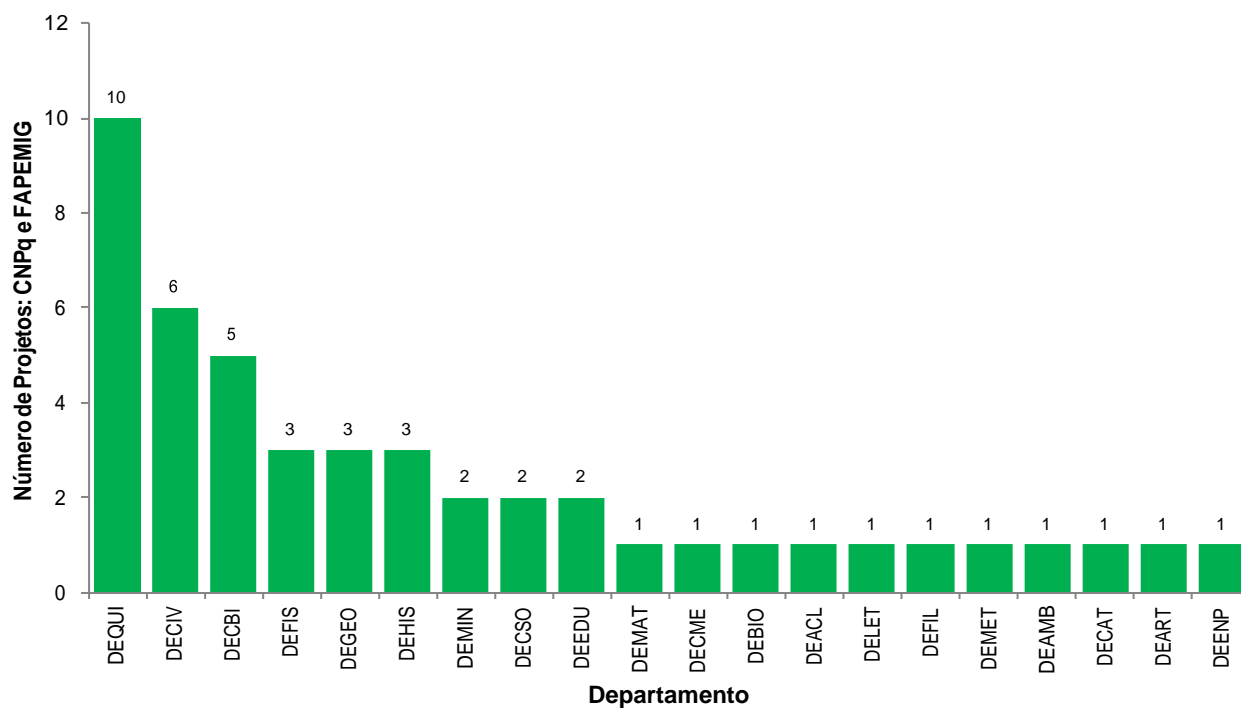


Figura 20 - Valores de projetos de docentes/pesquisadores por departamento em 2016

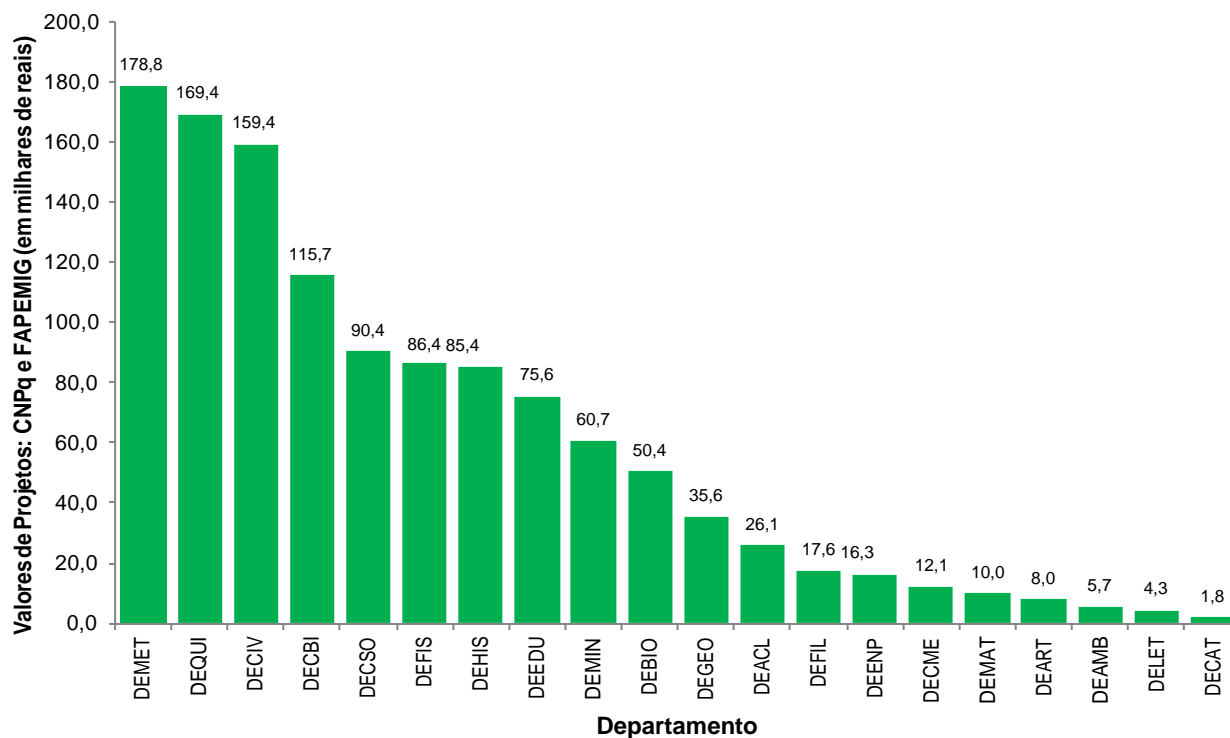
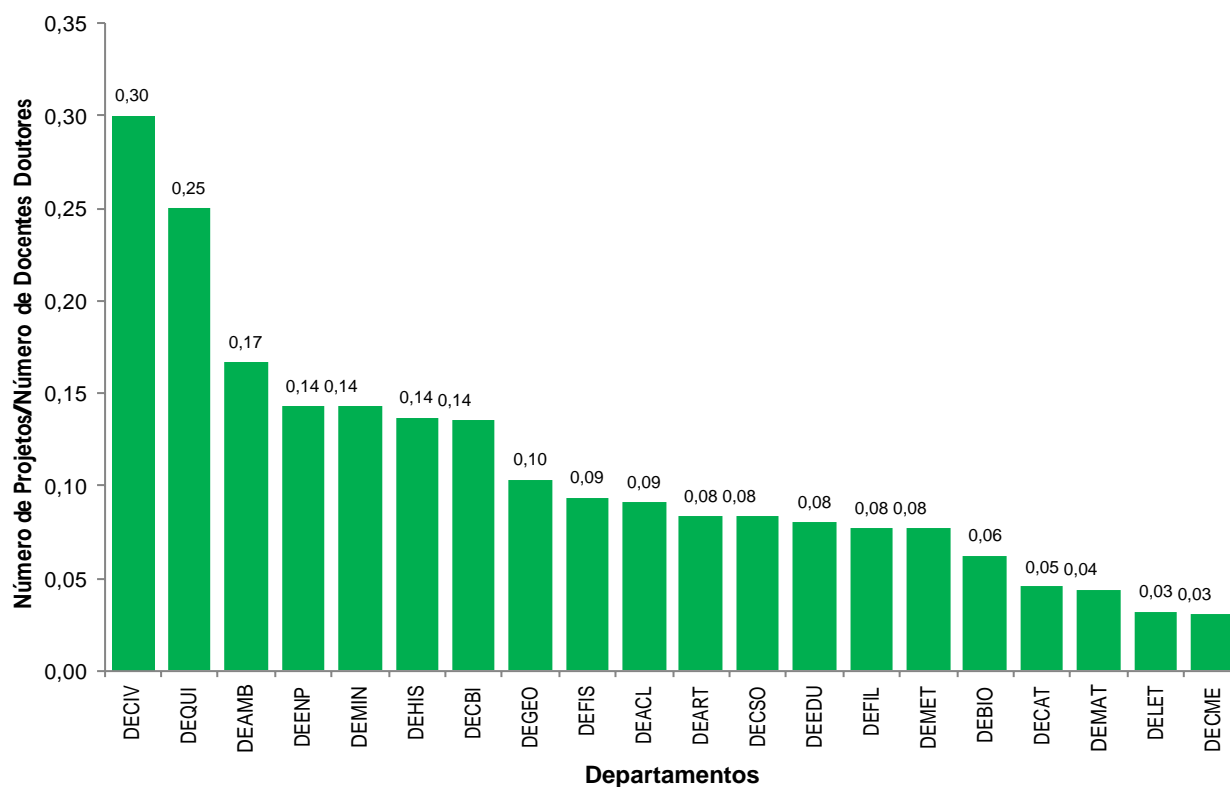


Figura 21 - Razão entre o número de projetos aprovados pela FAPEMIG e CNPq pelo número de docentes doutores por departamento no ano de 2016



A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação administra os seguintes programas de iniciação científica:

1. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do CNPq (PIBIC/CNPq/UFOP) = 118 bolsas.
2. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica / Ações Afirmativas do CNPq (PIBIC-Af/CNPq/UFOP) = 11 bolsas.
3. PIBITI/CNPq/UFOP (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação) = 28 bolsas.
4. Programa de Bolsas de Iniciação Científica da FAPEMIG (PROBIC/FAPEMIG/UFOP) = 110 bolsas.
5. Programa Especial para Alunos do Curso de Engenharia Metalúrgica/Fundação Gorceix (PROMET/FG/UFOP) = 05 bolsas.
6. Programa Especial para Alunos do Curso de Engenharia de Minas/Fundação Gorceix (PROMIN/FG/UFOP) = 05 bolsas.
7. Programa de Iniciação à Pesquisa da UFOP (PIP/UFOP) = 150 bolsas.
8. Programa de Bolsas de Iniciação Científica Júnior da FAPEMIG (BIC-Jr/FAPEMIG/UFOP) = 15 bolsas.
9. Programa Institucional de Voluntários da Iniciação Científica (PIVIC/UFOP) = Não possui limite de participantes

O quadro abaixo apresenta o número de alunos que estiveram envolvidos na iniciação científica em 2016, classificados por órgão de fomento.

Tabela 15- Alunos de Iniciação Científica por Órgão de Fomento (incluindo voluntários e substituições)

CNPq	FAPEMIG	GORCEIX	UFOP	TOTAL
193	149	12	315	694

Durante o ano de 2016, um total de 694 alunos esteve envolvido em projetos de iniciação científica na UFOP, incluindo projetos de pesquisa voluntários (programa PIVIC). O gráfico abaixo apresenta a distribuição dos alunos participantes de iniciação científica por programa.

Figura 22- Distribuição dos alunos pro Programa de Iniciação Científica

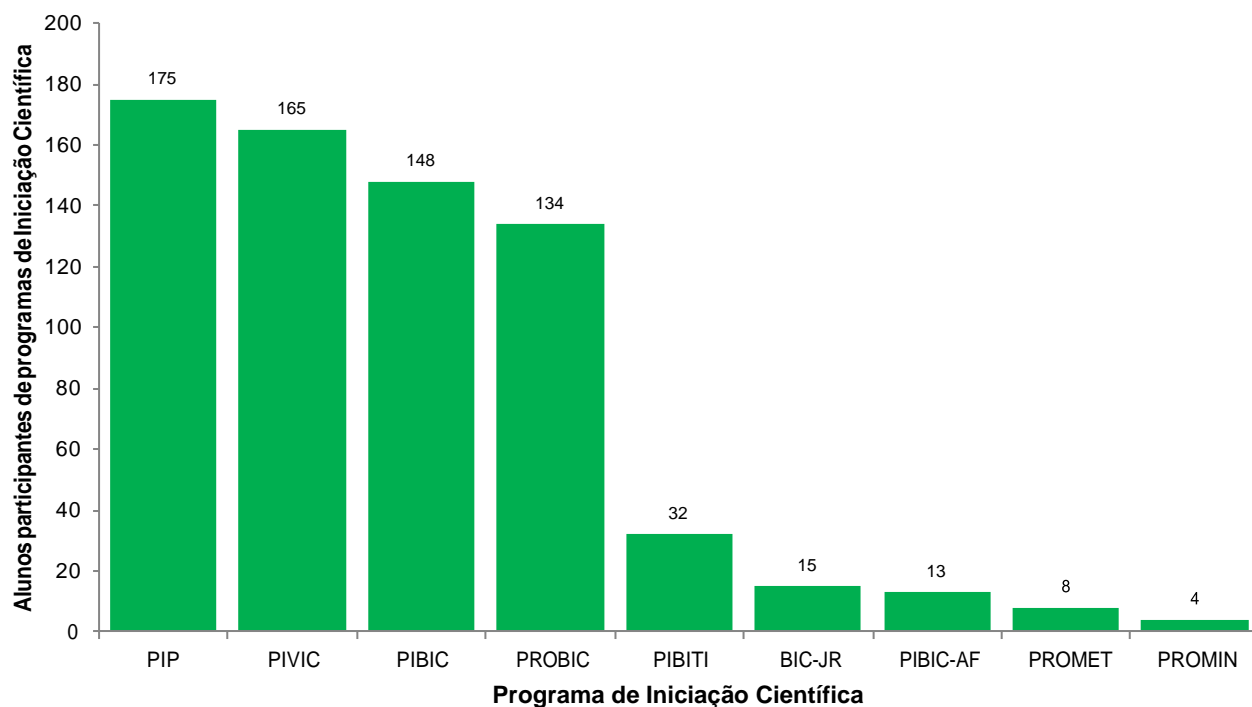
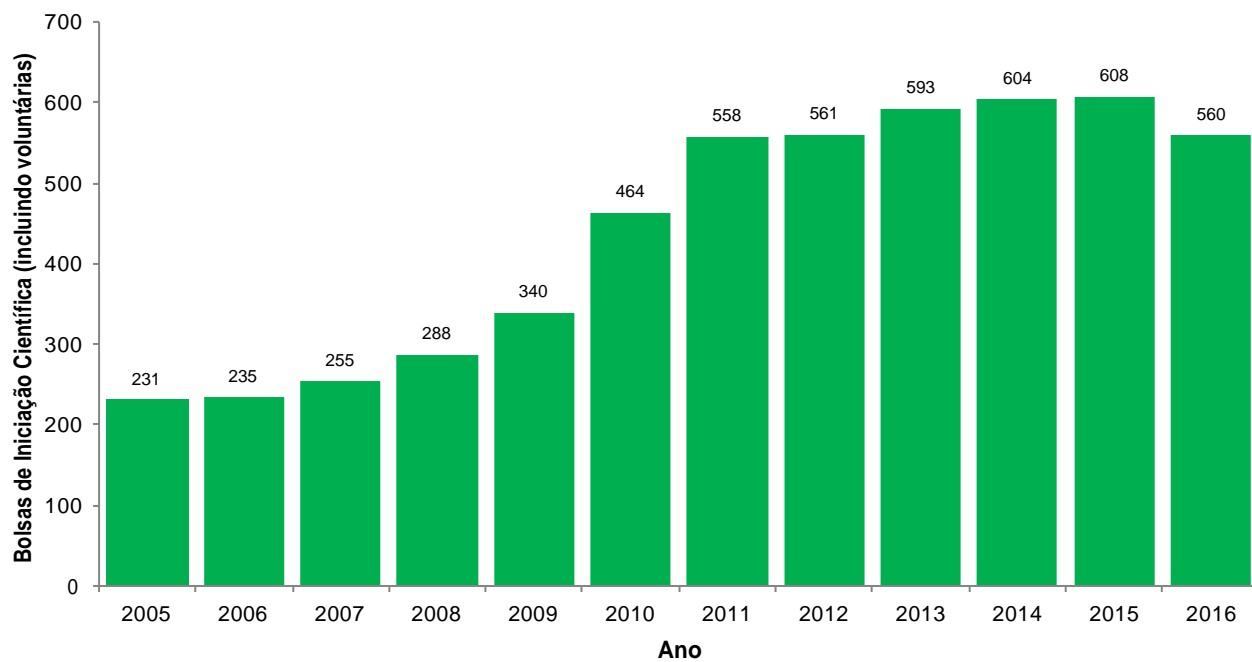


Figura 23- Evolução anual do número de bolsas de iniciação científica

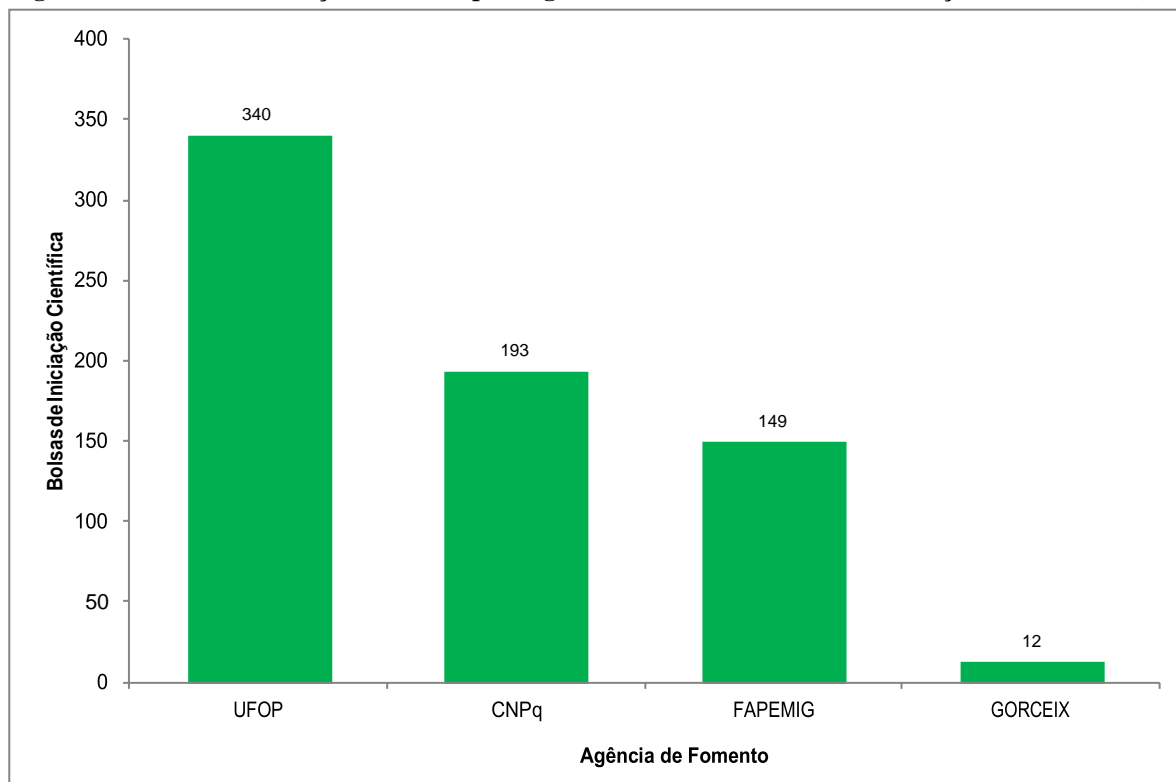


Quadro 75 - Alunos de Iniciação Científica por Área e Órgão de Fomento (incluindo voluntários e substituições)

Órgão	CET	CHLA	CSA	CV	ENG	TOTAL
CNPQ	54	43	13	44	39	193
FAPEMIG	24	33	20	38	34	149

GORCEIX					12	12
UFOP	60	52	59	77	92	340
TOTAL	138	128	92	159	177	694

Figura 24- Alunos de iniciação científica por órgão de fomento (incluindo substituições e voluntários)



Quadro 76 - Alunos de iniciação científica por departamento (em %),.

DEPARTAMENTO	%	DEPARTAMENTO	%
CEDUFOP	2,62%	DEENP	2,44%
DEACL	2,62%	DEEST	0,70%
DEALI	1,75%	DEFAR	3,32%
DEAMB	0,17%	DEFIL	1,05%
DEARQ	0,87%	DEFIS	0,52%
DEART	3,49%	DEGEO	2,27%
DEBIO	2,79%	DEGEP	0,70%
DECAT	6,28%	DEHIS	4,71%
DECBI	8,73%	DELET	4,01%
DECEA	1,75%	DEMAT	1,22%
DECEG	1,57%	DEMET	2,79%
DECIV	1,57%	DEMIN	4,19%
DECME	2,79%	DEMUL	0,52%
DECOM	4,89%	DEMUS	0,35%
DECSI	1,40%	DENCS	1,57%
DECSO	4,54%	DEPRO	2,27%

DEDIR	3,66%	DEQUI	9,95%
DEEDU	2,62%	DETUR	1,40%
DEELT	1,92%		

Fonte: PROPP/ UFOP

Quadro 77 - Número de Bolsas/Finalidade e o Número de Alunos Beneficiados/Órgão Financiador de acordo com a política de Pesquisa e Pós-Graduação adotadas em 2016

ÓRGÃO FINANCIADOR	FINALIDADE			NÚMERO DE BENEFICIADOS
	MESTRADO	DOCTORADO	PESQUISA*	
CAPES	232	98		330
CAPES PROPP	16	11		27
CAPES PROEx (CBIOL)	20	38	157	215
CNPq	23	13	111	147
FAPEMIG	46	26	150	222
UFOP	68	13		81
Fundação Gorceix	4	0	10	14
Ensino Médio: CNPq e FAPEMIG)	-	-	15	15
Outros				
TOTAL	409	199	443	

*bolsas de iniciação científica

Fonte: PROPP

9.2.9 Metas e ações PROPP 2016

Quadro 78 - Ações e Metas PROPP

GRUPO DE TRABALHO - ESTRATÉGIAS ACADÊMICAS - PLANO DE AÇÕES PARA CUMPRIMENTO PDI					TA	PA	NA	AÇÕES PARA 2017 PARA PA E NA
METAS PRIORIZADAS	ESTRATÉGIAS ACADÊMICAS PRIORIZADAS	Ações Estratégicas	Indicadores	Setores do Grupo de Trabalho				
Garantir que as atividades de orientação e de ensino na pós-graduação stricto sensu sejam reconhecidas como encargos didáticos em 100% dos departamentos da instituição		Avaliar as políticas departamentais de valorização de encargos didáticos dos respectivos docentes	Número de departamentos que valorizam os encargos didáticos de ensino de disciplina de pós-graduação stricto sensu.	PROPP / PROAD / PROPLAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2025
			Número de departamentos que valorizam os encargos didáticos de orientação de mestrado e doutorado.	PROPP / PROAD / PROPLAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2026
	Implementar a norma institucional para valorização de encargos didáticos da pesquisa e da pós-graduação.	Existência de norma institucional para valorização de encargos didáticos da pesquisa.	PROPP / PROAD / PROPLAD / SOC				x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2027
		Existência de norma institucional para valorização de encargos didáticos da pós-graduação.	PROPP / PROAD / PROPLAD / SOC				x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2028

Ampliar em 100% o número de técnicos-administrativos e docentes vinculados aos trabalhos de administração e gestão da política acadêmica de pós-graduação.		Ampliação e capacitação do corpo técnico-administrativo e dos professores vinculados aos trabalhos de administração e gestão da política acadêmica de pós-graduação.	Número de professores e de técnicos-administrativos vinculados aos trabalhos de administração e gestão da política acadêmica de pós-graduação.	PROPP / PROAD / PROPLAD		x		Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2029
		Contratação de mais profissionais para atuar na Propp	Número de técnico-administrativos atuando na PROPP.	PROPP / PROAD / PROPLAD		x		Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2030
		Fortalecimento e ampliação do setor de registro e controle acadêmico dos cursos de pós-graduação lato e stricto sensu na Propp.	Número de técnico-administrativos atuando no setor de registro acadêmico.	PROPP / PROAD / PROPLAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2031
Elevar a média de nota da Capes dos cursos de pós-graduação stricto sensu para a faixa 5		Criação de uma rotina de treinamento e qualificação de recursos humanos ligados à pós-graduação, especialmente voltada para o pessoal da Propp, para os secretários de cursos e para os novos coordenadores.	Índice de satisfação da equipe da Propp em relação às condições de trabalho.	PROPP / PROAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2032
			Índice de satisfação dos coordenadores de pós-graduação.	PROPP / PROAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2033
		Valorização da participação do corpo técnico-administrativo e dos professores vinculados aos trabalhos de administração e gestão da política acadêmica	Índice de satisfação dos técnicos-administrativos e professores atuando na pós-graduação em	PROPP / PROAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2034

	de pós-graduação.	relação às condições de trabalho.					
	Capacitação do corpo docente que atua na pós-graduação.	Proporção de professores sem doutorado e sem pós-doutorado.	PROPP / PROAD		x		Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2035
	Ampliação do número de professores visitantes, inclusive de origem internacional, como também de pós-doutorandos e jovens-pesquisadores nos PPGs	Proporção de professores visitantes	PROPP / PROAD / PROPLAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2036
	Ampliação da capacidade de atração de financiamento das agências de fomento para a UFOP.	Montante financeiro captado anualmente em agências de fomento	PROPP / PROAD / PROPLAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2037
	Reformulação do site da Propp, visando intensificar a divulgação dos programas de pós-graduação da UFOP, considerando os mecanismos de acessibilidade para surdos e cegos	Número de acesso ao site da Propp.	PROPP / NTi / PROPLAD		x		Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2038
	Tradução das páginas da Propp e dos programas de pós-graduação da UFOP para a língua inglesa, a fim de ampliar a visibilidade internacional dos cursos oferecidos.	Proporção de sites de pesquisa e de programa de pós-graduação com informações atualizadas na língua inglesa.	PROPP / NTi / PROPLAD / CAINT			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2039
	Aperfeiçoamento dos programas pedagógicos dos programas de pós-graduação, incorporando metodologias inovadoras de ensino	Proporção de programas pedagógicos atualizados nos últimos 5 anos.	PROPP / PROPLAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2040

		Capacitação da equipe da Propp e dos secretários e coordenadores da pós-graduação em temas críticos para o aprimoramento da pesquisa.	Número de treinamentos atuais de mais de 8 horas oferecidos à equipe da Propp e aos secretários e coordenadores de pós-graduação.	PROPP / PROAD		x		Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2041
		Realização de reuniões da Câmara de Pós-Graduação stricto sensu com frequência mínima bimestral.	Número de reuniões da Câmara de Pós-Graduação stricto sensu	PROPP			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2042
		Realização de reuniões da Câmara de Pós-Graduação lato sensu com frequência mínima semestral.	Número de reuniões da Câmara de Pós-Graduação lato sensu	PROPP			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2043
		Incentivo à formação acadêmica internacional dos estudantes de pós-graduação	Proporção de alunos estrangeiros no corpo discente da pós-graduação	PROPP /CAINT / PROPLAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2044
Garantir a avaliação criteriosa da qualidade de 100% dos cursos de pós-graduação lato sensu (especialização e aperfeiçoamento).		Realização de avaliações rotineiras da qualidade dos programas de pós-graduação stricto sensu por meio de desenvolvimento e implantação de um sistema próprio de avaliação.	Número de relatórios atuais de avaliação da pós-graduação stricto sensu da UFOP.	PROPP / PROPLAD		x		Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2045
		Criação de uma memória com metas estabelecidas em conjunto com os programas, para acompanhamento intermediário em relação às quadrienais	Número de comunicações sobre cumprimento de metas dos PPGs da UFOP.	PROPP / PROPLAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2046

		Criação de uma rotina de avaliação dos cursos de especialização e aperfeiçoamento, de modo a estimular continuamente a melhoria	Número de relatórios atuais de avaliação da pós-graduação lato sensu da UFOP.	PROPP / PROPLAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2047
Aumentar para 20% a proporção entre alunos de pós-graduação stricto sensu e de graduação.		Auxílio aos grupos emergentes e aos PPGs na elaboração das propostas para submissão de projetos de novos cursos para avaliação da CAPES, visando implementar novos cursos de pós-graduação stricto sensu, com especial ênfase à criação de doutorados para os cursos de mestrado já existentes.	Proporção de Grupos Emergentes que se emanciparam a Programa de Pós-graduação ou Linha de Pesquisa de Programa pré-existente	PROPP / PROPLAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2048
		Aumento do número de bolsas de mestrado e doutorado financiadas com recursos da UFOP	Percentual de alunos de mestrado e doutorado com bolsas (total, Capes, UFOP, Fapemig, CNPq, outros)	PROPP / PROPLAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2049
Atingir o total de 60 cursos de pós-graduação stricto sensu acadêmicos aprovados pela Capes		Auxílio aos grupos emergentes e aos PPGs na elaboração das propostas para submissão de projetos de novos cursos para avaliação da CAPES, visando implementar novos cursos de pós-graduação stricto sensu, com especial ênfase à criação de doutorados para os cursos de mestrado já existentes.	Número total de mestrado e doutorado sendo oferecido pela UFOP.	PROPP / PROPLAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2050
Aumentar em pelo menos 50% o		Viabilização anual do Edital de Auxílio Financeiro a	Número de edições do	PROPP / PROPLAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2051

investimento em ações voltadas para o desenvolvimento da pesquisa (em relação a 2015).	Pesquisador.	Auxílio Financeiro a Pesquisador.					
	Aumento dos investimentos internos e da capacidade de atração de recursos externos para financiamento dos laboratórios individuais, multiusuário e do Centro de Ciência Animal (CCA).	Montante financeiro investidos em laboratórios individuais, multiusuário e CCA.	PROPP / PROPLAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2052
	Revisão da estrutura organizacional, da gestão e do modelo de financiamento dos laboratórios multiusuário e do CCA, bem como da estrutura normativa que os rege; e inserção destes no organograma da universidade.	Exstência de regimento atualizado no CCA, com claro reconhecimento pelas estruturas formais da UFOP.	PROPP / PROPLAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2053
	Consolidação da Casa do Pesquisador como instrumento para a construção de intercâmbios acadêmicos para a UFOP no Brasil e no mundo, aumentando a atratividade da UFOP como destino para pesquisadores.	Número de visitantes hospedados na Casa do Pesquisador.	PROPP / PROPLAD / CAINT			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2054
	Criação de novas políticas internas para financiamento das pesquisas de docentes e discentes.	Número de Portarias PROPP e resoluções CEPE relacionadas a políticas de financiamento docente e discente.	PROPP / CEPE			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2055
	Fortalecimento do sistema de aquisição de itens de custeio e capital para pesquisa,		PROPP / PROPLAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2056

		sobretudo livros (impressos e digitais) e insumos.						
		Fomento à Editora UFOP, ao portal de periódicos da UFOP, ao Repositório Institucional e ao Sistema de Bibliotecas da UFOP.		PROPP / PROPLAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2057
		Divulgação da ciência, arte e cultura, estimulando a comunicação científica através de rádio, TV e internet.		PROPP / PROPLAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2058
Ampliar para 30% a proporção de docentes efetivos da UFOP com coordenação de projetos de pesquisa ou de projetos culturais, em vigência, financiados por instituições de fomento (valor de referência de 2015).		Aprimoramento dos equipamentos e da infraestrutura do CCA e dos laboratórios multiusuários, sobretudo através de recursos e xternos.		PROPP / PROPLAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2059
		Incentivo à criação de centros, núcleos e institutos de pesquisa.	Número de centros, núcleos e institutos de pesquisa.	PROPP / PROPLAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2060
		Criação de cursos de formação para desenvolver habilidades necessárias à produção acadêmica (escrita científica e outros).	Número de cursos de escrita e produção científica ofertados anualmente.	PROPP / PROPLAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2061
Aumentar em 10% o Fator H médio dos docentes da UFOP.		Incentivar a qualificação da produção científica dos docentes da UFOP.	Fator H médio dos docentes da UFOP.	PROPP / PROPLAD / PROAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2062
Aumentar em 20% a proporção de docentes da UFOP que possuem artigos completos publicados em anais de congressos, periódicos		Incentivar a qualificação da produção científica dos docentes da UFOP.	Número de docentes com publicações com mais de 100 citações (Google Scholar, Scopus, Web of Science,	PROPP / PROPLAD / PROAD			x	Iniciar implementação desta nova ação estabelecida no PDI 2016-2063

científicos e livros com mais de 100 citações.		etc.)					
--	--	-------	--	--	--	--	--

Fonte: PROPP/UFOP

TA = Totalmente alcançado PA = Parcialmente alcançado NA – Não alcançado

9.2.10 INDICADORES

Quadro 79– Indicadores Institucionais

Programa (código e descrição) ou área da gestão	Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de cálculo	CÁLCULO		RESULTADO	Finalidade do Indicador	
Pesquisa e Pós Graduação	Índice de Número de Cursos pós-graduação stricto sensu	Indica o número de cursos de pós-graduação em relação ao número total de docentes doutores da Instituição no ano em estudo	Número de cursos de pós-graduação stricto sensu/Número de docentes doutores	Número de cursos de pós-graduação stricto sensu = 41	Número de docentes doutores = 652	= 0,06	Acompanhar a evolução do crescimento da pós-graduação stricto sensu da UFOP e propor políticas com vistas a seu crescimento e sua consolidação	
				2016				
Pesquisa e Pós Graduação	Índice de Produção Científica	1. Indica o número de artigos publicados em relação ao número total de docentes da Instituição, no ano em estudo.	1. Número de publicações em periódicos/Número de docentes.	Número de publicações em periódicos = 856	Número de Docentes = 874	RESULTADO = 0,98	Acompanhar a produção científica no âmbito da UFOP e propor políticas com vistas ao seu incremento	
				2016				
		Considerações:						
			1. Número de publicações em anais de congressos	Número de publicações em anais de	Número de Docentes	RESULTADO = 0,65		

			/Número de docentes	congressos = 570	= 874			
						2016		
		Considerações:						
			1. Número de publicações (livros e capítulos de livros) / Número de docentes	Número de publicações Livros/Capítulos de livros = 345	Número de Docentes = 874	RESULTADO = 0,39		
						2016		
		Considerações:						
		2. Indica o número de artigos publicados em relação ao número de docentes doutores da Instituição, no ano em estudo.	2. Número de publicações em periódicos /Número de docentes doutores	Número de publicações em periódicos = 856	Número de docentes doutores = 652	RESULTADO = 1,31		
						2016		
		Considerações:						
		3. Indica o número de patentes depositadas pela instituição, no ano em estudo	3. Número de patentes / Número de docentes doutores	Número de patentes = 10	Número de docentes doutores = 652	= 0,02		
						2016		
		Considerações:						
		Considerações:						
Pesquisa e Pós Graduação	Índice de Produção Científica	1. Indica o número de grupos de pesquisa em relação ao número de docentes com titulação de doutor da	1. Número de grupos de pesquisa /Número de docentes doutores	Número de grupos de pesquisa =217	Número de docentes doutores = 652	RESULTADO = 0,33	Acompanhar a consolidação dos grupos de	

		Instituição, no ano em estudo.		2016			pesquisa no âmbito da UFOP e propor políticas com vistas ao seu incremento
		Considerações: a cultura relativa a pesquisa e pós-graduação ainda requer cuidados e aperfeiçoamento. Na verdade é comum que doutores estejam integrados à programas de pós-graduação, onde participam nas atividades didáticas e orientações de dissertações e teses, mas não costumam integrar-se a grupos de pesquisa registrados. Este indicar permanece, em 2013, estável se compararmos os resultados de 2012.					
		2. Indica o número de pesquisadores bolsistas do CNPq relação ao número total de docentes doutores na Instituição, no ano em estudo.	2. Número de pesquisadores bolsistas/Número de docentes doutores	Número de pesquisadores bolsistas = 66	Número de docentes doutores = 652	RESULTADO = 0,10	
				2016			
		Considerações:					
Pesquisa e Pós Graduação	Índice de Projetos de Pesquisa	1. Indica o número e valores de projetos de pesquisa com financiamento, desenvolvidos na Instituição em relação ao número total de docentes com titulação de doutor, no ano em estudo	1. Número de projetos de pesquisa/ número de docentes doutores	Número de projetos de pesquisa = 47	Número de docentes doutores = 652	RESULTADO = 0,07	Acompanhar a evolução da pesquisa no âmbito da UFOP e propor políticas com vistas ao seu incremento, acordo com as necessidades específicas dos diferentes departamentos.
				2016			
		Considerações:					
		2. Indica o número de projetos de pesquisa com financiamento desenvolvido no departamento, em relação ao número total de docentes doutores do departamento, no ano em estudo.					
				2016			
			3. Número de projetos de pesquisa desenvolvidos no depto. / Número de docentes doutores do departamento	Número de projetos de pesquisa desenvolvidos pelo departamento	Número de docentes doutores do departamento	RESULTADO	

		2016	2016	2016	
	Escola de Minas	DEAMB	1	6	0,17
		DEARQ	5	9	0,55
		DECAT	36	22	1,64
		DECIV	9	20	0,45
		DEGEO	13	29	0,45
		DEMET	16	13	1,23
		DEMIN	24	14	1,71
		DEPRO	13	11	1,18
	Escola de Farmácia	DEACL	15	11	1,36
		DEFAR	19	22	0,86
		DECME	16	33	0,48
	Escola de Nutrição	DEALI	10	15	0,67
		DENCS	9	12	0,75
	ICEB	DEBIO	16	16	1,00
		DECBI	50	37	1,35
		DECOM	28	26	1,08
		DEEST	4	10	0,40
		DEFIS	3	32	0,09
		DEMAT	7	23	0,30
		DEQUI	57	40	1,42
	IFAC	DEART	20	12	1,67
		DEFIL	6	13	0,46
		DEMUS	2	8	0,25
	ICHS	DEEDU	15	25	0,60
		DEHIS	27	22	12,27

			DELET	23	31	0,74	
		ICSA	DECEG	9	18	0,50	
			DECISO	26	24	1,08	
		ICEA	DECEA	10	10	1,00	
			DEENP	14	7	2,00	
			DECSI	8	6	1,33	
			DEELT	11	9	1,22	
		Unidades Isoladas	CEDUFOP	15	15	1,00	
		EDTM	DEDIR	21	13	1,62	
			DEMUL	3	6	0,50	
			DETUR	8	10	0,80	
		CEAD	DEGEP	4	10	0,40	
			DEETE	0	12	0,00	
		TOTAL		573			
Pesquisa e Pós Graduação	Índice de Projetos de Iniciação Científica	Indica o número de projetos de iniciação científica desenvolvidos na Instituição, em relação ao número total de docentes, no ano em estudo	Número de projetos de iniciação científica / número de docentes	Número de projetos de iniciação científica = 573	número de docentes = 652	= 0,88	Acompanhar a evolução da pesquisa, em nível de iniciação científica, no âmbito da UFOP e propor políticas com vistas ao seu incremento
				2016			
		Considerações: este indicador permite que a UFOP saiba com precisão o envolvimento dos seus docentes nos trabalhos relacionados a iniciação científica. Os números revelam que a maioria absoluta dos docentes da UFOP, mesmo os sem doutorado, estão envolvidos na orientação de estudantes com iniciação científica, além disso existe um aumento em 2016					

desta participação se compararmos com o ano de 2012 .							
Pesquisa e Pós Graduação	Índice de Bolsas	1. Indica o número de bolsas de iniciação científica e de pós-graduação	1. Número de bolsas de IC/ Número de docentes doutores	Número de bolsas de Iniciação Científica = 443	Número de docentes doutores = 652	= 0,68	Acompanhar a distribuição no âmbito da UFOP e propor políticas com vistas ao seu incremento
				2016			
			Considerações: este indicador refina o anterior revelando que pelo menos um grande grupo de doutores orienta bem mais do que 1 (um) aluno de iniciação científica. Levando em conta que os estudantes de graduação que participam da Iniciação Científica são potencialmente aqueles que estarão integrando nossos programas de pós-graduação, tudo indica que o processo de formação de mestres e doutores segue firme visando ampliar as metas que nosso país precisa. Na nossa avaliação este indicador se manteve estável em 2016.				
			2. Número bolsas de mestrado / Número cursos de mestrado acadêmicos	Número de bolsas de mestrado = 409	Número de cursos de mestrado acadêmico = 21	= 19,48	
				2016			
			Considerações: este indicador revela que cada curso de mestrado pode contar com mais de 20 bolsas o que representa um excelente, uma grande alternativa de permanência estudantil para aqueles estudantes que desejam seguir uma carreira acadêmica. Não obstante se considerarmos o número de estudantes de mestrado da UFOP observa-se que bem mais de 50% dos nossos alunos de mestrado têm bolsas. A queda no quociente é devido ao aumento do número cursos de mestrado criados em 2015/2016.				
			3. Número de bolsas de doutorado / Número de cursos de doutorado	Número de bolsas de doutorado = 199	Número de cursos de doutorado = 13	= 15,31	
				2016			

9.2.11 Outras Informações Relevantes

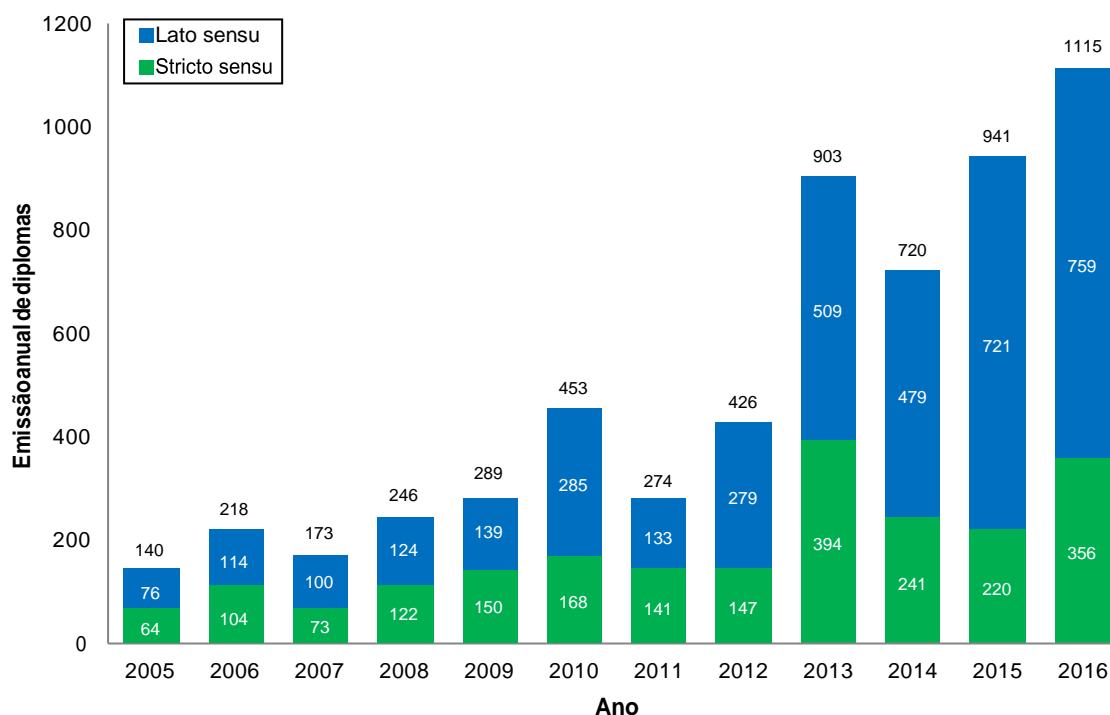
9.2.11.1 Setor de Registro Acadêmico

A Universidade Federal de Ouro Preto, ofertante de diversos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*, através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, deve registrar e controlar os dados acadêmicos dos alunos de pós-graduação e manter a atuação eficaz por parte de todos os que com eles lidam para que o trabalho se realize dentro das normas legais existentes.

Para fazer frente ao crescimento do número de alunos e diante da necessidade de garantir a observância das normas legais vigentes e de se manter a organização, manuseio, manutenção e guarda dos registros acadêmicos dos cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* na Universidade Federal de Ouro Preto, são necessárias ações vigorosas na melhoria do controle acadêmico, mais especificamente modernizando a automação dos procedimentos acadêmicos. O registro acadêmico começa no ato da matrícula e se encerra na expedição do certificado de conclusão do curso, registrando toda sua vida acadêmica entre estas etapas.

Com a expansão universitária, houve expressivo aumento na dimensão dos programas de pós-graduação da UFOP (Gráfico 18), impactando diretamente no setor de registro acadêmico, cujos indicadores de registro apresentaram crescimento significativo nos últimos 12 anos. O gráfico a seguir apresenta a evolução do número de emissões de diplomas neste período.

Figura 25 - Evolução do registro de diplomas




Casa do Pesquisador

Importante informar também quanto à Casa do Pesquisador, que foi criada com a Resolução CUNI 1.808 que aprovou o Regimento Interno da Casa do Pesquisador para hospedagem de pesquisadores visitantes na UFOP em Ouro Preto. A Casa do pesquisador tem operado hospedando diversos pesquisadores de várias áreas de atuação dentre pesquisadores nacionais e internacionais.

A gestão da Casa é de responsabilidade da PROPP em parceria com o curso de Turismo que disponibiliza quatro alunos bolsistas (20 horas semanais) financiados pela PROPP. Os alunos realizam atividades pertinentes a sua área de formação, funcionando como um laboratório do próprio curso. Dentre as funções desempenhadas estão realização de check in e out, parte do cuidado com a gestão e manutenção da casa, governança, reservas. Foi desenvolvido um site para divulgação, bem como materiais relativos a acesso para conhecimento dos pesquisadores.

9.3 ANEXO

Figura 26 – Balanço Financeiro UFOP 2016

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual		
TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSION 18/01/2017	PÁGINA 1		
SUBTÍTULO	154046 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	VALORES EM UNIDADES DE REAL			
ÓRGÃO SUPERIOR	26277 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO				
INGRESSOS		DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	3.747.358,40	2.824.822,41	Despesas Orçamentárias	391.848.475,00	384.168.882,76
Ordinárias	1.000,00	-	Ordinárias	93.981.115,83	95.433.842,37
Vinculadas	3.831.323,42	2.856.876,04	Vinculadas	297.858.359,17	268.732.040,39
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.831.323,42	2.856.876,04	Educação	252.181.167,00	215.380.225,33
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-84.965,02	-32.053,63	Seguridade Social (Exceto RGPS)	41.972.772,85	2.861.508,03
			Operação de Crédito	4.869,10	47.133.009,82
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.224.651,41	2.417.781,62
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	575.898,81	938.515,79
Transferências Financeiras Recebidas	383.188.825,45	360.647.598,34	Transferências Financeiras Concedidas	236.009,28	704.435,44
Resultantes da Execução Orçamentária	370.368.930,86	343.828.368,48	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Repasso Recebido	370.368.930,86	343.828.368,48	Independentes da Execução Orçamentária	236.009,28	704.435,44
Independentes da Execução Orçamentária	12.789.894,59	16.819.139,86	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	204.765,41	704.435,44
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	12.545.945,44	16.819.139,86	Movimento de Saldos Patrimoniais	31.243,87	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	243.949,15	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Despesas Extraorçamentárias	13.253.732,45	14.912.682,54
Recebimentos Extraorçamentários	17.812.823,43	14.381.455,60	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	2.716.148,14	5.309.730,31
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	470.615,14	2.587.821,04	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	10.288.081,13	9.591.052,32
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	17.090.005,11	11.802.533,88	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	37.797,90	11.299,88
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	37.797,80	11.299,88	Outros Pagamentos Extraorçamentários	213.705,28	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	213.705,28	-	Demais Pagamentos	213.705,28	-
Passivos Transferidos	213.705,28	-	Saldo para o Exercício Seguinte	4.145.839,29	3.957.848,74
Saldo do Exercício Anterior	3.957.848,74	5.886.463,13	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.145.839,29	3.957.848,74
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.957.848,74	5.886.463,13			
TOTAL	488.676.856,02	383.746.249,48	TOTAL	488.676.856,02	383.746.249,48


 Adriano Sérgio Rodrigues
 Contador UFOP - CRC-MG 71.770/n.º

Figura 27 – Balanço Orçamentário UFOP 2016


 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual			
TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 02/02/2017	PÁGINA 2			
SUBTÍTULO	150016 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	VALORES EM UNIDADES DE REAL				
ORÇAO SUPERIOR	26277 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO					
RECEITA						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
Integração do Capital Social	-	-	-	-		
Reservas do Banco Central do Brasil	-	-	-	-		
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-		
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-		
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-		
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-		
SUBTOTAL DE RECEITAS	3.949.412,00	3.949.412,00	3.747.258,40	-202.053,60		
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-		
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-		
Mobilização	-	-	-	-		
Contratual	-	-	-	-		
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-		
Mobilização	-	-	-	-		
Contratual	-	-	-	-		
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	3.949.412,00	3.949.412,00	3.747.258,40	-202.053,60		
DÉFICIT	-	-	387.293.116,60	387.293.116,60		
TOTAL	3.949.412,00	3.949.412,00	391.040.475,00	387.091.063,00		
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-		
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-		
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-		
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-		
Créditos Adicionais Reservas	-	-	-	-		
DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	359.270.260,00	395.969.939,00	383.695.077,57	371.976.581,26	371.893.645,37	1.454.861,43
Pessoal e Encargos Sociais	270.601.181,00	299.810.360,00	293.062.569,79	293.062.569,79	293.062.451,64	6.748.390,21
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	79.669.079,00	95.249.579,00	90.543.507,78	78.916.011,47	78.731.194,33	-5.293.628,78
DESPESAS DE CAPITAL	12.438.444,00	10.938.444,00	7.434.397,43	1.371.888,63	1.676.309,58	3.504.046,57
Investimentos	12.438.444,00	10.938.444,00	7.434.397,43	1.371.888,63	1.676.309,58	3.504.046,57
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	362.708.704,00	395.999.383,00	391.040.475,00	373.358.489,89	373.479.954,75	4.958.988,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-

Figura 28 – Balanço Orçamentário UFOP 2016 – Pag. 2


 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual	
TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 02/02/2017	PÁGINA 3	
SUBTÍTULO	154046 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	VALORES EM UNIDADES DE REAL		
ÓRGÃO SUPERIOR	26277 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO			
RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	3.949.412,00	3.949.412,00	3.747.388,40	-202.023,60
Receitas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Cont. Contribuições Privadas de Serviço Social Formação Profis.				
Receita Patrimonial	767.105,00	767.105,00	297.320,78	-469.784,22
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	767.105,00	767.105,00	297.320,78	-469.784,22
Vendas Mobiliárias				
Cessão de Serviços Públicos				
Exploração de Recursos Naturais				
Exploração do Patrimônio Intangível				
Cessão de Direitos				
Demais Receitas Patrimoniais				
Receita Agropecuária				
Receita Industrial	16.792,00	16.792,00	13.183,00	-3.519,00
Receitas de Serviços	3.149.533,00	3.149.533,00	3.432.943,80	283.410,80
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.782.536,00	2.782.536,00	3.432.943,80	650.417,80
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte				
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	367.007,00	367.007,00		-367.007,00
Serviços e Atividades Financeiras				
Outros Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes	16.072,00	16.072,00	3.910,82	-12.161,18
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			330,85	330,85
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos				
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	16.072,00	16.072,00	3.580,77	-12.491,23
Outras Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito - Mercado Interno				
Operações de Crédito - Mercado Externo				
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
Alienação de Bens Intangíveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				
Outras Receitas de Capital				

Figura 29- Balanço Orçamentário UFOP 2016 – Pag. 3

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anál			
TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TÓPICOS DE ORÇAMENTOS	DATA DO 02/02/2017	PÁGINA 3			
SUBTÍTULO	UFOP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	VALORES EM UNIDADES DE REAL				
ORÇÃO SUPERIOR	26277 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO					
RESUMO						
DESCRIÇÃO	DOAÇÃO ORÇAMENTAL	DOAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOAÇÃO
Outros Recursos	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL, COM REFINANCIAMENTO	262.768.704,00	256.899.263,00	221.869.475,00	373.098.400,00	373.079.954,75	4.958.508,25
TOTAL	262.768.704,00	256.899.263,00	221.869.475,00	373.098.400,00	373.079.954,75	4.958.508,25
ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESCRIÇÃO	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	884.995,17	8.125.495,73	7.822.874,68	7.822.874,68	206.256,25	1.731.268,57
Pessoal e Encargos Sociais	-	16.299,62	-	-	-	16.299,62
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	884.995,17	8.109.197,11	7.822.874,68	7.822.874,68	206.256,25	1.731.268,57
DESPESAS DE CAPITAL	268.296,38	2.677.928,15	2.263.267,85	2.263.267,85	493.042,88	399.592,16
Investimentos	268.296,38	2.677.928,15	2.263.267,85	2.263.267,85	493.042,88	399.592,16
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.153.291,55	10.803.423,88	10.086.142,53	10.086.142,53	699.299,13	2.130.860,73
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						
DESCRIÇÃO	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
DESPESAS CORRENTES	24,00	1.712.650,00	1.709.094,91	3.095,09	-	
Pessoal e Encargos Sociais	-	118,00	118,00	-	-	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	24,00	1.712.532,00	1.708.976,91	3.095,09	-	
DESPESAS DE CAPITAL	22.484,70	8.869.416,77	1.036.463,97	24.426,31	-	
Investimentos	22.484,70	8.869.416,77	1.036.463,97	24.426,31	-	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	
TOTAL	22.508,70	10.582.066,77	2.745.558,88	27.521,40	-	

Adriano Sérgio Rodrigues
 Contador UFOP CRC-MG 71.789/5

Figura 30 – Balanço Patrimonial


 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2016		PERÍODO Anual	
TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS		EMISSÃO 02/02/2017		PÁGINA 1	
SUBTÍTULO 154948 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO		VALORES EM UNIDADES DE REAL			
ÓRGÃO SUPERIOR 26277 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	34.786.146,42	27.808.668,20	PASSIVO CIRCULANTE	5.849.202,09	7.796.703,15
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.145.839,29	3.957.848,74	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.693.630,60	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	28.578.158,96	22.357.799,34	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3.968.710,79	5.946.546,88
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	2.062.155,17	1.493.020,12	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	187.940,70	1.850.856,32
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.179.226.388,17	1.085.778.045,82	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	7.508,14	7.508,14
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	7.508,14	7.508,14
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Res. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultados Diferido	-	-
Investimentos de RPES de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	5.847.782,23	7.804.203,22
Investimentos de RPES de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos de BPPQ	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	1.179.612.402,27	1.085.199.675,78			
Bens Móveis	83.254.944,85	81.690.282,53	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Bens Móveis	98.779.632,74	92.793.285,18	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-15.524.687,79	-11.102.976,65	Reservas de Capital	9,43	9,43
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Imóveis	1.085.357.457,32	1.003.588.793,25	Reservas de Lucros	-	-
Bens Imóveis	1.085.698.521,52	1.003.628.122,51	Demais Reservas	2.875.485,10	2.875.485,10
(-) Deprec./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-302.004,20	-119.329,26	Resultados Acumulados	1.205.289.276,83	1.102.936.994,37
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	Resultado do Exercício	102.382.282,48	-1.170.109,39
			Resultados de Exercícios Anteriores	1.102.906.994,37	1.126.207.854,71
Intangível	613.995,90	578.939,24	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Softwares	603.233,24	578.939,24	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.208.164.762,36	1.105.782.479,90
Softwares	603.233,24	578.939,24			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	10.762,66	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	10.762,66	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind.	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			

Figura 31 – Balanço Patrimonial

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2016		PERÍODO Anual	
TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS		EMISSÃO 02/02/2017		PÁGINA 2	
SUBTÍTULO 15404 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO		VALORES EM UNIDADES DE REAL			
ÓRGÃO SUPERIOR 32277 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.234.012.544,59	1.113.586.683,22	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.234.012.544,59	1.113.586.683,22
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	4.145.839,29	3.957.248,74	PASSIVO FINANCEIRO	29.690.366,89	17.213.982,66
ATIVO PERMANENTE	1.209.896.705,29	1.109.628.834,48	PASSIVO PERMANENTE	5.377.392,89	3.666.192,37
			SALDO PATRIMONIAL	1.198.944.911,59	1.092.796.508,17
Quadro de Compensações					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	12.835.173,82	17.237.615,77	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	20.614.319,55	20.256.765,09
Execução dos Atos Potenciais Ativos	12.835.173,82	17.237.615,77	Execução dos Atos Potenciais Passivos	20.614.319,55	20.256.765,09
Quotas e Contribuições Recebidas a Executar	-	-	Quotas e Contribuições Contabilizadas a Executar	-	-
Bônus Convertíveis e Outros Instrumentos Contábilizados	9.167.662,93	13.969.504,56	Obrigações Convertíveis e Outros Instrumentos Contábilizados	61.836.375,09	12.750.254,04
Dívidas Contratuais a Executar	3.668.111,19	3.668.111,19	Obrigações Contratuais a Executar	9.477.943,46	7.288.534,96
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	12.835.173,82	17.237.615,77	TOTAL	20.614.319,55	20.256.765,09
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL					
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO			
Recursos Ordinários			-2.577.691,01		
Recursos Vinculados			-12.966.635,79		
Educação			13.831.132,25		
Seguridade Social (Exceto RGPS)			128.594,10		
Operação de Crédito			3.063,20		
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			1.045.868,78		
Outros Recursos Vinculados a Fontes			-341.929,53		
TOTAL			-15.544.526,71		


 Adriano Sérgio Rodrigues
 Contador UFPB - CRC-MG 71.709/0-E